

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

VÂNIA SEIDLER PAULINO

**ARTICULAÇÃO ENTRE OS ATORES SOCIAIS NA DÉCADA DE 1980:
A CONSTITUIÇÃO DO PROJETO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO
NO MUNICÍPIO DA SERRA, ES**

**VITÓRIA
2009**

VÂNIA SEIDLER PAULINO

**ARTICULAÇÃO ENTRE OS ATORES SOCIAIS NA DÉCADA DE 1980:
A CONSTITUIÇÃO DO PROJETO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO
NO MUNICÍPIO DA SERRA, ES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Política Social na área de concentração Política Social, Estado e Sociedade.
Orientador: Prof^a Dr^a. Maria Beatriz Lima Herkenhoff.

VITÓRIA

2009

VÂNIA SEIDLER PAULINO

**ARTICULAÇÃO ENTRE OS ATORES SOCIAIS NA DÉCADA DE 1980:
A CONSTITUIÇÃO DO PROJETO DEMOCRÁTICO PARTICIPATIVO
NO MUNICÍPIO DA SERRA, ES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social na área de concentração Política Social, Estado e Sociedade.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª. Maria Beatriz Lima Herkenhoff
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Drª. Desiree Cipriano Rabelo
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª. Drª. Beatriz Stella Martins Kroling
Centro Universitário Vila Velha - UVV

*Ao meu querido marido por se mostrar tão
paciente e compreensivo nos momentos
mais difíceis oferecendo-me seu amor.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à Deus que me deu forças para recomeçar e continuar, mesmo quando pensava em desistir. Em segundo lugar à minha orientadora, professora Maria Beatriz Lima Herkenhoff que desde a graduação acreditou em mim, recebendo-me sempre com um sorriso e com uma palavra de ânimo. Amiga e professora, você tem minha eterna gratidão!

À toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes por ter me dado essa oportunidade.

Aos companheiros de luta, participantes desse trabalho que me concederam suas palavras e tempo: Rosa Maria Nascimento Miranda, Gilmar Ferreira de Oliveira, Marta Falqueto, Nildete Virgínia Turra Ferreira, Vanusa Bianchi Pétri, Luiz Carlos Bezerra, Aurélio Carlos Marcos de Moura e Zenilda Fernandes Pinto Vale. Vocês tem a minha total admiração e respeito pela importante contribuição que deram à sociedade e por terem protagonizado o processo de luta no município da Serra.

À Mônica Freitas Ferri por sua amizade e incentivo nos momentos mais críticos. Os choros, as lamentações sempre foram amenizados por suas palavras: “você vai conseguir”. À Aracely, amiga que participou de minha vida acadêmica e que sempre esteve ao meu lado me desejando sucesso.

À minha família, que mesmo na distância e na simplicidade da não compreensão da importância do estudo, me deu apoio.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender como se deu a articulação entre os atores da sociedade civil no município da Serra - Espírito Santo (ES) na construção do projeto democrático participativo nos anos de 1980. Por meio de entrevistas semi-estruturadas e da pesquisa documental foi possível montarmos um cenário onde se deu a construção do projeto democrático participativo no município estudado. As mudanças socioeconômicas ocorridas influenciaram diretamente na mudança do cenário público na Serra. Ocorreu um aumento populacional gigantesco sem que serviços sociais básicos fossem oferecidos. Aliado a isso a conjuntura de ditadura militar e as insatisfações frente às posturas do poder político local foram dando forma a proliferação de movimentos organizados. A década de 1980 retrata muito bem as carências as quais a população estava submetida. O crescimento econômico acabou gerando ao seu lado o crescimento do empobrecimento da população. Para que relações mais democráticas fossem assumidas foi preciso que diferentes atores sociais se colocassem em luta pelos recursos sociais básicos e pela construção de relações mais participativas nas decisões públicas. Os resultados demonstram que a forma de democracia participativa, considerada contra-hegemônica, questionou o rumo adotado pelos representantes eleitos apontando para a participação popular nos assuntos que lhes dizem respeito tais como a participação popular nos orçamentos participativos, Conselhos, Fóruns populares desenvolvidos no município da Serra. As experiências vivenciadas por estes atores deram uma forte base popular que se diferenciam de outras realidades justamente por essa característica. A influência dos partidos políticos de esquerda foi fundamental na construção do projeto democrático participativo no município da Serra, avolumando as pressões no município e exigindo uma série de benefícios urbanos. A importância dos partidos políticos de esquerda encontra-se dentre tantas coisas, por ter dado um direcionamento de qual sociedade se alcançava desejar com as lutas realizadas. Suas ações interferiam na compreensão de que era preciso modificar as relações que o poder público estabelecia com a população. O imediatismo movia inúmeras ações, mas esse cenário foi sendo modificado a partir da atuação dos partidos políticos de esquerda e dos movimentos populares quando passaram a reivindicar pelo reconhecimento de seus direitos e do seu direito a ter seus direitos. Há diante disso um fortalecimento do movimento pela democratização negando a forma de dominação historicamente existente e ressaltando as formas de organização da população e das expressões de suas demandas. Essas experiências proporcionaram o nascimento de uma nova mentalidade: mais participativa, de consciência de direitos sociais, de fortalecimento da ação dos moradores, de ampliação e consolidação da cidadania, um espaço aberto às manifestações de diferentes grupos que expressavam concepções diferentes a respeito da democracia, das alianças ou não com o poder público. A solidariedade foi um elemento importante porque os atores sociais se reconheceram mutuamente como pertencendo a mesma unidade social.

Palavras-chave: Democracia. Espaços públicos.

ABSTRACT

The present work searches to understand as if it gave the joint enters the actors of the civil society in the city of Serra - Espírito Santo (ES) in the construction of the participativo democratic project in the years of 1980. By means of half-structuralized interviews and of the documentary research it was possible to mount a scene where if it gave the construction of the participatory democratic project in the studied city. The occurred socioeconomic changes had influenced directly in the change of the public scene in the city of Serra. A gigantic population increase occurred without basic social services were offered. Ally to this the conjuncture of military dictatorship and the disatisfactions front to the positions of the power local politician had been giving form the proliferation of organized movements. The decade of 1980 very portraies well the lacks which the population were submitted. The economic growth finished generating to its side the growth it impoverishment of the population. So that more democratic relations were assumed were necessary that different social actors if placed in fight for basic the social resources and for the construction of participatory relations in the public decisions. The results demonstrate that the form of participatory democracy, considered against-hegemonic, questioned the route adopted for the elect representatives pointing with respect to the popular participation in the subjects that say respect to them such as the popular participation in the participatory budgets, popular Advice, Fóruns developed in the city of Serra. The experiences lived deeply for these actors had given one strong popular base whom if they exactly differentiate of other realities for this characteristic. The influence of the left political parties was basic in the construction of the participatory democratic project in the city of Serra, augmenting the pressures in the city and demanding a series of urban benefits. The importance of the left political parties meets amongst as many things, for having given an aiming of which society if it reached to desire with the carried through fights. Its action intervened with the understanding of that she was necessary to modify the relations that the public power established with the population. The immediacy moved innumerable actions, but this scene was being modified from the performance of the political parties of left and of the popular movements when they had started to demand for the recognition of its rights and its right to have its rights. The form of historically existing domination ahead has of this a reinforcement of the movement for the democratization denying and standing out the forms of organization of the population and the expressions of its demands. These experiences had provided the birth of a new mentality: participatory, of conscience of social rights, reinforcement of the action of the inhabitants, of magnifying and consolidation of the citizenship, a space opened to the manifestations of different groups that expressed different conceptions regarding the democracy, of the alliances or not with the public power. Solidarity was an important element because the social actors if had recognized mutually as belonging the same social unit.

Keywords: Democracy. Public spaces.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Proposta de desenvolvimento para o estado – 1970.....	61
Tabela 2	Evolução da população total residente no ES e Brasil – 1960/1970/1980/1991/1996/2000.....	63
Tabela 3	População total: rural e urbana – Espírito Santo – 1960/1970/1980/1985.....	63
Tabela 4	População total Grande Vitória – 1960/1970/1980.....	64
Tabela 5	Taxas de crescimento da população dos municípios integrantes da RMGV (1970/1980).....	64
Tabela 6	Evolução da população residente na Serra e Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) da década de 1960 ao ano 2000.....	65
Tabela 7	Serviços de saúde existentes no município da Serra em 1982/1983.....	68
Tabela 8	Atores sociais existentes no município e principais reivindicações – década de 1980.....	70
Tabela 9	Domicílios particulares permanentes urbanos no ES conforme população/domicílios e defasagem – 1960/1970/1980.....	73
Tabela 10	Número de horas que o indivíduo que percebe meio salário mínimo tem que trabalhar para adquirir a cesta básica na Grande Vitória 1983/1984/1985/1986/1987.....	77
Tabela 11	Algumas ocupações no setor de comércio e serviços que caracterizam o subemprego no Espírito Santo - 1970/1980.....	78
Tabela 12	Indicadores de emprego e desemprego por setores econômicos no município da Serra em 1983.....	79
Tabela 13	Prefeitos e famílias que os apoiaram no período de 1970 a 1993..	87

LISTA DE SIGLAS

AMO – Assembléia Municipal do Orçamento

Amus - Associação de Mulheres Unidas da Serra

Anampos – Associação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares

Bandes - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

CDDH da Serra– Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra

CDM – Comissão de Direito a Moradia

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CJP – Comissão de Justiça e Paz

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

Civits – Centros Industriais de Vitória

Cohab - Companhia Habitacional do Espírito Santo

Colina – Comandos pela Libertação Nacional

Conam – Confederação Nacional das Associações de Moradores

Conclat – Congresso das Classes Trabalhadoras

CPS – Comissão Popular de Saúde

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ES - Espírito Santo

Fams – Federação das Associações de Moradores da Serra

Famopes – Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares
do Espírito Santo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

Fundap - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

Funres - Fundo de Recuperação do Espírito Santo

Gerca – Grupo de Recuperação Econômica da Cafeicultura

Geres - Grupo Executivo de Recuperação do Espírito Santo

GV - Grande Vitória

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inocoop –ES - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo

JOC – Juventude Operária Católica

MCR – Movimento Comunista Revolucionário

MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado

MST – Movimento dos Sem-terra

OCDP – Organização Comunista democracia Proletária

ONGs – Organizações Não-Governamentais

OP – Orçamento Participativo

ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – AV – Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMS – Prefeitura Municipal da Serra

PO – Pastoral Operária

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

Suppin – Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial

Usis – União dos Sindicatos Independentes

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

MAPA DO MUNICÍPIO DA SERRA – ESPÍRITO SANTO



Ficha catalográfica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 DEMOCRACIA: DISPUTAS EM TORNO DE SUA CONCEPÇÃO.....	26
1.1 A INOVAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL.....	30
1.2 A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO BRASIL.....	34
1.3 OS PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO BRASIL.....	39
2 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A “MODERNIZAÇÃO” DA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA.....	48
2.1 CONJUNTURA NACIONAL.....	48
2.2 ESPÍRITO SANTO: A PASSAGEM DE ESTADO AGRÁRIO-EXPORTADOR A URBANO-INDUSTRIAL.....	53
2.3 O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA (RMGV). 61	
2.4 LUTAS E MOVIMENTOS QUE NASCEM DAS CARÊNCIAS URBANAS. 65	
3 A EMERGÊNCIA DE DIFERENTES ATORES SOCIAIS NO CENÁRIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DA SERRA.....	82
3.1 AS CEBS	82
3.2 OS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA	93
3.3 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NA SERRA, O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA E O MOVIMENTO DE MULHERES.....	111
3.4 A IMPORTÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVISTAS PARA A INSTITUIÇÃO DE MECANISMOS PARTICIPATIVOS NA GESTÃO PÚBLICA.....	127
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
5 REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICES.....	157
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	158
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista/Movimentos Organizados.....	159
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista/Partidos políticos.....	161
ANEXOS.....	162
ANEXO 1- Prefeitos da Serra (ES).....	163

ANEXO 2 – Transcrição das entrevistas.....	163
ANEXO 3 – Conselhos municipais.....	213
ANEXO 3 – Quadro de formação dos partidos.....	215

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a articulação entre os atores sociais¹ no município da Serra - Espírito Santo (ES) na construção do projeto democrático participativo nos anos de 1980.

A participação de setores da sociedade civil nos assuntos públicos foi uma batalha travada desde a década de 1970 para a abertura de espaços públicos no interior do Estado autoritário e centralizador. É nessa década, então, que no Brasil, o conceito de sociedade civil passa a ganhar destaque no processo de democratização, já que até então era pouco ou fracamente abordado pelos intelectuais brasileiros (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999). A ascensão da sociedade civil deve-se, em linhas gerais, à conjuntura política e nacional do país. O regime militar marcou profundamente esse cenário, em que surgiram “[...] inúmeras práticas coletivas no interior da sociedade civil voltadas para a reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos negados pelo regime político vigente” (GOHN, 2005, p.71).

Segundo Sader (1988), novos atores entraram em cena ampliando e tornando plural o espaço público. O autor denomina esse processo de “movimento molecular”, pois surgem em diferentes contextos, atores que se colocam em oposição à repressão e ao descaso com as necessidades da sociedade.

A unificação da luta contra o autoritarismo reuniu diferentes setores: movimentos sociais de vários tipos, sindicatos de trabalhadores, associações de profissionais, universidades, igrejas, imprensa, partidos políticos de oposição, entre outros (DAGNINO, 2002), cuja base era a luta pelo direito a ter direitos. Gohn (2001, p. 126) destaca:

a luta pelas Diretas-Já em 1984, pela implantação de um calendário político que trouxesse de volta as eleições para a presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, o surgimento das

¹ O conjunto de atores sociais – associações locais, federações de associações, movimentos sociais ONGs, organizações de caridade etc utilizados por Houtzager, Lavalle e Acharya (2004) compõem o termo “organizações civis”. Nessa dissertação optamos em manter o termo atores sociais por preservar a diversidade pesquisada.

Centrais Sindicais (Conclat², CGT³, CUT⁴, USIS⁵, Força Sindical), a criação de entidades organizativas amplas do movimento popular (Anampos⁶, Conam⁷, Pró-Central).

Surgiram também inúmeros movimentos sociais envolvendo diferentes temáticas e problemas: mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transporte, moradia, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches, entre outros (GOHN, 2001).

A conjuntura política do país possibilitou que militantes dos anos de 1960 e 1970 se aliassem a parceiros sem tradição associativista anterior. Por meio dessas alianças os mesmos se articularam, fundaram organizações, lideraram movimentos, apoiaram as estruturas da Igreja Católica que se comprometiam com as lutas sociais. O alto grau de insatisfação social fez com que novas bandeiras fossem construídas. “Direitos tradicionais se misturaram aos direitos sociais modernos em busca de mudanças sociais no país” (GOHN, 2001, p. 202).

Em síntese, podemos dizer que as ações coletivas nos anos de 1970 e 1980 foram impulsionadas pelos anseios de redemocratização do país; pela crença no poder quase mágico da participação popular; pelo desejo de democratização dos órgãos, das coisas e causas públicas; pela vontade da construção de algo a partir de ações que envolviam interesses imediatos dos indivíduos e grupos (GOHN, 2001). “Os movimentos sociais, populares expressaram a necessidade de construção de um novo paradigma de ação social fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações” (GOHN, 2001, p. 203). Uma cidadania baseada no reconhecimento dos direitos da população (DAGNINO, 2002).

Do mesmo modo, no município da Serra ocorreu uma intensa movimentação na década de 1980. Movimentos populares, igrejas, partidos políticos de esquerda,

² CONCLAT - Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras.

³ CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores.

⁴ CUT – Central Única dos Trabalhadores.

⁵ Usis – União dos Sindicatos Independentes.

⁶ ANAMPOS – Associação Nacional dos Movimentos Sindicais e Populares.

⁷ CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores.

movimentos partidários de esquerda, associações de moradores iniciaram ações e lutas reivindicando os direitos básicos da população desencadeando processos que questionaram a cultura autoritária e contribuíram para a construção da democracia.

No final dos anos de 1970, o descaso do poder público da Serra no atendimento às demandas da população, fez com que se formassem associações de moradores que se articulavam às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e aos demais movimentos populares para reivindicar serviços básicos necessários à população, como: saneamento (água e esgoto), iluminação pública, calçamento, regularização das terras, posto de saúde, escola, transporte coletivo, entre outros.

As carências urbanas aglutinaram os diferentes atores sociais em torno de interesses imediatos. Apesar da repressão política, esses atores realizaram grandes mobilizações, confrontando o poder local e até mesmo o nacional, na medida em que essas ações extrapolavam o seu caráter imediatista, sendo dada uma direção que procurava romper com a cultura política autoritária. A organização dos moradores que se iniciou em alguns bairros isoladamente no final da década de 1970 e início de 1980 foi se multiplicando e envolvendo cada vez mais atores no confronto com o poder público (SERPA, 1990).

E é nesse contexto que nosso objeto se inscreve, no cenário de luta por acesso aos direitos, onde diferentes setores da sociedade civil se articularam para construção do espaço democrático participativo no município.

Diante do que nos propomos, esse estudo foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (nível Mestrado) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), seguindo a linha de pesquisa 2 (dois): Políticas Sociais, Subjetividade e Movimentos Sociais.

O problema de pesquisa surgiu após diversas tentativas de definição do objeto e se deve em grande parte a interlocuções com minha orientadora Maria Beatriz Lima Herkenhoff. Estudos realizados na graduação em Serviço Social são também motivadores na definição desse tema. Em cumprimento ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e ao Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica

(Pivic/Ufes) realizado nos anos de 2004 e 2005, estudei a questão da participação da sociedade civil nos espaços denominados “públicos”, no bairro Planalto Serrano (Serra/ES). Naquele período foram pesquisados os Conselhos da Escola Estadual de Ensino Fundamental “João Antunes das Dores” e da Igreja Católica, o grupo de quadrilha Sgullep, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Projeto Girassol, atual Associação Cultural Girassol.

Os resultados da pesquisa acima descrita apontaram dificuldades dos moradores no envolvimento com processos decisórios conduzidos por essas entidades. As lideranças entrevistadas indicaram obstáculos nas tentativas de diálogo e de envolvimento dos moradores. Apesar do bairro ter apresentado diferentes carências urbanas, os interesses particulares mostraram-se bastante presentes com um distanciamento entre as ações realizadas por essas entidades, não existindo articulação entre as lideranças e não realizando ações ou projetos comuns que unificassem os interesses dos moradores e fortalecesse os canais de reivindicação e negociação com o poder público (SEIDLER, 2005).

Em contrapartida, nas leituras realizadas sobre a história do município referente à década de 1980, percebeu-se o dinamismo e articulação entre os diferentes atores sociais situados em diferentes bairros da Serra, como: Parque Residencial Laranjeiras, Carapina, Sossego, Taquara, entre outros. Os mesmos organizavam-se em torno de lutas urbanas tendo em vista a conquista de melhorias para o município, como: infra-estrutura urbana, saneamento básico, melhores condições de vida e moradia, garantia de serviços públicos de qualidade, entre outros. As manifestações não se davam de modo isolado, elas envolviam diferentes movimentos organizados em torno de objetivos que se mostravam comuns.

A partir dessas experiências delimitamos como foco desse trabalho a construção do projeto democrático participativo no município da Serra, ES na década de 1980 a partir da articulação de diferentes atores sociais. Definimos enquanto atores fundamentais a serem estudados nessa articulação: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica; os partidos de esquerda Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP); a Federação das Associações de Moradores da Serra (Fams), o

Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH da Serra) e o movimento de mulheres (por meio da Associação de Mulheres Unidas da Serra - AMUS).

Entendemos que os atores escolhidos para participar da pesquisa não esgotam os demais existentes no município, entretanto nas bibliografias estudadas estes recebem destaque pelo grande potencial de mobilização e pela capacidade de transformação das relações estabelecidas entre sociedade civil e poder público. Para chegarmos a estes atores levamos em conta os mais conhecidos por sua ação, seja por indicação de lideranças, seja pelo destaque dado a esses setores na literatura produzida a respeito da Serra.

A seguinte questão central conduziu a coleta dos dados: como ocorreu a articulação entre os diferentes setores organizados da sociedade civil no processo de construção do projeto democrático participativo no município da Serra, ES na década de 1980?

Outras questões também orientaram a pesquisa: quais ações, objetivos, projetos de sociedade e lutas serviram de ponto articulador desses atores? Quais as dificuldades encontradas nessa articulação?

Partimos do pressuposto de que a direção política de confronto com o poder local, a atuação das Comunidades Eclesiais de Base, a efervescência política gerada pelo processo de democratização e as carências urbanas relacionadas à infra-estrutura e aos serviços sociais básicos como saúde, transporte, educação, habitação contribuíram para a articulação de tais setores.

Foi definido como objetivo geral compreender o processo de articulação dos diferentes atores sociais (CDDH da Serra, Associação das Mulheres Unidas da Serra - Amus, PT, PCB, MEP, Fams e CEBs) na construção do projeto democrático participativo no município da Serra, ES na década de 1980.

Os objetivos específicos buscaram identificar os principais elementos que contribuíram para a articulação dos diversos atores na construção do projeto

democrático participativo no município da Serra e as contradições e obstáculos encontrados nessas articulações.

O estudo constitui-se num caso particular que é o município da Serra - ES, porém o consideramos importante pela grande movimentação dos diferentes atores sociais ocorrida na década de 1980. A relevância do estudo se encontra: na complementação das produções já existentes; no registro do processo de construção do projeto democrático participativo; por fim, torna-se importante conhecer os diferentes movimentos e sua participação na construção do projeto democrático, apreendendo seus limites e possibilidades para assim entendermos a realidade atual.

Dagnino (2002) considera que a diversidade desse tema e a composição desses espaços se configuram num cenário muito rico e diferenciado, aberto à pesquisa. Segundo Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) e Avritzer (2000) as teorias de transição acerca da democracia privilegiaram um conceito centrado unicamente na vigência de "instituições" democráticas (eleições livres, direitos civis garantidos, normalidade da atividade parlamentar, entre outros). Os estudos realizados focaram a democratização a partir da esfera institucional, ignorando "o hiato entre a existência formal de instituições e a incorporação da democracia às práticas cotidianas dos agentes políticos" (AVRITZER, 1996, p. 136). Para os autores é preciso entender os processos sociais de transformação verificados no escopo da democratização. Para tanto, as investigações deveriam focalizar o tecido das relações sociais e da cultura política gestada nesse período, revelando as modificações aí observadas, os padrões concretos de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, analisando o papel de atores como: movimentos sociais, organizações não-governamentais, partidos políticos, entre outros, com o objetivo de oferecer perspectivas de transformação dessas relações.

Na década de 1990 "[...] um conjunto de trabalhos passam a dar ênfase ao "refluxo" dos movimentos, como se os mesmos tivessem exercido um papel simplesmente reativo ao contexto de ditadura militar, sem a capacidade de se redefinirem e de atuarem frente ao novo contexto de forma propositiva" (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999, p. 24-25). Nesse trabalho,

entretanto, focalizaremos a participação desses atores na construção da democracia participativa no município da Serra, identificando os impactos das ações e articulações desenvolvidas na década de 1980 no contexto atual. Um olhar que procura mapear como os mesmos protagonizaram processos de mudanças; como contribuíram para transformações na relação entre o poder local e os movimentos populares; para a abertura de canais institucionalizados de participação e para o questionamento de uma cultura política autoritária, clientelista e assistencialista. Ao mesmo tempo, esses atores fazem parte de processos contraditórios, com avanços e recuos, com disputas: no acesso aos bens públicos, entre os diferentes projetos e concepções de participação, de cidadania, publicização, controle social que orientam suas ações e que irão refletir no seu perfil e desenho institucional. Contradições que expressam a heterogeneidade da sociedade civil e do Estado. Doimo (1995) aponta para as ambivalências dos movimentos populares que oscilam entre a busca do poder popular e posições direcionadas para a ampliação dos direitos sociais e a consolidação da democracia política.

Para alcançarmos os objetivos deste trabalho, a coleta de dados incluiu entrevistas semi-estruturadas e pesquisa documental.

As entrevistas semi-estruturadas foram orientadas por um roteiro de entrevista (APÊNDICE B; APÊNDICE C) que trouxeram questões abertas, sem com isso direcionar ou interferir na fala do entrevistado. Para chegarmos aos participantes da pesquisa buscamos contato com as lideranças mais conhecidas no município e estas indicaram alguns informantes-chave, e outros foram escolhidos por continuarem envolvidos nos movimentos sociais. Optamos por lideranças que conheciam a história da instituição/movimento a qual pertenciam e o contexto de construção democrática no município serrano. Através da técnica da Bola de Neve (DENZIN, 1978) foi possível chegar a esses atores.

As entrevistas individuais foram gravadas e transcritas na íntegra conforme segue anexo 1. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) foi utilizado para resguardar os direitos dos participantes contendo os objetivos da pesquisa, telefones de contato e e-mail da pesquisadora.

Antes do início das entrevistas solicitamos permissão para a identificação dos participantes na análise dos dados, o que foi prontamente atendido por todos. Após a transcrição das fitas, os entrevistados tiveram acesso às entrevistas para concordar ou discordar com o conteúdo expresso no texto. Ao finalizar o trabalho as gravações das entrevistas foram destruídas e o trabalho completo foi enviado por e-mail e em CD a cada participante.

No decorrer do trabalho utilizaremos abaixo de cada depoimento a identificação do entrevistado conforme foram realizadas as entrevistas, por exemplo: entrevistado 1, entrevistado 2 e assim por diante. No quadro abaixo descrevemos o n°. da entrevista, os atores pesquisados, o nome das lideranças entrevistadas bem como a descrição da experiência de participação da liderança nos movimentos organizados. Entrevistamos 01 representante de cada movimento com exceção do PCB onde foram entrevistados dois representantes. Para distingui-los utilizamos uma vogal acompanhando o n°, no caso entrevistado 5a e entrevistado 5b.

Nº. DA ENTREVISTA	ATOR PESQUISADO	LIDERANÇA ENTREVISTA	EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO
1	CEBs	Rosa Maria Nascimento Miranda	Participa das CEBs desde 1973, atuou e continua atuando no CDDH Serra. Faz parte do movimento de negros, grupos de economia solidária e do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos.
2	MEP	Nildete Virgínia Turra Ferreira	Participou do MEP desde a década de 1970. Participou também das CEBs e movimentos de bairros e ainda continua militando na vida partidária.
3	Fams	Vanusa Bianchi Pétri	Participou da Associação de Moradores de seu bairro: Porto Canoa e desde 1994 atua como presidente da Fams.
4	PT	Gilmar Ferreira de Oliveira	Participa do PT desde a década de 1980 e atualmente é vice-presidente do partido. Participa do Fórum Permanente pelo Acesso Universal à Saúde. É Secretário Executivo do Comitê Estadual Permanente pela Erradicação da Tortura,

			membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Coordenador Geral do CDDH da Serra.
5a 5b	PCB	Luiz Carlos Bezerra Aurélio Carlos Marcos de Moura	Atuaram no PCB desde seu surgimento. Atuaram também nos Conselhos de Saúde via CEBs e FAMS. Luiz se mantém em atividades partidárias, participa do diretório do PMDB e Aurélio ainda desenvolve ações junto à Fams.
6	CDDH	Marta Falqueto	Atuou nas CEBs, militou no PT e atua no CDDH da Serra desde o seu surgimento. Participa da Coordenação Executiva do Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos no ES. É Secretária de Comunicação do CADH e ainda faz parte da Coordenação Estadual do MNDH-ES.
7	AMUS	Zenilda Fernandes Pinto Vale	Atuou no movimento de mulheres desde seu surgimento e atualmente coordena a AMUS.

Quadro 1: Descrição dos atores pesquisados.

No que se refere à pesquisa documental realizamos uma ampla pesquisa acerca dos trabalhos produzidos no município da Serra. Destacamos: Serpa (1990); Carlos (2003); Ferreira (2006). Outros documentos também foram pesquisados como os produzidos pelos próprios atores pesquisados. Trata-se de cartilhas, apostilas informativas, boletins, jornais de publicação própria.

Jornais de circulação local da época: A Gazeta e A Tribuna também deram suporte ao trabalho e nesse caso, por estarmos pesquisando um período extenso que abrange 10 anos, optamos em buscar nas Bibliotecas: Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN); Arquivo Público Estadual e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), todas estas localizadas em Vitória – ES, recortes de jornais que enfocavam a atuação dos atores em destaque.

Com uma diversidade de documentos, a organização do material tornou-se fundamental. Desse modo, foi realizado o fichamento do material para filtrar as informações-chave conforme o objetivo da pesquisa. Ao manusear os dados,

destacamos as palavras e frases que sintetizavam as ações e propostas conjuntas. O quadro abaixo indica as informações levantadas nas análises.

Tipo de documento	Elaboração	Circulação	Perguntas a serem feitas?
Manuais, jornais, publicações resultantes de seminários e informativos em geral, cartilhas informativas	CEBs; CDDH; movimento de mulheres; Fams; PT; PCB; MEP	Pública/ Irrestrita	Quais ações e lutas são mencionadas em articulação com outros setores? Como ocorreram? Quais as dificuldades citadas nas articulações?
Jornais de circulação no ES: A Gazeta; A Tribuna	Mídia jornalística	Pública/ irrestrita	Quais informações veiculavam acerca das transformações que a Serra estava passando?

Quadro 2: Relação dos documentos a serem analisados.

Segundo Bardin (2006, p. 40), a análise documental

[...] permite passar de um documento primário (bruto) para um documento secundário (representação do primeiro). Por meio de uma entrada, as classes permitem separar a informação, constituindo as categorias de uma classificação, na qual estão agrupados documentos que apresentam alguns critérios comuns que possuem analogias em seu conteúdo.

Com a correlação entre as diferentes informações, buscamos orientar a pesquisa considerando as seguintes unidades de análise:

1. Articulação das CEBs com os partidos políticos e movimentos populares;
2. Articulação dos partidos políticos com os movimentos populares;
3. Principais ações e bandeiras de luta;
4. Principais dificuldades encontradas nas articulações.

Além das entrevistas e da pesquisa documental, no conjunto da análise foram considerados aspectos observados ao longo da experiência da pesquisadora, já que durante sua trajetória de atuação no município da Serra foi possível entrar em contato com tais atores, bem como participar de encontros e reuniões que estes promoviam. Esses contatos ocorreram entre os anos de 2002 e 2005.

Para discutirmos nosso objeto de pesquisa, o trabalho foi dividido nos seguintes capítulos abaixo relacionados:

No capítulo 1 abordamos brevemente a discussão a respeito das concepções hegemônica e contra-hegemônica da democracia. Considerando a inovação da democracia no Brasil discutimos a participação de uma pluralidade de atores no espaço público. Abordamos em seguida a constituição da democracia participativa e do espaço público no Brasil, além de discutirmos os projetos políticos em disputa nos espaços públicos no Brasil.

No capítulo 2 estudamos o estado do Espírito Santo, sua “modernização” e o reflexo desse processo na estrutura socioeconômica. Iniciamos com um panorama geral da conjuntura nacional e em seguida estudamos o estado do Espírito Santo e as mudanças que este sofreu com a passagem da economia agrário-exportadora para urbano-industrial verificando as condições de vida da população e os problemas urbanos que estavam presentes nesse contexto. Nesse item foi dado destaque ao município da Serra.

Após essa abordagem, apresentamos no capítulo 3, os resultados encontrados na pesquisa: os principais elementos articuladores dos diferentes atores sociais; as ações e lutas conjuntas; o compartilhamento ou não de interesses, objetivos e projetos de sociedade e as dificuldades encontradas nessas articulações.

Por último apresentamos as considerações finais da dissertação.

1 DEMOCRACIA: DISPUTAS EM TORNO DE SUA CONCEPÇÃO

Democracia: tema atual e ao mesmo tempo tão antigo. Sua história é contada desde a Grécia, no século V a.C. Em nosso dia-a-dia ouvimos políticos e até mesmo populares falando que vivemos num país democrático e essa democracia é considerada, na maioria das vezes, a partir do viés eleitoral (da representação). Ou seja, somos livres para escolher nossos representantes e dar-lhes autoridade para defender nossos interesses.

Para Santos e Avritzer (2002) o século XX foi predominantemente marcado pelo modelo de democracia liberal-representativa, isto é, um modelo de democracia representativa elitista que ignorava as experiências de participação surgidas a partir da segunda metade do século XX. Entretanto ao ganhar espaço, experiências de participação vividas em países do Hemisfério Sul possibilitaram a construção de propostas de democracia consideradas contra-hegemônicas.

Para maior clareza sobre esse tema, discutiremos, brevemente, as concepções hegemônicas e contra-hegemônicas de democracia. Esse debate nos oferece base para compreendermos os movimentos ocorridos no interior da sociedade civil na década de 1980, onde consideramos que o questionamento da democracia representativa nos leva também a problematizar as velhas práticas de privilégios.

Na definição grega a democracia seria gerida a partir do governo da maioria, entretanto contrariando essa forma de democracia, concepções da modernidade entendem que num Estado de grande porte, apenas a democracia representativa seria possível com a delegação de poder de decisão do povo a seus representantes.

Para Schumpeter (1984), o conceito de liderança define melhor o caráter da representação, no qual a escolha popular constitui um processo de autorização das lideranças para o exercício do poder decisório. Essa delegação baseada em processos burocratizados de consulta e de atribuição de funções representa o sistema elitista da democracia representativa.

Schumpeter (1984) foi um dos autores que se destacaram nesse debate. Para o autor, a democracia seria um método de produção de governos, um tipo de arranjo institucional para se alcançar decisões políticas (legislativas e administrativas). Este método gera a competição pela liderança entre aqueles que são escolhidos pelo voto popular e o cidadão só tem acesso à participação através do voto para o líder (SCHUMPETER, 1984). Segundo Ferraz (2009), a escolha constitui um processo de autorização para o exercício do governo a partir da compreensão de que a população não é capaz de realizar o debate e tomar decisões sobre as questões públicas, embora, contraditoriamente, a mesma seja considerada capaz de escolher os seus representantes.

Seguindo uma linha de raciocínio parecida com a de Schumpeter (1984), outros autores como Berelson, Dahl, Eckstein também relacionam a democracia aos processos eleitorais. Estes valorizam o sistema político democrático tendo como base os fatos, as atitudes e os comportamentos políticos, assim como a competição entre os líderes pelo voto do povo em eleições periódicas e livres (PATEMAN, 1992).

A representatividade enquanto parte da concepção hegemônica da democracia, foi considerada por Dahl (apud PATEMAN, 1992) a única solução possível nas democracias de grande escala, no enfrentamento do problema de autorização.

A justificativa da representação pela teoria hegemônica da democracia é baseada na questão da autorização. Dois tipos principais sustentam o argumento da autorização: o primeiro pilar diz respeito ao problema do consenso dos representantes e surgiu, no interior da teoria democrática clássica, em oposição às formas de rodízio no processo de tomada de decisão próprio às formas de democracia direta (MANIN apud SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 49).

Para Mill (apud SANTOS; AVRITZER, 2002) a assembléia constitui uma miniatura do eleitorado, isto é, toda assembléia representativa é capaz de expressar as tendências dominantes do eleitorado. A partir dessa abordagem a concepção hegemônica de democracia direcionou o debate para o papel dos sistemas eleitorais na representação do eleitorado.

Santos e Avritzer (2002) destacam dois debates principais: um que diz respeito à primeira metade do século onde se discutia a desejabilidade da democracia e outro

localizado no pós-Segunda Guerra Mundial que abordava as condições estruturais da democracia.

No primeiro, a desejabilidade da democracia estaria relacionada à forma de governo. Para Santos e Avritzer (2002), no pós-guerra, essa democracia foi construída a favor da restrição das formas de participação, sendo necessário um consenso em torno do procedimento eleitoral para a formação de governos.

No segundo debate, a tendência foi a de indicar a propensão dos países se tornarem democráticos ou não, identificando nestes características estruturais⁸ que dariam subsídio para explicar a densidade democrática. Santos e Avritzer (2002) destacam que essa proposta estruturalista estaria ligada a um segundo debate relacionado aos requisitos estruturais da democracia voltados às suas virtualidades redistributivas. O pressuposto básico era de que à medida que alguns países fossem vencendo a batalha pela democracia, estes usufruiriam de uma propensão distributiva caracterizada pela chegada da socialdemocracia ao poder.

Apesar da importância desses debates, eles não foram suficientes para explicar a dinâmica dos países, uma vez que em muitos, o processo de democratização estaria caminhando sem atender às características estruturais necessárias (com enormes variações no papel do campesinato e nos processos de urbanização). Além disso, o desmonte do Estado de bem-estar social e cortes nas políticas sociais, a partir da década de 1980, revelam efeitos prejudiciais às virtualidades redistributivas (SANTOS; AVRITZER, 2002). A incompatibilidade entre democracia e capitalismo, mostrou-se, então, presente (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Para Schumpeter (1984) a ideologia da democracia, tal como refletida pela doutrina clássica, apóia-se num esquema racionalista da ação humana e dos valores da vida sendo a partir disso possível reconhecer sua origem burguesa.

⁸ Características estas relacionadas ao papel do Estado no processo de democratização e suas relações com as classes agrárias; a relação entre os setores agrários e urbanos e o nível de ruptura provocado pelo campesinato ao longo do processo de modernização.

Apesar da hegemonia na concepção de democracia representativa, Santos e Avritzer (2002) apontam algumas questões que se mostraram problemáticas. O caráter representativo dessa concepção ignorou pelo menos três dimensões: a autorização, a identidade e a prestação de contas, sendo que estas apesar de facilitarem o exercício da democracia, acabaram não garantindo a representação das minorias e nem a prestação de contas. Além destas, outras questões deixam dúvidas: se os procedimentos adotados para a autorização dos cidadãos nas eleições conseguem abranger a todos os cidadãos; se os procedimentos de representação esgotam a representatividade da diferença e se agendas e identidades específicas são realmente representadas; se a burocracia adotada nesses processos é suficiente para agregar e lidar com o conjunto das informações necessárias para a execução de políticas na área social, ambiental ou cultural.

Diante disso é possível perceber que a teoria hegemônica da democracia enfrenta um conjunto de questões não resolvidas que remetem ao debate entre democracia representativa e democracia participativa.

Segundo Santos e Avritzer (2002) não só o elitismo democrático marcou o período pós-guerra. Um conjunto de concepções alternativas chamadas de contra-hegemônicas também foram ganhando terreno. Estas concepções enfatizam a criação de uma nova gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, isto é, com a procura de uma nova institucionalidade da democracia. Desse modo há o reconhecimento de que a democracia não constitui um mero acidente ou uma simples obra de engenharia institucional, mas sim uma nova gramática histórica.

A democracia, nesse sentido, sempre implica ruptura com tradições estabelecidas, e, portanto, a tentativa de instituição de novas determinações, novas formas e novas leis. É essa a indeterminação produzida pela gramática democrática, em vez apenas de indeterminação de não saber quem será o novo ocupante de uma posição de poder (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 51-52).

A democracia participativa vai emergir então como resposta às características elitistas e excludentes das democracias eleitorais e às teorias que fundam a compreensão limitada e limitante dessas democracias (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Embora no contexto histórico dos anos 1970 e 1980, a luta pela democracia representativa fosse o eixo central da mobilização social e o objetivo a ser atingido pelos atores sociais e políticos, uma vez que se defrontavam com ditaduras de diversos tipos, o certo é que a própria abordagem analítica reduzia o processo político a uma luta entre forças democráticas e autoritárias na qual a democracia representativa era um fim em si mesmo, e se perdia de vista que o processo democrático é interminável, não linear, complexo, cheio de tensões e interrupções, e que contém em si mesmo projetos, aspirações e experiências que não se esgotam nem estão contidos na representação eleitoral (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 17-18).

Como vimos, a democracia representativa limita o conceito de política à luta pelo poder entendido como a obtenção da autorização e da representação por meio das eleições. A democracia participativa apresenta uma outra visão,

[...] cujo fundamento é a ampliação do conceito de política mediante a participação cidadã e a deliberação nos espaços públicos do que deriva uma noção de democracia como um sistema articulado de instâncias de intervenção dos cidadãos nas decisões que lhes concernem e na vigilância do exercício do governo (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 17).

Nesse processo de construção da democracia participativa, os movimentos sociais foram de grande importância, colocando-se enquanto sujeitos por excelência do processo de criação e generalização de uma cultura democrática, onde as novas práticas políticas e novos formatos de sociabilidade passaram a ser vistos com bases mais igualitárias (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999).

As novas práticas políticas e as questões postas em evidência pelos movimentos sociais foram redefinindo o espaço da política, ampliando a política como algo de toda sociedade e não apenas como atividade exclusiva do Estado ou dos partidos.

Em seguida abordaremos elementos da democracia participativa considerando a realidade brasileira.

1.1 A INOVAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Apesar do elitismo ser predominante nas democracias hegemônicas, no Brasil, o processo político evidenciou que as elites não são, necessariamente, as melhores

garantidoras dos valores democráticos (AVRITZER, 2005). A instabilidade democrática esteve presente na maior parte do século XX em consequência da competição entre as elites existentes (AVRITZER, 2005).

Entre 1930 e 1945 o sistema político foi marcado pelo corporativismo. Após um breve período de intenções democráticas com a incorporação dos direitos trabalhistas, o sistema passa a uma forma autoritária de corporativismo com suspensão dos direitos políticos e civis. Segundo Avritzer (2005), o populismo semidemocrático adotado pelo sistema político dominante entre 1945 e 1964, se mostrou instável. O governo Vargas (1950-1954) enfrentou uma rebelião da força aérea e não completou seu mandato. Kubitschek (1960-1965) precisou acionar as forças armadas para tomar posse e enfrentou uma rebelião militar no seu governo. Jânio Quadros renunciou seu mandato e João Goulart foi deposto pelo golpe militar. Entre 1964 a 1985 o país enfrentou a pior experiência autoritária: o Congresso foi fechado por duas vezes e as eleições para presidente foram suspensas, assim como as garantias civis. Entre 1930 e 1980 a totalidade de tentativas de ruptura com a ordem democrática envolveu diferentes conflitos, acerca do papel do Estado, entre as elites (AVRITZER, 2005).

As elites brasileiras empenharam-se no decorrer do século XX em modernizar o país, sem se preocuparem com as mudanças necessárias para atender demandas da população mais empobrecida, como veremos no item 2 desse trabalho. Os serviços públicos não se mostravam adequados às cidades brasileiras. Avritzer (2005) levanta dois fatores que colaboraram para isso: o baixo nível de organização da população do país e a tradição clientelista com repercussão direta no sistema de distribuição de bens públicos.

A indistinção entre o público e o privado esteve presente na nossa história desde longa data com práticas clientelistas, coronelistas, populistas, paternalistas. Com isso, não somente o público foi privadamente apropriado, mas também as relações políticas foram percebidas como extensão das relações privadas, com a superposição do poder pessoal, social e político.

Marcada pelo predomínio dos interesses privados e pela ausência de uma noção de interesse público, a política é vista pelos setores subalternos como

um espaço privado de elites, dos “doutores”, dos “brancos”. A enorme distância entre a política e a maior parte da sociedade [...] freqüentemente interpretada como apatia ou passividade da população, está diretamente vinculada a essa tradição privatista e excludente, marca da política e da construção do Estado e da sociedade no Brasil (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999, p. 48).

Apesar de predominar uma cultura política elitizada, a partir de 1960 proliferam associações comunitárias reivindicando autonomia em relação ao Estado como parte de um movimento generalizado de reação ao autoritarismo.

Segundo Feltran (2006) a construção democrática no país evidenciou a passagem de uma sociedade civil mais apática para uma sociedade civil mais propositiva.

Esse caráter mais ativo, segundo o autor, foi sendo embalado junto com a renovação das matrizes discursivas que balizavam as lutas sindicais, religiosas e marxistas, pela possibilidade do exercício da prática política e de autonomia frente ao Estado. Movidos por paradigmas renovados e se posicionando contrários ao regime ditatorial, surgem alguns movimentos e manifestações públicas, dentre eles: greves dos metalúrgicos, movimento pela anistia aos presos políticos, a teologia da libertação, a criação do PT, movimentos de favelas e cortiços, construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), movimentos de alfabetização de jovens e adultos influenciados por Paulo Freire, Movimento dos Sem-Terra (MST) (FELTRAN, 2006). Com esse caráter de autonomia e de busca pela abertura política, ao longo dos anos de 1980 foi sendo construído, nas palavras do autor, o projeto “democrático popular” migrando as demandas e anseios dos movimentos sociais no final da década de 1970 para canais de participação.

Para Schumpeter (apud FERRAZ, 2009, p. 125), a democracia participativa constitui um modelo de processamento de decisões políticas caracterizadas pela superação da idéia de conjunto de métodos e procedimentos para autorização de governos presentes no modelo democrático representativo.

Esse projeto democrático participativo culminaria, então, no envolvimento da sociedade civil na gestão e na definição do funcionamento do Estado (FELTRAN, 2006), significando o rompimento com a tradição autoritária e uma aposta nas

possibilidades de atuação conjunta entre Estado e sociedade, tanto pela via eleitoral, quanto pela abertura de canais de participação popular nos governos, como com a criação de orçamentos participativos, conselhos gestores de políticas, entre outros (FELTRAN, 2006).

As demandas por participação e por canais de interlocução com o Estado levaram à necessidade e à possibilidade de transformação do Estado e das instituições representativas na direção do reconhecimento da legitimidade dos atores sociais coletivos, que até então tinham sido excluídos dos arranjos políticos adotados (FERRAZ, 2009). A esfera pública passa a ser problematizada e mulheres, negros, trabalhadores, minorias raciais buscam o reconhecimento de seus direitos.

Movimentos sociais, associações civis, entidades de classe, organizações não-governamentais se colocam no espaço público para que as diversidades sejam representadas e para que sejam abertos canais de participação popular. A democracia participativa apresenta-se como um modelo contra-hegemônico demandando novas formas de relacionamento entre a sociedade e o poder público, que fossem além do voto, isto é, da representação.

Ao reivindicarem direitos já existentes e a criação de novos, os diferentes atores sociais rebelavam-se também contra as relações hierárquicas e desiguais entre governantes e governados e ainda contra o autoritarismo social presente nas relações cotidianas (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999). “Assim, além de provocarem e/ou reivindicarem mudanças nos padrões das relações sociais, potencializando a instituição de novos padrões de comportamento social (igualdade de gênero, respeito à natureza, etc.), estes movimentos construíram um novo padrão de cidadania, no sentido do ‘direito a ter direitos’” [...] (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999).

No Brasil, essas formas participativas se destacaram nas últimas décadas do século XX.

Todo esse processo de luta pelo reconhecimento de direitos sociais, de autodeterminação coletiva de uma pluralidade de atores sociais evidenciam uma inovação da democracia, que até então não havia sido considerada pelas democracias hegemônicas (AVRITZER, 2005). A participação popular ganha destaque ultrapassando a visão elitista da democracia representativa.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DO ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL

No Brasil não podemos pensar a democracia participativa no período anterior a 1960, pois é a partir dessa década que organizações da sociedade civil começam a se mobilizar na luta por direitos e por mudanças, enfrentando todo o contexto de repressão da ditadura militar. Entretanto, não podemos considerar que os atores da sociedade civil emergiram meramente como reação contra a ditadura.

O contexto autoritário parece ter configurado uma situação extrema que aglutinou os diversos atores sociais que, mesmo antes da implantação da ditadura no Brasil, já reivindicavam, de alguma forma, participação no processo político. Portanto, a luta comum contra a ditadura reuniu importantes setores sociais que passavam por redefinições, a exemplo da Igreja Católica, dos grupos de esquerda e da estrutura sindical, que de acordo com Sader, modificaram sua relação com seus respectivos públicos e forneciam as novas matrizes que sustentariam a participação política autônoma frente ao Estado, quais sejam, a Teologia da Libertação, o marxismo renovado e o novo sindicalismo, respectivamente (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999, p. 17).

A democracia participativa se dá então com a aglutinação dos diferentes atores reunidos em movimentos sociais, associações civis, entidades de classe e organizações não-governamentais conferindo visibilidade e voz à diversidade cultural e social, “às demandas por ampliação de direitos e inserção na política desses novos atores e de seus temas (discriminações de diversas ordens, superexploração da força de trabalho, acesso a bens e serviços públicos) denunciando a debilidade das instituições representativas para a incorporação dessa diversidade” (FERRAZ, 2009, p. 125).

A participação é entendida, no projeto democrático participativo, como “[...] o compartilhamento do poder decisório do Estado em relação às questões relativas ao

interesse público, distinguindo-se, portanto, de uma concepção de participação que se limita à consulta à população” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 48-49).

Questões que até então eram relegadas ao campo privado como racismo, violência contra as mulheres, passam a ser debatidas no campo público buscando assegurar o espaço público como instância aberta ao debate, aos interesses divergentes, mas que são, ao mesmo tempo, possíveis de serem negociados publicamente (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

A partir daí vão se constituindo sujeitos ativos e políticos que em muitos casos, levantavam demandas que extrapolavam o âmbito local, lutando por mudanças profundas e significativas no que se refere às políticas nacionais. As articulações que ocorriam entre estes sujeitos permitiam a troca de experiência, a afirmação da autonomia e ainda a formação de sua identidade. Segundo o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998-1999, p. 22) “em se tratando dos movimentos sociais urbanos, a questão da autonomia, ou do discurso ‘contra o Estado’, apresentava-se como norte articulador e diferenciador das tradicionais relações de clientelismo”.

Os atores sociais passam a construir relações horizontais, equivalendo saberes, igualando a comunicação dialogal ou discursiva entre as bases populares e os assessores acadêmicos, políticos, sindicais ou religiosos.

A essas experiências de construção de equivalência e competência, que subvergem subordinações e hierarquias, subjaz uma idéia de esfera pública enquanto um procedimento, que toma como ponto de partida a pressuposição de uma certa paridade entre os debatedores, permitindo que a despeito de suas diferenças reais, eles possam deliberar “como se fossem iguais” (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999, p. 54).

Desse modo a democracia participativa aparece no sentido de favorecer uma soberania mais ativa e de fomentar a formação de um espaço público democrático.

Para os teóricos da democracia participativa, o eixo das preocupações encontra-se na autodeterminação coletiva da pluralidade de membros que compõem a sociedade, cujo processo se realiza por meio de sua participação igualitária nos assuntos e decisões de interesse da coletividade. O reconhecimento da pluralidade e a construção de canais em que possa ser expressa por vias diferentes dos mecanismos políticos

tradicionais (partidos e parlamentos) é central no modelo participativo (FERRAZ, 2005, p. 27).

Segundo Ferraz (2005), a democracia participativa vai operar a partir do reconhecimento do processo organizativo de atores sociais coletivos que passam a dar visibilidade e voz à diversidade cultural e social e também às demandas para ampliação de direitos e inserção política desses atores e de seus temas (FERRAZ, 2005).

Nessa forma de democracia a sociedade civil passa a ganhar espaço, contrariando visões de que esta deveria apenas ser consultada nos processos eleitorais e que a partir daí quem conduziria todo esse processo seria a sociedade política, a qual assumiria as causas e os interesses da sociedade civil e monopolizaria as funções de representação legítima (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

Apesar da sociedade civil ser reconhecida enquanto importante ator na construção da democracia, não podemos nos esquecer que esta é composta por uma grande heterogeneidade de atores civis, uma pluralidade de práticas e projetos políticos, alguns deles, inclusive, pouco democratizantes (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006).

É nesse cenário de contradições e de luta por acesso a direitos que se forma o chamado espaço público no Brasil. Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 23) “o conceito de espaço público foi retomado em anos recentes como um dos eixos da inovação democrática”. Segundo os autores, o espaço público até então era relacionado ao Estado já que seu contrário seria o setor privado e o resgate do público como um espaço da sociedade é algo considerado relativamente recente, sendo levantado primeiramente no Brasil.

Para Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 23), “o relevante do resgate contemporâneo do conceito de espaço público é a primazia da publicidade, ou seja, de tornar manifesto o que está oculto, de dizer em público o que havia permanecido privado, de dar a conhecer aos outros as opiniões, valores e princípios que são defendidos”.

Para Habermas (apud GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999) todo o longo processo de construção da esfera pública se origina em uma esfera íntima na qual as pessoas privadas elaboram as experiências de sua subjetividade enquanto seres humanos. A pequena família burguesa, os salões e os círculos literários são apontados como espaços de construção de autonomias, de rompimento com hierarquias fundamentadas num saber assentado em razões de autoridade e de tradição. Ao longo dos séculos, outros espaços vão ganhando destaque como os de cultura popular, muitas vezes ligados a formas de expressão religiosa. Estas esferas de construção de identidade, de auto-estima, de saber e de autonomia, relaciona-se muitas vezes também com movimentos sociais e políticos libertários como os movimentos anarquistas e socialistas.

O Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998-1999) destaca que mais recentemente podemos indicar alguns marcos importantes no processo de construção da esfera pública no Brasil, como no caso das organizações das CEBs onde se valoriza o saber dos leigos; a contribuição da educação popular que com um conjunto de práticas político-pedagógicas, promove a constituição de espaços de equivalência entre educando e educador; e a autonomia dos novos movimentos sociais para o rompimento de subordinações seculares, coronelistas ou populistas.

Essas experiências vão se destacar por ultrapassarem o conceito de espaço público restrito aos interesses da burguesia que se mantém por meio de hierarquias e procedimentos. Elas dão nova roupagem ao sentido de esfera pública que comporta uma diversidade de atores, que aglomera as diferenças e as contradições.

Além disso, podemos considerar que a esfera pública é um espaço de reunião, de representação, de conflito, de discussão, de informação, de negociação frequentado por uma diversidade de atores onde os interesses plurais são debatidos. É o espaço também do reconhecimento dos direitos legais e legítimos, do “direito a ter direitos”, do aprendizado e consolidação de uma cultura de direitos, no qual sujeitos excluídos tradicionalmente da política (e também os incluídos) podem participar de um processo de pertencimento e de construção de identidades, apesar das barreiras

clientelistas e paternalistas que se colocam no caminho e que circulam nesse meio (TELLES, 2006).

O debate sobre o espaço público no Brasil foi conduzido a partir da perspectiva do projeto participativo, que ganhou espaço na Constituição de 1988 e foi defendido no processo de transição por numerosos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Portanto, os espaços públicos seriam aquelas instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento dos atores e de seus temas; seriam espaços não monopolizados por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado e que refletem uma pluralidade social e política e “[...] que, portanto, visibilizam o conflito, oferecendo condições para tratá-lo de maneira tal que se reconheçam os interesses e opiniões na sua diversidade; e nas quais haja uma tendência à igualdade de recursos participantes em termos de informação, conhecimento e poder” (DAGNINO; OLVERA; PABFICHI, 2006, p. 24).

O Grupo de Estudos sobre a Construção democrática (1998-1999, p. 44-45) levanta pontos interessantes para refletirmos a respeito da esfera pública, entendendo esta como parte constitutiva do aprofundamento democrático à medida que:

- a) A construção de espaços públicos torna os mecanismos de decisão política permeáveis à influência dos setores da sociedade civil que geralmente têm sido mantidos à margem desses processos. Logo, favorecem a ampliação da política tanto por questionar a unilateralidade do Estado na tomada de decisões, quanto por questionar a manutenção dos interesses dos grupos privilegiados da sociedade civil;
- b) Ao tornar as decisões políticas resultado de uma deliberação pública ampliada (onde um número maior de interesses e propostas podem se fazer ouvir e representar), as experiências de constituição do espaço público questionam não apenas a exclusão política, mas também evidenciam instrumentos de luta contra a exclusão social. Desse modo, uma reinvenção de procedimentos pode resultar numa revisão de prioridades e agendas;

c) A participação nos espaços públicos possibilita o acesso ao aprendizado e consolidação de uma cultura de direitos que contribui para a convivência entre interlocutores portadores de interesses diferenciados reconhecidos como legítimos;

d) O espaço público, ao ter como fundamento o reconhecimento do outro enquanto um sujeito portador de direitos, tenta burlar as assimetrias de poder e oferecer um campo regulado democraticamente para a administração dos conflitos.

Essas são questões fundamentais no entendimento do espaço público, mas não devemos deixar de mencionar que no espaço público também circulam diferentes projetos políticos.

1.3 OS PROJETOS POLÍTICOS EM DISPUTA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO BRASIL

Apesar de trazer ao cenário público questões importantes, a sociedade civil não pode ser compreendida enquanto pólo da virtude. Diferentes situações perpassam a sociedade brasileira: incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações; confusão entre direitos e privilégios; proximidade de terreno no que diz respeito à conquista de direitos legítimos e o corporativismo; coexistência entre a experiência democrática e práticas autoritárias; combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo (TELLES, 2006).

Enquanto na década de 1980 aqueles que acreditavam no projeto democrático participativo lutavam pelo reconhecimento e ampliação dos direitos sociais, na próxima década, no bojo da reforma do Estado foram realizadas fortes investidas do modelo neoliberal⁹ para a supressão dos direitos, oferecendo o mercado enquanto opção sedutora. A esfera privada é vista como simulacro da cidadania, reforçando os

⁹ O neoliberalismo situa-se como uma alternativa à crise mundial no setor público sendo pensado por países que ocupam posições estratégicas como os Estados Unidos, Canadá, Inglaterra. Os países periféricos passaram a realizar reformas de acordo com os países centrais. A reforma foi marcada por programas de ajustes, impulsionada pelas agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI); O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (CARCANHOLO, M. D, 1998).

obstáculos enraizados historicamente (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999). As garantias formais são atacadas, reduzindo com isso a possibilidade também de ampliação do olhar sobre a dinâmica social onde os direitos se estruturam (TELLES, 2006).

O processo de construção democrática no Brasil foi orientado, conforme Dagnino (2004), por distintos projetos políticos¹⁰. De um lado o projeto democratizante e participativo que emergiu na luta contra o regime militar, empreendido por setores da sociedade civil, em especial por movimentos sociais. Esse projeto possibilitou um alargamento da democracia que se expressou na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos espaços de discussão e tomada de decisão.

O marco formal desse processo é a constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia (DAGNINO, 2004, p. 95).

A autora menciona dois marcos no percurso desse projeto. O primeiro está relacionado ao restabelecimento da democracia formal com eleições livres e a reorganização partidária. Nesse sentido, o projeto democrático participativo, configurado no interior da sociedade foi levado para o âmbito do poder do Estado. O segundo diz respeito à substituição do confronto e antagonismo que marcaram a relação entre o Estado e a sociedade civil nos anos 1980.

Essa aposta deve ser entendida num contexto onde o princípio de participação da sociedade civil se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade (DAGNINO, 2004, p. 96).

Como exemplos desses espaços temos os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, os Orçamentos Participativos e fóruns.

Distinto do projeto democrático temos o projeto de Estado mínimo, implementado a partir da eleição de Collor em 1989 como parte do ajuste neoliberal. Este tem como

¹⁰ Compreendido enquanto visão de mundo, ou seja, conjunto de valores, crenças, interesses acerca do que é e do que deve ser a sociedade e que orientam a ação política dos diferentes sujeitos (DAGNINO, 2002).

princípio básico a isenção progressiva de seu papel de garantidor de direitos, buscando encolher suas responsabilidades sociais e transferi-las para a sociedade civil (DAGNINO, 2004). Tal estratégia nasce como fruto de reformas neoliberais e se expande no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir da mudança do Decreto-lei 200 de 1967¹¹. Este “[...] propôs uma reforma administrativa centrada na idéia da transição de uma administração pública burocrática para uma administração pública gerencial” (NUNES, 2003, p. 13). Essa reforma significou a descentralização dos controles gerenciais, a flexibilização de normas, estruturas e procedimentos (NOGUEIRA, 2005).

A reforma se fez nos anos de 1990 com o pretexto de quebrar as amarras do modelo burocrático, democratizar as relações e “[...] sintonizar as economias nacionais, as sociedades e o aparato estatal com uma globalização econômica [...]” tendo como argumento central a superação da “crise” do Estado (NOGUEIRA, 2005, p. 40-41).

Esta “crise” teria três componentes relacionados: crise fiscal, crise no modelo de intervenção do Estado e crise no modelo burocrático de administração pública. O Estado Social Burocrático entra em crise na década de 1970 e os teóricos da reforma propõem a constituição de um Estado Social Liberal (SIQUEIRA, 2008).

Com essa reforma, a sociedade civil ganha destaque para se fazer presente nos projetos do Estado, tornando-se sua grande “aliada”. Essa identidade de propósitos é, conforme Dagnino (2004), evidentemente aparente. Entretanto ela se faz em base sólida e é cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, o que dificulta o seu deciframento, em especial para os atores da sociedade civil envolvidos, já que se faz em termos familiares e sedutores, “[...] pois são muitos os discursos, projetos e os conceitos de sociedade civil, e nem sempre se sabe a que é que os diferentes interlocutores se referem quando falam desse ‘novo’ espaço social” (NOGUEIRA, 2005, p. 58-59). De acordo com Nogueira (2005), esse ‘novo’ espaço sustentaria uma visão reduzida da sociedade civil relacionando-a a recurso

¹¹ Tal decreto garantia o planejamento sobre as ações estatais, assim como seu controle durante todo o andamento das ações. Quando os militares saem do poder executivo, a tecnoburocracia estatal que dele se aproveitava, insatisfeitos com a perda de poder propõem modificar os avanços que o Decreto-lei 200 trouxeram para a administração pública. A mudança proposta constitui-se na passagem do controle rígido dos processos para o controle de resultados.

gerencial onde grupos, indivíduos e comunidades seriam base das políticas públicas, sendo organizados subalternamente, domesticados, entendidos de modo “técnico”.

A atuação conjunta por mais que se pretenda harmoniosa, não o é. São relações tensas que trazem em si o conflito de posições. Como hipótese explicativa, esse conflito e tensão serão maiores ou menores dependendo do quanto o Estado e a sociedade civil compartilham seus projetos e com que centralidade o fazem. Com isso a autora nos lembra do caráter de construção histórica dessas relações, “[...] no sentido de que elas são objeto da política e, portanto, transformáveis pela ação política” (DAGNINO, 2002, p. 281). Ao contrário de interpretações que dão ênfase apenas aos aspectos estruturais da distinção entre Estado e sociedade civil, como se fosse um dado irredutível ou como sendo uma relação naturalmente de opostos.

Enquanto os projetos democratizantes construídos no período da ditadura militar se voltam aos interesses das classes subalternas, os projetos neoliberais buscam a manutenção da ordem capitalista com discursos que propõe ações conjuntas entre a sociedade civil e o Estado que encobertam os reais interesses envolvidos.

Dagnino (2004) utiliza o “termo” confluência perversa com o objetivo de caracterizar o papel que tem assumido a sociedade civil nesse cenário “democrático”, se referindo a um fenômeno cujas conseqüências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar. Ao discutir a disputa política, e como parte constituinte, a disputa simbólica, a autora levanta a questão da crise discursiva que parece atravessar as expectativas contemporâneas de construção democrática no Brasil.

Essa crise discursiva resulta de uma confluência perversa entre, de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nosso país ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático (DAGNINO, 2004, p.138).

A perversidade se encontra no compartilhamento de projetos políticos entre Estado e sociedade civil onde projetos diferentes usam a mesma terminologia, mas que

representam significados diferentes acerca de sociedade civil, cidadania e democracia.

De um lado, com a Constituinte, a sociedade civil conquistou a abertura formal de espaços públicos à sua participação, porém ao mesmo tempo houve um encolhimento do Estado e uma progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil. De acordo com Dagnino (2004, p. 141-142) ao mesmo tempo em que forças que sustentam o projeto participativo democratizante defendem “a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias” como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, correm o risco de servir aos objetivos do projeto que lhe é antagônico.

Dagnino (2002) enfatiza que nem a sociedade, nem o Estado devem ser entendidos como o demiurgo do aprofundamento democrático. Assim a sociedade se inscreve num contexto contraditório, como possuidora de projetos políticos antagônicos entre si e que no seu interior perpetua aspectos voltados à raiz autoritária e conservadora, assim como no Estado permanecem desenhos autoritários que não se renderam aos apelos e impulsos participativos demandados pela sociedade.

Tatagiba (2003) discute a participação da sociedade civil nos espaços públicos a partir de dois modelos que seguem os projetos políticos estudados até o momento: o modelo democrático-popular e o modelo gerencial. As análises realizadas sobre tais modelos apontam em duas direções: para a participação da sociedade civil nos processos decisórios ou para a implementação da reforma do Estado e manutenção do ideário neoliberal.

Os modelos democrático-popular e gerencial afirmam a necessidade de superar a cultura patrimonial e burocrática como condição para a renovação da administração pública no Brasil, favorecendo com isso a participação popular. Mas esta convergência para a participação apresenta diferentes propósitos. Tais modelos, de acordo com a autora, podem assumir características tutelares ou emancipatórias, podem ocorrer no sentido da democratização da relação entre o Estado e a sociedade civil ou podem manter/reforçar os vínculos tradicionais.

As modalidades de parceria e de participação social criadas na relação entre o Estado e a sociedade civil apontam para a: multiplicação dos espaços públicos; democratização da gestão; ampliação dos temas e inserção de novos atores, podendo criar nessa relação, a emancipação dos sujeitos envolvidos ou a desresponsabilização do Estado, transferindo encargos e responsabilidades para atores da sociedade civil (TATAGIBA, 2003).

Para Nogueira (2005) as novas objetivações do capitalismo e da sociedade moderna levam a participação a se deslocar da política e ao perder o seu conteúdo ético-político, passa a ter um vínculo mais estreito com os interesses particulares.

Há uma espécie de tendência objetiva que força a que a participação deixe de ser pensada como recurso vital para a recriação do social, a fundação de novos Estados ou a instituição de formas mais democráticas e civilizadas de convivência, e passe a ser pensada como um meio para a inversão de prioridades governamentais e a transferência de custos gerenciais (NOGUEIRA, 2005, p. 140).

A participação passa a ser um instrumento que remete à harmonia entre governantes e governados como forma de alívio e agilização da ação governamental para dividir os custos e decisões, bem como para reduzir atritos entre governo e sociedade (NOGUEIRA, 2005), além de ser entendida como fundamental “[...] face à expectativa da redução dos custos, otimização dos esforços, e controle da aplicação e distribuição das verbas públicas” (TATAGIBA, 2003, p. 55).

A princípio havia a convicção de que

[...] os processos participativos, ou mais genericamente, mecanismos de consulta popular, negociação e formação ampliada de consensos, agiriam “contra” o crescimento econômico, na medida em que dificultariam a tomada rápida de decisões e, com isso, prolongariam indevidamente o tempo de formulação e implementação de políticas (NOGUEIRA, 2005, p.117).

No entanto, pouco a pouco a opinião prevalecente se deslocou para o lado oposto, passando a entender a participação não somente como um valor em si, mas também como importante no fornecimento de sustentabilidade às políticas públicas e ao próprio desenvolvimento. “Os processos participativos converteram-se, assim, em recurso estratégico do desenvolvimento sustentável e da formulação de políticas públicas, particularmente na área social” (NOGUEIRA, 2005, p. 118). Passam a ser

aceitos por todos os espectros políticos e ideológicos e também pelas agências internacionais de financiamento.

A participação passa então a ser utilizada como meio de ajuste aos programas e projetos neoliberais e para obtenção de consenso, retirando da realidade brasileira, um cenário político e social favorável à construção de uma hegemonia alternativa.

Nogueira (2005, p. 120) apresenta dois subtemas decisivos e complementares acerca do assunto: a “[...] gestão participativa que se ‘despubliciza’ por não ter um Estado como referência e a gestão participativa promovida pelo Estado e mediante iniciativa governamental”. Enquanto no primeiro há uma ausência do Estado, no segundo vislumbra-se um Estado que se apresenta integrado à sociedade civil promovendo sua própria superação. De acordo com Nogueira (2005, p. 120) ou o Estado se dilui como um poder separado, como propõe a tradição da esquerda democrática e revolucionária “[...] ou como um Estado que capitula diante da sociedade, mediante a redução de seu tamanho e de suas atribuições, conforme prega o discurso neoliberal”. Tais dilemas e aspectos contraditórios advindos da participação se associam a um contexto, como já vimos, que atende a exigências da modernidade radicalizada e da globalização capitalista.

Todo esse contexto de abertura democrática, parcerias estabelecidas entre Estado e sociedade civil, de negociações, provocará alterações nas interpretações acerca dos movimentos sociais. Conforme o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998-1999) a década de 1990 vai testemunhar uma diminuição da ênfase no espontaneísmo e no poder popular. Um conjunto de trabalhos passa a enfatizar o “refluxo” dos movimentos, como se os mesmos tivessem exercido um papel simplesmente reativo ao contexto da ditadura militar, sem a capacidade de se redefinirem e de atuarem frente ao novo formato de forma propositiva. Contrapondo à essa visão, o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998-1999) compreenderá que os movimentos sociais vivem um momento, nos anos de 1990, de redefinições e não de refluxo.

A sociedade civil passa, então, a apresentar alterações significativas no tocante à sua configuração, sua atuação e aos impactos que causa no conjunto da sociedade. O contexto de explosão, visibilidade e combatividade que caracterizou o quadro do associativismo dos anos 70 e

80 redimensiona-se, nos anos 90, configurando-se um novo cenário associativista no país (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999, p. 25).

Seis elementos podem ser elencados na composição desse momento: 1- maior disponibilidade dos atores da sociedade civil de negociarem com o Estado, como são demonstradas as experiências de parcerias existentes; 2- tendência à institucionalização dos movimentos e das ONGs, no sentido de uma maior profissionalização, eficácia nos resultados, captação e otimização de recursos materiais e humanos; 3- ampliação das temáticas abordadas pela sociedade no novo cenário de liberdade de associação; 4- manifestação mais explícita da pluralidade de intenções, da heterogeneidade de posições e demandas – clivagens, conflitos e ambigüidades, que existem no interior da sociedade civil e emergem com mais força num cenário em que os projetos não mais se unificam em torno de um objetivo comum, qual seja, a luta contra a ditadura; 5- maiores possibilidades, diante das “liberdades democráticas”, de uma atuação na esfera pública e de ampliação no grau de publicidade das demandas e problemas sociais apontados pela sociedade civil e por último 6- articulações entre os movimentos sociais e com diferentes atores sociais em rede mais ou menos formalizadas, configurando um novo padrão de atuação dos movimentos sociais (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999).

Diante disso, surgem algumas inquietações importantes. Em primeiro lugar, a ampliação e pluralização dos atores que ocupam o espaço da sociedade civil tornam mais complexas as tentativas de uma maior especificação acerca do conjunto de atores em uma categoria. Em segundo lugar, com as crescentes interações com o Estado há a ressignificação dos conceitos de identidade e autonomia, no sentido de que os processos de gestão propositiva requerem uma nova postura nas relações com o Estado acarretando um conjunto de conflitos e dilemas para os atores da sociedade civil que reivindicam uma relação igualitária e por último, a dinamicidade e as articulações entre os atores, demandas e estratégias de ação vêm requerendo a construção de novas ferramentas teóricas capazes de propiciar melhor entendimento desta realidade.

Torna-se claro, que todas as mudanças ocorridas na relação entre o Estado e a sociedade civil apresentam desafios, ainda mais se considerarmos os elementos destacados anteriormente como os projetos políticos em jogo, a criação de espaços formais de participação e a multiplicidade de atores, grupos, temas e discursos existentes.

Na intenção de analisarmos os elementos aqui apresentados, no próximo item estudaremos a realidade do ES com ênfase no município da Serra. Procurando compreender em quais bases se assentaram a construção do projeto democrático participativo, analisaremos as mudanças socioeconômicas e políticas ocorridas com o crescimento urbano e a articulação dos diferentes atores sociais do município que se organizaram, diante das carências urbanas, para lutar pelo acesso aos serviços e bens públicos. Nesse processo, como veremos, o poder público respondeu às demandas com políticas desmobilizadoras (clientelismo, paternalismo, assistencialismo, corporativismo).

2 A “MODERNIZAÇÃO” DA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DO MUNICÍPIO DA SERRA

2.1 CONJUNTURA NACIONAL

Para entendermos a conjuntura do estado do Espírito Santo torna-se fundamental inseri-la no contexto nacional, onde as mudanças político-econômicas mais gerais afetam de modo significativo a realidade capixaba. Características peculiares marcam essa realidade tal qual a indistinção entre o público e o privado onde práticas clientelistas, coronelistas, populistas, paternalistas se fazem presente. Conforme o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998-1999), as relações políticas em muitos momentos são percebidas como extensões das relações privadas com a superposição do poder pessoal, social e político. A participação do governo do estado na mudança da estrutura de produção demonstram essa realidade.

Até 1930 a economia nacional dependia basicamente da produção agrícola e o café era sua base. O Brasil mantinha grande ligação com o exterior, exportando seus produtos primários (dentre eles o café) e importando bens de consumo industriais (SIQUEIRA, 1991).

No decorrer dos anos de 1930 inicia-se a fase do desenvolvimento industrial e a base agrária tradicional aos poucos é deixada para trás. Siqueira (1991) cita alguns processos históricos que contribuíram para tal mudança: a Primeira Guerra Mundial enquanto fator que desestrutura o mercado, rompe com as relações de troca (realizada via exportação e importação) e, além disso, suspende a entrada de capitais estrangeiros dando lugar à expansão do comércio interno nacional; a crise econômica de 1929 que evidencia a fragilidade da monocultura brasileira enquanto sustentáculo da economia; e a Revolução de 1930 que contribuiu para o fortalecimento das classes urbanas e a ascensão da burguesia rumo ao poder.

Ou seja, foram criados mecanismos que privilegiaram a manutenção da burguesia no poder. Desse modo, podemos considerar, conforme Avritzer (2005) que a

instabilidade esteve presente nesse período em consequência da competição entre as elites existentes (AVRITZER, 2005). Os coronéis que até então disputavam entre si o poder, passam a competir com a burguesia que veio ascender juntamente com as grandes mudanças ocorridas com o processo de industrialização do país.

Segundo Silva (2004, p. 61) “[...] após a Segunda Guerra, o Brasil industrializou-se, urbanizou-se, ampliou o acesso à educação, modernizou profundamente seus processos produtivos, transformou-se na 8ª economia mundial, entre outras mudanças significativas”. Esses processos trouxeram mudanças no aparelho estatal, pois as oligarquias até então voltadas para as negociações externas, direcionaram seus interesses para o mercado interno e para a expansão do capitalismo no Brasil (SIQUEIRA, 1991).

Entre 1930 e 1950 houve a expansão da produção industrial com o crescimento rápido da implantação de bens e consumos pelos empresários. A política econômica de governo atuou na captação de recursos para financiamento do setor público, na questão cambial e no investimento no setor petrolífero (SIQUEIRA, 1991).

O setor de energia, aço, petroquímica, mineração foi fortalecido enquanto o empresariado nacional mostrou-se frágil. Para a reprodução do capital, o Estado colocou-se na função de ator poderoso no cenário econômico, tutelando ações no campo econômico para o “desenvolvimento” do país. Interesses que até então se localizavam no campo privado de coronéis e oligarcas passam a receber apoio do Estado para a sua sustentação frente às dificuldades encontradas.

De acordo com a autora, entre 1930 a 1945, depois de um breve período de intenções democráticas passou-se a uma forma autoritária de corporativismo, tanto que as eleições regulares e os direitos civis e políticos foram suspensos. Por trás dessa gramática política havia a necessidade da manutenção dos mesmos grupos políticos no poder, sem que com isso fossem consideradas as demandas da população mais empobrecida, reafirmando que as elites no poder não possibilitaram o desenvolvimento de valores democráticos e nem construíram formas estáveis de governo (AVRITZER, 2005).

Entre 1945 e 1964, o regime político dominante foi o populismo semidemocrático onde todos os mandatos presidenciais estiveram sujeitos a algum tipo de questionamento. Vargas, por exemplo, não completou o seu segundo mandato após enfrentar uma rebelião organizada na área trabalhista. A instabilidade acompanhou essa década, o país passou por períodos de recessos relacionados com a crise fiscal e o Estado passou a lidar com o esgotamento do modelo econômico vigente, bem como com o aumento das reivindicações feitas pelas organizações populares (SIQUEIRA, 1991).

Em 1964, quando se esgota qualquer forma de negociação política, instala-se o regime autoritário “[...] onde é anulado qualquer espaço de participação popular e a participação das classes médias urbanas quase reduz-se ao plano das aparências” (SIQUEIRA, 1991, p. 21). O país enfrentou a pior experiência autoritária, o Congresso foi fechado por duas vezes e as eleições para presidente foram suspensas, assim como as garantias civis. Entre 1930 e 1980 a totalidade de tentativas de ruptura com a ordem democrática envolveu diferentes conflitos (AVRITZER, 2005).

Nesse período, os militares no poder passam a adotar a lógica de acumulação e os projetos de desenvolvimento “nacionalista” vão gerar contradições no plano social, uma vez que não há um projeto voltado para o bem-estar da população. Com medidas cada vez mais corporativas, apenas uma camada vai participar do desenvolvimento gerado pelas políticas adotadas pelo Estado. Como dito no início desse item, o poder público estende os privilégios para o âmbito privado afirmando com isso o poder pessoal, social e político existente (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999).

Com a internacionalização crescente das relações capitalistas ocorrem transformações no conjunto dos países periféricos como no caso do Brasil. O processo de expansão capitalista trouxe mudanças que refletiram nas relações econômicas do país, tais como a nova divisão do trabalho criada pelas multinacionais onde o sistema produtivo passa a incorporar uma intensa mão-de-obra de baixo custo (SIQUEIRA, 1991). A falta de opção e de capacitação da população trabalhadora fez com que esse sistema fosse incorporado com sucesso.

O Brasil atrelou-se aos projetos capitalistas e não mediu esforços para estimular, com incentivos fiscais, a instalação de empresas estrangeiras no país. Ao final da década de 1960 ocorre o chamado “milagre econômico”, com a acelerada expansão econômica e com um novo ciclo conjuntural onde a estratégia de crescimento volta-se para o mercado externo. Com isso, segundo Siqueira (1991), as prioridades que se direcionavam para o mercado interno, passam a atender às necessidades do mercado mundial. A entrada de capital estrangeiro e os incentivos à exportação geraram tanto distorções quanto o crescimento da economia brasileira, sem com isso direcionar a atenção para processos democráticos.

A internacionalização da economia estimulada para um rápido crescimento econômico provocou um alto grau de dependência externa e, por conseguinte, uma retração na economia. Essa retração, em meados de 1973, apresenta-se em ritmo acelerado desequilibrando a balança de pagamentos e aumentando a inflação (SIQUEIRA, 1991). Além das questões de conjuntura nacional, a economia brasileira também sofreu com a dependência aos grandes centros do capitalismo internacional (SIQUEIRA, 1991).

Porém, devido ao modelo de desenvolvimento adotado e a concomitante crise no sistema capitalista mundial, a partir de meados dos anos 70, a economia, a sociedade e o Estado brasileiro passaram a vivenciar um conjunto de crises plurais que se explicitaram de forma mais contundente durante os anos 80 (SILVA, 2004, p. 61).

“A queda do crescimento econômico vinculada à crise do capitalismo em geral provocou a crise sócio-econômica travestida em crise política, que se estendeu sobre várias formas até a década de 80” (SIQUEIRA, 1991, p. 25). O crescimento acelerado do setor industrial e a queda do setor agrícola geraram um processo caótico de urbanização e o empobrecimento cada vez maior de uma camada da população. A dissociação entre o econômico e o social provocou grandes questões estruturais na sociedade como um todo, “[...] impossíveis de se dissolverem sem que ocorra uma radical mudança conjuntural, uma vez que um dos pontos negativos do desenvolvimento brasileiro fundamenta-se na imperfeição da distribuição de rendas, que gera e aprofunda desníveis sociais” (SIQUEIRA, 1991, p. 27).

Para Avritzer (2005) o projeto de modernização implementado pelas elites brasileiras transformou o Brasil que era predominantemente rural numa economia voltada para a industrialização. A população que se dedicava ao setor industrial cresceu de 10,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1940 para 24,3% em 1980 e a população que trabalhava na agricultura decresceu de 65,8% para 29,9%. Ocorreu um fluxo de pessoas que deixaram de exercer atividades no campo, se direcionando aos grandes centros urbanos, se sujeitando a receber baixa remuneração e sem com isso garantir seu sustento que anteriormente era retirado através da economia familiar.

Como resultado desse processo o país tornou-se um dos países mais desiguais do mundo. Os dados apresentados por Avritzer (2005) revelam que as maiores cidades do Brasil cresceram a taxas inacreditáveis entre 1950 e 1980, a população quadruplicou nos centros e no Espírito Santo a população duplicou, de 1.298.242 em 1960 passa a 2.023.338 em 1980.

O aumento da população não foi acompanhado de uma administração pública racional que aumentasse proporcionalmente os serviços públicos. As carências de serviços urbanos eram enormes no início da década de 1980. Somente 80,2% da população do Sudeste do país e 59,6% da população da região Sul tinham acesso à água tratada em 1984 e somente 55% da população urbana do Sudeste e 11,8% da região Sul tinham acesso à rede de saneamento (AVRITZER, 2005). Os interesses privados mostraram-se predominantes em todo esse período reforçando privilégios das elites, o corporativismo e a cultura política autoritária. A instabilidade de ações no campo político mostra que as elites não foram as responsáveis pela construção de processos voltados à democracia. As decisões políticas não envolviam a população, a mesma encontrava-se refém de um sistema construtor de desigualdades que não considerava as demandas sociais.

Até a década de 1970, a atuação da sociedade civil não se destacou no espaço público. Manifestações públicas foram realizadas em alguns momentos, como no caso das lutas trabalhistas na década de 1940, entretanto a sociedade só passa a ganhar destaque quando passa a lutar contra o autoritarismo e a favor da

participação da população nas decisões públicas que, até então, ocorriam apenas na eleição de seus representantes.

Até a década de 1970, podemos considerar que a democracia representativa manteve-se hegemônica. Como vimos até esse período, ocorreram inúmeras mudanças que foram impulsionando a alteração da realidade brasileira. Abaixo destacaremos o Espírito Santo como parte dessa nova realidade.

2.2 ESPÍRITO SANTO: A PASSAGEM DE ESTADO AGRÁRIO-EXPORTADOR A URBANO-INDUSTRIAL

Nesse item realizaremos um estudo da conjuntura do estado do Espírito Santo a fim de apontar as grandes mudanças em sua estrutura socioeconômica que influenciaram diretamente o município da Serra.

Segundo Silva (1986), a emergência do estado do Espírito Santo no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro se concretiza com a expansão da economia cafeeira. Sua importância foi acentuada a partir de fins da década de 1940 com os altos preços oferecidos pelo mercado internacional, influenciando no aumento do plantio deste produto no estado (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 47). Essa valorização fez com que de 1940 a 1960 houvesse um crescimento de 74% no número total de cafeeiros. No que se refere às estruturas produtivas, estas se concentraram nas mãos dos coronéis, que incentivados pelo governo Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1947–1950), mantiveram a característica típica dos proprietários de terras pré-capitalistas (SILVA, 1986).

Silva (1995) revela que durante a vigência da “Política dos Governadores” o estado estava dividido em três grandes regiões: Central, Sul e Norte. Na região Sul (Cachoeiro do Itapemirim) os coronéis dominavam, com suas propriedades de café controlavam o eleitorado rural. Na região Central (Vitória e Cariacica) assim como na região Norte (São Mateus), as pequenas propriedades privadas predominavam entre os imigrantes estrangeiros. Estes receberam frações pequenas de terras, com

precária infraestrutura, em locais de difícil acesso e com solo infértil. Assim tais imigrantes viviam em péssimas condições, sofriam carências de todos os tipos e ainda eram submetidos às ordens dos grandes proprietários rurais. Os coronéis no estado do Espírito Santo exerciam grande poder e disputavam, entre eles, o controle dos municípios. As disputas políticas eram travadas entre os coronéis pertencentes às famílias tradicionais (SILVA, 1995).

Segundo Silva (1986) a dominação oligárquica se reproduziu durante o Império e a República. As forças agrofundiárias formadas por fazendeiros do café, atuantes enquanto coronéis do interior e as forças mercantis-exportadoras constituídas por exportadores de café, grandes e médios comerciantes travavam um forte embate pela disputa política no estado. Além dessas forças, entre 1940 e 1960, surgiram os agricultores rurais (80% da população) que também disputavam o poder e aquelas constituídas pelas classes médias e populares urbanas (SILVA, 1986). A partir de meados dos anos 1950 as práticas populistas se mostraram presentes. O populismo ao mesmo tempo em que marcou o ingresso da maioria da população no jogo político, colocou a demanda desta população nas mãos das elites tradicionais (SILVA, 1986). Do mesmo modo que o exposto na conjuntura nacional, o estado do ES também não foi capaz de seguir uma política voltada à democratização das relações entre o Estado e a sociedade civil. Ao contrário disso, os traços que marcaram os governos assumidos até então privilegiaram determinadas classes em detrimento de outras, apropriando-se de recursos públicos para satisfação de interesses privados.

Ao mesmo tempo em que as relações se caracterizavam pelo clientelismo, a Primeira República também foi sinônimo de modernização do estado. Seguindo o rol de governadores vindos de famílias “renomadas” no estado é eleito Jones dos Santos Neves para o pleito de 1951 a 1955. Em contraposição ao projeto agroexportador, que representava os interesses das elites rurais, seu governo voltou-se para ações com vistas à industrialização do estado, inserindo o estado no projeto nacional denominado de desenvolvimentista. Ao mesmo tempo em que seu governo realizou investimentos de grande porte tal qual a implantação do sistema energético e a implantação do Complexo Hidrelétrico de Rio Bonito, continuou a incentivar a plantação de café. Enquanto principal produto, os altos preços e o

incentivo do poder público para o aumento da produção tornaram o café, o produto de grande representatividade na economia estadual. Entretanto, o estado passa a sofrer com a queda dos preços gerando crises de grandes proporções a serem enfrentadas pelo governador (SILVA, 1986).

O governo Jones com sua política de modernização do Estado foi influenciado pelo populismo, onde atrelado ao setor mercantil exportador, o governo passou a ocupar o poder estadual junto com os setores urbanos e representantes da pequena produção rural numa tentativa de conciliar os diversos interesses (SIQUEIRA, 1991).

Outro governador marcadamente populista foi Francisco Lacerda de Aguiar eleito no mandato de 1955-1958 e mais adiante de 1963-1966. O populismo adotado favoreceu o enraizamento de uma cultura política pautada na troca de favor, de paternalismo, construindo uma cultura política fragmentada, com predisposição ao individualismo e pouca valorização do coletivo.

No campo econômico, ao contrário do governo anterior, Francisco Aguiar investiu na área rural e foi considerado por isso, um atraso para o estado. No seu primeiro governo enfrentou uma crise sem precedentes na produção cafeeira. Os altos preços do café e o incentivo do poder público para o aumento da produção fez com que tal produto passasse a ter grande representatividade na economia do estado. Em decorrência do aumento dos cafezais as produções se tornaram superiores à capacidade de absorção do mercado consumidor, o que converteu o “boom” da superprodução em grave crise com quedas nos preços internacionais do produto a partir de 1955. Segundo Rocha e Morandi (1991, p. 50), “[...] registrou-se uma queda de 29%, e em 1959 de 51,7% em relação ao preço médio de 1954”.

Para termos uma ideia da situação, segundo Doimo e Banck (1989), até 1960, a cultura do café constituía a base da economia do estado, representando 92,1% da composição de sua renda, enquanto a indústria local representava apenas 7,9%. Em 1960, 68,1% da População Economicamente Ativa (PEA) estadual estava empregada no setor agrícola, e a lavoura cafeeira era responsável pelo emprego de aproximadamente 80% da população ocupada (ROCHA; MORANDI, 1991).

A queda dos preços decorrente da superprodução, apesar de ter ocorrido praticamente em todos os estados brasileiros, afetou de forma particular a economia capixaba que se mostrou resistente à crise de superprodução¹² por ter como prevalência a agricultura familiar. Mesmo dependendo do café para a geração de renda, a unidade produtora dependia muito pouco do café para sua subsistência, “[...] pois produzia a parte fundamental dos produtos básicos de alimentação” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 50). Diante da dificuldade de acesso a recursos para aquisição de produtos no mercado, estes produtores tinham a possibilidade de alterar seus hábitos de consumo, passando a plantar seus próprios produtos (ROCHA; MORANDI, 1991).

Esperava-se, portanto, que não havendo interferências exógenas, ocorresse apenas redução da renda interna estadual, o que redundaria em retardamento do processo de acumulação (ROCHA; MORANDI, 1991), entretanto, a crise cafeeira no âmbito da economia nacional, fez com que o Estado, no início da década de 1960, adotasse uma nova orientação para a política cafeeira criando o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (Gerca). O Grupo tinha por objetivo executar o planejamento da produção cafeeira no sentido de reduzir as grandes safras. Para tal direcionava-se a partir de três diretrizes: erradicação dos cafezais antieconômicos, diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação de parcela dos cafezais. Destas, apenas a primeira conseguiu se tornar o instrumento de interferência no setor cafeeiro, as demais não tiveram conseqüências significativas (ROCHA; MORANDI, 1991).

O programa de erradicação atingiu todas as regiões produtoras do país, mas algumas tiveram proporcionalmente um maior número de pés erradicados como foi o caso do Espírito Santo. De 71% da área total cultivada, 53% foi erradicado. Enquanto em Minas Gerais, São Paulo e Paraná a erradicação foi de respectivamente 33%, 26% e 28% dos cafeeiros e 41,2%, 26,5% e 19,8% das áreas cultivadas. Isso, segundo Rocha; Morandi (1991) pode ser explicado pelo fato da

¹² Isso não significa, segundo Rocha e Morandi (1991), que os setores capitalistas existentes não tivessem sofrido perdas em seu processo de acumulação, pois, a substancial renda gerada pela cafeicultura e a sua não compensação com outras atividades produtivas levariam tais capitalistas a enfrentarem sérios problemas.

cafeicultura capixaba apresentar baixa produtividade e ser, em sua maior parte, antieconômica.

A política de erradicação afetou de forma profunda a economia capixaba, criou uma crise social de grandes proporções com redução da renda e do emprego, o que provocou o empobrecimento econômico e um vigoroso processo de expulsão da população do campo para a cidade. “Estima-se o desemprego de aproximadamente 60 mil pessoas, o que, considerando uma taxa média de dependência de 3 por 1, mostra ter sido afetado um total aproximado de 240 mil pessoas [...]” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 57).

O governo utilizou estratégias populistas para mediar os efeitos da crise.

Revestindo-se do tom dos discursos políticos da época, as políticas formuladas no governo Francisco Lacerda de Aguiar apresentavam estar eminentemente voltadas para as camadas desprotegidas da sociedade, as quais localizavam-se majoritariamente nas áreas rurais sofrendo os impactos da crise cafeeira. Todavia, com seu estilo populista, o governador tentava minimizar as contradições existentes entre as classes sociais envolvidas nesse processo prometendo manter a estrutura agropecuária existente fornecendo apoio tanto às pequenas, quanto às médias e grandes agro-indústrias, o que agradava diversas camadas da sociedade capixaba (BRUCE, 2007, p. 83).

Adotando o populismo enquanto base de sua política, o então governador, conseguia fragmentar as lutas e dispersar qualquer ação que se voltasse a interesses coletivos.

Nos anos de 1960 as forças políticas se ampliaram com o surgimento de um novo grupo de líderes, ligados às massas populares. Segundo Silva (1995), a Federação das Indústrias do Espírito Santo com a ação de comerciantes e industriais apareceu enquanto ator político que influenciou a ação do Estado rompendo de modo lento com o chamado burgo tradicional. A sociedade complexificou-se e ampliou suas bases de interesses passando a conviver com dois conjuntos sociais distintos: um segmento mais moderno e organizado representado pelos sindicatos, federações, associações, partidos políticos e um grande contingente de excluídos do mercado formal de trabalho que participam dos momentos das eleições (SILVA, 1995).

Com o golpe militar em 1964, a imprensa foi censurada, os partidos políticos controlados e qualquer movimento que fosse considerado comunista foi reprimido. O governo de Francisco Aguiar também sofreu represálias sendo obrigado, em 1966, a entregar sua carta de denúncia sob acusação de manter ligações com elementos “subversivos” da sociedade devido à sua postura populista, dando início a uma nova fase no ES marcada pela repressão política (SIMÃO apud BRUCE, 2007). Seu vice assume o governo até janeiro de 1967 quando foi eleito pelo voto indireto da Assembléia Legislativa Christiano Lopes Filho (1967-1971).

O estado do ES somente entra numa fase industrial propriamente dita no final da década de 1960 e início da década de 1970 (DOIMO; BANCK, 1989). Tal mudança ocorreu num curto espaço de tempo. Em menos de quinze anos o perfil socioeconômico do estado modificou-se radicalmente, “[...] passando de predominantemente agrário-exportador em meados dos anos 60 para urbano-industrial nas décadas seguintes¹³” (SILVA, 1998, p. 102).

A estrutura da sociedade capixaba sofre alterações. A aparente dualidade entre o campo e a cidade modifica-se: com o processo de modernização, o campo enquanto grande força econômica passa a ser subordinado financeira e politicamente à cidade e à indústria (ANJOS et al. 1987).

Segundo Doimo e Banck (1989) o Programa de Erradicação dos Cafezais fez com que mais de 50.000 trabalhadores perdessem suas atividades de subsistência, perfazendo um total de 150.000 pessoas que saíram das lavouras de café para as áreas urbanas, sendo o destino da maioria, a Grande Vitória (GV)¹⁴. “Embora o projeto de erradicação de café previsse a posterior diversificação de culturas, a política de incentivos fiscais e o 'aperfeiçoamento' não funcionaram, acarretando a

¹³ Segundo Silva (1998, p. 102), “Só para termos uma ideia do que isso significa, nas sociedades capitalistas avançadas essas mudanças ocorreram no espaço aproximado de mais de um século; no caso brasileiro, notadamente no centro-sul, essas mudanças vêm ocorrendo desde os anos 30, o que representa um período de meio século. No Espírito Santo, no entanto, essa transformação ocorreu em menos de vinte anos!...”

¹⁴ A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Foi constituída pela Lei Complementar estadual 58, de 21.02.1995, e posteriormente modificada em 1999 e 2001, quando incorporou, respectivamente, os municípios de Guarapari e Fundão (WIKIPÉDIA, 2008).

transformação de 70% da área erradicada em pastagens, que, como sabemos, ocupa pouca força de trabalho” (DOIMO, 1984, p. 42).

De outro lado, a implantação dos chamados “Grandes Projetos Industriais” (complexos: siderúrgico, para-químico e portuário) representaram, na década de 1970, um chamariz aos imigrantes do campo e estados vizinhos (DOIMO; BANCK, 1989) que vinham compor a massa de trabalhadores da área industrial. A implantação de grandes empresas foi incentivada pelo governo do estado em diferentes municípios. Podemos citar alguns exemplos de empresas que vieram para o estado beneficiadas com incentivos fiscais: Companhia Ferro e Aço de Vitória; Fábrica de Cimento de Cachoeiro do Itapemirim; Companhia Siderúrgica de Tubarão; Usina de Pellets da Companhia Vale do Rio Doce; Aracruz Florestal e Aracruz Celulose, entre outras (SERPA, 1990).

Segundo Doimo (1984), para a implantação dos “Grandes Projetos Industriais” era preciso aumentar o contingente de trabalhadores que vendessem sua mão-de-obra a preços baixos. A propaganda nos jornais locais contribuiu para canalizar o fluxo para a Grande Vitória, que nessa década (1970) já recebia pessoas do Sul da Bahia e de Minas Gerais.

Anjos (et al., 1987) destaca publicação de alguns intelectuais do estado no jornal do Brasil em 18/12/1977 refletindo sobre esse processo de propaganda: a imprensa oficial destacou que o pacote dos “Grandes Projetos Industriais” geraria 21 mil novos empregos diretos, entretanto, foram criados apenas 5.500 novos empregos; na instalação do complexo industrial, muitos trabalhadores foram empregados, mas ao seu término, estes foram reduzidos, como no caso da Aracruz Celulose que a princípio utilizou 14 mil trabalhadores, mas com a conclusão de sua instalação reduziu este número para 3.550. Como as expectativas dos trabalhadores não foram atendidas, estes tiveram que buscar por si alternativas de sobrevivência. A questão social complexificou-se no estado sem a devida intervenção gerando aumento da violência, pobreza, desemprego e outros (SILVA, 1998).

Como podemos verificar na tabela abaixo o complexo siderúrgico recebeu o maior investimento e também a maior proposta de oferta de empregos. Os demais

complexos: para-químico, portuário, naval e turístico também foram inseridos no rol de investimentos estatais, entretanto com investimentos menores e oferta de emprego também inferiores ao siderúrgico. Desse modo, se analisarmos tal proposta a partir dos setores envolvidos, o setor industrial recebeu o maior investimento (US\$ 2.941,000), enquanto o setor agrícola, até então grande responsável por movimentar a economia do estado, recebeu apenas US\$ 265,000, o que demonstra uma clara mudança de planos do estado transferindo a prioridade de investimento para o setor industrial. A proposta de empregos vinda juntamente com os investimentos nos diferentes complexos mostrou-se um atrativo para que grande parte da população rural migrasse para as cidades a fim de melhorar suas condições de vida (ANJOS et al, 1987).

TABELA 1- PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO - 1970

		Totais por complexo					Totais por setor			
		Siderúrgico	Para-Químico	Portuário	Naval	Turístico	Total Geral	Agrícola	Industrial	Serviços
Oferta de empregos		12.900	5.870	1.980	4.400	9.000	34.150	4.170	19.000	10.980
Investimentos (US\$ 10⁶)		2.190	890	290	126	190	3.686	265	2.941	480
Valor da produção (US\$ 10⁶)		1.620	280	-	57	200	2.157	-	1.957	200
Exportação (US\$ 10⁶)		1.040	260	550	20	15	1.335	-	320	15

Fonte: Espírito Santo Agora (197?).

O governo do estado participou de várias formas no processo de industrialização. Realizou investimentos diretos, adotou medidas para aumentar a população, reorganizou o aparato estatal, criou mecanismos fiscais de subsídio e isenção às empresas, investiu na infra-estrutura necessária à instalação dos “Grandes Projetos Industriais” (DOIMO, 1984).

Entre 1967 a 1969, houve a participação da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo na dinamização da economia capixaba. Na década seguinte o estado recebeu financiamento do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), do Grupo Executivo de Recuperação do Espírito Santo (Geres) e do Fundo de Recuperação do Espírito Santo (Funres). Recebeu também, nessa mesma década, incentivos fiscais criados pelo Decreto-Lei 800 e Lei 2.469 (ANJOS et. al. 1987). A partir de 1970 o governo do estado criou o Fundo de Desenvolvimento das

Atividades Portuárias (Fundap) para incrementar as importações no Porto de Vitória. No ano de 1971 com o governador Arthur Carlos Gerhardt dos Santos no governo (1971-1974) foi criada a Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Suppin) ligada à Secretaria de Indústria e Comércio para preparar os “distritos industriais” (DOIMO, 1984). Em 1975 o novo governador Elcio Álvares (1975-1978) aprova a lei nº 3.043 que extinguiu alguns órgãos do estado e criou treze secretarias, ampliando o setor de serviços oferecidos.

No campo político Eurico Rezende (1979-1983) é o último governador a ser eleito pelo voto indireto. A permissão das eleições diretas para governadores de estados em 1982 foi considerada a principal medida liberalizante do regime militar. No campo econômico, no fim da década de 1970, a Suppin adquiriu uma área de 330 hectares para a implantação do Centro Industrial de Carapina (DOIMO, 1984).

Doimo (1984) considera a posição do estado como aliada à reprodução do capitalismo. De um lado, houve, por parte do governo do estado, empenho na destinação de recursos para a industrialização. De outro, o estado apresenta carência de recursos para implantar serviços e equipamentos necessários a um crescimento ordenado do espaço urbano e para uma conseqüente reprodução da força de trabalho. Isso resulta no drama da urbanização caótica, onde se fez propaganda de um estado promissor que oferece um futuro melhor, mas que esconde a real situação de trabalho mal remunerado, escasso, com problemas diversos, relacionados à habitação, transporte coletivo, saúde, educação, saneamento básico e lazer.

2.3 O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA (RMGV)

Houve um grande crescimento da população capixaba. Podemos dizer que esse crescimento acompanhou a realidade do país.

De 1960 a 1980 houve um crescimento de 56% no ES enquanto no Brasil a população cresceu 70%. De 1960 a 2000 podemos notar um crescimento de 138% no ES enquanto no Brasil houve um aumento de 142%.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE NO ES E BRASIL – 1960/1970/1980/1991/1996/2000

ANO	ES	BRASIL
1960	1.298.242	70.070.457
1970	1.599.324	93.139.037
1980	2.023.338	119.002.706
1991	2.600.623	146.825.475
1996	2.802.7017	157.070.163
2000	3.094.390	169.799.170

Fonte: IBGE, Censo demográfico (2000); IPES (2008).

A população total do Espírito Santo cresceu em números elevados, chegou a quase dobrar o número de moradores em 25 anos (1960 – 1985). A população rural, que até a década de 1970 mantinha-se como maioria sofre redução de quase 39% entre 1960 e 1985, a população urbana quadruplicou nesse período, conforme quadro abaixo.

TABELA 3 - POPULAÇÃO TOTAL: RURAL E URBANA – ESPÍRITO SANTO – 1960/1970/1980/1985

Ano	População total do Estado	Urbana		Rural	
		Nº	%	Nº	%
1960	1.418.438	403.461	28,44	1.014.887	71,55
1970	1.617.857	734.756	45,41	883.101	54,58
1980	2.023.340	1.351.646	66,81	671.694	33,19
1985	2.284.659	1.664.714	72,86	619.945	27,14

Fonte: IBGE apud ANJOS et al. (1987).

A Grande Vitória condensou a maior parte da população vinda do campo. Em 20 anos (1960 a 1980) esta passou de 194.220 habitantes para 800.000, o que significa um aumento de mais de 310% da população.

Este adensamento populacional na Região Metropolitana é consequência do modelo histórico-econômico vigente no estado nas três últimas décadas, que têm reflexos múltiplos nos demais setores da sociedade. Pode-se constatar que a concentração da população da Grande Vitória (GV) em relação ao estado é extensiva às atividades econômicas: a GV concentra cerca de 86,7% dos empregos do setor de serviços; 57,9% dos empregos no comércio; mais de 60% dos empregos do setor industrial (CARLOS, 2003).

Em virtude disso, o desenvolvimento estadual ocorre em especial na área metropolitana marcando a concentração regional.

TABELA 4 - POPULAÇÃO TOTAL GRANDE VITÓRIA – 1960/1970/1980

ANO	POPULAÇÃO TOTAL GRANDE VITÓRIA
1960	194.220
1970	386.338
1980	800.000

Fonte: ESPÍRITO SANTO apud DOIMO (1984).

Com esse “inchaço” populacional urbano ocorrido na RMGV, muitos problemas urbanos foram surgindo, pois os municípios não possuíam uma estrutura de serviços urbanos adequada.

Analisando as taxas de crescimento da população da Grande Vitória podemos notar que o município da Serra apresentou o maior crescimento seguido de Viana. Enquanto em Viana o crescimento foi 122,6 % no período de dez anos, Serra apresentou uma taxa de 274,9% nesse mesmo período, conforme podemos conferir na tabela abaixo.

TABELA 5 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA RMGV (1970/1980)

Municípios	1970	1980	Taxas de crescimento %	
			No período de 10 anos	Ao ano
Vitória	138.019	207.736	50,51	4,17
Vila Velha	123.742	203.401	64,37	5,09
Cariacica	101.422	189.099	86,44	6,42
Serra	17.386	82.581	274,9	16,9
Viana	10.529	23.440	122,6	8,33

Fonte: Censo demográfico IBGE (1980).

Todo o processo de modernização acelerada do estado do Espírito Santo atingiu de modo particular o município da Serra que até meados de 1960 era um município basicamente agrícola. De acordo com Serpa (1990), em 1970, o crescimento populacional é de quase 100%. No censo de 1980 esse número continua subindo intensamente, registrando 82.450 habitantes (ou seja, um crescimento de quase 400%), que se deve à implantação de indústrias como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atual Arcelor Mittal e da instalação de Centros Industriais de Vitória (Civits).

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA SERRA E REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA (RMGV) DA DÉCADA DE 1960 AO ANO 2000

ANO	SERRA	RMGV
1960	9.192	194.311
1970	17.286	385.998
1980	82.581	744.744
1991	222.159	1.126.638
1996	270.373	1.256.084
2000	330.874	1.425.788

Fonte: IPES, IBGE, Censo demográfico (2000).

Informações veiculadas no jornal A gazeta (1980) trazem a seguinte informação: “Serra poderá ter 400 mil habitantes até 1985” e na matéria o prefeito diz estar preocupado com o crescimento pelos problemas sociais que surgiriam. Desse modo, esse crescimento acelerado ocorrido no espaço urbano trouxe desequilíbrios sociais que se manifestaram na forma de eclosão dos bairros residenciais, sem condições mínimas de moradia e na intensificação do número de ocupações e favelas. Bolsões de pobreza se formaram nas periferias da GV e nos demais municípios decorrentes principalmente do não aproveitamento de mais da metade da mão-de-obra utilizada na construção dos complexos industriais (CARLOS, 2003).

Segundo Carlos (2003) o crescimento desequilibrado gerou a segregação social e o sistema excludente ampliou suas diferenças quanto às oportunidades de educação, saúde, saneamento básico e moradia. O município recebeu grandes investimentos estaduais como vimos na tabela 1 e ao mesmo tempo forneceu mão-de-obra que garantiu o tão sonhado “desenvolvimento”. Entretanto, a modernização gerou paralelamente, o aumento populacional e a pobreza. Tal situação embalou movimentos na luta por reconhecimento de suas necessidades. A sociedade civil que até então era apenas consultada nos processos eleitorais, passa a se colocar no espaço público enquanto importante ator que reivindica mudanças nas estruturas de poder, lutando por seu reconhecimento e para que espaços de participação sejam abertos.

No item abaixo passaremos a dar destaque a esses atores que até então haviam sido relegados a segundo plano tendo apenas como espaço de expressão de seus interesses, as eleições para seus representantes. Em muitos casos, nem nesses momentos expressavam seus reais interesses por se renderem a propostas clientelistas e paternalistas, através da venda de votos.

2.4 LUTAS E MOVIMENTOS QUE NASCEM DAS CARÊNCIAS URBANAS

A instalação das grandes empresas não foi sinônimo de melhorias sociais para a população. A migração veio acompanhada de concentração fundiária e “[...] os Grandes Projetos não foram capazes de gerar os empregos prometidos” (SERPA, 1990, p. 22).

Segundo Doimo e Banck (1989), a urbanização que ocorreu de modo desenfreado e contraditório não tardou em dar mostras em seu compromisso prioritário com a reprodução do grande capital deixando de lado investimentos nos meios de consumo e equipamentos coletivos (transporte, habitação, saneamento básico, educação, etc.), necessários à reprodução da força de trabalho. “Assim, enquanto os Grandes Projetos Industriais ganhavam formas concretas ampliando o setor da construção civil – beneficiários dos amplos contingentes de trabalhadores desqualificados saídos do campo – a Grande Vitória passava a conhecer inúmeros problemas urbanos” (DOIMO; BANCK, 1989, p. 16).

De um lado tivemos a implantação de diferentes empresas na área industrial com apoio do governo do estado para o desenvolvimento da economia, influenciando no aumento exorbitante do fluxo de moradores para a Grande Vitória e em especial para o município da Serra. De outro, encontramos uma população desamparada no que se refere aos serviços sociais básicos. Bolsões de pobreza se formaram com concentração de favelas em determinados espaços urbanos, milhares de pessoas ficaram desempregadas e sem qualificação profissional, muitas sofreram nas filas de hospitais e nos postos de saúde. Estes são problemas que vão trazer sofrimento para grande parte da população capixaba, gerando indignação e insatisfação. A apatia que até então envolvia a sociedade civil passa a dar lugar a uma sociedade ativa, que apesar das políticas desmobilizadoras adotadas (clientelismo, paternalismo, corporativismo), conseguem reagir ao descaso e reivindicar melhores condições de vida. Esta que até então tinha sido deixada à margem das decisões políticas passa a questionar a unilateralidade do estado (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999).

A princípio reivindica como forma de reação, mas ao mesmo tempo passa a compreender a complexidade que envolve esse processo e amplia as lutas. Pessoas simples se juntam, grupos de interesses se formam e essas experiências começam a expressar a insatisfação com as consequências do crescimento industrial e urbano para o estado e para o município da Serra. Como resultado disso, as lutas e movimentos possibilitarão a construção de um espaço público mais plural e menos hierárquico que expresse as disputas políticas e os interesses em jogo.

Impulsionadas pelos anseios de redemocratização do país, pelo desejo da participação popular e também pela necessidade do enfrentamento das carências urbanas, muitas ações foram realizadas envolvendo interesses imediatos dos indivíduos e grupos (GOHN, 2001) como veremos nas discussões a seguir. As carências urbanas aglomeraram diferentes pessoas e possibilitaram a organização da população e o surgimento de lideranças. As lutas em torno das necessidades sociais acabaram por contribuir com a redução do isolamento e da fragmentação impostas pelo crescimento urbano desordenado.

Na tentativa de expor o quadro social existente na RMGV, enfatizando em particular o município da Serra, consideraremos alguns dados. As informações levantadas nos dão base para refletirmos a realidade estudada, a formação dos grupos em torno de reivindicações e a adesão da população às lutas ocorridas nos espaços públicos. O contexto a ser apresentado, se por um lado interferiu no modo de vida da população, por outro foi formando a necessidade da organização da população para reivindicar direitos, nascendo com isso a consciência de garantia dos mesmos. Os direitos foram assim sendo incorporados às lutas e fornecendo elementos para que a participação popular se fortalecesse nos espaços públicos. A insatisfação com os problemas vivenciados e a solidariedade entre os diferentes atores sociais foram elementos que contribuíram para as lutas e movimentos ocorridos. Abaixo descreveremos alguns problemas sociais que evidenciam o quanto a população estava excluída das prioridades do governo.

Os serviços de saúde mostraram-se incapazes de atender às necessidades da população capixaba. Segundo Anjos et al (1987), a deficiência desse sistema se encontra na escassez de recursos destinados para a implantação de novos serviços

hospitalares, nas poucas verbas disponíveis para remunerar os profissionais e manter os serviços em condições adequadas. Como consequência há a demora no atendimento (às vezes meses).

Segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1988), o estado dispunha em 1985 de 22 hospitais para atender a uma população estimada em 2.287.888 habitantes. Por ser uma população numerosa e pela quantidade de instituições de saúde existentes se mostrar pequena, o acesso aos serviços de saúde torna-se difícil e de baixa qualidade.

No município da Serra a precariedade dos serviços de saúde também se repete. Dos 22 hospitais públicos existentes no estado em 1982, 02 localizam-se na Serra e com apenas 32 leitos. Os postos de saúde são insuficientes para atender a todos os bairros somando ao todo 20 unidades. Sem dar conta de atender a todos que necessitam e sem um suporte adequado, a qualidade do serviço cai (ANJOS et al., 1987).

TABELA 7 – SERVIÇOS DE SAÚDE EXISTENTES NO MUNICÍPIO DA SERRA EM 1982/1983

Nº DE HOSPITAIS	Nº DE LEITOS	POSTOS DE SAÚDE
2	32	20

Fonte: Cadastro de Informações Estatísticas (1984); Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e na Serra (2008).

Nota: Dados adaptados pela autora.

No jornal A gazeta da época (1980) há uma manchete chamando a atenção para a falta desse serviço no município. Segundo informação, os moradores denunciam que os serviços básicos de saúde como maternidade e ortopedia inexistem no município da Serra, forçando a população a se deslocar para outros municípios. Os postos de saúde são mal-equipados, faltam nebulizadores, aparelhos para analisar ouvido e garganta de pacientes. Os médicos da região relatam que o principal problema é a falta de material humano especializado, principalmente no Centro de Saúde de Carapina, onde apenas duas atendentes de enfermagem são contratadas. Segundo reportagem, serventes estão sendo aproveitadas como auxiliares de enfermagem faltando ainda materiais básicos como roupas de cama. Os partos não são feitos por médicos e sim por parteiras que atendem no Centro Social da Sede. A maternidade

do Pronto-Socorro de Carapina foi fechada por falta de recursos do município para manutenção dos 25 leitos existentes (A GAZETA, 1980). Os investimentos direcionados pelo governo do estado para os empreendimentos industriais não ocorreram com o mesmo interesse para a área social.

Segundo informações da reportagem de A Gazeta (1987), no Posto de Saúde do bairro Boa Vista, os equipamentos do consultório são improvisados e foram doados pela comunidade: uma maca feita de dois cavaletes e uma tábua, uma cômoda, três prateleiras pequenas de madeira onde são colocados os poucos medicamentos existentes. O médico, na reportagem, ironiza dizendo que não costuma encaminhar os pacientes para exames porque não sabe para onde mandá-los.

Diante da precariedade dos serviços de saúde, não restou outra alternativa à população do que a sua organização para que essa situação se modificasse ou fosse ao menos amenizada. Observamos que as lutas empreendidas aconteceram como uma forma de reação que buscaram soluções para problemas imediatos, como no caso, na década de 1980, da inauguração do Pronto-Socorro de Carapina e o movimento realizado para que o Hospital Dório Silva fosse aberto¹⁵. Pessoas estavam morrendo sem atendimento e tais espaços apesar de estarem prontos para atender ainda não tinham sido abertos. Foi preciso que duas mil pessoas fossem para as ruas para a inauguração do Pronto-Socorro, do mesmo modo que também foi preciso grande mobilização popular para abertura do Hospital Dório Silva.

O espaço já tava construído e José Maria tava esperando o momento da eleição para poder abrir e as pessoas estavam morrendo por falta de atendimento médico e o pronto-socorro tava todo equipado, [...] e aí nós queríamos que fosse feito na Serra uma inauguração simbólica do pronto-socorro e depois nós fizemos uma manifestação da saúde na Serra onde nós colocamos ali mais de duas, três mil pessoas e na Serra tinha pouca gente na época, eram duas mil pessoas de todos os bairros (entrevistado 5a¹⁶).

Ao lado disso, em diferentes bairros do município, as manifestações foram tomando forma e expansão. A questão da saúde começou a se tornar um problema de grande proporção gerando insatisfações recorrentes. Na tabela abaixo podemos perceber

¹⁵ Informações baseadas nas entrevistas realizadas.

¹⁶ Foram entrevistados dois representantes do PCB que contribuíram para a formação do partido no município da Serra. No texto quando referir-me a 5a este dirá respeito a Luíz Carlos Bezerra e quando referir-me a 5b a Aurélio Carlos Marcos de Moura. Estes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizaram a divulgação de seus nomes.

que em pelo menos 12 bairros do município, questões relacionadas à saúde foram colocadas como principais reivindicações por associações de moradores e por movimentos comunitários, o que significa uma intensa movimentação.

TABELA 8 - ATORES SOCIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO E PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES – DÉCADA DE 1980

BAIRROS	ATORES ENVOLVIDOS	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES
André Carlone	- Associações de moradores do Bairro; - Movimento Comunitário do conjunto André Carloni; - CEB	- Infraestrutura, transporte; - Transporte, telefone, posto de saúde; - Conscientização dos direitos.
Barro Branco	- Associação de moradores do bairro; - Pastoral Operária	- Melhorias no bairro; - Conscientização do operariado.
Bairro das Flores	- Movimento comunitário do Conjunto Dr. Pedro Feu Rosa; - Associação de moradores do bairro; - Centro Comunitário Dr. Tancredo de Almeida Neves	- Distribuição de roupas, sapatos; - Posto médico, reforma da escola, campanha eleitoral, transporte coletivo; - Transporte coletivo, escola, recolhimento do lixo, policiamento.
Bairro de Fátima	- Associação de moradores do bairro; - Conselho da CEB; - Núcleo de dinamização do PCB	- Melhorias para o bairro; - Atender a necessidade da comunidade; - Fortalecimento dos movimentos democráticos do bairro.
Belvedere	- Associação de moradores do bairro	- Luta por direitos.
Bicanga	- Associação de moradores do bairro	- Telefone público, água encanada, posto médico, ônibus.
Boa Vista	- Associação de moradores; - Comunidade católica Santa Rita; - Grupo de mulheres da Igreja Católica de Santa Rita.	- Luta pelo esgoto, esporte, lazer, moradia; - Luta por direitos e igualdade; - Direitos da mulher.
Câmara	- Associação de moradores; - Grupo de senhoras; - Comunidade Católica N. Sª da Conceição	- Divulgação do bairro; - Colégio, esgoto, iluminação, calçamento; - Colégio, esgoto, calçamento, casas, iluminação, averbação de terrenos.
Campinho da Serra II	- Associação de moradores	- Creche, esgoto, iluminação pública, calçamento.
Carapebus	- Associação de moradores	- Abertura de ruas, melhorias no colégio, saúde, água, iluminação, esgoto, ônibus.
Carapina Grande	- Associação de moradores; - Grupo de Mulheres da comunidade São João Batista; - CEB - Conselho de Mulheres da Igreja de São Pedro; - CEB Conselho da Igreja São Pedro	- Melhorias para o bairro; - Telefone, esgoto; - Asfalto, esgoto, ônibus; - Melhorias no bairro.
Carapina I	- Centro Comunitário Castro Alves	- Melhorias no bairro.
Cascata	- Associação de moradores	- Melhorias no bairro, pela implantação da Constituinte, enfrentamento Prefeitura da Serra.
Centro	- Associação de moradores	- Escola, pronto-socorro, esgoto, área de lazer.

BAIRROS	ATORES ENVOLVIDOS	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES
Chácara Parreiral	- Centro Comunitário Chácara Parreiral	- Assistência em geral.
Continental	- Associação de moradores	- Melhorias no bairro.
Diamantina	- Associação de moradores	- Melhorias na infra-estrutura, abertura de ruas.
El Dourado	- Associação de moradores	- Melhorias em geral.
Eurico Salles	- Associação de moradores	- Esporte, lazer, construção da quadra.
Hélio Ferraz	- Associação de moradores	- Posto de saúde, ônibus, escola.
Jacaraípe	- Associação de moradores	- Transporte, saneamento, educação, saúde, comunicação.
Jacaraípe II	- Associação de moradores	- Abertura de ruas, iluminação pública, rede de água.
Jardim Bela Vista	- Associação de moradores	- Transporte, esgoto, calçada.
Jardim Limoeiro	- Associação de moradores	- Esgoto, calçamento, iluminação pública.
Jardim Tropical	- Associação de moradores	- Rede de água, iluminação, escola, posto, esgoto, merenda escolar.
José de Anchieta I	- centro Comunitário José de Anchieta	- Melhoria educação, creche, lazer, saúde.
José de Anchieta II	- Associação de moradores	- Construção do Centro Comunitário.
Laranjeiras	- Associação de moradores	- Melhorias em geral.
Manguinhos	- Centro Comunitário Paulo José	- Criação de biblioteca, horta comunitária, melhorias na comunidade.
Manoel Plaza	- Associação de moradores	- Asfalto.
Maringá	- Associação de moradores	- Iluminação pública, transporte.
Mata da Serra	- Associação de moradores	- Transporte, melhorias sociais.
Nova Almeida	- Associação de moradores	- Iluminação do cemitério, creche com posto médico, calçamento de ruas, viaturas policiais.
Nova Carapina	- Associação de moradores	- Transporte, futebol, creche, Centro Comunitário.
Novo Horizonte	- Associação de moradores	- Esporte, saúde, calçamento, asfalto, segurança, água, luz e esgotos.
Parque Residencial Barcelona	- Associação de moradores	- Melhorias no bairro.
Parque Residencial Laranjeiras	- Associação de moradores; - Núcleo do PT	- Biblioteca Comunitária, cursos; - Melhorias no bairro.
Pitanga	- Associação de moradores	- Asfaltamento de rua, saneamento, posto de saúde, creche, escolas, bibliotecas, cursos.
Porto Canoa	- Associação de moradores	- Creche, delegacia, ginásio.
Santo Antônio	- Associação de moradores; - Pastoral Operária	- Calçamento, urbanização, esgoto, pavimentação; - Luta pelo trabalhador.
São Diogo I e II	- Associação de moradores	- Saúde, limpeza pública, educação, lazer.
São Domingos/Jardim Guanabara	- Associação de moradores	- Melhorias no bairro.
São Geraldo	- Associação de moradores	- Esporte, lazer, saneamento, segurança, creche, asfalto, transporte.
São Marcos	- Associação de moradores	- Melhorias no bairro.
Serra Dourada I	- Associação de moradores	- Melhorias no bairro.
Serra Dourada II	- Associação de moradores	- Posto policial, escolas técnicas, pronto-socorro.

BAIRROS	ATORES ENVOLVIDOS	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES
Valparaíso	- Associação de moradores	- Infraestrutura para o bairro, construção de colégio, quebra-molas.
Vila Nova	- Associação de moradores; - Comunidade N. S ^a do Carmo; - Conselho da Comunidade N. S ^a do Carmo	- Construção de colégio, água, luz, esgoto, iluminação pública; - Direitos econômicos e políticos; - Melhorias no bairro.
Serra Dourada III	- Associação de moradores	- Melhorias no bairro.
Sossego	- Associação de moradores; - Centro Comunitário; - Grupo de Senhoras	- Iluminação pública, aterro, policiamento e orelhão; - Aterro, drenagem, calçamento, saneamento, escadaria; - Aterro, esgoto, iluminação pública.
Taquara I	- Associação de moradores; - Pastoral Operária; - Jovens comprometidos com um mundo melhor; - Conselho da CEB N. S ^a Aparecida	- Luta pelos direitos do povo; - Constituinte, encontro com operários; - Formação de lideranças; - Formação de liderança nas CEBs.
Taquara II	- Associação de moradores; - Pastoral Operária; - Grupo de Jovens	- Luta pelo direito da população; - Direitos dos trabalhadores; - Lutas populares.

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (1987).

Nota: Dados adaptados pela autora.

A precariedade dos serviços oferecidos se por um lado deixou a população à mercê de sua própria sorte, por outro gerou indignação, tendo por consequência a organização popular na luta pelo direito a ter direitos (GOHN, 2001). Podemos considerar que estes foram momentos de muitas dificuldades onde se lutava para se ter algo imediato que desse conta de amenizar as diferentes situações, mas também foram momentos fundamentais para a construção de projetos coletivos, de vivências que apontavam para a capacidade de organização e mobilização da população empobrecida e também para a alteração das decisões públicas. As lutas de caráter imediato e até mesmo reativo possibilitaram um crescimento da sociedade e com isso de sua capacidade de elevar suas demandas para um âmbito de decisões mais amplas, mais coletivas que posteriormente contribuíram para a sua participação nas decisões públicas. Desse modo essas experiências foram fundamentais para a construção de um projeto democrático participativo no município que não se deu da noite para o dia, mas foi construído no decorrer dos anos com pequenas experiências de organização, de articulação entre os bairros, entre os atores e movimentos, de lutas conjuntas que mobilizavam grande número de pessoas, de reafirmação coletiva da necessidade de autonomia e independência desses movimentos em relação ao Estado.

Além da saúde, um outro problema faz parte da realidade capixaba: habitação. Na década de 1960 haviam 1.144.478 pessoas sem domicílio, em 1970, 1.091.329 e em 1980, 910.288. Apesar da redução desse número no decorrer dos anos, este ainda manteve-se alto, conforme tabela abaixo.

TABELA 9 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES¹⁷ URBANOS NO ES CONFORME POPULAÇÃO/DOMICÍLIOS E DEFASAGEM – 1960/1970/1980

DÉCADAS	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS	DEFASAGEM ¹⁸
1960	1.418.438	68.490	1.144.478
1970	1.617.857	131.632	1.091.329
1980	2.023.340	278.263	910.288

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1988).

Como resultado desse processo, essa população numerosa sem residência própria, procurou seus meios para superar tal situação gerando dois processos diferenciados na RMGV: de um lado, no final da década de 1970 e início da década de 1980, aproximadamente 70 mil pessoas ocuparam cerca de 20 terrenos alagados das prefeituras, de outro, os poucos recursos para a construção de domicílios adequados levou à uma crescente “favelização” da população nos morros e mangues. Conforme Doimo e Banck (1989), entre 1970 e 1977, o crescimento dos domicílios duráveis foi de 24%, enquanto o de barracos foi de 46% e segundo Serpa (1990), em 1979, 47% da população da Grande Vitória era favelada, representando 262.000 pessoas.

No município da Serra esse problema também assume grandes dimensões. Em média 14.745 pessoas estariam sem teto para morar (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO, 1980). Esse processo ocorreu dentre outros motivos pela promessa de emprego que os “Grandes Projetos” geraria.

[...] por exemplo, a CST requisitou 30 mil trabalhadores e ficou apenas com 5 mil, ou seja, 25 mil foram mandados embora, poucos retornaram para suas terras, a maioria foi ficando por aqui, desempregado, sem trabalho, com a família, causando grande bolsões de miséria onde na realidade eles iam ocupando as regiões em determinado espaço (entrevistada 1)¹⁹.

¹⁷ Na pesquisa foi considerado domicílio particular permanente aquele localizado em casa, apartamento, construção rústica, quarto ou cômodo destinado exclusivamente à moradia (ANUÁRIO ESTATÍSTICO BRASILEIRO, 1987 – 1988).

¹⁸ Para calcularmos o índice de defasagem, multiplicamos o número de domicílio por quatro considerando que a composição familiar gira em torno desse quantitativo e diminuimos tal valor da população total.

¹⁹ A entrevistada trata-se de Rosa Maria Nascimento Miranda que participa das CEBs desde 1973 e possui atuação no CDDH na Serra. A divulgação de seu nome foi autorizada mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Como as famílias não dispunham de meios para adquirir moradia, a alternativa encontrada foi a de improvisar barracos, o que contribuiu para o crescimento das favelas. Estas foram construídas em locais totalmente sem infraestrutura e os moradores que ali viviam sofriam constantemente a eminência de serem despejados. Para que os moradores não fossem expulsos de suas moradias, as CEBs assessoravam as lutas pela legalização das terras, bairros, com a presença de advogados que se inseriram voluntariamente na luta de resistência aos mandatos de despejo.

As dificuldades no relacionamento com o poder público eram inúmeras. Este não atendia às demandas da população, era preciso grandes manifestações para que algo efetivamente fosse realizado, revelando seu caráter elitista que ao não considerar as necessidades da população, acabava por favorecer a determinados grupos.

Foram construídas casas pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (Inocoop-ES) e pela Companhia Habitacional do Espírito Santo (Cohab) para atender às demandas por habitação da população que trabalhava no município, entretanto estas não foram destinadas aos reais necessitados.

O critério da distribuição destas casas tanto pela Cohab como Inocoop, até agora não tem sido de favorecimento às necessidades locais, nosso Parque Industrial, Comércio, Indústria, os que pagam aluguel e trabalham no município numa população de 85% não conseguiram estas casas. Valem-se de loteamentos populares, aonde conseguem lotes a longo prazos e constroem barracos ou aventuram-se em invasões quando temos uns 2.500 casos. É um verdadeiro paradoxo, quem trabalha na Serra, em grande percentual mora distante e quem recebeu casa aqui também trabalha longe (JORNAL DA SERRA, 1979).

Assim a população que necessita, acaba não sendo atendida por tais programas agravando a situação. Do mesmo modo que ações foram realizadas para melhorar os serviços de saúde do município, ações também foram realizadas para que despejos não ocorressem.

Eu me lembro que em Jardim Carapina houve a ocupação de 5 mil famílias da noite para o dia, e aí a gente foi para lá, nisso veio a questão do despejo da área e a gente não tinha o que fazer, o que a gente vai fazer?! até que um grupo foi para a porta do juiz ficou até quase meia noite sentados na calçada do juiz, porque era ele que era responsável, ele que ia dar a liminar e o juiz disse que não podia fazer nada. No dia seguinte lá no tribunal tinha quase 5 mil pessoas na porta do tribunal (entrevistada 1).

[...] tiveram experiências de Jardim Carapina, Jardim Tropical, de Sossego, de despejo. Sobre Sossego nós ficamos sabendo que o povo seria despejado no outro dia bem cedinho e no outro dia a gente estava lá para assistir ao despejo, mas não pudemos fazer quase nada porque se tratava de decisão judicial. Aí quando chegaram aquelas famílias todas sofridas e o despejo não aconteceu, porque o pessoal decidiu conversar de outra forma e as famílias estão lá até hoje [...] (entrevistada 1).

Essas movimentações evidenciam o quanto a população aderiu às lutas organizadas. Eram movimentos que envolviam um número expressivo de participantes. Aglomerar quase 5 mil pessoas em frente ao Tribunal de Justiça, mostra a importância do assunto para cada um que ali estava. Apesar dos moradores de muitas regiões do município da Serra terem vindo de outros estados e de outros municípios e ainda não terem criado vínculo com o local de moradia e com as pessoas que ali viviam, as dificuldades eram compartilhadas por todos. Se não se organizassem e reagissem de forma coletiva, a situação poderia tornar-se ainda pior.

A solidariedade, então, mostrou-se bastante forte nesse contexto, criando nos participantes dessas lutas o reconhecimento da importância de se lutar para alcançar seus direitos. A princípio as ações se voltavam para questões imediatas, como forma de reação, mas com o passar do tempo estas foram adquirindo outro sentido e em diferentes bairros foram realizadas capacitações e lutas não só para não ocorressem os despejos, mas sim para que a moradia fosse entendida enquanto direito. Dentre estas ações citamos: - formação da Comissão de Moradia para a dinamização da luta e defesa da moradia nos bairros El Dourado, Serra Dourada I, Maringá, Taquara, Sossego, etc; - realização do curso: moradia, movimento popular e uso alternativo do solo promovido pela Comissão de moradia, Comissão de Direitos Humanos e do Instituto de Ação Popular; - passeata com a participação dos mutuários das 03 Serras Douradas clamando pelo direito a moradia. Dessa passeata resultou uma manifestação realizada em frente ao Banco Econômico (agente financeiro) e em frente à Assembleia Legislativa.

As associações de moradores também expandiam as lutas desenvolvidas no município. O aumento das carências urbanas e do número de habitantes nos anos de 1970 e 1980 motivavam suas ações.

[...] a gente tinha todo um contexto na cidade que foi um crescimento, um processo de migração, por conta dessas grandes empresas como CST, Vale, então começou essa

densidade demográfica ela começou demandar questões sociais de saúde na época, habitação, moradia do ponto de vista social que não tinha. As empresas tinham um sistema de habitação para quem trabalhava efetivamente nas empresas até que o processo de construção acabava e depois ocorria um processo de desmobilização dos trabalhadores que ficavam sem emprego, ficavam na cidade e isso começou a gerar um caos, uma demanda social e na época a gente tinha algumas associações de moradores, cinco aproximadamente (entrevistada 3).

Todas essas ações contribuíram para que a sociedade civil não se curvasse frente a tantas carências sociais, negando o autoritarismo, o corporativismo e propondo ações que extrapolavam necessidades imediatas, construindo aos poucos seu espaço no cenário público. Desse modo, segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), vai sendo construído o projeto democrático participativo onde a sociedade não apenas quer ser consultada quanto às questões relativas ao interesse público, mas sim compartilhar a decisão.

Além dos problemas relacionados aos serviços de saúde, habitação e saneamento básico, outra situação que também não se mostra menos preocupante e que tem grande repercussão sobre toda população está relacionado ao emprego e renda. Para compreendermos esse contexto precisamos retomar as mudanças ocorridas no perfil do estado. As relações de trabalho que eram voltadas à agricultura familiar até 1960, passam a trabalho assalariado temporário nas décadas seguintes. Segundo Anjos et al. (apud INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 1987, p. 12), trata-se da forma de produção tipicamente capitalista, onde o objetivo da unidade produtiva não é mais a reprodução simples da família e do parceiro, e sim a acumulação. Nessa relação o emprego não é prioridade e sim o lucro.

O mercado informal tornou-se refúgio para muitas pessoas. No ano de 1977 esse número chega a 103.707 representando em média 24,8% da população capixaba economicamente ativa. Nessas relações a precariedade se manifesta fortemente. Pesquisa da Secretaria do Planejamento realizada em 1977 revela que 47% dos trabalhadores não possuíam carteira de trabalho assinada e ainda que em 1983, 46% das residências tinham a renda menor ou igual a um salário mínimo (DOIMO; BANCK, 1989). Respeitando a lógica do lucro, com o passar dos anos, os trabalhadores da RMGV se viram cada vez mais explorados para aquisição da cesta básica, pois tiveram que aumentar a carga horária dispensada no trabalho

(UFES/NEP apud ANJOS et. al, 1987), conforme podemos observar na tabela abaixo.

TABELA 10 - NÚMERO DE HORAS QUE O INDIVÍDUO QUE PERCEBE MEIO SALÁRIO MÍNIMO TEM QUE TRABALHAR PARA ADQUIRIR A CESTA BÁSICA NA GRANDE VITÓRIA 1983/1984/1985/1986/1987

Mês	Ano				
	1983	1984	1985	1986	1987
Janeiro	-	143h 34min	148h 10min	168h 28min	167h 07min
Fevereiro	-	153h 10min	165h 54min	196h 55min	200h 45min
Março	-	170h 19min	186h 05min	142h 41min	139h 29min
Abril	-	185h 11min	190h 48min	145h 36min	168h 27min
Maio	-	122h 21min	101h 16min	146h 54min	167h 27min
Junho	-	129h 47min	111h 24min	145h 55min	172h 35min
Julho	-	139h 47min	137h 35min	144h 55min	-
Agosto	-	152h 07min	168h 25min	146h 16min	-
Setembro	-	178h 41min	173h 44min	145h 17min	-
Outubro	-	207h 30min	181h 10min	146h 16min	-
Novembro	-	127h 47min	119h 33min	150h 45min	-
Dezembro	126h 04min	135h 49min	133h 52min	152h 54min	-

Fonte: Ufes/NEP apud Anjos et al. (1987).

Nota: Dados adaptados pelo autor.

A situação de subemprego também faz parte da realidade capixaba e pode ser identificada se levantarmos as atividades exercidas pela população que são de baixa produtividade, baixa remuneração e sem vínculo empregatício. “O trabalho autônomo no setor terciário ganha espaço, já que a grande maioria dos trabalhadores recém-chegados do meio rural e/ou desempregados vai encontrar neste, ainda que temporariamente, formas de sobrevivência” (ANJOS et al, 1987, p. 68).

Na tabela abaixo o crescimento de algumas ocupações representam o descrito no parágrafo anterior.

TABELA 11 - ALGUMAS OCUPAÇÕES NO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS QUE CARACTERIZAM O SUBEMPREGO NO ESPÍRITO SANTO - 1970/1980

OCUPAÇÃO	1970	1980
Vendedores ambulantes	3.524	5.837
Carroceiros e tropeiros	1.015	550
Empregadas domésticas	22.458	37.082
Lavadeiras e passadeiras	4.728	7.680
Trabalhadores braçais s/ especificação	8.268	13.408
Guardadores de carro e engraxates	-	309
População Economicamente Ativa (PEA) total	457.787	696.146

Fonte: FIBGE, Censo apud Anjos et al. (1987).

Além das ocupações mencionadas acima, Anjos et. al (1987, p. 71) citam outras “[...] como é o caso das prostitutas, dos catadores de lixo (que exercem essa atividade para comer e/ou para vender o que é catado), eletricitas que trabalham por conta própria, biscateiros, transportadores de carrinhos de mão, bombeiros hidráulicos autônomos, etc.”.

Ao analisar tal situação, considerando os dados do censo de 1980, Anjos et al. (1987, p. 73), concluem

[...] que a maioria dos trabalhadores do Espírito Santo encontram-se numa situação que pode ser classificada como de subemprego - quer se trate de assalariados, de autônomos, de parceiros etc. -, seja pelo tipo de atividade que desenvolvem para sobreviver; seja por não terem as mínimas garantias da CLT ²⁰[...], seja pelo nível de renda (e, portanto, de consumo) a que estão sujeitos.

Esta situação também pode ser encontrada na Serra. Muitos que vieram de outros estados do Brasil e mesmo do interior do estado, chegaram a este município na esperança de melhorar de vida diante da possibilidade de encontrar trabalho, porém a realidade encontrada foi outra. O setor industrial que aparentemente prometia a criação de muitos postos de trabalho, admitiu em 1983, 6.041 trabalhadores, sendo que o número de demissão foi de 8.559. O setor de comércio praticamente demitiu o mesmo número de admitidos e o setor de serviços também apresentou saldo negativo assim como o setor industrial, pois demitiu quase o dobro dos admitidos, conforme tabela 12.

²⁰ CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

**TABELA 12 - INDICADORES DE EMPREGO E DESEMPREGO POR SETORES ECONÔMICOS NO
MUNICÍPIO DA SERRA EM 1983**

INDICADORES	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS
ADMISSÃO	6.041	457	693
DEMISSÃO	8.559	427	1.189
SALDO	- 2.518	30	-496

Fonte: Cadastro de Informações Estatísticas (1984).

Em tese, a cidade deveria oferecer mecanismos que assegurassem a toda população o acesso a benefícios públicos que garantissem condições de vida mais satisfatórias. Entretanto esse processo se contradiz, para a maioria das pessoas o acesso aos bens de serviço torna-se difícil em função dos baixos salários e do desemprego, o que impossibilita arcar com custos para a reprodução da força de trabalho. As empresas que receberam incentivos fiscais do governo do estado empregaram um contingente muito inferior de trabalhadores do que foi divulgado e ainda pagam aos contratados, baixos salários.

Essa situação fez com que os trabalhadores não se calassem. Foram realizadas, por exemplo, greves na CST onde os trabalhadores ficaram parados 22 dias e também na Atlantic Veneer onde se buscava melhores condições de trabalho. Conforme a entrevistada 1

[...] ocorreram greves de operários da construção civil, CST, Greve Geral, movimentos contra o desemprego.

Muitos movimentos foram ocorrendo na defesa da classe trabalhadora e os sindicatos das categorias se mostraram bastante ativos. Estes não estiveram sozinhos nessas lutas, os movimentos populares assim como os partidos políticos de esquerda sempre ofereceram seu apoio. Movimento de mulheres e associações de moradores davam apoio logístico às greves, faziam campanhas de cesta básica nos bairros para que os grevistas pudessem resistir sem receberem salários. Estes movimentos, além disso, marcavam presença nas assembléias e apoiavam na organização das greves. Ao mesmo tempo em que se tratava de uma questão de relação de trabalho, também se tratava de questões relacionadas à: exploração, desigualdade, violência que são temas que também fizeram parte da organização desses atores sociais. Desse modo, participar dessas lutas possibilitava o

fortalecimento dos movimentos e conseqüentemente um incentivo à participação popular.

No que se refere à educação, os dados também não são muito animadores. Informações do IBGE e Censo Demográfico (1980) mostram que da população total do estado 521.432 eram analfabetas sendo que o maior número se concentrou em crianças/adolescentes de 07 a 14 anos num total de 119.564. Em 1985 esse número aumentou para 40,59%, “[...] tal como havia aumentado o número de crianças trabalhando na faixa etária dos 10 aos 14 anos, no mesmo período” (ANJOS et. al, 1987, p. 130) evidenciando uma situação preocupante.

Dois fatores se entrelaçam às condições referentes à educação. Uma se refere às verbas insuficientes para que as escolas cumprissem seu papel de modo adequado, o que resultou nas inúmeras manifestações reivindicando: melhoria salarial para os professores, melhorias na qualidade do ensino e aumento no número de vagas. O outro fator relaciona-se à situação socioeconômica das famílias, onde muitas crianças em idade escolar não ingressam na escola ou dela evadem por terem que começar a trabalhar muito cedo, pela dificuldade de pagar transporte, pela subnutrição (ANJOS et. al, 1987).

O município da Serra também sofre com os serviços educacionais. Segundo dados do Censo (1980), o nível de analfabetismo chegara em 73,9%, ou seja, a maioria da população apresentava-se sem qualificação.

Com essa situação ocorreram muitas reivindicações pela melhoria da educação no município. As associações de moradores assim como as CEBs estiveram à frente de vários movimentos enfrentando o descaso da gestão municipal. Levantamento realizado na Tabela 08 (descrita anteriormente), mostra que 20 bairros do município reivindicam ações relacionadas à educação, o que demonstra insatisfação com o serviço oferecido. Por ser algo comum em diferentes bairros, lutas e movimentos são fortalecidos.

Ao lado disso, destacamos também os problemas relacionados ao transporte. O município da Serra possui um território extenso, as ocupações foram ocorrendo

deixando grandes vazios no espaço urbano. Os bairros distantes entre si dificultavam o acesso, não havia uma uniformidade e continuidade na malha territorial. Tal situação fez com que houvesse uma inadequação da oferta na maioria das linhas de ônibus que serviam o município, principalmente nos horários de pico da manhã e tarde, onde se verificavam lotações muito superiores à capacidade admissível dos veículos (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 1983).

O descumprimento de horários, superlotação, ônibus em péssimas condições, preço alto das tarifas geraram uma série de insatisfações. Destacamos os protestos realizados no Bairro Eldorado onde 300 moradores impediram a circulação de coletivos pelo bairro, pois apenas sete ônibus davam conta de transportar mais de 15 mil moradores que faziam a linha no Bairro Eldorado, Mata da Serra e Porto Canoa (A TRIBUNA, 1987). No jornal A Tribuna (1987) um dos moradores destaca que o governo do estado comprou 220 ônibus e os entregou a empresários para explorar ainda mais os usuários desse serviço, o que considera um grande absurdo.

Praticamente todos os bairros do município sofreram com a má qualidade no serviço de transporte e este assunto tornou-se recorrente nas lutas e mobilizações das associações de moradores, nas reflexões conduzidas nos espaços das CEBs (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 1987). Por isso CEBs e outros movimentos se uniram para lutar contra o aumento de passagem.

Outro momento foi o movimento contra o aumento de passagens, onde juntou-se os movimentos: estudantil, moradia, CDDH, CEBs na década de 1980 (entrevistado 1).

Por ser uma questão que influenciava na mobilidade de grande número de moradores, em pelo menos 11 bairros do município da Serra, a população reivindicava melhorias no sistema de transporte urbano, conforme dados levantados na Tabela 08 (descrita anteriormente). Não tendo uma estrutura capaz de dar conta das necessidades, a insatisfação foi crescendo a cada dia.

Além de todos esses problemas, a violência também serviu para agravar o quadro social no município da Serra. Os próprios movimentos populares sofriam represálias dos militares espalhando o sentimento de medo e insegurança em todo país.

Ao fazer todo esse levantamento do perfil socioeconômico do estado dando enfoque ao município da Serra buscamos elencar algumas lutas e movimentos ocorridos para enfrentar a extrema carência de serviços urbanos oferecidos. Os problemas sociais emergentes geraram a indignação por parte da população. Como vimos na Tabela 8 quase todos os bairros do município estavam envolvidos em alguma forma de luta. A movimentação foi intensa, inclusive com ações que aglomeravam grande número de manifestantes. Lutas que a princípio se mostravam pontuais foram realizadas em diferentes bairros, ganharam um caráter mais amplo, que ultrapassavam interesses imediatos. A reação a determinadas situações foram sendo levadas para o campo dos direitos. Movimentos sociais, associações civis, entidades de classe, organizações não-governamentais se colocaram no espaço público para que as diversidades fossem representadas e para que fossem abertos canais de participação popular. Ao reivindicarem mudanças nos padrões das relações sociais, foi sendo produzido um novo padrão de cidadania, no sentido do direito a ter direitos (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999).

De acordo com o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998-1999), a participação nos espaços públicos possibilita o acesso ao aprendizado e consolidação de uma cultura de direitos que contribui para a convivência entre interlocutores portadores de interesses diferenciados reconhecidos como legítimos. O reconhecimento dos conflitos existentes, evidenciam um espaço público que admite a pluralidade, as diferenças, as assimetrias do poder oferecendo um possível campo de construção da democracia participativa.

A construção desse espaço público envolveu diferentes atores sociais que fortaleceram as lutas e movimentos. Apesar de apresentarem interesses diferenciados tinham pontos em comum que se juntavam em torno das carências urbanas. Destacaremos no próximo item, como partidos políticos de esquerda, movimentos de igrejas, associações de moradores e movimento de mulheres, tiveram papel fundamental nas lutas realizadas no município.

3 A EMERGÊNCIA DE DIFERENTES ATORES SOCIAIS NO CENÁRIO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DA SERRA

Nesse item buscaremos discutir os resultados da pesquisa, apresentando como se deu o processo de articulação dos diferentes atores sociais (CEBs, PT, PCB, MEP, CDDH da Serra, movimentos de mulheres da Serra e Fams) na construção do projeto democrático participativo no município da Serra, ES na década de 1980. Levantaremos ao longo desse item os principais elementos que contribuíram para a articulação dos atores na construção do projeto democrático, bem como as dificuldades e obstáculos identificados nessas articulações.

3.1 AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

As CEBs se mostraram um dos mais importantes atores sociais na propagação das lutas pela alteração da relação entre a sociedade civil e o poder público. Com seu caráter religioso, as CEBs conseguiam boa aceitação e circulação no meio social; representou também um espaço de proteção e de resistência na luta contra a ditadura militar nas décadas de 1970 e 1980; agregava pessoas oriundas de diferentes partidos de esquerda (até então na clandestinidade); despertava lideranças emergentes para a relação entre fé e vida, estimulando-as para o compromisso com a mudança da sociedade; e com isso propunha um lugar de reconhecimento dos direitos sociais da população mais pobre.

Diante do contexto de ditadura militar e dos mecanismos de repressão adotados pelos militares, a Igreja Católica²¹ através das CEBs se colocava enquanto um dos poucos canais livres de organização popular. O aumento da miséria e a expansão de regimes ditatoriais na América Latina impulsionaram o interesse da Igreja Católica em se colocar ao lado dos pobres (SETTIN; PIONTKOVSKY, 199-?). Com a opção pela população empobrecida, as CEBs passaram a ser reconhecidas como

²¹ A abertura aos pobres se colocava em grande ponto divergente dentro da Igreja. Havia dois grupos: os tradicionais (que não aceitavam a abertura) e os renovadores (que aderiram à ideia).

um espaço de resistência, de articulação da fé com a vida, de luta por transformações na infra-estrutura econômica, social e política.

Resultantes desse processo que ocorria em grande parte da América Latina, no Espírito Santo, várias ações passam a ser desenvolvidas. Foram formadas comissões para tratar das questões que envolviam a população empobrecida tais como: Comissão de Justiça e Paz (CJP), Comissão de Direito à Moradia (CDM), Comissão de Educação Popular, Comissão Popular de Saúde (CPS), entre outras. Ao lado dessas também foram nascendo em 1975 a Pastoral Operária (PO), a Juventude Operária Católica (JOC) e a equipe Cáritas para assessorar as ações de caridade da Igreja e formar cristãos comprometidos com a política (SETTIN; PIONTKOVSKY, 199-?). As ações estimuladas e conduzidas pelas CEBs não se restringiam ao espaço interno da Igreja, e com isso foram envolvendo grande parte da população capixaba.

No município da Serra as CEBs contribuíram de forma decisiva para a consolidação de movimentos sociais e políticos que antecederam a “abertura do regime militar”. Suas ações foram disseminando a consciência política e as preocupações com os problemas sociais entre os oprimidos (SILVA, 2006). Com isso surgiram diferentes atores sociais na luta pela construção de um espaço de maior reconhecimento das necessidades da população e pela construção do espaço público.

As CEBs tiveram um papel importante no sentido de agregar a população dispersa e fragmentada que ao migrar do interior e de outros estados para o município da Serra sofreram rupturas sociais e culturais. As experiências proporcionadas pelas CEBs contribuíram para a organização da sociedade, conferindo identidade àqueles que até então não se sentiam pertencentes a um local comum, inserindo seus integrantes em ações que faziam parte da realidade de todos, independente de serem das CEBs ou não, serem católicos ou não.

[...] como as CEBs eram uma experiência da Igreja Católica, mas outras igrejas também aderiram, porque era o meu filho que precisava de escola, era a minha casa, o meu barraco que tinha que ser defendido, a minha moradia, a minha residência que tinha que ser defendida, certo!? Então não importava se tinha religião ou se não tinha, todo mundo se envolvia naquele momento, era água que estava faltando no meu bairro, era o meu filho que ia morrer dentro do valão, então toda a comunidade se unia em favor de uma única proposta, não importava quem fosse, depois dali se terminava e o pessoal ia seguir

sua vida, mas se tivesse um novo momento, o povo se envolvia sempre [...] (entrevistada 1).

Com as reuniões realizadas nas CEBs em diferentes bairros envolvendo pessoas oriundas de municípios e estados diversos, os laços de vizinhança foram fortalecidos, bem como os sentimentos de pertencimento. As CEBs foram de fundamental importância para o início de ações conjuntas no município, assim como em todo o estado, na década de 1980. Além disso, ressalta-se o caráter formativo que as CEBs proporcionavam a seus participantes. As discussões travadas em seu interior possibilitavam uma leitura crítica sobre a realidade e estimulavam a luta por seus direitos. Conforme a entrevistada (1)

[...] poucos eram aqueles que tinham consciência dos seus direitos e foram as CEBs que foram abrindo essas perspectivas, essas reflexões e a gente falava muito na questão da conscientização do povo para que o povo se tornasse consciente e se tornasse realmente sujeito da sua história.

As CEBs criaram espaços de canalização das insatisfações frente às carências urbanas e desempenharam importante papel na formação das lideranças que se mobilizaram na defesa da população empobrecida. Questionando o não acesso aos bens públicos, as CEBs também questionavam as antigas formas clientelistas na relação entre o poder público e a população, imprimindo às ações um caráter de reconhecimento das necessidades sociais.

Segundo Serpa (1990) os problemas comuns de sobrevivência faziam com que as CEBs aglomerassem pessoas simples como donas de casa, operários, jovens, etc., tendo como motivação a fé.

As lideranças que surgiam eram lideranças populares, muitas vezes eram pessoas que não sabiam ler nem escrever, mas tinham o respeito da população, tinham uma ética. Nos locais onde tinha o pessoal da periferia, as organizações, a grande massa da pobreza, era ali que brotava as CEBs, era ali que brotava as novas experiências que a princípio eram experiências de oração e de vivência na vida social (entrevistada 01).

As lideranças das CEBs denunciavam as injustiças sociais e aliavam-se aos setores e movimentos populares. Com isso ampliava-se a participação política dos excluídos criando a noção de "pecado social" e a proposta de combate às estruturas sociais injustas numa perspectiva de libertação do povo oprimido pelo próprio povo (SERPA, 1990).

A base ideológica desse movimento era exatamente a busca da experiência da igualdade, uma sociedade formada onde não houvesse ricos e nem pobres, claro que era nossa utopia, mas onde todos tivessem onde morar, todos tivessem escola, todos tivessem pão, todos tivessem trabalho, todos tivessem uma vida digna (entrevistada 1).

As CEBs apesar de não se posicionarem partidariamente, realizavam estudos junto aos seus participantes e publicavam materiais (início da década de 1980) que discutiam política, tais como: Missão da Igreja no mundo da política: cadernos de conscientização sociopolítica e Setor CEBs da periferia (1989); Setor CEBs da periferia: contribuindo para a reflexão das CEBs frente à política partidária (1981-1982). Nesses documentos, enfatizava-se que o cristão individualmente deveria optar por um partido político, mas as CEBs embora tivessem também uma grande função política, não deveriam ter opção partidária pela sua natureza eclesial. Bispos e padres não deveriam tomar posições político-partidárias porque dividiriam o corpo da Igreja. A política enfatizada nos documentos é considerada um instrumento privilegiado da caridade, valorizada pela fé cristã.

Com suas ações, as CEBs tornaram-se responsáveis pela formação inicial dos movimentos populares, partidários e sindicais que passaram a atuar no enfrentamento das dificuldades sociais vivenciadas pelos moradores da Serra.

As principais vitórias foi esse laço que a gente criou entre os companheiros de afeto muito grande entre todos, eu diria que estávamos todos na mesma luta, no mesmo barco. A outra coisa foram avanços em nível de movimentos sociais, pois a partir das CEBs é que foram surgindo grande parte dos movimentos sociais, outra coisa era a dinâmica dos padres que acreditavam no processo, e também foi um novo processo de aprendizagem que deu vez e voz a quem não tem e o processo de aprendizagem da gente. Devido ao período de autoritarismo que a gente vivia tivemos que aprender a abrir oportunidades para o outro (entrevistada 1).

As CEBs juntamente com os movimentos organizados realizaram diversas ações, que eclodiram em diferentes bairros, principalmente na década de 1980. Esta década se mostrou, nesse sentido, uma época que dividiu momentos: até então havia uma população apática que resolveu de diferentes maneiras e formas reagir à situação de pobreza a que estava exposta e também enfrentar as relações reproduzidas pelo poder público na Serra.

As experiências associativas multiplicaram-se no município nessa década, fortalecendo lutas e buscando modificar o relacionamento estabelecido entre o poder

público e a sociedade civil que até então baseava-se numa cultura política autoritária e clientelista (MIRANDA apud FERREIRA, 2006). As CEBs assim como os movimentos surgidos no município enfrentaram as velhas práticas que privilegiavam grupos e interesses das classes dominantes, ao mesmo tempo em que o poder público estabelecia com a população uma relação de favor, de troca e de dependência, desenvolvendo uma política populista. Ao provocar mudanças e rupturas nesse relacionamento muitos foram os obstáculos, já que a cultura política estava enraizada nas ações e trazia ganhos para alguns envolvidos. Essas experiências mostraram que o processo democrático não é linear, ao contrário, é permeado por tensões e interrupções.

Algumas famílias sempre se mantiveram no poder, mantendo com isso seus privilégios. Desse modo destacamos, conforme o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1998-1999), que a política sempre foi vista pelos setores subalternos como um espaço de elites, de doutores e de brancos perpetuando uma tradição privatista e excludente.

A família Castelo, por exemplo, desde o século XIX dominou politicamente o município. Somente em 1910 esse poder foi dividido com a família Miguel²². As tradicionais famílias Castelo e Miguel foram revezando-se no poder legislativo (Câmara) e executivo, utilizando-se de práticas de cunho patrimonialista e clientelista.

TABELA 13 - PREFEITOS E FAMÍLIAS QUE OS APOIARAM NO PERÍODO DE 1970 A 1993

ANO	PREFEITO	FAMÍLIA
1970	Erix Guimarães	Castelo
1972	Aldair Nunes	Castelo
1976	José Maria Miguel Feu Rosa	Miguel
1983	João Baptista Motta	Castelo+Miguel
1988	José Maria Miguel Feu Rosa	Miguel
1993	João Baptista Motta	Castelo+Miguel

Fonte: Herkenhoff, Andrade e Santos apud Ferreira (2006).

²² A família Miguel é descendente de João Miguel, um abastado comerciante que fez quatro prefeitos. A família Castelo descende de Belmiro Geraldo Castelo, também alto comerciante e influente político. Antes mesmo da família Miguel surgir no cenário, fez dois prefeitos e uma deputada estadual por seguidas legislaturas (MIRANDA apud FERREIRA, 2006, p. 99).

José Maria Miguel Feu Rosa foi eleito prefeito no mandato de 1977 a 1980, mas seu mandato foi prorrogado para os anos de 1981 e 1982 com sua reeleição. Em sua gestão estabelecia uma postura com os mais pobres de troca de favores reforçando a cultura política do autoritarismo e do clientelismo (SERPA, 1990).

[...] os velhos tempos da ratatua, que a gente fala, que é o período de Zé Maria e do sucessor imediato dele que eram pessoas muito inescrupulosas, eram matadores, eram ladrões assumidos e Zé Maria falava mesmo: “Eu roubo, mas eu faço”. E o que Zé Maria fazia era dar telha em troca de voto, era dar cimento em troca de voto, cesta básica, era isso que ele fazia no tempo dele (entrevistada 7).

O histórico dos representantes do poder público desde o início da década de 1970 até a década de 1980 sempre primou pela manutenção de interesses de minorias, de elites. Os representantes públicos não foram capazes de representar efetivamente o povo que nas eleições depositou seu voto.

A democracia representativa não foi suficientemente eficaz na efetivação de políticas na área social, ambiental ou cultural, sem contar na ausência do reconhecimento das agendas e identidades específicas.

Essa realidade se repete com a eleição de João Baptista da Motta (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) no período entre 1983 a 1988,

[...] esse Motta que foi o cara que mais endividou o município e foi um período de muita dificuldade para Serra (entrevistada 7).

Como o país estava passando pela transição do regime autoritário para o democrático e diante das movimentações e lutas ocorridas no município, tal prefeito conseguiu se eleger com o discurso de esquerda, de ouvir as organizações populares e os movimentos de bairro, entretanto isso não ocorreu.

Durante seu governo, foi publicada uma reportagem no jornal A Gazeta (1986) destacando a seguinte informação: “Serra quer prioridade para educação e saúde”. Estes itens surgiram enquanto prioridades que deveriam constar no orçamento da prefeitura para o exercício de 1987, pois foram considerados em reunião de comunidades do município da Serra, problemas comuns a todos os bairros.

Os moradores dos conjuntos habitacionais da área do Civit, englobando Serra Dourada I, II e III, Eldorado, Barcelona e Porto Canoa, listaram também como prioridades policiamento e área de lazer. Já os demais bairros do município que ainda sofrem problemas de infraestrutura listaram como reivindicações básicas esgoto, pavimentação e iluminação pública (A GAZETA, 1986, p. 5).

No entanto, mantendo sua política, João Baptista da Motta não executou o que havia sido levantado pelas comunidades e seu governo constituiu-se numa decepção, uma vez que foi marcado pela cooptação de lideranças e pelo clientelismo (CARLOS, 2003). Segundo Serpa (1990, p. 48) este prefeito

[...] não participava das reuniões nos bairros, mas buscava uma relação direta com os moradores através de programas assistenciais e filantrópicos, reforçando características de dependência e de dispersão dos moradores mais pobres constituindo uma enorme “clientela” nas periferias [...] (SERPA, 1990, p. 48).

[...] era um misto de clientelismo onde ele dizia que ia governar com as lideranças, com a população, mas ele o tempo todo tentando sufocar os movimentos, ele marcava eventos, vai ter evento no bairro, marcava 8h para começar, só que ele chegava 9h30m quando o pessoal já tinha ido embora, quer dizer a liderança ficava desgastada, mas ele dizia que foi, então assim, ao mesmo tempo ele tentava trabalhar o planejamento estratégico, as estratégias do governo, por outro lado não atendia às reivindicações. Pra você ter uma idéia nós fazíamos discussões sobre o orçamento participativo, mas ele nunca cumpriu um investimento, então discutia, passava meses discutindo e na hora de implementar ele botava na gaveta e fazia o que ele queria [...] (entrevistada 3)²³.

Seus projetos, na maioria das vezes, serviam para controlar a população. A exemplo disso, a Prefeitura da Serra se uniu ao Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (Inocoop-ES) por meio da construção de vários conjuntos habitacionais no Parque Residencial de Laranjeiras para conseguir acompanhar os passos da população (SERPA, 1990). Tal união significava a implantação de projetos comunitários que no fundo, serviriam para manter sob controle os que ali residiam.

Se analisarmos historicamente a realidade do país, veremos que a democracia representativa, até então hegemônica, ao invés de proporcionar igualdade, ao contrário, gerou maiores disparidades entre as classes mais ricas e as mais pobres. As eleições se cercavam de grandes disputas e para se alcançar a vitória ou mesmo para a manutenção no poder, os representantes eleitos ou os candidatos,

²³ A entrevistada refere-se à Vanusa Bianchi Pétri que participou da associação de moradores de seu bairro: Porto Canoa e desde 1994 atua como presidente da Fams. Esta assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e autorizou a revelação de seu nome nesse trabalho.

praticavam ações de cooptação, de clientelismo, de troca de favores. Cabe ressaltar que essas práticas só existem mediante um público que as aceita para obtenção de vantagens ou mesmo para a garantia da sobrevivência. Encontrando esse terreno, torna-se fácil manter práticas de favorecimento de uma minoria, fazendo com as ações públicas passem a se voltar para interesses privados.

Como não poderia ser diferente, mediante o histórico já descrito, em 1989 novamente foi eleito José Maria Feu Rosa com o mandato até 1992. O perfil carismático e extremamente populista marcou a atuação de tal prefeito. Após seu assassinato em 1990, seu vice Adalton Martinelli assumiu o poder, dando prosseguimento à sua gestão (CARLOS, 2003).

Do mesmo modo, tal prefeito seguiu as formas de governo anteriores. Os prefeitos realizavam suas promessas e não cumpriam, buscavam um relacionamento de clientelismo com a população, mas havia também cooptação de lideranças e lideranças interessadas no poder que os cargos públicos poderiam lhes conferir. Estas que estavam envolvidas nos diferentes espaços de luta, com o decorrer da década de 1980, começaram a quebrar a tão proclamada autonomia, abrindo-se às promessas feitas pelo poder público. Muitas lideranças acabavam por deixar de atuar nesses espaços para compor a equipe de trabalho da prefeitura.

Isso demonstra que a sociedade civil não pode ser compreendida enquanto pólo da virtude. Segundo Telles (2006) assim como no aparelho estatal cria-se todo um arsenal de interesses, as pessoas que compõem esse aparelho fazem também parte da sociedade. Esta comporta diferentes situações que atravessam o poder público e o seu próprio terreno de atuação: incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações, confusão entre direitos e privilégios, corporativismo, coexistência entre a experiência democrática e práticas autoritárias, combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo (TELLES, 2006).

As formas de governo tendo como referência o clientelismo e o assistencialismo acabam encontrando respostas no campo social pela submissão e pela satisfação

de interesses particulares. A coletividade é posta em jogo ficando os interesses restritos a uma parcela que se abre às investidas do poder público.

Enfrentar os percalços impostos pelos prefeitos e o desprezo com as questões sociais vivenciadas pela população ao longo desses anos, só se tornou possível com um movimento forte, organizado e articulado no município. O ciclo de prefeitos no poder somente pode ser quebrado mediante intensa movimentação popular das CEBs e em especial das associações de moradores, juntamente com partidos de esquerda que estavam conectados às lutas das classes populares na década de 1990 (FERREIRA, 2006). Sem as movimentações, dificilmente seriam construídas formas mais democráticas de relacionamento.

Por isso Avritzer (2005) ressalta a importância da tradição associativista na alteração da cultura política autoritária e clientelista, pois esta consegue fragmentar movimentos, favorecendo o individualismo em detrimento da valorização do coletivo e o associativismo vai aos poucos invertendo esse cenário. Nessa mesma direção Carlos (2003) considera que a prática participativa nos espaços públicos, quando se pode contar com uma estrutura associativa pré-existente aos novos arranjos participativos, incide positivamente sobre a cultura política local, fortalecendo as características da cultura associativa e gerando novos elementos democratizantes.

Na Serra, segundo Carlos (2003) essas características se sobressaem em detrimentos de outros municípios da GV (por exemplo, em Vitória), pois a estrutura associativa se mostrou bastante forte, coesa, com objetivos comuns e pode contar com atores diferenciados nesse processo. Esta diversidade possibilitou a ampliação do campo de atuação dos envolvidos, o enfrentamento dos poderes constituídos e mudanças nas relações estabelecidas com o Estado, “[...] ao revés das formas de controle pretérito de tutela e subordinação e, atuando como ator na construção de um novo cenário político no município” (CARLOS, 2003, p. 7).

A entrevistada 1 mostra como esse aspecto se fez presente no contexto da Igreja Católica.

Muitas vezes aquelas pessoas de outros movimentos têm os mesmos objetivos que você, então você une as forças, amplia suas lutas e também é um novo espaço de aprendizagem, pois, você vai rompendo muitas vezes com um processo de puritanismo

que existe dentro da igreja que às vezes quando esse é muito grande você começa a excluir, apesar de a igreja ser um espaço de experiência muito bonito (entrevistada 1).

Servindo enquanto ponto articulador que contribuiu para o associativismo local, as CEBs realizaram inúmeras ações no município juntamente com outros atores sociais. Dentre estas citamos:

- mutirão para limpeza do bairro Boa Vista juntamente com a associação de moradores, levantamento do número de moradores deste bairro bem como do número de famílias que moravam de aluguel ou de favor;
- enfrentamento à violência policial junto com diversas lideranças do CDDH/Serra e da Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese no Bairro Boa Vista;
- formação da Associação de Moradores André Carlone;
- formação de lideranças para atuar nos movimentos populares e formação de agentes de pastorais para atuar na área de direitos humanos em São Pedro;
- mobilização da CEB no Bairro Carapina juntamente com o Grupo de Mulheres para lutar pelo asfalto, interditando vias e mobilizando outras CEBs.
- organização em 1984, pela Comunidade Sagrado Coração de Jesus no Bairro Central Carapina, de uma caravana de ônibus para solicitar ao prefeito João Baptista da Motta, melhorias no bairro;
- manifestação pela construção de uma passarela sobre a BR 101 realizada pela comunidade de São José em Carapina juntamente com a CEB desse mesmo bairro;
- manifestações da CEB Boa Vista (em Carapina) juntamente com o movimento de mulheres buscando a legalização dos terrenos, água encanada e rede de esgoto;
- caminhada ao Palácio Anchieta com faixas, cartazes para evitar o despejo dos moradores no Bairro Boa Vista e por terreno nos bairros São Benedito e Carapina;
- ocupações de áreas pela população no Bairro Boa Vista, em Jardim Carapina e Central Carapina com a participação das CEBs dos bairros;
- lutas em quase todos os bairros das CEBs juntamente com associação de moradores por escola, creche, posto de saúde, centro comunitário, serviço de correio, asfalto, melhorias no abastecimento de água e luz;
- formação de Comissões de Saúde nos bairros da Serra para lutar pela melhoria da saúde do povo.

Como vimos as CEBs realizaram várias ações que se localizavam em sua maioria em ações voltadas às reivindicações de serviços sociais básicos para a população. Seu apoio a outros movimentos mostrou-se importante, assim como na criação de associações de moradores em diferentes bairros.

As CEBs também mantinham bom relacionamento com os sindicatos apoiando ações que se voltavam à reivindicação de melhorias nas condições de trabalho. Com os partidos políticos as CEBs não mantinham uma relação direta. Como dito anteriormente, estas não se posicionavam partidariamente, mas incentivavam seus membros a atuarem nesse âmbito com treinamentos e cursos de formação de lideranças.

Apesar das grandes lutas e da relevância de seu papel, as CEBs também encontraram dificuldades. A partir do Concílio Vaticano II realizado no período de 1962 a 1965 com ampla reflexão sobre o papel da Igreja e de sua abertura para os leigos (SETTIN; PIONTKOVSKY, 199-?) a Igreja ficou dividida em dois grupos: os tradicionais e os renovadores (SILVA, 2006). Embora as CEBs, por meio do seguimento da Teologia da Libertação, tenham se posicionado ao lado da população empobrecida, com o aprofundamento das contradições sociais, esta não foi aceita pela ala conservadora da Igreja Católica, pois acreditava que a ligação entre a teoria marxista e o catolicismo não eram compatíveis, visto que poderia gerar o ateísmo. Esta rejeição foi acentuada no papado de João Paulo II que se posicionou contra a Teologia da Libertação. As alas conservadoras, como a Renovação Carismática Católica, seria uma forte oposição a esse movimento (SILVA, 2006). A entrevistada 1 apontou essa situação conforme podemos ver abaixo.

[...] a gente tinha muitas dificuldades, umas das principais dificuldades que a gente tinha era em relação à questão da própria igreja em si, pois alguns da igreja não apoiavam esse processo.

Ao lado dessa oposição, as CEBs enfrentaram dificuldades em relação à política autoritária e clientelista desenvolvidas pelo poder público, como vimos anteriormente.

Podemos concluir que os ideais de democracia formados com essas experiências

delinearam o modo de atuação das CEBs e consequentemente formaram uma consciência de atuação coletiva, diferente da democracia das elites destacada por Schumpeter (1984). A existência de mecanismos internos que propiciam experiências democráticas é indispensável à construção de bases para uma vida mais democrática e socializada no dia-a-dia das entidades.

[...] as coisas iam surgindo, iam brotando a cada momento, a cada instante com uma nova força, um novo vigor, aí a partir desse momento há uma descentralização dos trabalhos da igreja, da pessoa do padre e os trabalhos eram distribuídos nas diversas equipes. Essas equipes eram responsáveis por estar trabalhando e tinha toda questão de estar trabalhando a experiência da igualdade de dar vez para o outro, a experiência da partilha, então foi uma experiência que foi sendo vivenciada a cada momento e transformada a cada momento (entrevistada 1).

A busca por acesso a direitos tornou-se o norte para os atores sociais e o espaço público deu lugar a aglomerações de pessoas com suas diferentes histórias de vida e de formação que comungaram preocupações comuns. As CEBs, nesse sentido, contribuíram para que a pluralidade fosse incorporada ao espaço público e para que participação popular e o associativismo local ganhassem sentido, conferindo ao povo o processo de tomada de decisões de baixo para cima. Estes são elementos importantíssimos para a construção de espaços democráticos participativos. Esta forma de democracia, contra-hegemônica, questiona o rumo adotado pelos representantes eleitos e aponta para a participação popular nos assuntos que lhes dizem respeito.

Seguindo essa linha de atuação, os partidos políticos de esquerda também se mostravam bastante presentes neste contexto dando direcionamento político aos movimentos como veremos a seguir.

3.2 OS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA

Os partidos políticos de esquerda (PT, PCB) também fizeram parte desse histórico de associativismo local se mostrando um grande aliado dos movimentos populares, inclusive dando direcionamento político a estes. Isso pode ser percebido quando seus membros compõem também movimentos populares, como o CDDH da Serra, o movimento de mulheres, as associações de moradores e a própria CEBs.

O PT mostrou-se bastante influente no município da Serra. Ele surge em 1980 e representou uma das formas organizativas que alterou o cenário político do país e conseguiu introduzir fissuras importantes no legado autoritário e excludente da história brasileira. Assim como as CEBs, o PT na Serra se rebelou contra as formas de tratamento dado a população que vinha sendo construído atendendo a um padrão clientelista. Suas ações tiveram formatos mais radicalizados tendo em vista a construção de uma nova gramática social e o entendimento de que era preciso alterar a institucionalidade da democracia, que até então ocorria com a escolha de representantes que ficariam responsáveis pelas decisões públicas.

O PT consolidou-se no decorrer dos anos de 1980 representando um partido de forte enraizamento nos movimentos sindicais e populares; assumiu prefeituras em diversos municípios se mostrando contrário aos traços oligárquicos, autoritários e excludentes vivenciados no período ditatorial; contribuiu para a formação de três poderosas centrais sindicais que ocuparam o cenário público brasileiro, discutindo questões cruciais à conquista e ampliação dos direitos de cidadania (PAOLI; TELLES, 2000).

Segundo Cáceres (1993, p. 354), o PT “[...] foi organizado por líderes sindicais, independentes, pela ala progressista da Igreja, por intelectuais de esquerda e por militantes das organizações de esquerda que achavam os partidos comunistas tradicionais muito burocratizados e dogmáticos”. Segundo o entrevistado 4²⁴,

[...] as pessoas que compunham normalmente esse movimento que acabou gerando a construção do PT e de certa forma compondo a sua direção, eram socialistas que vinham do novo sindicalismo, eram das pastorais, eram alguns acadêmicos, alguns professores, alguns intelectuais que tocavam esse processo... então o PT ele tem na sua origem assim de formação, ele é um partido mesmo construído de baixo pra cima, ele tem toda sua formatação na base, os núcleos de base é um exemplo disso [...] (entrevistado 4).

O PT se forma com o envolvimento de diferentes pessoas que ao se juntarem ao partido traziam suas expectativas e objetivos.

²⁴ O entrevistado 4 é Gilmar Ferreira de Oliveira que milita no PT desde a década de 1980, participou das CEBs e atualmente coordena o CDDH na Serra. Através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o entrevistado autorizou a divulgação de seu nome.

[...] ele nascia então com base forte nos grupos que se organizavam na esquerda, na clandestinidade, muito embora muito tímido porque, embora fosse um número muito grande de pessoas que tinham vindo dessa condição, mas não se manifestavam muito no partido, do outro lado os grupos que vinham das CEBs, motivados pela Teologia da Libertação que pregavam a relação da fé com a vida, com a qualidade de vida, com condições sociais (entrevistado 4).

No processo de formação do PT no município da Serra - ES, estiveram presentes, segundo Nascimento (2001), a tríade sindicalismo, militantes de esquerda e Igreja, com destaque para as Comunidades Eclesiais de Base que serviam como espaço de militância e mesmo de refúgio para sindicalistas e representantes de esquerda que se “escondiam” da repressão militar.

O PT surgiu no cenário político do país portando um discurso crítico da forma de democracia existente, considerando a insuficiência e o elitismo do projeto de democracia política. Com esse questionamento o Partido afirmava a necessidade de um projeto de democracia mais abrangente de reconstrução da vida social do país lutando pela redemocratização das instituições políticas e não apenas propondo soluções imediatas e provisórias. Desse modo o partido desejava criar condições de luta de médio e longo prazo que alcançassem a redemocratização real com a participação da população na prática política do dia-a-dia e não restrito aos momentos eleitorais.

“A articulação para a fundação do Partido dos Trabalhadores na Serra coube aos grupos de Assessoria da Cáritas Arquidiocesana de Vitória e aos Agentes Pastorais (animadores das CEBs)” (NASCIMENTO, 2001, p. 46). O PT nasce assim ao lado das Comunidades Eclesiais de Base e com lideranças vindas dos movimentos populares: associação de moradores de diversos bairros, Grupo de Metalúrgicos de Carapina e Jardim Limoeiro, Grupos da Construção Civil e Grupos de Mulheres (NASCIMENTO, 2001).

O PT da Serra foi um dos primeiros diretórios do país, algo que começou por volta de 1980. Em 82 foi a primeira eleição que o partido disputou e aqui na Serra na primeira eleição nós já tivemos candidatos a prefeito e vice. O PT tava nascendo era finalzinho da ditadura militar, o PT tava começando a se organizar..., era uma coisa engraçada porque era quase que ser considerado como criminoso ser do PT, era um pessoal que tava beneficiado pela lei da anistia, a maioria dos candidatos eram presos políticos e o PT vinha fazendo uma crítica profunda às instituições políticas (...) (entrevistado 4).

O PT foi oficialmente formalizado em 1981 e na Serra disputou as eleições no ano seguinte, entretanto não conseguiu eleger candidatos pela baixa condição financeira do partido: falta de carros, aparelhagem de som, falta de uma sede, baixa qualidade do material de propaganda, etc. Sendo um partido de massa atuou junto aos movimentos sociais participando da campanha nacional pelas eleições Diretas Já, pela Constituição de 1988, entre outros. Em sua proposta inicial, o PT surge enquanto um partido de oposição que, insatisfeito com o poder instituído, busca derrubar o governo vigente contrário à democracia. Possui ainda preocupação com o trabalho de base, com a filiação dos trabalhadores, com a formação política de seus membros não sendo um partido eleitoreiro porque se baseava em princípios éticos.

Ele surge fazendo esse confronto e aqui naquele início era uma relação bastante conflituosa porque a gente era um partido genuinamente de oposição, nós vínhamos rompendo com a ditadura militar, nós nascemos negando o socialismo estatal, aquele modelo que caiu, e nós éramos oposição ao governo à chamada aliança democrática, do governo Sarney e aqui obviamente que a gente também não tinha como, porque o nosso maior adversário da democracia naquele período era o poder instituído, porque tinha essas marcas da corrupção, do caos administrativo, da cooptação de lideranças, embora tivesse um governo eleito pelo voto popular, então nós nascemos com essa marca de oposição (entrevistado 4).

O PT ao lutar por melhorias das condições da população, lutavam também pela alteração do poder instituído apontando para uma direção diferenciada dos governos que até então revezaram autoritarismo e democracia. Embora se colocassem no espaço público para a defesa de direitos sociais já existentes, buscavam o reconhecimento de novos direitos e para que novos formatos de governos fossem realizados.

Como os militantes do PT também compunham movimentos populares e realizavam ações a partir desses movimentos, buscavam, conforme o entrevistado 4, não fazer a política partidária nesses espaços, pois consideravam que estes deveriam comportar uma pluralidade de atores.

O PT sempre defendeu que os movimentos devem ter autonomia diante dos governos, da institucionalidade. O fato que a gente teve muitos militantes filiados ao PT no conjunto desses movimentos sociais muitas vezes assim, cria muitas confusões, muitas interpretações especialmente dos adversários no trato disso, nós temos muita convicção do papel dos movimentos sociais e do papel que tem os partidos. Os partidos devem ter capacidade de compreender essas demandas que o movimento social traz e tentar tornar isso em propostas políticas públicas, em propostas de governo, conviver com isso

não é uma coisa fácil, mas o PT desde o seu início tem uma motivação para cada um de nós: participar efetivamente da vida social da cidade, participando dos seus movimentos sociais, mas nunca perdendo de vista que a tarefa, que o partido não pode substituir os movimentos. A gente vê em vários lugares essa questão da cooptação dos movimentos sociais (entrevistado 4).

O PT reconhece a importância de seus militantes estarem envolvidos nos movimentos sociais para construir propostas condizentes com as demandas sociais, mas o partido reconhece também que isso só é possível quando questões partidárias não se fazem principais, pois estas poderiam desconstruir os objetivos dos movimentos sociais e tornar esse movimento em um movimento partidário.

O PT trabalha isso muito bem, agora o fundamental é que cada um de nós que estamos em qualquer tipo de movimento social, compreender isso, porque pro partido compreender isso talvez seja mais crítico, mas cada um de nós fazendo política e ao mesmo tempo fazendo luta social tem que compreender essa dicotomia e saber colocar as coisas nos seus devidos lugares, mesmo porque no movimento social ele só é grande porque cabe todo mundo, ele precisa caber as pessoas de todos os partidos, de todos os pensamentos, de todas as ideologias, obviamente algumas vão chegar e vão perceber que não é nesse ou naquele que devem estar, mas o nosso papel é compreender que são demandas que a sociedade tá apresentando e graças a isso transformar e adequar é uma proposta por isso exequível que não tenha um caráter manipulador, de cooptação, mas que possa se transformar em política de Estado [...] (entrevistado 4).

Sendo assim, o PT propõe uma forma de governo que se constrói a partir das bases, com o envolvimento nos movimentos de base, mas sem fazer desse envolvimento uma extensão de seus interesses partidários. Esse caráter é inovador e reforça a construção da democracia participativa no município da Serra, pois apresenta formas de relacionamento participativo, cria possibilidades de interação com a sociedade e fortalece com bases ideológicas as ações desenvolvidas.

Ao aglomerar em seu interior uma diversidade de atores, o PT pode contar com lideranças vindas do MEP, que participaram fortemente na sua criação contribuindo para que o partido tivesse um direcionamento político mais radicalizado: uma concepção de sociedade socialista e uma direção clara sobre a postura dos movimentos sociais e partido político na relação com o Estado.

[...] o MEP era uma organização clandestina porque não era permitido pela ditadura militar a existência de uma organização que se colocava como de esquerda, revolucionária, anti-capitalista, numa oposição à própria ditadura militar. Então era um período de muito fechamento, e todo processo de discussão, de debate, preparando nossa intervenção nos movimentos, nos processos de fundação do PT era feito clandestinamente, porque não eram permitidas reuniões, discussões. Eram organizações, inclusive que eram perseguidas, seus integrantes, muitos deles eram procurados pela ditadura militar. Parte dessa organização do MEP, um pouco antes do

final da década de 70, não me lembro exatamente qual o ano, mas teve inclusive vários desses companheiros dessas organizações que foram presos, como muitos, de muitas organizações da época (entrevistada 2)²⁵.

O MEP se forma a partir de diversas transformações, fusões e dissidências do partido de esquerda no Brasil. No anexo 4 segue quadro explicativo das origens da Ação Popular Socialista que traz em seu interior a formação do MEP.

A fração Bolchevique, conforme Menegozzo (2008), como muitas das organizações de esquerda no Brasil, a partir de fins dos anos 1960 se origina na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop). “A Polop, como era conhecida, havia sido fundada em 1961 por dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e marxistas independentes” (MENEGOZZO, 2008, p. 2). O Polop, com sua atuação predominante nos meios universitários, constrói em 1967, o Programa Socialista Brasileiro. Este caracteriza a formação social do país como capitalista e dependente levantando a necessidade da revolução socialista. Tal programa contrapunha-se às orientações do PCB “[...] tanto no que se refere ao caráter nacional-democrático da etapa em que supostamente se encontrava a revolução brasileira, quanto à necessidade de uma aliança estratégica com a burguesia para que esta etapa, anterior à revolução socialista, fosse superada” (MENEGOZZO, 2008, p. 2).

Com o golpe militar as diferenças no âmbito das esquerdas vão se acentuando cada vez mais. Tais diferenças se fundam na leitura realizada daquele momento político e também no que se refere às estratégias de luta que são estabelecidas para o seu enfrentamento. Com as distintas posições ocorrem uma série de rupturas, dispersando o movimento revolucionário no combate à ditadura. Da Polop, como um dos exemplos citados pelo autor, são formadas, em 1967, os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e, em 1968, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

²⁵ A entrevistada 2 refere-se a Nildete Virgínia Turra Ferreira que participou do MEP desde a década de 1970. Participou também das CEBs e movimentos de bairros. Por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a entrevistada autorizou a divulgação de seu nome.

O MEP se origina desse momento, onde a Fração Bolchevique se autoquestiona devido ao voluntarismo e à dispersão das esquerdas. A avaliação do processo aponta para a possibilidade de preservação do núcleo militante e de intervir junto aos movimentos de massa, alcançando um grande crescimento político no período compreendido entre 1972 e 1975. Em 1976 a Fração Bolchevique realiza na cidade de Itaipava, no Rio de Janeiro, seu I Congresso que marca a sua transformação no Movimento pela Emancipação do Proletariado, movimento importante na organização da esquerda no final dos anos 1970 e início de 1980 que adere à proposta do Partido dos Trabalhadores.

Em 1985 há a formação do Movimento Comunista Revolucionário (MCR) com a fusão do MEP com a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP) e o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B – AV). Com esta fusão havia a pretensão de construir uma hegemonia proletária e uma sustentação teórica, política e ideológica na unificação dos comunistas. O projeto político que se propunha era um projeto voltado às classes subalternas, que pudesse quebrar a tradição autoritária e dominadora das elites nacionais.

O MEP é orientado por um projeto político revolucionário: um projeto de sociedade socialista. Trata-se de uma organização clandestina de esquerda. Apesar de ser uma organização com referencial teórico marxista, embasada no materialismo histórico-dialético, muitas de suas lideranças tinham vínculo e engajamento nas CEBs. Uma aparente contradição já que a utopia que orienta as CEBs é alimentada pela fé.

O MEP constituiu-se numa organização que se fez presente nos diferentes espaços políticos: CEBs, movimentos populares, PT, grupo de mulheres, sindicatos, grupo de operários, desempenhando um papel importante na formação política de muitas lideranças, contribuindo para a construção de estratégias de fortalecimento do poder popular e de caminhos de resistência ao poder dominante.

Não existia uma direção hegemônica dentro do MEP. O mesmo comportava uma pluralidade de concepções que lutavam em seu interior em função da direção

política que seria adotada frente ao PT (permanência no PT enquanto corrente política ou sua diluição, entre outras).

As lideranças também passaram por um processo de formação e capacitação, mas de forma clandestina. Além do estudo teórico marxista, discutia-se coletivamente a construção de um projeto estratégico de transformação da realidade e a direção política que seria dada por seus militantes nos diferentes espaços políticos, havia um conjunto de propostas que compunham um programa de lutas mais gerais de democratização.

Os militantes do MEP procuravam dar uma direção aos movimentos sociais no sentido de ampliar as bandeiras de luta mais imediatas e gerais, articulando os movimentos de camponeses, populares, sindicais, dos sem-terra às lutas em nível municipal, estadual e federal. Isto é, construíram uma perspectiva de luta a longo prazo.

Outro diferencial na direção política dada pelo MEP era a discussão sobre a importância do partido político como ferramenta de disputa pelo poder político. O partido político serve, segundo Gramsci (apud COUTINHO, 1989) como instrumento de elevação da consciência e de educação junto aos trabalhadores e tem a capacidade de envolver grandes massas na solução dos problemas que vierem a surgir e de guiar essa massa para a transformação das estruturas capitalistas, dando lugar a uma sociedade conduzida pelas classes subalternas para um novo sistema hegemônico. Essa era a proposta do MEP, tornar-se uma força política atuante dentro de um partido político capaz de conduzir as ações para a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista.

O MEP foi passando por muitas transformações, fundindo-se a outras organizações de esquerda, conforme a conjuntura política e os novos desafios que se colocavam.

Mesmo tendo uma base de formação anterior e diante de valores que eram divididos, os projetos políticos distintos circulavam em seu interior. O PT era tomado enquanto base para um movimento de massa, mas ao mesmo tempo foi perdendo as características que os militantes do MEP acreditavam. A entrevistada 2 diz que a

partir de sua entrada no MEP esse passou a ser a sua referência como a de seus demais membros, mas havia os conflitos internos no PT que acabaram por direcionar o partido para outros ideais.

O MEP, conforme entrevistada 2, buscava através de sua atuação influenciar no perfil de atuação do PT, entretanto em seu interior existiam opiniões diferentes,

havia uma parte [...] que defendia inclusive que deveria haver uma diluição da organização no PT, porque o PT é, ele tinha todas as possibilidades de ser construído como um partido dirigente da revolução no Brasil, um partido socialista, e evoluiria nesse sentido, mas havia uma parte da organização e que vamos dizer, venceu esse debate de que é... embora a organização tivesse que investir na fundação do PT e na sua consolidação, e que ele tinha sim um potencial para ser um partido revolucionário, para se constituir enquanto tal, mas que era precipitado essa diluição que era importante que esta organização viesse a se manter dentro do PT mas enquanto uma corrente do PT, que passasse a intervir no PT (entrevistada 2).

[...] buscando intervir pra que o PT pudesse vir a ter esse perfil, mas fazendo essa disputa interna, política, mas que devido inclusive a sua heterogeneidade muito grande, por ter segmentos que se reivindicavam socialistas e também marxistas e outros não, a organização deveria ter um perfil um pouco diferente, não como organização independente, mas enquanto corrente manter a sua coesão, a sua organização. Então foi assim que a gente também participou nesse processo de fundação e de construção do PT [...] (entrevistada 2).

O MEP junto ao PT também passou por mudanças.

[...] enquanto MEP daquela proposta original teve várias mudanças em função dessa dinâmica mesmo dessa política, dentro do PT, teve momentos em que houve fusão entre organizações que tinham uma afinidade grande, houve momentos em que... teve alguns momentos que perdas de militantes, mas eu acho que o marco maior desse processo todo foi esse período da fusão em 1985 entre três organizações dessa esquerda revolucionária que sobreviveu a ditadura militar que foi o MEP (o Movimento de Emancipação do Proletariado), a Democracia do Proletariado e a Ala Vermelha, então esse processo de fusão resultou numa operação do MEP e passou a ser denominado Movimento Comunista Revolucionário (MCR) também por dentro do PT, que depois num processo implicou fusão de outros grupos mais regionais de segmentos organizados de militantes que também se afinavam nesse campo de propostas [...] (entrevistada 2).

Apesar das diferenças, MEP e PT mantiveram ações conjuntas,

O MEP era um desses grupos que existia antes da formação do PT, era um desses grupos de esquerda que atuava na cidade contra a ditadura militar e alguns deles vieram para o PT. Eu tinha uma visão sobre esses grupos que estavam chegando ao PT, a gente fica sempre com o pé atrás porque tinha uma visão tática do partido, o partido tinha uma visão estratégica, o partido era socialista por definição e o que incomodava as pessoas que estavam no partido era a de que esse grupo tinha uma visão tática, parecida com aquela visão do PCB da era de Getúlio que era: um dia a classe trabalhadora vai ficar revoltada, que vão fazer o socialismo quase por decreto, então assim, a gente fica no PT enquanto ele for um partido que a gente pode expressar a nossa identidade ideológica (entrevistado 4).

[...] o diálogo com as principais lideranças, grupos de operários, inclusive da oposição sindical, construção civil, metalúrgicos, com quem os militantes do MEP tinham um diálogo político, tinha reuniões de apresentação do que era o MEP em âmbito bem restrito, devido ao contexto de repressão e tudo, mas ele teve uma característica marcadamente popular na Serra por causa dessa inserção (entrevistada 2).

A entrevistada destaca o envolvimento do MEP junto aos movimentos organizados, o que dá elementos para a formação de uma base popular. Na Serra esse movimento foi forte e influenciou na efervescência de diferentes atores, inclusive na formação de alguns embalados pelo calor do momento e inclusive pela vinda de outros grupos de fora do município por que este foi se apresentando enquanto um terreno propício para se conseguir a adesão popular.

As lideranças que compunham o MEP possuíam um perfil bem variado trazendo em comum a intenção de uma atuação mais forte que proporcionasse mudanças nas estruturas sociais. Segundo a entrevistada 2, o MEP era composto por representantes

[...] do movimento popular de bairro, militante do movimento sindical... na época de oposições sindicais, e que depois [...] foram retomando os sindicatos da mão da direita, dos pelegos, das lideranças ligadas ao governo, da ditadura. Era esse o perfil: intelectuais, pessoas de classe média que nem eu e tinham outras, na época, jovens engajados na militância política [...].

Na Serra, o MEP se destacou em relação aos outros municípios da Grande Vitória devido à estrutura associativa existente. O município se mostrava com atores sociais mais ativos que contribuíam para alavancar as demais lutas coletivas.

Na Serra já tinha um grupo de militantes do MEP que se dedicava muito ao movimento popular, ao movimento de constituição das associações, da Federação das Associações, as lutas populares no bairro... e também foi na Serra que começaram as primeiras articulações, onde ocorreu a primeira reunião pensando na constituição do PT e por iniciativa dos militantes e dos militantes do MEP que estavam ali inseridos no movimento da Serra. Eu acho que ele ganhou mais impulso na Serra devido exatamente a essa vinculação dos seus militantes com a mobilização, com o movimento de base, com o movimento social, com essa construção do movimento a partir da discussão com a base (entrevistada 2).

Nesse diálogo com as lideranças, o MEP realizava uma formação política, dava uma direção aos movimentos sociais (associações de moradores, Fams, PT) em que as bandeiras de luta mais imediatas (infraestrutura, enfrentamento das carências urbanas) se apresentavam como estratégias para o alcance de objetivos que só seriam alcançados a longo prazo.

O MEP desempenhou papel fundamental no incentivo à população para a ocupação dos espaços públicos, para que esta se colocasse como sujeito ativo nesse processo.

[...] tinha bandeiras de luta mais imediatas que vamos dizer, incorporava junto com o movimento coletivamente, então eram as lutas tipicamente de melhoria urbana, de infra-estrutura urbana porque coincidia com o período de ocupação urbana na Grande Vitória de muito fluxo migratório, da implantação de grandes projetos de investimento CST, depois Aracruz, esses grandes projetos que atraíram muita gente, proliferou muito, ampliou muito as ocupações completamente sem controle, sem regulação do poder público, sem infra-estrutura nenhuma, sem condições nenhuma de habitabilidade dessas pessoas, muitos conjuntos habitacionais na lógica lucrativa do capital imobiliário, principalmente na Serra conjuntos muitos isolados, com pessoas vindas de várias partes e com uma quebra nesses laços e assim então o movimento popular mesmo de bairro lutava em torno dessas melhorias no bairro que a gente incampava. Lutávamos também no movimento sindical por liberdade sindical, pelo desatrelamento dos sindicatos, tutela estatal dos sindicatos, pela melhoria das condições do trabalho, enfim, um conjunto de reivindicações mais imediatas que eram incorporadas e as outras também mais gerais, por liberdade política, por reformas mais radicais na sociedade, nas políticas sociais, as políticas econômicas, enfim, tinha um conjunto de propostas que compunham um programa de lutas mais gerais de democratização, de luta contra a ditadura, e também se incorporava essas lutas mais imediatas combinavam essas coisas, essas bandeiras(entrevistada 2).

Podemos dizer que o MEP, enquanto um movimento clandestino de esquerda, foi dando uma direção mais radicalizada ao projeto democrático participativo no município. As lutas imediatas eram consideradas importantes, mas para além destas o MEP apontava para a construção de um projeto de sociedade socialista. Esse caráter foi incorporado pelo PT que em seu início preocupou-se com as mobilizações de massa, com a ruptura da política autoritária.

Foi exatamente porque essa organização defendia um programa e incorporava um projeto de mudança de sociedade com o qual eu me identificava, né, a gente passou a entender que era insuficiente só a luta assim... mais reivindicativa, mais imediata, que era importante lutar por um projeto de transformação, por um projeto estratégico, e que tivesse como inspiração o marxismo, a teoria marxista como base, como fundamento, então, eu na época, a gente já tinha algumas leituras, algumas discussões, já tinha a formação crítica e a participação no movimento foi fazendo com que a gente tivesse uma expectativa de ter uma ação mais arrojada na política, então a organização a gente se identificou com essa (entrevistada 2).

Na busca pela implantação desse projeto de sociedade, o MEP foi juntamente com o PT contribuindo para o rompimento com a tradição autoritária e apostando em formas mais participativas de gestão, onde não se pensasse no poder apenas restrito aos momentos das eleições, mas como um poder que emana do próprio povo. Se analisarmos como o estado do ES foi se constituindo e como o município da Serra acompanhou todo o processo de mudanças socioeconômicas: mudanças

nas relações de produção, crescimento populacional urbano, agravamento das questões sociais e junto com isso a manutenção de uma estrutura de poder que perpetua uma tradição autoritária e excludente, todos esses foram motivos acumulados aos longos dos anos e agravados na década de 1980 que foram montado um cenário de grande insatisfação social. O PT e o MEP entenderam esse processo acompanhando também a realidade de suas bases partidárias no país.

Havia inclusive uma parte dos integrantes da organização (MEP) que entendiam que o Partido dos Trabalhadores ele tinha um potencial pelas características dele de aglutinar, de ter a maioria dos setores dessa esquerda revolucionária investindo na sua construção, de ter uma base operária, popular, de buscar lideranças, representando é..., representantes dos vários movimentos sociais populares no Brasil integrando é, investindo na construção desse partido, um partido com características de massa, mas radicalmente democrático que desde seu manifesto de fundação também se reivindicava socialista (entrevistada 2).

Além das dificuldades encontradas em sua dinâmica e junto ao PT, a entrevistada 2 também enfatiza as dificuldades encontradas no campo social.

[...] tinham várias dificuldades, acomodação, o individualismo que as vezes prevalece, as atitudes de conformismo mesmo em relação a essa situação e também os limites que eram colocados pela repressão, os limites políticos que se colocavam nesse período, mas assim era um período muito favorável, muito propício às mobilizações que com o tempo já na década de 80, a década de 80 na verdade permaneceu esse ambiente mais propício a retomada da mobilização, principalmente por causa das greves do ABC que se espalhou por outras partes do país (entrevistada 2).

Considerando as dificuldades encontradas, Doimo (1995) analisa essa situação a partir de uma lógica que não sobrevaloriza o papel desses atores nem tampouco nega sua contribuição. O perfil de esquerda desses atores, embora sejam portadores de grandes ambivalências políticas, oscilam entre a busca do poder popular e posições mais voltadas para a ampliação dos direitos sociais e a consolidação da democracia política. Essa ambivalência se dá à medida que os movimentos apresentam uma dupla face. A denominada de *expressivo-mobilizadora* pela qual são expressos valores genéricos, utopias, códigos ético-políticos universalistas como (autonomia, democracia de base, independência em relação ao Estado, direitos humanos e cidadania) e onde os movimentos contestam o caráter excludente do Estado capitalista e elaboram perspectivas de transformação social, assumindo a linha de atuação esquerdista radical e a face *integrativo-corporativista* onde se buscam ajustamentos contratuais parciais ou localizados para suprir as carências, interpelando o lado provedor do Estado, elaborando possibilidades de maior integração social (DOIMO, 1995). Apesar das contradições internas que essas

faces apresentam, a unidade buscada entre os atores sociais mostrou-se forte influenciando na configuração da esfera político-institucional. A resistência ao regime militar, a luta pela abertura política, o engajamento no processo constituinte para a ampliação dos direitos de cidadania bem como a intensa movimentação no interior desse campo no sentido de governar com participação popular, são todas ações que condensam a dupla face acima exposta e demonstra todo o potencial criado na década de 1980.

Assim como as CEBs, PT e MEP desenvolviam ações que fortaleciam a participação popular, entretanto as atuações partidárias conseguiam dar um direcionamento mais radicalizado à sociedade que se desejava alcançar. As CEBs realizavam estudos, faziam capacitações de lideranças, mas as propostas de governo mais radicalizadas ganhavam maior destaque no âmbito dos partidos políticos.

Um outro partido político de esquerda considerado de grande relevância social para a formação do projeto democrático participativo no município da Serra foi o PCB.

O PCB surgiu em 1922 diante da crise da República Oligárquica e de debates feitos sobre o anarquismo e a Revolução Russa, sendo formado pela “[...] união de esforços das diversas associações que o precederam: a Liga Comunista de Livramento, do Rio Grande do Sul; a União Maximalista de Porto Alegre; o Círculo de Estudos Marxistas, de Recife; e o grupo Comunista Brasileiro Zumbi, do Rio de Janeiro” (CÁCERES, 1993, p. 261).

Esses grupos tinham à frente intelectuais e operários que realizavam suas ações de acordo com os exemplos ocorridos na Europa, tal como defender e difundir o programa político da Terceira Internacional²⁶ (Associação Internacional dos Trabalhadores). Seu surgimento se deve também ao entendimento de que o Partido Comunista do Brasil (PC do B) com suas propostas de anarquismo não seria capaz de dirigir um amplo movimento revolucionário de massa. Para que o PCB se

²⁶ A Terceira Internacional também chamada de Internacional Comunista foi uma Organização Internacional Comunista formada por Vladimir Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética em março de 1919 que pretendia lutar com todos os meios disponíveis, inclusive armados, para derrubar a burguesia internacional e estabelecer uma República Soviética Internacional como um passo transitório à completa abolição do Estado. Para saber mais ver WIKIPÉDIA, 2008.

tornasse forte e conseguisse pressionar o Estado Liberal Oligárquico e o capital, o partido resolveu se aliar à pequena burguesia²⁷. “Dessa maneira, foi se delineando a transmutação da marca urbana peculiar ao anarcossindicalismo para a política de alianças quando ela se tornou necessária” (NICOLIS, 2006, p. 130). Seu esforço na realização de uma revolução democrática que desenvolvesse as forças produtivas do capital, incluindo a classe operária, se dava na intenção de derrubar o Estado oligárquico e a partir daí instalar um Estado democrático pequeno-burguês (NICOLIS, 2006, p. 131).

Segundo Nicolis, (2006), ao atuar junto ao movimento sindical, os comunistas definiam como sua tarefa principal e permanente, a unificação e organização da classe operária. Buscava também o direcionamento de suas lutas por reivindicações comuns para que a classe operária desempenhasse sua função de direção na sociedade capitalista.

Nesse sentido, preconizavam a unificação das diversas correntes (comunista, trabalhista, socialista, católica) existentes no interior do movimento sindical, a arregimentação dos trabalhadores desorganizados que constituíam a grande maioria e a utilização das conquistas da legislação social vigente, procurando sua concretização e seu aperfeiçoamento (NICOLIS, 2006, p. 131).

O partido procurava resolver os conflitos através de apelos e acordos dirigidos diretamente ao governo (PACHECO, 1984), o que se difere completamente da postura radical adotada pelo PT e MEP. Apesar de ambos almejarem uma sociedade socialista, a maneira como cada um planejava esse caminho se diferia.

Na Serra o envolvimento partidário com as questões sociais veio sendo incentivado no contexto da Universidade Federal do Espírito Santo com o movimento estudantil, principalmente no Centro de Biomédicas. Um dos entrevistados (militante do PCB) conta que sua inserção na Serra não foi pela questão partidária, mas sim pelo próprio trabalho que era desenvolvido no município no que se refere aos

²⁷ Esse partido pregava a criação de sindicatos comunais de ofícios ou profissões; a federação comunal dos sindicatos, e ainda, a criação de um organismo máximo, a Confederação Geral do Trabalho. Falava em confisco e socialização das indústrias, dos transportes e das habitações urbanas e rurais. As relações entre os indivíduos e a sociedade seriam organizadas de baixo para cima e baseadas no princípio racional da solidariedade. A nova sociedade aboliria o Estado e garantiria o máximo de liberdade individual. O controle social e da produção seria feito pela livre associação e federação dos agrupamentos profissionais, científicos, artísticos e literários (CÁCERES, 1993, p. 261).

movimentos de bairro. O fato do município já possuir ações desenvolvidas na área da saúde pelas CEBs despertaram grande interesse dos que foram iniciar o trabalho do partido na Serra.

O PCB não restringiu suas ações aos interesses políticos partidários, este entendia a importância da atuação das CEBs e das associações de moradores nas lutas pelos serviços básicos nos bairros e também que a forma de governo autoritária deveria ser alterada.

[...] não foi nem uma questão de partido, ah, vocês vão pra Serra! Não! Foi um processo até natural do gosto pelo trabalho de lá e nós éramos em quatro: eu, Carlinhos, Adão, Ernesto e César Colnago e a gente foi pra Serra, para as Comunidades Eclesiais de Base, para desenvolver um trabalho de conscientização na área da saúde, já que na Serra os movimentos sociais já tinham uma Comissão de Saúde ligada a Igreja Católica. Então nós fomos pra Serra para assessorar esse movimento de saúde. Carlinhos Bigode era ligado a Comissão de Justiça e Paz. Aí quando nós chegamos na Serra, nós chegamos via Comissão de Saúde, tinha a Pastoral da Saúde, aí nós fomos cada um para um trabalho diferente, assessorar esses movimentos em cada bairro diferente e a partir daí nós fomos tendo uma visão do que era o movimento. Na Serra estava se iniciando a construção das associações de moradores de Laranjeiras, Carapina, inúmeras invasões, que a gente chama de ocupações, problemas sociais gravíssimos, um governo muito autoritário na Serra, José Maria Feu Rosa, que não entendia esse negócio, tudo era motivo para cair em cima [...] (entrevistado 5a).

O PCB foi percebendo com o passar do tempo que o município também tinha outras necessidades para além das questões voltadas à saúde e começou a participar desse processo.

[...] esse movimento foi crescendo a partir da questão da saúde e foi tomando uma visão ampla da saúde. A luta pelo esgoto, posto médico, pela escola, pela luz, pelo ônibus no bairro. Então a gente começou a entender isso como um processo bem maior do que a gente imaginava e aí a gente começou a trabalhar, organizar outras associações, incentivar os moradores a criar as associações de moradores (entrevistado 5a).

Os integrantes do PCB fortaleceram ações desenvolvidas pelas CEBs nas Comissões de Saúde e também contribuíram para a formação de associações de moradores em diferentes bairros tomando frente de lutas voltadas à defesa da classe trabalhadora, sem deixar de lado a questão político-partidária. Mais adiante e frente a trajetória desenvolvida ajudaram na formação da Federação das Associações de Moradores (Fams).

Com a fundação das associações de moradores a gente estimulava, estimulava e não era imposto não, tinha toda uma técnica bem democrática mesmo. A gente ia lá para os bairros, pegava as pessoas que estavam realmente interessadas, discutia com eles a importância de se formar uma associação de moradores e nós fundamos não sei quantas associações de moradores e nós tivemos em determinada fase onde ficamos

responsáveis de ir lá atrás da Atlantic Veneer do Brasil, tinha uma vila de operários da empresa que era uma coisa estúpida, então nós começamos trabalhar lá e nós distribuíamos material, panfletos lá na porta da empresa, chegamos a até sair de lá corridos, então tinha muita coisa que a gente fazia na época, mas também nunca nos esquecemos da questão político-partidária na qual nós tínhamos nossas bases, cada núcleo tinha sua base de partido do PCB que vinha discutir as questões daquela região, e a partir daí surgiu a idéia de formar a Federação das Associações de Moradores e a maioria das nossas reuniões eram realizadas atrás da igreja Nossa Srª da Conceição da Serra e no Centro de Treinamento de Carapina (entrevistado 5b).

Por participar em diferentes espaços, o PCB não media esforços para se fazer presente na luta pela democratização do município.

Eu me lembro que em Vista da Serra todo sábado tinha (reunião): ou era das associações de moradores ou era das Comunidades Eclesiais de base. Eram as mesmas pessoas que estavam lá e cá, aí então tinha as reuniões das Comunidades e tinha que ir, eram as mesmas pessoas e mais um pouquinho e tinha as reuniões das associações de moradores com a diretoria, que era mais ampla que as Comunidades Eclesiais de Base porque esta era católica e as associações de moradores era mais ampliada, tinha evangélicos e mais gente participava e tinha ainda as reuniões da Comissão de Saúde e a do partido (entrevistado 5a).

Estes espaços se faziam na pluralidade de atores e assim se tornavam inevitáveis que em seu interior ocorressem disputas ideológicas. O direcionamento político do PCB não descartava a possibilidade de interlocução com o poder público e esse posicionamento não era aceito pelo PT e MEP.

O PCB se distanciava desse modo, no entendimento das alianças partidárias estabelecidas. Segundo o entrevistado do PT,

como o PCB tinha essa origem desde o governo Getúlio de uma aliança com a classe trabalhadora, mas também de uma aliança com o poder instituído e aqui eles eram parte do governo municipal que a gente era radicalmente de oposição, então nós disputamos com eles vários espaços dentro da associação, dentro da própria Federação, foi um período de muito conflito, de muita disputa [...], em que pese os erros do governo Lula, em que pese os erros do PT, mas eles estabeleceram uma aliança prioritária com os democratas e com o PSDB e hoje é um partido bem distante de nós (entrevistado 4).

Tinha uma diferenciação no modelo de agenda que eles faziam, nós tínhamos para nós o socialismo e eles compunham com os governos que não tinham compromissos com essas bandeiras, mas ainda assim nós achávamos que era preciso trazer pro campo da esquerda esses companheiros e compor um projeto de cidade, mas não foi possível [...] (entrevistado 4).

O entrevistado do PCB reafirma essas diferenças que se situam principalmente no campo ideológico.

O PT via o poder público como inimigo e aí nós não aceitávamos isso porque nós queríamos debater com o poder público, com o governo do Estado (entrevistado 5b).

O PT que em sua formação também comportava membros do MEP tinha uma relação com o poder público que se baseava numa

[...] relação de cobrança, de pressão, pra que o poder público desse conta das suas funções, das suas políticas (entrevistada 2).

No governo de José Maria ele não aceitava conversar com ninguém, então tava todo mundo do mesmo jeito, agora quando chegou o governo Motta, já tivemos a possibilidade de sentar com Motta e o PT dizia: não! não! temos que continuar independentes (entrevistado 5a).

A principal diferença mesmo era a ideológica, nós tínhamos uma plataforma ideológica pronta e acabada e o PT era uma porção de tendências: LIBELU (Liberdade e Luta), MEP, igreja (entrevistado 5a).

Quando o Motta que é do PMDB, ganha em todo o Espírito Santo e o Motta é o candidato a prefeito na Serra, nós participamos da eleição que naquela época a gente podia ter dois candidatos do mesmo partido, então O PCB ficou com Geturlino Pimentel, mas o Motta ganhou, então a gente ficou tudo junto, então logo no começo o partido foi chamado a assumir a primeira Secretaria de Saúde do município, mas logo, logo, quando chamava pra greve o partido tava lá, partido que era do governo fazendo greve contra o governo, então no Motta não demorou nem um ano e nós achamos ótimo, não queríamos mesmo não, queríamos ficar livres mesmo, então no Motta a gente não tinha tanto embate, o Motta ele era um cara que apesar de tudo ia às reuniões das associações de moradores, discutia com os moradores, então já houve um certo avanço, uma certa aproximação, depois volta José Maria, aí volta embate completo, depois José Maria morre e daí veio o Adalto e aí não tinha nem como, era totalmente despreparado e todo restante do movimento refletia na figura do prefeito e a gente só vai mesmo começar a ter uma relação amistosa com a administração com Vidigal a partir de 1997 (entrevistado 5b).

Segundo a entrevistada 2

[...] a atuação do PCB era mais restrita, o que nos distanciava, embora a gente somasse em algumas questões de construção do movimento popular, mas havia diferenças em termos da matriz mesmo política de fundo. O Partido Comunista que na sua origem tinha uma forte inserção no movimento operário, um projeto transformador socialista, embora com muitas influências do pensamento predominante na União Soviética, com as coisas transportadas pra nossa realidade brasileira de uma forma muito mecânica, mas ele teve uma base operária popular muito forte, mais pra trás na história, nesse período aí (década de 1980), ele já tava bem descaracterizado no seu projeto ideológico, mais político, com propostas das quais a gente divergia porque havia abandonado uma via revolucionária, a perspectiva de construção do socialismo no país a partir de uma perspectiva socialista, já tava mais caracterizado naquilo que a gente denominava e denomina uma via mais reformista, pacifista, de etapas, que a luta pelo socialismo não é uma luta pra já, primeiro nós temos que cumprir algumas etapas democráticas, pra depois então pensar na construção do socialismo e a gente divergia fundamentalmente nessa questão mais estratégica e era, é, necessário desde já, desde o presente, lutar pela construção de um projeto socialista que não é pra agora, não é... mas você tem que começar a construir desde já, então um programa de mudanças pro país, ele inclui mudanças mais imediatas, que ajudem a melhorar as condições de vida da população, mas também ele já inclui mudanças que terão que ser pensadas e que terão que ser implementadas dentro de uma perspectiva de construção do socialismo, então assim a gente tinha algumas divergências mais de fundo, embora em alguns movimentos a gente tivesse uma atuação conjunta (entrevistada 2).

PT, MEP e PCB, como vimos, tinham suas divergências, principalmente no desenvolvimento do projeto socialista. Enquanto PT e MEP com uma visão mais radicalizada desejavam construir esse projeto desde o início de suas ações, o PCB já admitia alianças que permitissem no decorrer do tempo alcançar o projeto socialista. Apesar disso, ambos desejavam alcançar mudanças que ultrapassassem o imediatismo, mudanças essas que levassem ao socialismo. O enfrentamento à ditadura, a necessidade de construção de um projeto democrático e participativo também foram questões compartilhadas por estes atores.

O posicionamento assumido por tais partidos interferia nas ações desenvolvidas e assim ocorriam disputas pela direção de determinados movimentos como no caso da Fams. Como estes partidos possuíam estratégias distintas, cada um atuava em bairros diferentes.

Várias associações de moradores foram criadas com a contribuição do PCB e muito fortes, cito os exemplos da associação de São Marcos, Vista da Serra, Bairro de Fátima, Eurico Sales, São Diogo, Jardim Limoeiro, Central do Sossego que depois virou Central Carapina [...] (entrevistado 5a).

Já o PT colaborou para a criação de associações de moradores nos bairros: Cantinho do Céu (hoje Jardim Tropical), Boa Vista, Taquara I, Carapina Grande, Campinho da Serra, Nova Carapina I, São Marcos (entrevistada 2). No Bairro São Marcos ambos partidos estavam presentes.

De um modo geral podemos concluir que a dinâmica realizada pelos partidos de esquerda no município da Serra tiveram papel importante na formação de lideranças que influenciaram na coordenação de ações reivindicatórias. Destacamos ainda que estes, apesar de apresentarem suas diferenças, serviram enquanto ponto de apoio para a articulação com outros movimentos como no caso da criação de associações de moradores em diferentes bairros.

Desse modo as contribuições dos partidos de esquerda para a construção da democracia participativa ocorreram no direcionamento de qual sociedade se alcançava desejar com as lutas realizadas, oferecendo um caráter mais amplo, de luta conjunta, de necessidade de tornar as reivindicações em direito social, de questionamento das desigualdades sociais e do padrão de tratamento até então em

vigência. Há diante disso um fortalecimento do movimento pela democratização negando a forma de dominação historicamente existente e ressaltando as formas de organização da população e das expressões de suas demandas.

Esses partidos apontaram para a construção de um espaço público mais plural e ao mesmo tempo para que o poder público sofresse alterações. Diferente das demais ações desenvolvidas no município, os movimentos partidários buscavam ampliar o número de adeptos ao partido dando um direcionamento para uma sociedade socialista.

Os obstáculos encontrados no relacionamento entre os partidos não eram poucos e se localizavam principalmente na matriz ideológica adotada por cada um. Por terem uma base diferenciada, estes acabavam disputando espaços e medindo força. Entretanto as diferenças diminuía à medida que ambos tinham um envolvimento com as questões relacionadas às carências urbanas.

Desse modo podemos considerar que os partidos políticos de esquerda instrumentalizaram os movimentos organizados no município da Serra, tais quais os destacados a seguir.

3.3 AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA E O MOVIMENTO DE MULHERES

Ao lado das CEBs e dos partidos políticos de esquerda, o município da Serra pode contar com movimentos organizados muito atuantes. Destacamos especialmente: as Associações de Moradores que para o seu fortalecimento fundou uma Federação de Associação de Moradores; o CDDH da Serra e o Movimento de Mulheres Unidas da Serra.

Esses movimentos se organizaram como espaços de ação reivindicativa recusando ações de tutela, cooptação e de subordinação em relação ao Estado. Foi construída

uma vigorosa cultura participativa e autônoma buscando a garantia e a ampliação dos direitos sociais. Defendendo a sua autonomia frente ao Estado autoritário, colocaram em cheque a ordem estabelecida. “Nesse sentido o conflito urbano surge enquanto expressão e resposta da coletividade às contradições geradas pelo próprio desenvolvimento urbano industrial da cidade” (BRUCE, 2007).

Cabe destacar que os atores acima citados tiveram um leque de atuação bastante ampliado, não se restringindo às lutas específicas.

A primeira associação de moradores existente no município da Serra foi composta por bancários, profissionais liberais, estudantes e professores universitários tendo como espaço de atuação o Parque Residencial Laranjeiras. Essa entidade estimulou a criação de associações de moradores em outros bairros do município. A autonomia se tornou a marca das associações de moradores, pois ter vínculo com as secretarias e instituições do governo significava depender destas e não efetivar os interesses da comunidade. O Estado e qualquer representante do mesmo era considerado inimigo. “Em seu interior e pela oportunidade de debate e reflexão, as necessidades sentidas individualmente passaram a ter uma dimensão coletiva das carências e das ações para superá-las” (SERPA, 1990, p. 53). A assessoria a esse trabalho teve um papel importante no auxílio e acompanhamento às associações de moradores. Era constituída por profissionais voluntários (assistentes sociais, economistas, advogados, pedagogos, médicos) vinculados à Igreja e a partidos de esquerda (clandestinos até então pela proibição de sua existência imposta pela ditadura) (SERPA, 1990).

Com o decorrer do tempo, as associações resolveram se unir para fortalecer e criar uma entidade ampla, capaz de congregar as associações de moradores e de apoiar suas lutas.

[...] elas se reuniram e formaram a Federação, informal ainda, a história nos mostra que a Fams ficou na média de dois anos informal, mas depois ela se formalizou, se registrou e aí começou um processo de mobilização dessas entidades, dessas associações e fomentou também a formação da Federação das Associações de Moradores (entrevistada 3).

Surge então, em 1982, a Federação das Associações de Moradores da Serra (Fams) formada por 30 associações de moradores. Esta Federação é considerada por Carlos (2003), uma entidade referência na organização popular no estado, pois, conforme a autora, inaugurou uma nova fase do movimento popular que deixa de ser apenas reivindicativo para se tornar também propositivo. “É com essa Federação que ganha força em Serra a proposta de participação social na elaboração do orçamento municipal, embebidas no discurso de participação popular, descentralização e transparência administrativa proclamadas pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT)” (CARLOS, 2003, p. 64).

À Fams caberia o papel de coordenar, unificar, reforçar, fazer a ligação das lutas, respeitando o interesse de desligamento ou filiação das associações e ainda contribuir para que outros bairros formassem suas associações e viessem a mobilizar seus moradores (SERPA, 1990). Com isso a Federação conseguiu ter uma base do que estava se passando em cada bairro, embasando suas ações em torno das demandas levantadas pelos moradores. Esse aspecto é fundamental, pois com o envolvimento de praticamente todos os bairros, os moradores foram reconhecendo a importância de estarem unidos assim como de sua capacidade de propor melhorias e consequentemente, transformação de sua realidade. O isolamento dos bairros que ocorria à medida que estes eram ocupados pode ser amenizado com os encontros, reuniões das associações de moradores, pois oportunizava o contato com diferentes moradores que apesar de terem vindo do interior do estado ou mesmo de outros estados do país percebiam que todos estavam vivenciando uma mesma situação com problemas relacionados: às vagas nas escolas; ao atendimento médico; ao transporte coletivo; à violência, entre outros. Essa união de diferentes e ao mesmo tempo de iguais contribuiu para que tivéssemos na Serra um elemento diferenciado do espaço público que envolve a conquista, a disputa e o reconhecimento da pluralidade e o mais importante o incentivo para a criação de uma cultura democrática participativa.

A Fams foi resultado de todo um processo em respeito à época de se ter em âmbito do município uma organização e uma agenda de lutas do município e de romper com aquele isolamento de cada associação em seu bairro, cuidando das suas questões de bairro, das suas próprias questões e tal, então ali também foi resultado a consolidação de um processo de anos até a descoberta da importância de se organizar as associações nesse formato de federação municipal [...] (entrevistada 2).

Como exposto na Tabela 8 (que trata dos atores sociais existentes no município na década de 1980 e as principais reivindicações existentes) a participação das associações de moradores foi fundamental na luta por transporte coletivo, trabalho, saúde, segurança, educação, saneamento básico, calçamento de ruas, limpeza pública, habitação, esporte, lazer, entre outros.

Os bairros iam se organizando e tinha a fomentação também em torno das associações daqueles moradores, daquele bairro, daquela região e a partir daí a Federação, tudo que diz respeito à organização dos bairros, às lutas sociais na cidade, qualquer área, seja meio ambiente, educação, saneamento, etc, a Federação agrega essas entidades (entrevistada 3).

A Fams além de buscar a conscientização dos direitos da população também almejava o fortalecimento dos movimentos democráticos. Seu grande potencial de mobilização deve ser destacado, pois conforme dados do Instituto Jones dos Santos Neves (1987), pelo menos 48 bairros estariam envolvidos nessas ações.

Além disso, a Fams participou do comitê municipal pela constituinte, promoveu debates com candidatos às eleições em 1988, colheu assinaturas para emendas populares, participou das plenárias regionais pela participação popular na constituinte, entre outras, demonstrando assim sua contribuição para a construção do projeto democrático participativo no município. Mas ao lado disso também existiam muitos problemas: os interesses políticos, partidários e práticas de desmobilização e cooptação por parte de representantes públicos sempre estiveram presentes (SERPA, 1990).

Por ter como objetivo a unificação das lutas e dos interesses e demandas dos bairros do município, a Fams tornou-se uma referência e uma entidade que aglutinava os diferentes partidos. Por aglutinar partidos diferentes a Fams se viu mais tarde polarizada entre duas concepções bastante distintas a respeito do relacionamento que se poderia estabelecer com o poder público.

De um lado, a liderança ligada ao PCB defendia a aliança entre os setores democráticos do governo e a burguesia nacional contra o imperialismo. De outro, as lideranças ligadas ao PT fecharam-se numa posição anti-Estado, que via o Estado como defensor monolítico dos interesses da burguesia no interior do qual não havia espaço para os interesses populares (SERPA, 1990, p. 77).

Essa situação significa que ao mesmo tempo em que havia um discurso de autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos por parte da direção da Fams, em momentos de disputa, de tomada de decisão, em momentos de grandes assembléias e planejamento das ações dos movimentos e da construção de suas estratégias de luta, cada grupo se reunia previamente e preparava suas propostas com a participação das lideranças que eram sua base de influência, ocorrendo em muitos casos, processos de manipulação, mobilização das lideranças para garantir a votação das propostas, votações em bloco.

Segundo Serpa (1990, p. 77), “[...] as lideranças dos bairros ficavam sem saber o que ocorria. O resultado foi um deslocamento das lutas dos bairros e um esvaziamento da Federação”.

Nos primeiros anos da década de 1980, a Federação já demonstrava que não conseguia acompanhar as associações de bairros em suas dificuldades. Era visível que estava precisando de mais integrantes, pois os que a compunham também atuavam em outros espaços. “A federação precisava ampliar lutas conjuntas, impor-se diante de órgãos públicos, reforçar associações existentes e organizá-las onde não existissem” (SERPA, 1990, p. 73).

Diante dessa situação a Federação buscou traçar alternativas com a organização do I Congresso dos Movimentos Populares da Serra em 1986 (SERPA, 1990).

Nesse congresso, segundo Serpa (1990), discutiu-se o papel da Federação, aprovou-se um plano de lutas e de propostas para a sua organização interna e a relação a ser estabelecida com a prefeitura, entre outros. Dentre os encaminhamentos a autora destaca a articulação de representantes de municípios para criar a Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes).

A Fams com toda a abrangência e aceitação que alcançava nos bairros conseguia dar um sentido de luta amplo ao município. As pressões sobre o poder público se tornaram maiores diante da atuação das associações de moradores. As reivindicações giravam em torno dos recursos urbanos básicos, mas também

ultrapassavam essa dimensão quando havia a pressão para o reconhecimento da necessidade de participação popular nas decisões públicas. Por ser um forte articulador, a Fams, nesse processo de construção democrática, contribuiu para a formação de uma identidade popular coletiva, de uma “nova cultura política” baseada na participação. Os moradores que se engajavam no processo de luta tornaram-se mais críticos e as situações vivenciadas passavam a ser entendidas não mais como fatalidade. Diferente de outros municípios da Grande Vitória em que as diferenças políticas levaram a criação de mais de uma associação de moradores por bairro, fragmentando ainda mais a luta. Na Serra, os atores sociais conseguiram se unir em torno de algumas lutas e propósitos, fortalecendo o projeto democrático participativo, encaminhando lutas conjuntas através da Fams, realizando cursos de formação conjuntos e apostando no potencial democrático participativo das lideranças e dos bairros.

Ao lado da Fams, outros atores se mostraram bastante atuantes no município. O CDDH destaca-se nesse sentido.

A formação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH) também apresentou um rico contexto de articulação. Sua formação inicial origina-se dos trabalhos feitos pelos padres missionários combonianos da Paróquia da Serra juntamente com os leigos das CEBs que participavam dos conselhos da paróquia. Estes resolveram formar uma Comissão de Direitos Humanos no município da Serra em março de 1984, após o 3º Encontro Nacional de Direitos Humanos que ocorreu em Vitória, ES (FERRAZ; REGATTIERI, 2007). O descaso por parte da administração municipal e estadual em relação à questão da segurança pública e na fiscalização das condições dos trabalhadores nas empresas da região motivou a formação inicial da Comissão (FERRAZ; REGATTIERI, 2007). O estopim para a organização dessa comissão foi um acontecimento em particular ocorrido na empresa Atlantic Veener²⁸ em que duas mulheres foram esmagadas por uma empilhadeira. Esse fato repercutiu na sociedade serrana e chegou ao Conselho da Paróquia através de um conselheiro que participava de uma comunidade eclesial de base e que trabalhava nessa empresa (FERRAZ; REGATTIERI, 2007).

²⁸ A Atlantic Veneer era uma empresa de exploração madeireira.

De início a Comissão era formada por um grupo de pessoas sensibilizadas com a violência na Serra, mas com o agravamento desta questão evidencia-se a necessidade de uma assessoria jurídica e de busca pela legalização da organização. Foi criado então, em 1987, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH) e elaborado seu Estatuto seguindo os princípios evangélicos e a Carta de Declaração Universal dos Direitos Humanos (CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA, 1992, p. 12).

“Através da própria história vai se delineando o caráter da entidade. Percebe-se que o CDDH é uma entidade que não deve tomar o espaço de outras organizações populares, mas incentivar e acompanhar a criação das que ainda não existiam e apoiar as já existentes” (CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA, 1992, p. 7). Dos movimentos que realizaram uma luta conjunta podemos citar: a Fams; Famopes; Sindicatos; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente; Igrejas e Fórum contra a Violência a favor da Vida.

O CDDH apoiou e participou do movimento dos sem-terra, movimento de moradia, movimento dos grevistas, movimento estudantil. Através das comissões que se formaram como: Comissão de Formação; Comissão contra a Violência; Comissão de Moradia; Comissão de Alfabetização; Comissão de Comunicação e Comissão da Criança e do Adolescente, as atividades puderam ser dinamizadas.

O CDDH também participou do Fórum de Educação e do Movimento em Defesa da Serra num período dramático da política local onde a relação que ainda prevalecia era do capangismo e do autoritarismo. Esse movimento deu origem a partir de 1993 a uma campanha nacional sendo formada uma comissão especial no Ministério da Justiça culminando no início, por exemplo, do desmanche do crime organizado promovido pela Escuderia Lecoq²⁹ no município. Tal comissão denunciou os crimes formando o Fórum Reage Espírito Santo e denunciando o esquema Gratz³⁰ (OLIVEIRA, apud NEVES, 2006). Miranda (apud NEVES, 2006) considera que uma das maiores conquistas do CDDH foi na luta contra a corrupção, contra a

²⁹ Grupos de extermínio, envolvendo inclusive policiais.

³⁰ Tal esquema relaciona-se às ações irregulares como: pagamento de propina a deputados, improbidade administrativa realizadas pelo ex-presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo José Carlos Gratz.

impunidade, pois havia muita tortura no município, violência policial, mortes mal esclarecidas, muitas violações dos direitos humanos.

O CDDH, nesse contexto, tanto ajuda a promover, como promove seminários, cursos, encontros, treinamentos, atos públicos, manifestações populares, cobra dos órgãos públicos as responsabilidades para com o povo, se articula em nível Estadual, Regional (com o Rio de Janeiro e forma o Regional I) e com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) possuindo o caráter ecumênico e apartidário.

A necessidade de sua existência se relaciona com as dificuldades enfrentadas pelo município na década de 1980, como: violência; grande número de ocupações existentes; problemas com os conjuntos residenciais; exploração e poluição realizadas pelas indústrias; poucas escolas; serviço de saúde precário; exploração do meio ambiente; falta de saneamento básico; crime organizado; entre outros (CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA, 1992). Para enfrentar estas situações criou Comissões como: Comissão de Formação, Contra a Violência, de Moradia, de Alfabetização, de Comunicação, Criança e Adolescente.

Sua atuação se dá junto ao povo para que o mesmo conheça seus direitos e saiba defendê-los. Considera os acontecimentos dentro do contexto social existente, sem isolá-los do conjunto do sistema. A conscientização também é um ponto fundamental destacado pelo CDDH no sentido de que é preciso que o povo saiba se organizar e se defender dos ataques do sistema (CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA, 1992).

A partir da mobilização da sociedade civil, o CDDH pode contribuir junto com os outros movimentos para a elaboração da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica do Município e para a implantação dos Conselhos de Direitos, o Conselho da Criança e do Adolescente (CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA, 1992). Além disso participou ativamente em diversas greves como Greve dos metalúrgicos da CST, Greve dos trabalhadores da Atlantic Veneer e Greve Geral.

Além do CDDH, o movimento de mulheres também atuou fortemente no município representando juntamente com os demais movimentos, um dos canais de maiores

possibilidades de representação popular direta. O movimento de mulheres envolveu uma parcela que há muito tempo se sentia excluída. Este surge no contexto da ditadura militar para enfrentar as dificuldades geradas com o tão desejado desenvolvimento do Estado através de sua industrialização. Assim como os demais movimentos, as insatisfações com as condições de vida eram grandes. A entrevistada 7 deixa isso bem claro:

[...] os primeiros grupos de mulheres eles surgiram na década de 70 ainda, 76, 77. Já tinha grupo de mulheres na época em que a gente ainda estava sob todas as regras da ditadura militar e os grupos de mulheres já começavam a nascer. Eles vieram justamente porque o município da Serra era um município em crescimento, né a CST estava nascendo, as grandes indústrias chegando aqui na região. Muita gente vindo do interior mudando para cá, vindo morar aqui, num município sem infra-estrutura nenhuma, então os maridos iam trabalhar fora e as mulheres ficavam em casa, não tinha escola, não tinha creche nem pensar, não tinha estrutura, o lixo não era recolhido. Era uma prefeitura que não tinha nenhum tipo de serviço. Aí o que aconteceu: as mulheres começaram a ser reunir nos bairros e cobrar melhoria para o bairro. Reunia para cobrar creche, cobrar escola, cobrar recolhimento do lixo, cobrar calçamento. Desde o princípio eram as políticas públicas que norteavam nosso trabalho. Até aí a Amus ainda não existia (entrevistada 7)³¹.

O movimento de mulheres iniciou suas ações em determinados bairros do município, entretanto com o passar dos anos foram incorporando novos grupos de trabalho.

Os primeiros grupos de mulheres surgiram em Carapina, Nova Carapina, Taquara, esses bairros vizinhos próximos, Taquara I e II. Os primeiros grupos surgiram nesta região, depois foram se espalhando teve período de a gente ter 18 grupos reunidos depois eles reduziram a 11, depois chegaram a reduzir mais ainda e agora estão num processo expansivo de novo (entrevistada 7).

As CEBs serviram de berço para as ações das mulheres no município e estas apoiavam outros movimentos, pois consideravam que a luta deveria ocorrer em conjunto.

Quando algum outro grupo tava na luta qualquer, a gente juntava a ele para fortalecer a luta e funcionava assim nos primeiros tempos e foi assim que tudo começou (entrevistada 7).

O enfrentamento ao poder instituído era constante, principalmente por que este não se preocupava com a população mais empobrecida.

Teve grupo que a prefeitura não recolhia o lixo do bairro dela. Elas iam à prefeitura, cobrava, fazia contatos. Num belo dia elas disseram assim: vamos juntar todo lixo e começaram a reunir o lixo. Se eles não pegarem não vamos fazer nada. Deixa o lixo junto. E reuniu o lixo três semanas e colocou em cima de uma caçamba. Levou e

³¹ A entrevistada 7 refere-se a Zenilda Fernandes Pinto do Vale que participa do movimento de mulheres desde sua criação. A divulgação de seu nome foi autorizada mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

despejou na porta da prefeitura. O prefeito (João Baptista Motta) ficou quase doido. A imprensa veio, divulgou e foi aquela confusão e logo a gente viu pela televisão o prefeito falando: hoje mesmo eu vou colocar uma estrutura lá para eles colocarem o lixo dentro. Vai ser recolhido a cada três dias. A vitória veio imediatamente (entrevistada 7). Teve um período em que não tínhamos lugar para enterrar os mortos. O cemitério que havia no município estava tão lotado que estavam encalhando corpos mesmo. De verdade. Então as mulheres, com associação de moradores de várias regiões, a gente fez uma passeata pelas estradas de Serra. Foi construído um caixão. No caixão a gente escreveu o nome do prefeito e saiu carregando o prefeito pelas avenidas da Grande Serra. E a gente falava que queria um lugar para enterrar o prefeito, mas não tinha lugar, porque não tinha lugar no cemitério, então a gente saía e o prefeito tava vivo e ele ficou sabendo que a gente estava tentando enterrar ele e não tinha lugar no cemitério. E não demorou muito o prefeito anunciou um mega terreno para a gente enterrar os mortos (entrevistada 7).

As mulheres também davam suporte às greves que ocorriam no município, pois seus maridos estavam sofrendo com os baixos salários e a insegurança a que estavam submetidos.

Quando os trabalhadores estavam em greve ou estavam lutando por alguma melhoria de condição de vida, a gente dava sustentação pra eles, quando estavam paralisados. Então a gente fazia comida, levava remédio cuidava daqueles que estavam vivendo uma experiência libertadora, uma experiência de mudança (entrevistada 7).

Esses grupos de mulheres, mediante a realidade que vivenciavam ou a que viam ocorrer em seus bairros lutavam também por questões amplas que envolvem o campo das políticas públicas. A Delegacia da Mulher e a Casa Abrigo para mulheres se mostraram grandes conquistas.

O município da Serra foi um dos primeiros municípios que conseguiram instalar a primeira Delegacia da Mulher que era uma luta nacional de todas as mulheres por delegacias que tivessem delegada especialmente para atender essa questão da violência contra a mulher porque quando elas vinham para a delegacia comum com todas as demandas, elas eram desrespeitadas duas vezes e Serra conseguiu através da nossa luta, a Delegacia da Mulher. Ao longo desses últimos 19 anos por várias vezes essa delegacia tentou ser tirada daqui do município sendo que não tinha sustentação e não conseguiram porque as mulheres da Amus e de outras demandas não permitiu, brigou, cobrou. Nós conseguimos outra conquista importante que é a casa abrigo ou casa lar, um espaço para acolher as mulheres vítimas de violência ameaçada de morte, onde ela fica escondida [...] É uma conquista do movimento de mulheres, das políticas públicas para as mulheres. Enfim, todas essas demandas são resultado do nosso trabalho no município (entrevistada 7).

Na intenção de fortalecer o movimento de mulheres, assim como ocorreu com o CDDH da Serra, as lideranças decidiram tornar esse movimento uma organização. Essa mudança veio ocorrer no ano de 1992.

Com o passar do tempo, a partir de 90, final dos anos 80, foi que a gente sentiu a necessidade de se transformar numa entidade mais oficial. Porque todo nosso trabalho ficava perdido na medida em que a gente não era uma organização, então a gente não tinha CNPJ, não tinha nada disso, aí veio a ideia então de a gente fazer uma associação porque assim ela poderia responder pelos seus atos e a sua demanda. Em 92 foi que

nasceu a Amus (Associação de Mulheres Unidas da Serra). Quando ela nasceu, quando ela se tornou associação, aí então ela começou a comportar outras mulheres ligadas ao grupo que ia na igreja, mas também mulheres de outras religiões, sem religião nenhuma, em todo canto tinha afinidade com aquele tipo de luta ou de reivindicação vinha para Amus. Os grupos de mulheres reuniam nos bairros. Representantes dos grupos iam para a reunião da associação, discutia as demandas e voltava para o bairro de novo (entrevistada 7).

A Amus, assim como os demais atores, trabalhava no sentido de formar cidadãos conscientes de seus direitos e consequentemente mudar para melhor sua própria vida e a das outras pessoas.

Sua base compunha-se e ainda compõe-se de grupos organizados nos bairros e tem como objetivo principal unir e organizar as mulheres, buscando para elas formação em todos os níveis – político, econômico, social, cultural e pessoal. Busca despertar sua consciência cidadã, tornando-a protagonista de sua própria história (entrevistada 7).

Desse modo os movimentos tiveram um importante papel no questionamento do poder público e ainda tem uma grande importância para definir e influenciar as decisões públicas, apesar das contradições que os espaços institucionalizados de participação apresentam.

No intuito de dar maior visibilidade ao que foi discutido no decorrer desse capítulo, apresentamos abaixo um quadro, o qual sintetiza a análise documental, considerando as seguintes unidades de análise:

1. Articulação das CEBs com os partidos políticos e movimentos populares;
2. Articulação dos partidos políticos com os movimentos populares;
3. Principais ações e bandeiras de luta;
4. Principais dificuldades encontradas nas articulações.

Cabe destacar que optamos em mencionar os sindicatos nesse quadro porque estes apareceram com frequência nos documentos pesquisados e por se mostrarem também interlocutores do processo de mobilização social no município da Serra-ES.

AS CEBs E SUAS ARTICULAÇÕES

ARTICULAÇÕES CEBs E MOVIMENTOS POPULARES

- Mutirão para limpeza do bairro Boa Vista junto com a associação de moradores;
- Levantamento junto com a associação de moradores do nº de moradores, do nº de famílias que moram de aluguel ou de favor no B. Boa Vista;

- O povo da Igreja conta com o apoio de diversas lideranças do CDDH/Serra e da Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese no enfrentamento à violência policial;
- O grupo de bairro André Carlone que se reunia para rezar, organizou-se e formou a associação de moradores;
- As lideranças do bairro a partir da CEBs se mobilizaram enquanto associação de moradores pela luta em 1984 pela ampliação do cemitério com passeatas pela rua;
- Formação de lideranças para atuar nos movimentos populares, agentes de pastorais direitos humanos na CEB São Pedro.
- “Vou convidar os irmãos trabalhadores/operários, lavradores, biscateiros e outros mais e juntos vamos celebrar a confiança nessa luta, na esperança de ter terra, pão e paz, ê, ê. Vou convidar os índios que ainda existem, as tribos que ainda insistem no direito de viver, convido os negros, os irmãos no sangue e na sina. Vou convidar a criançada, a juventude, desempregados, pescadores, desprezados e os marginalizados, venham todos se ajuntar à nossa marcha para a nova sociedade”.
- “CEBs, gente fraca, é o povo sofredor, unido em Jesus Cristo que é o nosso libertador”. “Em nossa força e nossa luta, nossa vida basear, segurar nossos direitos para ninguém poder tomar. A união dos moradores é a luta popular, para a todos garantir o direito de morar. Para ser comunidade não basta só reunir, é preciso pensar juntos e lutar para construir”.
- A consciência do povo cresce. Cresce a organização através dos movimentos populares.
- No bairro Boa Vista, o grupo de mulheres em reunião em que se discutia os problemas do bairro viram que os principais problemas são: falta de esgoto, de água e de terra. Resolveram fazer então uma Assembléia Geral. Nessa reunião formaram 03 comissões: a comissão do esgoto fez um abaixo assinado e várias reuniões preparando-se para visitar a Prefeitura. Foram lá diversas vezes, mas não conseguiram ser recebidas. Decidiram então fazer uma denúncia no rádio e na televisão junto com outras comunidades da Serra e Carapina. Conseguiram a visita do prefeito e a promessa de início das obras em 60 dias. A Comissão de água também fez um abaixo-assinado e o encaminhou à Cesan que no momento tomou providências. A Comissão da terra preocupa-se em regularizar a situação dos moradores.

ARTICULAÇÕES CEBs E SINDICATOS

- Em São Pedro a pastoral operária também atuou como força dos trabalhadores cristãos, fortalecendo a formação do sindicato do cal e do gesso;
- Formação de lideranças pela CEB São Pedro para atuar nos sindicatos;
- Cresce a consciência do povo através dos sindicatos cada vez mais ligados aos interesses das classes populares.

ARTICULAÇÕES CEBs E PARTIDOS

- Formação de lideranças para atuar nos partidos políticos pela Ceb São Pedro;
- Para a Igreja, a política partidária é o compromisso próprio dos cristãos leigos. Diante da política partidária a Igreja se posiciona de acordo com a função de cada um de seus membros. A Igreja acredita estar contribuindo positivamente na formação política, principalmente das classes populares através de suas CEBs;
- O grande desafio foi a missão da Igreja na política, é o acompanhamento que ela deve dar aos leigos que estão engajados nas entidades de classe (sindicato, movimento popular e aos partidos políticos).

PRINCIPAIS AÇÕES E BANDEIRAS DE LUTA

- Os membros da comunidade de São Pedro no B. Carapina, além de se articularem para a construção da Igreja, articulou-se com o Grupo de Mulheres que se organizaram para lutar pelo asfalto, interditando vias, mobilizando outras CEBs;
- Conscientização do povo para reivindicar seus direitos à saúde e ao saneamento básico (água, luz, esgoto);
- Preocupação com o desemprego e a vinda de famílias de Minas Gerais, Paraná, Bahia que aqui chegaram e não encontraram nenhuma estrutura;
- Manifestação na BR-101 onde várias pessoas morriam atropeladas;
- Solicitação ao governador Gerson Camata de um terreno para que as famílias que morassem de favor ou de aluguel passassem a ter terreno;

- Caminhada ao Palácio Anchieta com faixas, cartazes e palavras de ordem para evitar o despejo dos moradores no B. Boa Vista e por terreno em São Benedito e Carapina;
- Ocupação de uma área pela população no B. Boa Vista;
- A comunidade devido às suas carências apresentavam a Deus na Igreja, suas necessidades;
- A associação de moradores, também como fiéis da Igreja, se organizaram para lutar por escola, creche, posto de saúde, centro comunitário, serviço de correio, asfalto, melhorias no abastecimento de água e luz que eram precários;
- Participação na ocupação de terras em Jardim Carapina e Central Carapina pela CEB São Pedro, ajudando na criação de novas CEBs como Santo André e São Benedito;
- Em 1984, a comunidade Sagrado Coração de Jesus no B. Central Carapina organizou uma caravana de ônibus p/ pedir ao prefeito João Baptista da Mota, melhorias no bairro.
- “Vivendo em comunidade a gente tem esperança, diante das dificuldades aumenta a nossa confiança, fazer que haja mais justiça e pão na mesa do irmão, aquele que produz riquezas com a força de suas mãos”.
- “As CEBs estão crescendo se organizando em mutirão, conquistando seus direitos, lutam contra a exclusão, na defesa do pequeno, do pobre trabalhador (...) comunidade é força para lutarmos todos juntos contra esse tal sistema que aflige todo mundo”
- No período de maior repressão, a Igreja era um dos poucos canais por onde a classe operária, os estudantes, os intelectuais puderam fazer ouvir sua voz. Coube à Igreja ser a voz dos injustiçados, perseguidos, torturados e oprimidos pelo regime. Ela falava em liberdade com atitude crítica e profética.
- Nas comunidades, o povo analisava os fatos de sua vida à luz do evangelho. Esta convivência em comunidade fortalecia os laços de confiança, solidariedade e ajuda mútua entre a população pobre e se prolongava em pequenas ações de melhoria de vida no bairro.
- O povo da Comunidade de São José – Carapina está lutando pela construção de uma passarela por cima da BR 101;
- A luta principal dos moradores do bairro (Conjunto Habitacional Eurico Salles, Carapina) é pelo direito à moradia, transporte coletivo, policiamento, etc;
- Os moradores dos bairros da Serra estão formando Comissões de Saúde em cada bairro para lutarem pela melhoria da saúde do povo;
- Os moradores da comunidade de Boa Vista em Carapina estão lutando pela água encanada, redes de esgotos e legalização dos terrenos. Este movimento começou com um grupo de mulheres. Agora, todos os moradores estão participando
- A Assembléia arquidiocesana através da Área Serrana faz denúncias: a Ceasa estrutura de tal forma suas atividades que os trabalhadores são obrigados a trabalhar aos domingos
- A Assembléia arquidiocesana através da Área Serrana faz denúncias: a Ceasa estrutura de tal forma suas atividades que os trabalhadores são obrigados a trabalhar aos domingos

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

- Disputas políticas que interferiam nas lutas organizadas, tais quais expulsão do povo que participava nas passeatas por água no B. Boa Vista;
- Violência policial para reprimir a movimentação com queimada de barracos, agressão física;
- Na CEB B. Boa Vista percebeu-se que os tempos mudaram. Tornou-se necessário lutar pela educação da juventude e contra a violência nos bairros, não mais luta por terreno;
- Muitos Cristãos deixaram a Igreja p/ questões políticas ou porque não tinham feito um caminho de fé profunda. Não entenderam o papel das Cebes nas comunidades.
- Os interesses clientelistas e de poderosos grupos econômicos estão bem representados, enquanto os interesses, desejos da maioria da população são deixados de lado;
- As condições de vida do povo estão cada dia piores. O pobre está cada vez mais pobre, sem esperança de dias melhores;
- O povo está cada vez mais descrente nos dirigentes na resolução dos grandes problemas da inflação. Essa descrença é motivo de muita preocupação para a Igreja, que em sua missão profética, se sente obrigada a denunciar;
- Os escândalos na Nova República continuam. As classes dirigentes não tem trazido nenhum benefício para os mais necessitados e tem mantido privilégios pessoais;
- O crescimento da consciência do povo e o descrédito das autoridades e da classe dominante aumentam a tal ponto que caracterizam uma situação ameaçadora;

-Na Nova República aqueles que se comprometeram com o processo de transição democrática usavam um discurso de libertação que se tornou comum. Até mesmo aqueles que há pouco tempo atrás defendiam o poder de discriminação, começaram a falar em libertação, mas o discurso deles nada tem a ver com que eles praticavam no dia-a-dia de suas decisões políticas;

DOCUMENTOS UTILIZADOS COMO BASE:

Área pastoral da Grande Vitória – Setor CEBs da periferia: **contribuindo para a reflexão das CEBs frente à política partidária**, 1981, 1982 [apostila].

Boletim da Gente. Set/Out, 1979.

Cantos para o 7º Encontro Estadual de CEBs – ES/ Diocese de São Mateus, 198? [folheto].

Missão da Igreja no mundo da política: **Cadernos de conscientização sócio-política/** Arquidiocese de Vitória, 1989 [cartilha].

SETTIN, Pedro; PIONTKVOSKY, Maria de Lourdes. **Acreditamos porque recordamos:** a história da paróquia de São José Operário. [Serra,199?]. 1 cartilha.

2 - ARTICULAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM OS MOVIMENTOS POPULARES;

- O PT considerava os seguintes pressupostos: caráter de massa das lutas, aumento da consciência de classe, unificação a nível nacional, estadual e municipal. As lutas por moradia, saúde, educação, transporte, ecologia, contra a discriminação do negro e da mulher;
- O movimento popular é uma das vertentes formadoras do PT;

ARTICULAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM OS SINDICATOS

- É preciso que o PT se organize no campo do movimento sindical;
- A atuação em sindicatos não deve excluir a participação no PT nem vice-versa.

PRINCIPAIS AÇÕES E BANDEIRAS DE LUTA

- Dia 21/07/83 Greve Geral realizada no centro de Vitória com a participação de 6 mil pessoas (entre elas: motoristas, trocadores, sindicatos, Instituto do Bem Estar do Menor, IJSN), manifestando-se contra o arrocho salarial imposto pelo governo;
- Composição do Comitê Capixaba contra o Desemprego reivindicando isenção das taxas de água, luz, lixo, impostos, passes livres para facilitar a busca pelo emprego.
- Proposta de atuação política com um projeto global e alternativo de caráter democrático e popular.
- A bancada do PT foi em todas as fases do processo da Constituinte. Mostrou-se portadora e defensora das reivindicações populares contando com o apoio de outros deputados progressistas. Pela pressão sobre a plenária da Assembléia Constituinte foram incorporadas algumas reivindicações. Juntamente a isso foram organizadas a Constituição Estadual e as novas leis orgânicas municipais.
- Mobilização popular contra Sarney e dívida externa

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

- A Greve Geral não foi noticiada pela grande imprensa, as poucas informações dadas eram distorcidas enfatizando que a paralisação era fraca e o movimento era de grupos irresponsáveis;
- Apesar da participação na Constituinte, as conquistas foram pontuais não afetando a estrutura arcaica do Estado.

DOCUMENTOS UTILIZADOS COMO BASE:

Boletim Informativo da bancada do PT na Assembléia Legislativa, 1989.

Jornal PT – ES 1983.

Jornal PT – ES 1987.

Jornal do PT, N° 05, 1987.

3- ARTICULAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS POPULARES

- Nos anos passados, em conjunto com outras entidades promovemos cursos, seminários, encontros, treinamentos. Hoje queremos fortalecer a Comissão de moradia, Comissão contra a violência, Comissão de Educação Popular, Comissões de Direitos Humanos, trabalhar na formação de opinião.
- Tudo caminhava normalmente, até que a cidade da Serra se viu incluída num projeto para ser uma grande cidade industrial. Esta cidade estava sob o regime de ditadura como todo o país. Não havia organizações populares, apenas a Igreja defendia os direitos humanos. Os problemas de falta de moradia, escola, transporte, saúde precária, violência policial, crianças abandonadas fazem com que o povo perceba que não podem ficar assim e buscam os meios de defesa;
- A Comissão de Direitos Humanos surge formada por um grupo de pessoas da Serra: padre José, Padre Tonino, Nelma, Marta, Irmã Ana Helena, Elzira, Seu Alberto, Eugênia, Rosa, Padre Roberto motivados pela indignação com a indústria madeireira Atlantic Veener onde duas mulheres foram esmagadas por duas empilhadeiras;
- A situação foi se agravando: trabalhadores da Continental sendo cada vez mais explorados, problemas de falta de vagas nas escolas, espancamento e morte de Paulino, espancamento e morte de Zé Reinaldo, prisão de adolescentes em André Carlone, morte de trabalhadores na Atlantic Veener e o CDH passa a CDDH em 1987 para atender a tantos desafios;
- Percebe-se que o CDDH é uma entidade que não deve tomar o espaço de outras organizações populares, mas incentivar e acompanhar a criação das que ainda não existem e apoiar as já existentes. Se vê na necessidade de formar e informar o povo e cria, junto com outra entidade (INAP), noites de formação;
- Luta junto as comunidades e às organizações populares pela mudança da sociedade. O CDDH é fruto das comunidades deste município. Para enfrentar estas situações: despejos, doenças e violência, analfabetismo, grupos de extermínio, exploração do trabalho, cria Comissões: Comissão de Formação, Contra a Violência, de Moradia, de Alfabetização, de Comunicação, Criança e Adolescente. Tem uma ligação muito forte com várias organizações que também atuam na melhoria da vida do povo: FAMS, FAMOPES, Sindicato, Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Igrejas, Fórum contra a Violência a favor da Vida. Ajuda a promover, promove seminários, atos públicos, manifestações populares. Cobra dos órgãos públicos a responsabilidade para com o povo. Participou ativamente na elaboração da Estatuinte e da Lei Orgânica do município. Participa na formação do Conselho da Criança e do Adolescente;
- Trabalha junto com os trabalhadores participando de suas assembléias e dando-lhes apoio nas greves.
- Em Carapina a principal forma de organização popular são as associações de moradores que vem desenvolvendo lutas nos bairros, principalmente pela infra-estrutura como esgoto, água, transporte, escola, luz, contra a desapropriação de terrenos e posse de área de lazer;
- As associações de moradores surgiram a partir da organização de grupos (principalmente pessoas ligadas às Cebis que espontaneamente se reuniram para reivindicar junto aos órgãos públicos os seus direitos; a partir da precariedade de infra-estrutura da maioria dos bairros do município. Vale observar que os bairros que não são do Conjunto Habitacional do BNH constituem geralmente ocupações irregulares de terreno ocorridas nos últimos anos; Do descaso do poder público municipal de sua total inércia frente às necessidades básicas da população.
- As associações de moradores estão se organizando independentemente de prefeitura, do estado e dos partidos políticos devido à: manipulação política exercida sobre o povo; crescente avanço da consciência crítica das lideranças e do movimento social mais amplo que vem desmascarando no dia-a-dia as manobras do sistema, assim como a presença crítica e permanente dos agentes dos movimentos populares nas áreas;
- As associações de moradores tem uma relação direta com as mais variadas formas de organização a nível de bairro que vem surgindo no país inteiro: clube de mães, associações de mulheres, organizações de bairro na Greve do ABC, participação das associações de moradores na eleição e campanha salarial da construção civil de Vitória;
- Há também o trabalho com mulheres, uma das formas de organização também existentes em Carapina. Há o trabalho com as mulheres de operários, pois, percebia-se uma dificuldade no trabalho com operário pela menor participação de suas mulheres procurando tratar basicamente das questões específicas da mulher e da mulher proletária. O trabalho desenvolvido está em dois momentos curso de controle de natalidade e para as lutas de bairro como organizar grupos que levem questões para a construção de uma passarela na BR 101 que passa pelo Centro de Carapina, escola, água, esgoto, etc.

- O movimento popular na sua luta encontra com várias outras instituições e o Estado através de diversos órgãos, partidos e Igrejas.

ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES COM O SINDICATO

As mulheres dos metalúrgicos foram ativas na greve dos metalúrgicos. A solidariedade dos diversos sindicatos do estado e entidades como Comissão de Justiça e Paz, CDDH e da Igreja, Paróquia de Carapina, Pastoral Operária mostrou-se importante;

PRINCIPAIS AÇÕES E BANDEIRAS DE LUTA

Os metalúrgicos da CST ficaram 22 dias parados e seu sindicato mostrou-se firme.

- Dando continuidade aos trabalhos Constituintes, a Serra através das entidades organizou em Plenária Pró-Participação Popular na Lei Orgânica Municipal e para iniciar seus trabalhos promoveu em seminário com a participação de várias entidades e lideranças do município com os temas: Constituição e Plano Diretor Urbano (...). 08 propostas de emenda popular foram elaboradas: -meio ambiente, saúde, orçamento municipal, transporte, revisão da Lei Orgânica Municipal (Mulher);
- Formação da Comissão de Moradia para a dinamização da luta e defesa da moradia nos bairros El Dourado, Serra Dourada I, Maringá, etc;
- Realização do curso: Moradia, movimento popular e uso alternativo do solo promovido pela Comissão de moradia, Comissão de Direitos Humanos e do Instituto de Ação Popular;
- Passeata realizada em 13 de Outubro com a participação dos mutuários das 03 Serras Douradas clamando pelo direito a moradia. Dessa passeata resultou uma manifestação realizada em frente ao Banco Econômico (agente financeiro) e em frente a Assembléia Legislativa.
- As Cebs são as primeiras a se movimentar na defesa do povo. Começam a surgir as associações de moradores. O povo se organiza e em 1981 faz uma grande movimentação a favor da saúde. Surgem também os sindicatos dos trabalhadores, movimento de moradia, associações de moradores em diferentes bairros;
- Há lutas por diferentes situações: grande número de ocupações existentes, problemas dos Conjuntos Residenciais, muitas indústrias que exploram e poluem, poucas escolas, serviço de saúde precário, exploração do meio ambiente, falta de saneamento básico, crime organizado. Diante de tal quadro a vida na Serra está muito ameaçada. O CDDH trabalha junto com o povo para que o mesmo conheça seus direitos e saiba defendê-los;
- Teve participação ativa em diversas greves como Greve dos metalúrgicos da CST, Greve dos trabalhadores da Atlantic, Greve Geral.
- A unidade de vizinhança facilita as condições de solidariedade, de amizade e de identidade que podem favorecer o avanço da organização. Elementos sustentadores: Consciência de classe para compreensão da realidade; participação dos moradores no processo de tomada de decisão; organização com programação de trabalho, avaliação permanentemente de atividade; articulação com outras organizações.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

Conservadorismo encontrado na Câmara Municipal da Serra na aprovação de propostas;

- O CDDH é ameaçado por essa sociedade opressora que segue os projetos de um sistema cada vez mais explorador e desumano.
- Todas as organizações populares lutam contra o custo de vida para melhor transporte, para saneamento básico para conseguir escola, iluminação, calçamento, etc. O movimento popular luta por melhores condições de vida e moradia da população. Visa modificar a maioria como o poder é exercido na sociedade mas não se restringe a problemas imediatos.

DOCUMENTOS UTILIZADOS COMO BASE:

Boletim CDDH na Serra – **greve na CST**, nº 03, 1989.

Boletim CDDH na Serra – Serra: **avaliação do CDDH e novos rumos**, nº 04, 1990.

Movimento popular e Estado (FASE), 198? [cartilha].

Violência Não! História do CDDH em defesa da vida. CDDH, 1992, Serra [apostila].

Quadro3: Síntese da análise documental

3.4 A IMPORTÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS ASSOCIATIVISTAS PARA A INSTITUIÇÃO DE MECANISMOS PARTICIPATIVOS NA GESTÃO PÚBLICA

Para além das teorias de transição da democracia que enfocaram e privilegiaram um conceito centrado unicamente na vigência de "instituições" democráticas (eleições livres, direitos civis garantidos, normalidade da atividade parlamentar, entre outros), buscamos no decorrer desse trabalho, incorporar à construção da democracia, práticas cotidianas dos agentes políticos que conforme Avritzer (1996) são fundamentais.

Diferente do que foi abordado pelas teorias tradicionais de democracia onde se discute a participação das elites na construção democrática, as experiências vividas pelos diferentes movimentos sociais e partidos políticos na Serra apontam para a uma concepção contra-hegemônica de democracia, em que a participação é um elemento determinante. O entrevistado do PCB afirma que o principal impacto das lutas e conquistas da década de 1980 na Serra foi a ampliação do processo democrático.

A primeira questão é a questão democrática, na luta pela democracia onde a gente seguia o caminho da conscientização política das pessoas, acho que esse foi um dos principais ganhos (entrevistado 5a).

Nesse movimento pela construção de espaços democráticos havia a incorporação de diferentes interesses e diferentes camadas sociais: pessoas simples, intelectuais e até mesmo representantes da classe média e esse universo contribuiu para a construção de um espaço que englobasse a pluralidade e a diversidade de ideias, concepções de lutas, bem como as adversidades e contradições presentes nos movimentos, um espaço que podemos dizer, público.

Em todo esse processo foram preciso muitas reuniões, manifestações e muita pressão para que o poder público municipal incorporasse as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada e realizassem mudanças na estrutura de decisões políticas.

Até 1997 a relação dos representantes dos movimentos sociais com o poder público (PMS) oscilava entre relações clientelistas, paternalistas, assistencialistas e relações de confronto em que sobressaía o perfil combativo dos movimentos, sua autonomia e independência na condução das lutas, bem como ações que visavam a ampliação dos processos democráticos e garantia dos direitos sociais e políticos. A relação de confronto modificou-se substancialmente com a candidatura de Antônio Sérgio Alves Vidigal do Partido Democrático Trabalhista (PDT) que, apoiado pelos movimentos populares e partidos de esquerda, apresentou uma proposta de governo mais progressista e aberta à participação dos movimentos populares nos espaços institucionalizados (FERREIRA, 2006).

Foi a partir deste prefeito que o município abriu as portas para a participação popular nos conselhos gestores de políticas públicas³², fóruns e orçamentos participativos³³. Essa política também foi adotada em seu segundo mandato 2001 a 2004 e pelo próximo prefeito Audifax Charles Pimentel Barcelos (2005-2008)³⁴, apoiado por Vidigal.

Segundo a entrevistada 1 essa abertura representou mudanças. As lideranças de muitos movimentos ocuparam os lugares tão reivindicados.

Aconteceram algumas coisas no processo de democratização onde as lideranças foram chamadas para ocupar determinados espaços. Foi importante as lideranças terem assumido estes espaços, porém, o que eles diziam (poder público) era que estas lideranças não tinham o treinamento e a dinâmica política de determinados espaços (entrevistada 1).

Entretanto, conforme Ferreira (2006), essas mudanças fizeram parte do processo de luta pela democratização, onde as lideranças da Serra contribuíram para a conquista desses espaços, como também contribuíram para ampliar as contradições geradas a

³² Em anexo segue lista dos Conselhos do município da Serra (ANEXO 3).

³³ A dissertação de Carlos (2003) tem como objeto de estudo o Orçamento Participativo da Serra.

³⁴ Em anexo segue lista dos prefeitos do município da Serra (ANEXO 2).

partir de então. A contradição ocorre à medida que as lideranças combativas dos movimentos organizados passam a ocupar cargos políticos dentro da Prefeitura Municipal da Serra (PMS). Há um retrocesso no poder de pressão e confronto dos atores sociais com o poder local, ao mesmo tempo ocorrem avanços, pois este possibilita a participação da sociedade civil nos espaços de decisões das políticas públicas do município.

Quais são os aspectos que acho que são ruins? Às vezes isso inibe algumas ações, por exemplo, se você tem uma ação e que precisa ser encaminhada lá no bairro, um exemplo, a associação de moradores que representa os moradores detecta que uma situação não está boa em relação aquele bairro, aí ela precisa se manifestar, mas aquela liderança está localizada ali, no espaço da administração, isso acaba inibindo. É assim sempre? Não! Tem bairros que tem lideranças que trabalham isso muito bem, ministram isso muito bem, que fazem suas manifestações, inclusive tem história de fazer manifestação e até hoje, eu cito até alguns como Nova Carapina, Planalto Serrano, Jardim Carapina. São comunidades que vão pra rua, fecham a rua, Vila Nova de Colares, independente de quem tá lá, de quem representa e tal, então esse é o aspecto ruim que eu acho que acaba muitas vezes inibindo, mas assim, eu ainda acho que os elementos positivos são maiores, tem os dois aspectos, mas eu ainda acho que os elementos positivos são maiores [...] (entrevistada 3).

Segundo Ferreira (2006) estes governos fazem parte de um modelo de governo moderno que, por um lado constrói mecanismos que propiciam a participação, evitando privilégios de certos setores, mas, ao mesmo tempo trazem para dentro da máquina pública lideranças que mantinham o contraponto com o governo local, fazendo com que os interesses se tornem parecidos.

Representantes dos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais aqui analisados tiveram uma participação ativa na elaboração da Constituição de 1988, fazendo com que os direitos já reivindicados fossem incorporados ao texto da Constituinte. Na Serra, esses movimentos se organizaram em Plenária Pró-Participação Popular para a elaboração da Lei Orgânica Municipal. Para iniciar seus trabalhos promoveram um seminário com a participação de várias entidades e lideranças do município com os temas: Constituição e Plano Diretor Urbano. Apesar de ter sido um processo contraditório, foram incorporados itens reivindicados por partidos de esquerda, movimentos populares. A entrevistada 2 cita algumas conquistas muito importantes.

Teve conquistas pontuais, conquistas mais gerais, eu acho que muitas delas conseguiram convergir inclusive na Constituição de 88. No que pese as restrições por ter sido um colégio, não foi um processo constituinte democrático que como a gente

reivindicava, nos moldes que o movimento reivindicava, mas foi um espaço onde houve as disputas pela participação, pela inclusão de muitas questões. Apesar disso, houve conquistas fazendo com que muitas questões viessem para o texto da lei, que fossem formalizadas enquanto conquistas democráticas, mais liberdades políticas, direitos sociais (entrevistada 2).

Muitas questões resultaram desse processo de mobilização e pressão popular, as liberdades sindicais, algumas conquistas trabalhistas, essa situação que a gente tem hoje de maior liberdade de reunião, embora ainda a gente assista a muitas restrições, mas ampliou no sentido do avanço mesmo de liberdades e eu atribuo isso a todo esse processo de mobilização da sociedade (...) tudo que veio que propiciou um avanço maior em termos dessas liberdades políticas e conquistas sociais se deveu à conquista propriamente de um movimento (entrevistada 2).

Segundo o entrevistado 4, no processo de elaboração e definição da Constituição de 1988, os movimentos sociais reivindicaram a bandeira da participação na definição da agenda pública do governo; na definição de seus orçamentos, ou seja, visavam o controle democrático de políticas públicas, que até então eram apropriadas por interesses privados, tornando, dessa forma, o Estado mais democrático, mais aberto à participação popular, sujeito inclusive ao controle social.

Na construção das propostas a serem inseridas no texto da Constituinte, a participação dos atores pesquisados mostrou-se importante para reforçar todo o movimento em que o projeto democrático participativo procurou se fortalecer, propondo a transparência, a visibilidade social, etc. Nesse processo o PT e PCB estimulavam a participação popular realizando assembléias, reuniões e encontros com suas bases partidárias a fim de incluir temas como os relacionados aos direitos trabalhistas; à moradia; à educação; direito da mulher; direito ao trabalho; abertura política; eleições diretas para todos os níveis de governo; direito à licença maternidade; participação popular nas decisões públicas, enfim, diversos temas que nasceram das experiências de participação (conforme entrevistado 5a). Os encontros proporcionados por tais partidos incorporavam membros de diferentes movimentos como: Fams, CDDH, movimento de mulheres, cada um seguindo uma opção de partido. Por possuírem formas de atuação diferenciada, PT e PCB faziam as discussões de maneira separada e a população participava na base partidária que mais lhe interessava. Esses movimentos também faziam suas discussões nos bairros e buscavam dar visibilidade às suas demandas em assembléias.

A vivência de lutas e reivindicações ocorridas no decorrer da década de 1980 forneceram condições favoráveis para a definição das prioridades no texto da Constituição, garantindo que as iniciativas populares influenciassem numas das mais importantes definições: a participação popular nas decisões públicas (AVRITZER, 2005).

As demandas apontadas pelos movimentos da Serra foram levadas para o nível estadual e posteriormente para a instância federal (por representantes dos movimentos e partidos), garantindo conquistas efetivas.

Mas esse processo também apresentou suas contradições como já levantado por Avritzer (2005). O clientelismo tão presente nas décadas anteriores rondou o sistema político após a ditadura militar. Mesmo assim a Constituição conseguiu abrigar questões que diminuíram o formato adotado até então, de trocas de favores entre o poder público e a sociedade civil organizada.

Na Serra não podemos negar as relações de poder existentes, a identidade e aproximação entre os interesses da sociedade civil e do poder público. Entretanto a construção do projeto democrático participativo foi acompanhado de muitas lutas, mobilizações de massa, estratégias de enfrentamento do poder público, estudo da realidade, planejamento das ações, participação popular intensa nas manifestações, afirmação da autonomia dos movimentos. Estes foram elementos fundamentais para causar fissuras no legado clientelista até então praticado.

A autonomia que era buscada pelos atores sociais, conforme descrito em discussões anteriores, foi um atributo extremamente importante na construção de novas experiências de participação. Esses atores foram emergindo do seio da população que se encontrava dispersa, fragmentada, sem o sentimento de pertencimento, e que frente às carências urbanas e o descaso do poder local, foram se aglutinando e possibilitando o surgimento de lideranças que conduziram os processos de articulação entre os diferentes movimentos. Desse modo, foram a um só tempo produto e portadores de uma “nova cultura política” — antítese do autoritarismo e do clientelismo que teria prevalecido historicamente.

Foi sendo construído no decorrer de todo esse processo, espaços de troca e aprendizagem; de reconhecimento das necessidades básicas da população serrana; de identificação da importância de serem alteradas as bases de relacionamento entre a sociedade civil organizada e poder público. Esses elementos favoreceram uma cultura política voltada à participação, com valorização dos vínculos associativos. Essa realidade pode ser percebida nas formas de participação institucionalizadas como no Orçamento Participativo (OP) e Conselho de Educação do município da Serra.

Lavalle, Houtzager e Acharya (2004) consideram o OP a mais bem conhecida experiência de democratização da política pública no Brasil. Embora claramente vinculado às administrações municipais do Partido dos Trabalhadores (PT), o orçamento participativo tem-se espalhado, sob várias formas, incluindo as administrações municipais de outros partidos.

Alguns autores afirmam que o orçamento participativo representa um processo de superação da democracia, aprimorando-a e aprofundando-a em favor das parcelas mais empobrecidas. Para Genro e Souza, o orçamento participativo democratizou a ação política e integrou os cidadãos comuns num novo espaço público (GENRO; SOUZA apud ANDRADE, 2000). Abers afirma que o orçamento participativo enfraqueceu tradições clientelistas em organizações de bairro, tencionando a incorporar um crescente número de moradores e instituindo formas mais democráticas de poder inclusive na sua associação comunitária (ABERS, 1998 apud ANDRADE, 2000).

No município da Serra, o OP também representou um avanço no que se refere à participação popular. A primeira proposta de OP surge no congresso realizado pela Fams em 1986 tendo como base o discurso de participação popular, descentralização e transparência na gestão pública. Tal proposta encontrou forças políticas adversas à democratização, entretanto não houve recuo por parte da Fams e esta organizou-se, articulou as entidades, elaborou propostas para o executivo em forma de projeto de lei e avançou sobre a câmara municipal no sentido de garantir institucionalmente suas demandas pela democratização da gestão local. “Após muitas negociações, apenas em 1994 foi aprovado projeto de lei que criou a

Assembléia Municipal do Orçamento (AMO), que viria a protagonizar todo o processo de feitura do orçamento participativo, juntamente com a FAMS” (CARLOS, 2005, p. 7).

Tal lei contribuiu para dar novo ânimo aos movimentos populares, inaugurando um espaço de abertura à participação popular na gestão dos recursos públicos, entretanto, como Carlos (2003) destaca, somente a elaboração participativa por meio da AMO não foi suficiente para a efetivação do processo. Era necessário que o executivo legal cumprisse o estabelecido.

Foram realizadas assembléias nos bairros, nas regionais e assembléias gerais, desenvolvidos grupos de trabalho e comissões setoriais para elaboração da proposta orçamentária para o ano de 1997. Como não era de se duvidar, desconsiderando a densidade da organização e deliberação popular, o executivo municipal não executou sequer uma única obra prevista no orçamento participativo (CARLOS, 2005, p. 8).

Tal situação demonstra o descaso com as decisões coletivas, onde a publicização das decisões não encontram lugar frente aos interesses privados cultivados pelo poder público. Isso, de acordo com Carlos (2003) só foi possível com a eleição do Prefeito Antônio Sérgio Alves Vidigal do Partido Democrático Trabalhista (PDT) na administração de 1997 a 2000 e de 2000 a 2004. Até 1997 os projetos políticos do poder público e sociedade civil mostravam-se diferenciados. Enquanto o executivo no poder buscou a manutenção de antigas formas de gestão corporativistas, clientelistas, a sociedade civil com suas contradições internas buscou a construção de um projeto participativo de democracia, o que fortaleceu o avanço do processo democrático na Serra.

Após esse período inaugura-se uma nova forma de gestão com base na participação popular nas definições das políticas públicas. O relacionamento dos diferentes atores sociais com o poder público, passa a dar lugar às possibilidades de discussão, o que gera por um lado, reais melhorias no atendimento das necessidades apresentadas pela sociedade civil porque consegue dar um caráter mais aberto e participativo e o poder público passa a atender às reivindicações. Por outro acaba gerando uma certa confusão no papel que se deve assumir frente a esta situação, pois as lideranças chegam a se desligar de suas bases, se distanciam das reais necessidades da população ou mesmo se interessam em ocupar cargos

políticos para seu próprio benefício. Essa aparente simbiose precisa ser avaliada verificando no escopo dessas relações os projetos políticos existentes.

[...] a relação com o poder público, ela está diferente, ela está uma relação, eu acho assim que a maioria das lideranças já se inseriram num processo das gestões e a relação não é mais uma relação conflituosa, de enfrentamento, é uma relação mais de discussão, de debate [...] (entrevistada 3).

Essa é uma relação que deixa um alerta para a análise dos distintos projetos de sociedade que se projetam na arena política e que propõem a participação popular, a democratização do espaço público e controle social.

Tal prefeito apoiado por diferentes setores sociais passa a propor ações conjuntas com a sociedade civil. Não podemos afirmar que essa forma de governo esteja ou não servindo a um projeto político voltado à implantação da reforma neoliberal, mas reconhecemos que os interesses a partir daí começam a se mostrar parecidos, com referências comuns como o estímulo à participação. Entretanto, sabemos que os projetos existentes no espaço público não são homogêneos, apresentam motivações e justificativas distintas.

Há que se concordar que a abertura dos espaços institucionalizados, como os Conselhos e Orçamentos Participativos, trouxeram uma facilidade na obtenção de respostas para as demandas que os grupos e comunidades apresentaram, melhoraram parâmetros para a tomada de decisões e fortalecimento da gestão pública, mas há que se concordar também “[...] que esses mesmos espaços podem ser aproveitados para que se ‘administre’ a participação, impedindo-a, por exemplo de se radicalizar ou de produzir efeitos incômodos. As pessoas podem participar sem se intrometer significativamente no estabelecimento das escolhas essenciais” (NOGUEIRA, 2005, p. 143), ao mesmo tempo em que permanecem subalternas frente a deliberações de cunho técnico e cálculos políticos. Com isso a sociedade civil passa a não ter predisposição para organizar novas formas de Estado, de hegemonia e conseqüentemente, de distribuição do poder.

Sendo assim a participação não necessariamente vai produzir efeitos ético-políticos superiores, “[...] mas pode ser convertida em recurso gerencial para solucionar

determinados problemas, administrar bens públicos ou viabilizar e legitimar a reprodução política e eleitoral de governos ou partidos” (NOGUEIRA, 2005, p. 144).

Como podemos ver existem preocupações referentes aos espaços institucionalizados de participação, que podem ser tanto usados para alcançarmos resultados favoráveis à sociedade como um todo, como também podem estar servindo para aliviar as tensões existentes entre poder público e sociedade civil organizada. Apesar de ser um espaço conquistado, inclusive enquanto reivindicação dos movimentos, ainda abriga grandes preocupações.

Como na Serra esse perfil de abertura à participação popular tem se mostrado forte por parte do poder público com multiplicação dos espaços públicos, democratização da gestão, ampliação dos temas e inserção de novos atores nesse processo, essa situação pode tanto gerar a emancipação dos sujeitos envolvidos ou a desresponsabilização do Estado, transferindo encargos e responsabilidades para atores da sociedade civil (TATAGIBA, 2003), o que se mostra bastante perigoso. Apesar disso, não podemos negar a abertura do governo de Vidigal à participação popular. A partir dessa gestão o OP da Serra contou com um desenho institucional bem definido, com regras claras, construídas socialmente e que garantiram uma participação ampla e uma boa confiabilidade ao processo de eleição de demandas e de representantes populares (CARLOS, 2005).

As mudanças observadas, ao longo dos anos de experimentação do processo, foram fundamentadas no diálogo constante entre atores sociais e estatais. O funcionamento da instância de maior abrangência e significação na mediação das relações entre governo e sociedade civil – a AMO - ocorre com regularidade, a partir de regras claras e legítimas que possibilitam a tomada de decisões de forma partilhada entre sociedade organizada e representantes do poder público, objetivadas nas comissões de critérios de rateio de recursos, de organização e de fiscalização e acompanhamento (CARLOS, 2003, p. 9).

Segundo a entrevistada 3, diferente da forma clientelista dos governos anteriores, Antônio Sérgio Vidigal conseguiu inverter as formas de gestão do poder público

[...] o Vidigal começou a executar as obras do orçamento participativo, um processo de abertura que também não deixou de ter, não deixou de atrair lideranças porque, a gente assim... colocar Vidigal no poder foi um projeto nosso, a gente projetou isso [...].

Ferreira (2006) enfatiza que as duas gestões do prefeito Antônio Sérgio Alves Vidigal foram marcadas pela adoção de um modelo administrativo que buscou modernizar o aparelho de Estado/município, ajustar as finanças públicas, promover iniciativas no sentido de aumentar a arrecadação municipal, realizar concursos públicos, resgatar a autonomia e identidade local. Ou seja, esse modelo administrativo buscou inserir mecanismos que propiciassem a abertura à participação social e igualdade de condições da população, evitando privilégios de certos setores.

A participação popular é compreendida na perspectiva de se construir o poder popular. Nesse sentido, as eleições, a participação no governo de uma prefeitura, entre outros, não são um fim em si mesmo, mas um meio para se potencializar a luta política. Sem a perspectiva acima, ao assumir o poder do Estado, a gestão direciona-se para os interesses das elites, não faz a ruptura para a superação da pobreza e da desigualdade social.

Contando com um histórico amplo de participação, a representação popular no OP da Serra se mostrou bastante satisfatória considerando o número de entidades de bairro envolvidas e o total de participantes nas assembléias. Carlos (2005) cita 360 representantes de delegados do OP com número igual de suplentes. Isso demonstra uma grande capacidade de organização e mobilização social que se difere do município de Vitória, por exemplo. Por já possuir uma experiência de negociação e autonomia, o tecido social na Serra mostra-se consistente com uma representatividade qualitativa expressiva, “cujo processo de negociação é bastante tenso e prolongado, o que revela a seriedade que o reveste, tanto para os delegados populares e sua instância articuladora (AMO) como para o governo” (CARLOS, 2005, p. 11). Há todo um investimento na formação dos delegados e conselheiros do orçamento promovido pela Fams, CDDH, Ufes e Prefeitura da Serra (com o Núcleo de Acompanhamento do OP). Disso resulta um forte envolvimento da população nos processos decisórios.

Carlos (2005) cita que em 2002 o total de participantes no OP chegou a 9.133. Tal situação nos leva a concluir que não é preciso somente o interesse político do poder

público na implementação de mecanismos participativos, mas que também a população deve ter capacidade de ocupar os novos espaços institucionais criados.

As experiências vivenciadas na década de 1980 revelam todo o comprometimento de diferentes atores sociais com a questão social. Foram realizadas inúmeras lutas no município no sentido de garantir uma infraestrutura mínima à população. Essas lutas possibilitaram o exercício do confronto, da mobilização, da organização popular. As articulações realizadas por estes atores mostrou-se complexa, entretanto com elementos interessantes, pois apesar das diferenças que estes possuíam entre si, conseguiam unir suas ações em torno de demandas comuns, e em favor da democratização do espaço público. Esse exercício apresentou suas contradições, mas mostrou a possibilidade de serem construídas formas participativas, como no caso do OP.

De um modo geral, Carlos (2005) avalia o OP como um instrumento de organização e reivindicação popular com impactos relevantes para o movimento social, que mobiliza lideranças e fortalece entidades de bairro e, por outro lado, compromete o poder público na execução das prioridades definidas. Essa experiência exitosa apresenta contradições inerentes a esse processo.

Apesar das incertezas que vivenciamos no momento atual, consideramos enquanto um ponto bastante positivo, a capacidade associativa dos diferentes atores que possibilitaram a construção de um OP politizado, com espaços verdadeiramente representativos e com poder de alteração dos rumos dados às decisões públicas.

Do mesmo modo que foi destacado na discussão a respeito do OP que a experiência associativista do município contribuiu para a formação de um espaço aberto à participação popular, nos conselhos esse aspecto também é bastante importante. Ferreira (2006) destaca que a experiência participativa em movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos é um ingrediente na formação de uma cultura política voltada para a inserção popular nas decisões públicas. “Tais experiências são consideradas parte de um processo pedagógico imprescindível à consolidação de uma democracia substantiva” (FERREIRA, 2006, p. 142-143).

Pesquisa realizada por Ferreira (2006) no Conselho Municipal de Educação da Serra revela que uma parte significativa dos conselheiros tiveram e ainda têm envolvimento com algum movimento. Diante dessa realidade Ferreira (2006) afirma que no município da Serra o nível de organização social contribuiu para um melhor funcionamento do conselho que tem sido inclusive, reconhecido no estado por seu nível de organização e estruturação.

O momento atual apresenta grandes incertezas quanto a parceria dos atores sociais com o poder público. O OP tem sido elaborado pela Fams juntamente com outras organizações sociais. Nos Conselhos estão inseridos muitos representantes dos movimentos pesquisados. O prefeito tem aberto diálogo com as comunidades e esta situação acaba gerando dúvidas a respeito dos interesses envolvidos. Se por um lado, torna-se importante que a estrutura de decisão pública se abra à participação popular, pois a partir daí demandas populares passam a ser incorporadas ao projeto de governo, por outro, a desconfiança cresce por parte de algumas lideranças, pois podem estar defendendo causas que desresponsabilizam o poder público sendo muitas destas lideranças empregadas pela Prefeitura Municipal da Serra (PMS) dependendo desta remuneração para sobreviverem.

Entretanto por terem uma consciência política e espírito de luta (forjado em experiências dos anos 1970 e 1980), estas lideranças deixam claro de que se for preciso voltar às ruas e voltar a reivindicar algo, isso será feito.

Ao longo do tempo foram chegando prefeitos, o município cresceu muito, as políticas começaram a serem executadas, começou a chegar escola, chegar coleta, chegar asfalto e essa necessidade de reivindicação tão forte foi se reduzindo a medida que as conquistas iam chegando, até porque as questões começaram a ser discutidas no Orçamento Participativo, mudou um pouco o tom da cobrança, mais ainda hoje a gente quando precisa faz as pressões que tem necessidade de fazer (entrevistada 7).

Nós tivemos há trinta dias atrás reunião com o prefeito para cobrar dele a construção de uma delegacia, antes a gente queria que tivesse uma delegada na Serra atendendo numa delegacia. Eles alugavam o espaço e montava a delegacia, agora a gente viu que não dá. Fazer um prédio fixo para a delegacia pra que não fique pulando de bairro em bairro de lugar em lugar a cada seis meses ou a cada um ano. E a gente conseguiu do governador, e do prefeito, na frente de todas as autoridades do município da imprensa, falada e televisada, que a nossa delegacia vai sair nos próximos meses, então as vitórias tem sido efetivas, e quando a gente percebe algum tipo de demanda que não está legal é hora de reunir a turma e cobrar. No geral é esse o trabalho (entrevistada 7).

Há pouco tempo atrás a gente fez uma manifestação na Câmara por causa de um projeto de lei que estava aumentando cargos e salários, então algumas questões,

aquelas que sensibilizam mais a sociedade, a gente acaba se agregando mais (entrevistada 3).

[...] é um enfrentamento que se for necessário também nós vamos pra rua como já fomos em outras situações, vamos pra rua, vamos fazer manifestação, vamos parar ônibus, vamos fazer o que tiver que ser feito, inclusive uma das questões que nós estamos discutindo é a questão dos ônibus do Terminal de Itacibá, então assim... é preciso! Nós vamos fazer (entrevistada 3).

Não vai demorar e gente pode precisar botar uma caçamba de lixo na porta daquele prefeito. E ele anda merecendo uma caçamba de lixo de presente. Por exemplo, um grupo de mulheres lá do meu bairro, é Feu Rosa que eu moro, uma das lutas que ele vai empreender no próximo ano não, porque eu sei que não é uma coisa rápida, vai ser a defesa de um córrego que está poluído, poluído pelas empresas e pelos próprios moradores e pela prefeitura. Eu sei que este córrego vai dar muita dor de cabeça para aquele prefeito, porque, por exemplo, nós vamos marcar um mutirão pra fazer a limpeza do córrego, retirar o lixo do córrego e fazer o trabalho de conscientização. Vamos pedir que eles tomem providência urgente para tirar o esgoto que ele está jogando no córrego. Se ele não jogar, a próxima caçamba a gente vai levar e jogar na prefeitura. Aí ele vai ficar dentro do córrego. A gente faz porque se a gente não tomar postura mais radicais a gente não muda muito (entrevistada 7).

As lideranças estão atentas para os planos da gestão. Esse sentimento demonstra a preparação das lideranças para enfrentar as diferentes situações e até mesmo a capacidade de leitura e compreensão do que está se passando ao seu redor. Como esses atores sociais já vivenciaram experiências não muito positivas no que se refere ao atendimento de suas demandas com cooptação das lideranças e não cumprimento do prometido, eles estão de certa forma preparados para reconhecer em que posição se encontram. Pelo grau de complexidade desse processo a atuação conjunta também apresenta sua forma cruel que foge ao controle de muitos movimentos: muitas lideranças frente à possibilidade de ocuparem um cargo público, passam a se colocar a favor das decisões apoiadas pelo prefeito.

Dagnino (2002) nos lembra bem que a atuação conjunta não se faz somente de forma harmoniosa, os conflitos e tensões poderão se mostrar maiores ou menores dependendo do quanto o Estado e a sociedade civil compartilham seus projetos e com que centralidade o fazem.

Estamos vivenciando um momento diferenciado daquela conjuntura de 1980. A ditadura não existe mais, foi eleito um presidente considerado do povo, a Prefeitura da Serra foi ocupada por um candidato apoiado pelos atores sociais. Muitas foram as obras realizadas, muitas demandas atendidas, a população serrana já não responde tão participativamente como na década de 1980. Poderíamos dizer que a

apatia paira sobre a sociedade civil e que nesse contexto os movimentos já não são tão atuantes como antes. Entretanto, acreditamos assim como Dagnino (2004) que a sociedade vive um momento de redefinições. Momento de reflexão de suas ações, de realizar também reivindicações públicas como anteriormente, mas também com novas estratégias de participação e reivindicação de seus interesses. A pressão junto ao poder público prossegue, os mecanismos de decisão política são permeáveis à influência de setores da sociedade civil (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1998-1999).

Os atores sociais demonstram uma capacidade política grande, ao reivindicarem, o fazem tendo por base os direitos adquiridos e junto a isso levam propostas que possibilitam a concretização desses direitos. Apontamos nesse sentido, uma sociedade que caminha para novas definições, novas formas de reivindicar, novas formas de se colocar no espaço público, momento até mesmo de organização das ações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar o objetivo geral desse trabalho que foi compreender o processo de articulação dos diferentes atores sociais (CDDH da Serra, Associação das Mulheres Unidas da Serra - Amus, PT, PCB, MEP, Fams e CEBs) na construção do projeto democrático participativo no município da Serra, ES na década de 1980, buscamos enfocar os processos e práticas sociais cotidianas, dando ênfase aos movimentos com base popular como possibilidade de alteração da cultura política autoritária e excludente.

Consideramos esse tema desafiador tendo em vista os inúmeros acontecimentos que envolveram as práticas coletivas e as dificuldades encontradas nessa prática, entretanto, por meio da análise realizada, consideramos que o objetivo desse trabalho foi alcançado. Para tal elencamos os principais elementos que contribuíram para a articulação dos diversos atores na construção do projeto democrático participativo no município da Serra bem como as contradições e obstáculos encontrados nessas articulações. Apesar das dificuldades encontradas nesse longo caminho, temos uma sensação de ter cumprido o que nos propomos.

As ações desenvolvidas pelos atores sociais (foco desse estudo) mostraram a força existente na sociedade civil organizada que questionou a relação estabelecida entre o Estado e a sociedade por meio de grandes mobilizações, pressões, movimentos de massa que exigiam o reconhecimento de práticas mais participativas. Entretanto, os estudos realizados mostraram que no Brasil as raízes da cultura política autoritária fragilizaram a construção da cidadania. O grande domínio rural, o sistema escravagista, o privilégio de elites, o sistema de estratificação dos direitos sociais, as experiências de mando e exclusão, as relações de favoritismo, clientelismo dificultaram o desenvolvimento de uma cultura participativa.

Na Serra esses elementos também estiveram presentes: a economia da Serra mostrou-se dependente da atividade cafeeira; a ocupação urbana ocorreu de forma desordenada, os moradores vindos da área rural e de outros municípios e estados ainda não haviam construído vínculos de identidade com o local; o processo

migratório gerou a fragmentação, a perda de identidade, de vínculo de vizinhança, de compadrio, de solidariedade, proporcionado pelo meio rural (ou por cidades menores).

A falta de planejamento urbano dificultou a oferta de: uma infraestrutura adequada (transporte, saneamento básico, energia); políticas públicas de qualidade nas áreas de segurança, educação, assistência social, saúde e habitação. A população manteve-se isolada já que as ocupações ocorriam em bairros distantes.

Como havíamos suposto no início do trabalho, as carências urbanas permearam o contexto serrano servindo de ponto articulador dos atores sociais, ao mesmo tempo em que abriram espaço para jogos de poder baseados na troca de favores; no clientelismo; no paternalismo; no assistencialismo e no favoritismo. Os políticos no poder atendiam às reivindicações de forma isolada, fragmentando os movimentos que começavam a se organizar, estabelecendo relações de competição entre os bairros no acesso aos escassos recursos públicos.

O desenvolvimento urbano foi guiado pela lógica dos interesses econômicos; as elites tradicionais, coronéis e oligarquias se mantiveram no poder; a participação popular foi permeada por tentativas de cooptação de lideranças em virtude do jogo clientelista praticado pelos prefeitos. Abalar e romper com essa estrutura de poder não foi uma tarefa fácil, principalmente porque são estruturas consolidadas historicamente. Apesar disso, identificamos na Serra, atores sociais que no final da década de 1970 e nos anos de 1980, conduziram experiências associativas que apontaram para a construção de uma cultura política participativa, contribuindo para que se despontassem lideranças com uma nova concepção a respeito da prática política.

O município da Serra revelou ser um espaço de grande movimentação social. Praticamente todos os bairros do município realizaram algum tipo de manifestação. Os partidos políticos de esquerda atuaram conjuntamente com esses movimentos.

Os atores pesquisados protagonizaram esse processo de participação com conquistas significativas para o campo social, com a ampliação e consolidação da

cidadania, a construção de um espaço pluralista e aberto às manifestações de diferentes grupos. Entretanto, por serem portadores de diferentes projetos e concepções de: participação, democracia, cidadania, publicização, controle social e da realização ou não de alianças com o poder público, enfrentaram contradições com disputas entre si para ampliar a sua rede de influência, marcando presença nos diferentes bairros, bem como competição entre os bairros no acesso aos bens públicos.

Apesar dos diferentes projetos de sociedade que orientaram cada movimento e partidos políticos naquele período histórico, algumas diferenças foram superadas ao definirem alguns objetivos comuns: a expansão das experiências democráticas e participativas; o fortalecimento de uma postura que buscava alterar as bases autoritárias e paternalistas até então vigentes; a busca da autonomia na relação com o Estado; a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais.

Dentre os atores estudados, destacamos a importância das CEBs enquanto formadora de novas experiências, foi a partir delas que surgiram alguns movimentos populares e partidários. As CEBs davam sustentação a muitos movimentos, incitava a criação de outros, mas sempre se manteve muito atuante em suas bases.

Além da facilidade de circular de um espaço a outro, estes movimentos (populares, partidários, religiosos) tinham em comum a necessidade de lutar por melhorias das condições de vida da população (carências urbanas relacionadas à infra-estrutura e aos serviços sociais básicos como saúde, transporte, educação e habitação).

As reivindicações ganharam foros de direitos, tais como direito ao trabalho, à autoorganização, à saúde, à educação, à terra, entre outros. O cenário democrático e associativo criado para se lutar por tais direitos possibilitou a criação de um espaço público mais maleável resultando, em 1988, na Constituição Federal do Brasil. Entretanto esse processo de redemocratização apresentou-se contraditório (AVRITZER, 2005).

Segundo Dagnino (2000) os movimentos sociais desenvolveram uma concepção de democracia que transcende os limites tanto das instituições políticas enquanto

tradicionalmente concebidas, como do modelo de “democracias realmente existentes”.

O traço distintivo dessa concepção, que aponta para a extensão e aprofundamento da democracia, é o fato de que sua referência básica, mais do que a democratização do regime político, é a democratização do regime político, incluindo, portanto, as práticas culturais encarnadas em relações sociais de exclusão e desigualdades (DAGNINO, 2000, p. 80).

Não podemos negar a capacidade de mobilização dos movimentos sociais, entretanto vale lembrar conforme Dagnino (2000), que práticas autoritárias e clientelistas vigentes na sociedade brasileira certamente encontram espaços significativos também no campo dos movimentos sociais, que não são, portanto, imunes a elas.

Avaliando a atuação desses atores na década de 1980 podemos perceber que esse cenário mostrou-se bastante rico em ações no espaço público. Muitas reivindicações foram atendidas, entretanto alguns fatores interferiam em suas ações. As disputas políticas em jogo; a violência policial para reprimir o movimento; os interesses clientelistas e de poderosos grupos econômicos que bem representados mantiveram privilégios pessoais e deixaram de lado as necessidades da população; a imprensa que não noticiava as manifestações e quando o fazia distorcia as informações; o conservadorismo da Câmara Municipal da Serra na aprovação de propostas populares. Ao lado disso muitas lideranças foram cooptadas assumindo cargos na prefeitura, enfraquecendo a luta.

De um modo geral os movimentos organizados alcançaram a compreensão de que não tinham que lutar apenas por seus direitos sociais (moradia, saúde, educação, etc), mas pelo próprio direito a ter direitos (DAGNINO, 2000).

Como parte da ordenação social autoritária, hierárquica da sociedade brasileira, ser pobre significa não apenas privação econômica e material, mas também ser submetido a regras culturais que implicam uma completa falta de reconhecimento das pessoas pobres como sujeitos, como portadores de direitos (DAGNINO, 2000, p. 82).

Como uma forma de se rebelar contra o autoritarismo social existente, a luta por direitos e pelo direito a ter direitos estabeleceu uma base para que os movimentos

fizessem uma conexão entre cultura e política como constitutiva de sua ação coletiva.

Essa conexão foi um elemento fundamental para o estabelecimento de um campo comum de articulação com outros movimentos sociais mais obviamente culturais, tais como os étnicos, de mulheres, de homossexuais, ecológicos e de direitos humanos, na busca de relações mais igualitárias em todos os níveis, ajudando a demarcar uma visão distintiva, ampliada, de democracia (DAGNINO, 2000, p. 83).

Para Dagnino (2000), pensar em direitos não significa limitá-los a provisões legais, definidos previamente ou à efetivação de direitos formais abstratos, mas sim de vê-los a partir da ótica de sua invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas. Nesse sentido, a própria determinação do significado de 'direito', e a afirmação de algum valor ou ideal como um direito são, em si mesmos, objetos de luta política. O direito à igualdade e à diferença devem ser vistos como algo que aprofunda e amplia o direito à igualdade.

Segundo a autora o direito a ter direitos, mostra-se contrário a outras concepções vinculadas às estratégias das classes dominantes e do Estado. A nova cidadania requer e deve ser pensada a partir da constituição de sujeitos sociais ativos que definem o que consideram seus direitos e lutam pelo seu reconhecimento. "Nesse sentido é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania 'desde baixo'" (DAGNINO, 2000, p. 87).

A nova cidadania destacada por Dagnino (2000, p. 87) transcende uma referência central no conceito liberal: a reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado. A autora ressalta que o que está em jogo é o direito de participar na própria definição desse sistema, para definir de que queremos ser membros, isto é, a invenção de uma nova sociedade.

O reconhecimento dos direitos de cidadania, tal como é definida por aqueles que são excluídos dela no Brasil de hoje, aponta para transformações radicais na sociedade e em sua estrutura de relações de poder. Práticas políticas recentes inspiradas pela nova cidadania, tais como surgem nas cidades governadas pelo Partido dos Trabalhadores/Frentes Populares, onde os setores populares e suas organizações abriram espaço para o controle democrático do Estado mediante a participação efetiva dos cidadãos no poder, ajudam a visualizar possibilidades futuras (DAGNINO, 2000, p. 87).

Podemos considerar que os movimentos organizados no município da Serra tiveram esse caráter de luta pelo direito a ter direitos, transcendendo questões pontuais ou de cunho privado, mas sempre envolvido por dificuldades inerentes a esse processo.

Nesse sentido, segundo Doimo (1995), as ambivalências dos movimentos populares oscilam entre a busca do poder popular e posições direcionadas para a ampliação dos direitos sociais e a consolidação da democracia política. A contradição está presente, ocorrendo disputas entre interesses diversos, não apenas entre o poder público e lideranças, mas entre as próprias lideranças.

Entre idas e vindas, lutas públicas, manifestações políticas, enfrentamento e/ou diálogo com o poder público, a década de 1980 foi composta por uma multiplicidade de acontecimentos. Apesar de todo o empenho dos atores sociais, o reconhecimento da participação popular nas decisões públicas somente ocorreu no texto da lei com a Constituição Federal de 1988. As ações do poder local tentavam manter as antigas práticas exercidas. Mudanças significativas nessa direção somente ocorreram na década seguinte com a eleição de um prefeito que foi inclusive apoiado pelos atores sociais pesquisados. A eleição de Antônio Sérgio Alves veio representar uma aproximação entre sociedade civil organizada e poder público e ganhos no campo das decisões públicas.

Os espaços públicos criados a partir do reconhecimento da participação popular nos orçamentos participativos, Conselhos, Fóruns populares desenvolvidos no município da Serra foram construídos com uma forte base popular que se diferenciam de outras realidades justamente por essa característica. Citamos o orçamento participativo que se destaca dentre os outros municípios da Grande Vitória por possuir um histórico anterior de associativismo dos movimentos organizados. Esse mesmo aspecto é destacado por Ferreira (2006) na investigação sobre o Conselho de educação.

Outra questão a ser mencionada é de que não podemos desconsiderar que os espaços participativos, hoje condensam em seu interior projetos políticos distintos que aparecem como iguais no cenário público. Nesse sentido torna-se importante

capacitar as lideranças para a identificação dessas diferenças, realizar discussões que desvendem os reais interesses que perpassam o espaço público.

Apesar das contradições presentes no espaço público, as experiências de participação vivenciadas na década de 1980 no município da Serra, possibilitaram mudanças na cultura política. Estas contribuíram para a construção do projeto democrático participativo na década estudada, mas ainda fornecem elementos importantes para pensarmos a realidade atual tais como:

- a não aceitação de ações clientelistas por parte do poder público;
- a compreensão do jogo político e das disputas políticas.
- a necessidade de garantia de direitos, sem aceitação de pressão, de troca de favores para que os espaços democráticos de participação não se tornem sem sentido;
- a importância dada pelos atores sociais às demandas da população ainda desencadeiam manifestações públicas com adesão popular;
- a capacitação das lideranças para entender e intervir na realidade não subestimando se essas lideranças são pessoas simples ou não;
- a atuação conjunta de diferentes atores com autodeterminação coletiva compreendendo a pluralidade enquanto fator importante;
- a busca de uma base ideológica para o movimento. Na década de 1980, PT, MEP e PCB, davam essa base aos movimentos;
- a reflexão crítica sobre as ações, se estas são de caráter imediato, individuais ou se podem ser vistas com um viés amplo e coletivo;
- o relacionamento da democracia representativa com a democracia participativa sem burocratização e perda de sentido da importância da participação popular;

Para Dagnino (2000), essas experiências apontam para a vivência de uma nova cidadania como um projeto para uma nova sociabilidade. Nesse sentido, devemos considerar não somente a incorporação do sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive incluindo novas regras para viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo

sentido de ordem pública de responsabilidade pública, um novo contrato social). Com isso um formato mais igualitário de relações sociais implica o reconhecimento do outro enquanto portador de direitos.

“Isso implica também a constituição de uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social” (DAGNINO, 2000, p. 88-89).

Dagnino (2000) destaca que a cidadania de maneira ampliada, implica, em contraste com a visão liberal, que a cidadania não está mais confinada dentro dos limites das relações com o Estado, ou entre Estado e indivíduo, mas deve ser estabelecida no interior da própria sociedade.

O processo de construção da cidadania como afirmação e o reconhecimento de direitos significa um processo de transformação de práticas arraigadas na sociedade como um todo. Essa estratégia política vai implicar numa reforma moral e intelectual, um processo de aprendizagem social, de construção de novos tipos de relações sociais que requer aprender a viver em termos diferentes com esses cidadãos emergentes que se recusam a permanecer nos locais definidos social e culturalmente para eles.

Esses são desafios no contexto atual e indicam que as dimensões clássicas da democracia liberal – liberdade de expressão e de organização e existência de partidos, de direitos formalmente garantidos, precisam ser acompanhados de processos participativos como uma necessidade de aprofundar e estender a democracia.

Diante de todos os elementos levantados nesse estudo, novos questionamentos surgiram acerca da participação social na década de 1980. Sentimos que nesse caminho, novas possibilidades se abriram, dentre elas o estudo com maior profundidade da participação dos atores sociais na elaboração da Constituição Federal de 1988 e como nesse momento os interesses políticos se manifestaram. Todo esse processo nos faz ter a sensação de que esse momento de término seria o

melhor início para o trabalho, pois nos encontramos mais preparados para discutir sobre o tema.

Finalizamos esse trabalho lembrando que o esforço empreendido nessa pesquisa foi o de compreender como ocorreram as articulação entre os diferentes atores sociais no município da Serra na década de 1980 e que num contexto tão rico quanto ao estudado torna-se impossível não se sentir estimulado a prosseguir no seu desvendamento.

5 REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, 542 p.

Área pastoral da Grande Vitória – Setor CEBs da periferia: **contribuindo para a reflexão das CEBs frente à política partidária**, 1981, 1982 [apostila].

ANDRADE, Edinara Terezinha de; MOURA, Rydi Rolim de. Orçamento participativo: uma revisão bibliográfica. **Cadernos de Ciência Política**, Porto Alegre, ed. Especiais, s/n., Janeiro, 2000.

ANJOS, E. et al. **Níveis de vida**: Indicadores indiretos de negatividades sociais. Vitória: [s.n.], 1987.

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil e da Serra 1991-2000. **Índices de saúde**. Disponível em <http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/idh/atlas_idh.php> Acesso em: 15 de Dez de 2008.

AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. In: _____. **A moralidade da democracia**, São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/UFMG, 1996, p. 101-122.

_____. **Teoria democrática e deliberação pública**. Lua Nova, São Paulo, v 49: 25-46, 2000.

_____. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3. ed. 2005, p. 561-597.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Ed. 70, 2006.

BEZERRA, Luíz Carlos; MOURA, Aurélio Carlos Marcos. **Partidos políticos**. 2008. entrevista concedida a Vânia Seidler, Vitória, 2009.

Boletim da Gente. Set/Out, 1979.

Boletim Informativo da bancada do PT na Assembléia Legislativa, 1989.

Boletim CDDH na Serra: **Greve na CST**, nº. 03, 1989.

Boletim CDDH na Serra: **avaliação do CDDH e novos rumos**, nº.4, 1990.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico Brasileiro 1987-1988**. Rio de Janeiro, 1988.

BRUCE, Karin Brandão. **Entre os limites da cultura política e o fortalecimento da sociedade civil: o processo do orçamento participativo no município de Cariacica.** 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CÁCERES, Florival. **História do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1993.

Cantos para o 7º Encontro Estadual de CEBs –ES/Diocese de São Mateus, 198? [folheto].

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do Governo FHC. In: CARCANHOLO, Marcelo D; CARCANHOLO, R. A; MALAGUTI, M. L (Org.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo.** São Paulo: Cortez, 1998.

CARLOS, Euzinéia. **Controle social e política redistributiva: as experiências de orçamento participativo em Vitória e Serra, ES.** 2003. 207 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Participação e cultura política no orçamento participativo. **Congresso de La Asociación Latinoamericana de Sociología**, Porto Alegre, 22 - 26 de Agos 2005.

Cartilha: Missão da Igreja no mundo da política: **Cadernos de conscientização sócio-política/** Arquidiocese de Vitória, 1989.

CADASTRO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS, 1984, “S.I”.:.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA. **Violência não!** História do CDDH em defesa da vida. [Serra, 1992]. 1 cartilha.

IBGE, Censo Demográfico do Espírito Santo. Espírito Santo, 1980.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 35, vol. 12, p. 1- 12, Fevereiro 1997.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e sociedade**, São Paulo, n. 5, p.136-161, 2004.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina;

ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. cap. 1, p. 61-102.

_____. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: _____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. cap 1, p. 09-16.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas: Unicamp, 2006. cap. 1, p. 13-92.

DENZIN, N.K. **The Research Act** - A theoretical Introduction to Sociological Methods. Chicago: Aldine Publishing Company, 1978.

DESENVOLVIMENTO do estado. **Revista Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 11, p. 5, 197?.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz popular**: movimentos sociais e participação no Brasil pos 70. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1995. 353p.

DOIMO, Ana Maria. BANCK, Gurt A. **Entre a utopia e a estratégia**: um estudo de caso de um movimento social urbano. Vitória: Cultural – ES, 1989.

_____. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FALQUETO, Marta. **Movimentos organizados**. 2008. Entrevista concedida a Vânia Seidler, Serra, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (Orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas: Unicamp, 2006. cap. 9, p. 371-416.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Impactos da experiência conselhistas sobre as atividades políticas e organizativas dos movimentos sociais na saúde**: O caso do movimento popular de saúde de Campinas/São Paulo. 2005. 187 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, São Paulo, 2005.

_____. O processo de adjetivação da democracia: a disputa dos sentidos. In: SILVA, Marta Zorzal e; BRITO JUNIOR, Bajonas Teixeira de (Orgs). **Participação Social na Gestão Pública**: Olhares sobre as Experiências de Vitória-ES. São Paulo: Annablume, 2009. cap. 4, p. 119-144.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues; REGATTIERI, Lorena Lucas. **Movimentos urbanos e gestão participativa**: continuidades e mudanças. 2007. 13 f. Relatório (Relatório Final PIBIC) – Programa Institucional de Bolsas da Iniciação Científica, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

FERREIRA, Andreza Alves. **Participação, sociedade civil e a capacidade de influenciar políticas sociais: o caso do Conselho Municipal de Educação da Serra (CMES)**. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

FERREIRA, Nildete Virgínia Turra. **Partidos políticos**. 2008. Entrevista concedida a Vânia Seidler, Vitória, 22 jul.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 4. ed, 2001.

_____. **O protagonismo da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2005.

Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. **IDÉIAS - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Campinas, p. 7 – 95. 1998 – 1999.

HOUTZAGER, Peter P; LAVALLE, Adrián G; ACHARYA, Arnab. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. UNESP, 2004. p. 257-322.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados do Censo 2000 - IPES**. Disponível em: <www.ipes.com.br>. Acesso em: 05 jul. 2008.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Cadastramento dos grupos sociais organizados do município da Serra**. Vitória, 1987.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Plano de Transportes Coletivos da Grande Vitória (Transcol-GV): estudo de reestruturação do sistema de transporte coletivo do município da Serra**. Vitória, 1983.

JORNAL PT- Espírito Santo, 1983.

JORNAL PT – Espírito Santo, 1987.

Jornal PT – Espírito Santo, N° 05, 1987.

MENEGOZZO, Carlos Virtude. **Fração Bolchevique (1970 – 1976)**. 2008. Balanço político da Ação Popular Socialista, São Paulo.

MIRANDA, Rosa Maria Nascimento. **Movimentos organizados**. 2008. Entrevista concedida a Vânia Seidler, Serra, 2008.

Movimento popular e Estado (FASE), 198? [cartilha].

Movimentos populares – **Seminário de Agentes de Movimentos Populares**, ES, 23 e 24 de Ag/80 [apostila].

NASCIMENTO, Marlon Cezar do. **História do Partido dos Trabalhadores na Serra**. 2001. 55 f. Monografia (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

NEVES, Edmar. **As CEBs e a sua contribuição para a formação do CDDH**. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

NICOLIS, Flávia Cavalcante. **Socialismo e democracia: Dilemas e perspectivas do debate**. 2006. 199f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Gilmar Ferreira de. **Partidos políticos**. 2008. Entrevista concedida a Vânia Seidler, Vitória, 2008.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. cap. 3, p. 103-148.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 161p.

PÉTRI, Vanusa Bianchi. **Movimentos organizados**. 2008. Entrevista concedida a Vânia Seidler, Serra, 2008

PREFEITURA Municipal da Serra – Documento a Eurico. **Jornal da Serra**. Serra, 18 de Jun. a 24 jun., 1979.

ROCHA, Haroldo C; MORANDI, Ângela. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955 / 1985**. Vitória: FCAA, 1991.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o Cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3. ed. 2002, Introdução, p. 39-82.

SAÚDE é mal-equipada na Serra. **A Gazeta**. Vitória, 18 Agos. 1987, p. 7, 1 cad.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1984.

SEIDLER, Vânia. **Participação e Empoderamento**: uma abordagem analítica sobre os processos comunitários. 2005. 105 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

SERPA, Ana Maria Petronetto. **Quando o povo institui seus espaços políticos e os transforma em espaços pedagógicos**: um estudo da dimensão educativa dos movimentos populares da Serra. 1990. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1990.

SERRA denuncia falta de serviços básicos de saúde. **A Gazeta**. Vitória, 1980, p. ?.

SERRA poderá ter 400 mil habitantes em 1985. **A Gazeta**. Vitória, 21 març. 1980, p. 6.

SERRA quer prioridade para educação e saúde. **A Gazeta**. Vitória, 15 set. 1986, 1 cad. p.5, c. 1 e 2.

SETTIN, Pedro; PIONTKVOSKY, Maria de Lourdes. **Acreditamos porque recordamos**: a história da paróquia de São José Operário. [Serra,199?]. 1 cartilha.

SILVA, Ademir. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Edvania Gomes da. **Os (des) encontros da fé**: análise interdiscursiva de dois movimentos da Igreja Católica. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. 1986. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Curso de Mestrado em Administração Pública, Escola Brasileira de Administração pública, Rio de Janeiro, 1986.

_____. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Vitória: Secretaria de Proteção e Difusão Cultural/UFES, 1995.

_____. Mudanças socioeconômicas, governo representativo e governabilidade – impasses nas arenas subnacionais – o caso do Espírito Santo. In: **Revista Interface**, Ano II, nº 04, 1998, p. 95 - 106.

SIQUEIRA, Márcia Smarzar. Estado e reforma gerencial. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, III, 2008, Vitória. **Anais...** Democracia, participação e movimentos sociais, 2008. CD-ROM, GT5. Márcia Smarzar Siqueira.

SIQUEIRA, Maria da Penha. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória – 1950 / 1980**. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História – FFLCH / USP, São Paulo, 1991.

TATAGIBA, Luciana. **Participação, cultura política e modelos de gestão: a democracia gerencial e suas ambivalências**. 2003. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2003.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006.

TUMULTO e protestos na Serra. **A Tribuna**. Vitória, 04 Agos. 1987, 1 Cad, p.14.

VALE, Zenilda Fernandes Pinto. **Movimentos organizados**. 2009. Entrevista concedida a Vânia Seidler, Serra, 2009.

Violência Não! História do CDDH em defesa da vida. CDDH, Serra, 1992 [apostila].

WIKIPÉDIA, 2008. Municípios da RMGV. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/rmgv>>. Acesso em: 12 de Outubro de 2008.

WIKIPÉDIA, 2008. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_Brasileiro_%29> Acesso em: 11 fev. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Programa de Pós-Graduação em Política Social
Universidade Federal do Espírito Santo

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa: constituição do projeto democrático participativo no município da serra, es na década de 1980 a partir da articulação de diferentes atores sociais.

Por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (3) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (4) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa; (5) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal, se assim o desejar;

- () Desejo que seja resguardado sigilo absoluto conforme item 5
() Autorizo a divulgação de meu nome

“Declaro estar ciente das informações constantes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa”.

-----, -----de-----de 2009.

Participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Tels e-mail da pesquisadora: (27) 3763-8515 (residência Vitória) / 9836-5199/vaniaseidler@gmail.com

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Movimentos Organizados

Nome Completo: _____

Idade: _____ Cidade e estado onde nasceu: _____

Profissão ou ocupação atual: _____

Escolaridade: _____

Entidade/movimento e experiência (como militante e participante): _____

1) Trajetória Pessoal

1.1 Desde quando está inserido no movimento?

1.2 Como se deu sua inserção no movimento?

1.3 O que o motivou a participar?

1.4 Participa ou participou de outros movimentos organizados? Quais?

2) Histórico do Movimento

2.1 Conte o histórico do movimento no município? Em qual contexto político e social o movimento surgiu?

2.2 Quais os atores envolvidos?

2.3 Quais bases ideológicas sustentavam o movimento?

2.4 Quem eram as lideranças? Quais os interesses representados?

2.5 Como o movimento se organizava? Quais as dificuldades encontradas na organização? O que facilitava a organização?

2.6 Como envolviam os demais atores da sociedade civil? O que traziam como demandas?

2.7 Quais as principais bandeiras de lutas? Como eram definidas?

2.8 Quais as dificuldades encontradas para alcançar os objetivos da luta?

2.9 O que o movimento trouxe como resultado para os envolvidos?

2.10 Quais as conquistas alcançadas no campo das políticas públicas e sociais?

3) Mudanças no Movimento

3.1 Quais mudanças o movimento sofreu ao longo dos anos de 1970, 1980, 1990 e 2000 na sua forma de organização? (reuniões, divisão de ações)

3.2 E no perfil das lideranças? Por qual motivo?

3.3 E na forma de mobilização da sociedade civil?

3.4 Quais mudanças ocorreram nas demandas levantadas pelo movimento? As demandas se alteraram? O que levou a essas mudanças?

3.5 Houve mudanças no direcionamento político do movimento? Quais?

Haviam projetos políticos diferentes das lideranças dentro do movimento? Como eles eram percebidos?

4) Relação com outros Movimentos Organizados

4.1 Ao longo desses anos ocorreram articulações com outros movimentos organizados? Com quais movimentos?

4.2 O que levou a essas articulações?

4.3 Qual o perfil das lideranças desses movimentos? Como esse perfil foi mudando?

4.4 Quais os projetos políticos dessas lideranças?

4.5 Como se davam essas articulações? Havia encontros, definição de pautas conjuntas, estabelecimento de ações conjuntas?

4.6 Quais as principais bandeiras de luta levantadas em conjunto? Como as lutas foram sendo modificadas?

4.7 Quais os obstáculos na manutenção de lutas comuns? Como eram contornados?

4.8 Como envolviam a população?

4.9 Quais as mudanças no perfil da sociedade civil? Quais os motivos dessas mudanças?

4.10 As articulações com outros movimentos organizados trouxeram resultados positivos? Quais?

5) Relação com o poder público municipal

5.1 Como se deu a relação dos movimentos organizados com o poder público municipal nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000?

5.2 Quais mudanças ocorreram? Quais as causas dessas mudanças?

5.3 Quais os interesses representados nessa relação? Quais confrontos e negociações conjuntas foram realizados?

5.4 As reivindicações foram atendidas? Por quê?

5.5 Quais os entraves encontrados na relação com o poder público? Como se dá essa relação hoje? O que mudou? Por quê?

- 5.6 O poder Municipal criou canais de participação para os movimentos organizados? Quais?
- 5.7 O movimento lutou para ampliar os espaços de participação? Como e por quais espaços lutou?
- 5.8 O movimento do qual faz parte participa desses espaços? De que forma? Se não participa por quê?
- 5.9 Na sua opinião esses espaços foram positivos para a sociedade civil?
- 5.10 Quais os obstáculos para representar os interesses da comunidade nesses espaços? Quais os canais de comunicação com as bases? Quais as estratégias para envolver a população na tomada de decisões?
- 5.11 A posição do movimento se alterou após a abertura de espaços de participação pelo poder público?
- 5.12 Quais conquistas a inserção nesses espaços trouxeram?
- Quais as dificuldades quando as lideranças passam a ocupar cargos públicos e também passam a representar a sociedade civil nos conselhos de direitos?
- 5.13 Como o movimento lida com o clientelismo, o corporativismo, o paternalismo de órgãos públicos, de políticos e das próprias lideranças?
- 5.14 As lideranças do movimento são filiadas a partidos políticos? Quais?
- 5.15 Quais as dificuldades de relacionamento com os partidos políticos?
- 5.16 Algum representante do movimento iniciou carreira política?
- 5.17 O que você acha da entrada de lideranças dos movimentos organizados na carreira política?

6) Contexto atual do movimento

- 6.1 No contexto atual como as lutas têm sido encaminhadas pelo movimento?
- 6.2 Qual a sua avaliação do movimento do qual faz parte? Quais as dificuldades enfrentadas? E os avanços?
- 6.3 Como o Movimento financia suas atividades? Tem sede própria? Onde se reúnem?
- 6.4 Quais são as atividades do Movimento? Como são realizadas?
- 6.5 Qual o perfil dos militantes do Movimento? (Jovens/mulheres/desempregados/idosos/aposentados)
- 6.6 Existem assessores nesses movimentos? Quais as profissões?
- 6.7 As lideranças participam de outros níveis de organização (estadual, nacional e internacional)?
- 6.8 O Movimento tem Estatuto e/ou regimento interno?
- 6.9 Quantos membros permanecem no movimento?
- 6.10 O que você acha que eu deveria ter te perguntado e não te perguntei?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARTIDOS POLÍTICOS

Dados Pessoais do entrevistado

Nome Completo: _____

Idade: _____ Cidade e estado onde nasceu: _____

Profissão ou ocupação atual: _____

1) Trajetória Pessoal

1.1 Quando e como se deu sua inserção no partido?

1.2 O que a motivou a participar?

1.3 Já participou de outros partidos? Quais?

2) Histórico do partido

2.1 Conte o histórico do partido no município? Em qual contexto político e social o partido surgiu?

2.2 Quais os atores envolvidos?

2.3 Quais bases ideológicas sustentavam o partido?

2.4 Quem eram as lideranças? Quais os interesses representados?

2.5 Como o partido se organizava? Quais as dificuldades e facilidades encontradas na organização?

2.6 Como envolviam os atores da sociedade civil? O que traziam esses atores traziam como demandas?

2.7 Quais as principais bandeiras de lutas? Como eram definidas?

2.8 Quais as dificuldades encontradas para alcançar os objetivos da luta?

2.9 Quais as conquistas alcançadas no campo das políticas públicas e sociais?

3) Mudanças no Partido

3.1 Quais mudanças o partido sofreu desde o seu surgimento? (projeto de sociedade, reuniões, divisão de ações)

3.2 E no perfil das lideranças? Por qual motivo?

3.3 E na forma de mobilização da sociedade civil?

3.4 Houve mudanças no direcionamento político do partido? Quais?

3.5 Havia projetos políticos que se diferenciavam dentro do partido? Como eles eram percebidos?

4) Relação com Movimentos Organizados

4.1 Ao longo desses anos ocorreram articulações com movimentos organizados? Com quais?

4.2 O que levou a essas articulações?

4.3 Como se davam essas articulações? Havia encontros, definição de pautas conjuntas, estabelecimento de ações conjuntas?

4.4 Quais as principais bandeiras de luta levantadas em conjunto? Como as lutas foram sendo modificadas?

4.5 Quais os obstáculos na manutenção de lutas comuns? Como eram contornados?

4.6 As articulações com os movimentos organizados trouxeram resultados positivos? Quais?

4.7 Qual era a relação com outros partidos políticos?

5) Relação com o poder público municipal

5.1 Como se deu a relação do partido com o poder público municipal nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000? Quais os entraves encontrados?

Como se dá essa relação hoje? O que mudou? Por quê?

5.2 O partido lutou para ampliar os espaços de participação? Como e por quais espaços lutou?

5.3 Na sua opinião esses espaços foram positivos para a sociedade civil?

5.4 A posição do partido se alterou após a abertura de espaços de participação pelo poder público?

5.5 Como o partido lida com o clientelismo, o corporativismo, o paternalismo dos órgãos públicos?

6) Contexto atual do movimento

6.1 No contexto atual como as lutas têm sido encaminhadas pelo partido?

6.2 Qual a sua avaliação do partido? Quais as dificuldades enfrentadas? E os avanços?

6.3 Como o partido financia suas atividades? Tem sede própria? Onde se reúnem?

6.4 Quais as atividades realizadas?

6.5 As lideranças participam de outros níveis de organização (estadual, nacional e internacional)?

6.6 Quantos membros compõem o partido atualmente?

6.7 O que você acha que eu deveria ter te perguntado e não te perguntei?

ANEXOS

ANEXO 1- TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

LIDERANÇA - COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Qual o nome da Senhora, idade?

Rosa Maria Nascimento Miranda, 57 anos

Desde quando esta inserida no movimento?

Desde 1973

Como a senhora se inseriu no movimento?

Foi de uma forma muito interessante, é porque eu venho de uma experiência de igreja católica e justamente nesse período quando a igreja faz uma vivência muito de oração, muito de oração aí quando eu vim para cá em 1973, aí que eu começo a entrar no movimento das comunidades eclesiais de base porque aí que está surgindo e que florescendo este momento; sendo que, eu tenho uma história já anterior por todo processo já existente na vivência do meu pai ele era sindicalizado e ele dava muito valor a todo este movimento, pois, o sindicato que ele trabalhava era uns dos sindicatos mais fortes que tinha que era o Sindicato da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica.

Qual a sua motivação para participar?

A minha motivação para participar vem anterior a isso e depois por causa de todo um processo de vivência que a gente foi vivenciando de questionamentos de uma sociedade que era marcada pelo processo da ditadura então quer dizer, diante daquilo que estava acontecendo diante daquele que não tem vez, que não tem voz, aquele que não pode falar sabe então os grupos se manifestam as pessoas que não aprovam que não querem compor aquele tipo de sociedade vão se motivando para participar o que nos leva na realidade a participar das comunidades eclesiais de base é uma nova reflexão que é a nova reflexão do evangelho é uma nova proposta que a igreja vem abrindo é uma nova questão de você rever de você trabalhar a questão das injustiças sociais.

A senhora ainda participa de algum movimento social?

Participo de alguns movimentos como, por exemplo, eu faço parte do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, faço parte do movimento de negros, grupos de economia solidária e faço parte do centro ecumênico de estudos bíblicos.

A senhora pode contar um pouquinho das CEBs?

A história da CEBs ela começa a partir de toda uma reflexão dos grupos de igrejas, na realidade, na realidade começa do Concílio Vaticano II, acho que em 1962, só que a princípio as coisas aconteceram e vem aqueles que trazem uma nova forma uma modificação, principalmente que a grande questão do momento as missas seriam celebradas na língua pátria, tá entendendo que antes eram todas em latim, então quer dizer: esta é a grande novidade do momento, mas depois as coisas foram se mobilizando se articulando de uma outra forma, principalmente na distribuição das tarefas de igreja, numa nova reflexão a partir do evangelho, numa nova visão social que aí igreja sai dentro de si de apenas de oração mas vai viver a experiência do reino. Então quer dizer elas as experiências das comunidades eclesiais de bases começam por aí, e também é o único espaço naquele momento que surge onde o povo pode na realidade fazer a sua leitura, a leitura da experiência da vida na vivência naquilo que se diz em relação à palavra de deus então a palavra vai iluminando a história e a vivência. E isso chama a atenção do povo e isso faz com que o povo se insira na experiência do contexto como protagonista que até então aquele que não era valorizado ele vai ser valorizado, então é toda uma questão que vai surgindo da história da CEBs que é uma história muito bonita onde tinha a participação, tinha a igreja instituição em si dava-se apoio, mas as coisas iam surgindo iam brotando a cada momento a cada instante com uma nova força um novo vigor aí nesse quer dizer as coisas a partir desse momento há uma descentralização dos trabalhos da igreja, da pessoa do padre e os trabalhos eram distribuídos nas diversas equipes. Essas equipes eram responsáveis por estar trabalhando e tinha toda questão de esta trabalhando a experiência da igualdade de dar vez para outro, a experiência da partilha, então foi uma experiência que foi sendo vivenciada cada momento e transformada a cada momento.

Essa experiência vai surgir primeira no interior e depois ela vem aflorando nas áreas urbanas principalmente nos espaços periféricos, por exemplo, na Serra, Vila Velha e em Cariacica tudo aquilo que falava assim dos locais onde tinha o pessoal da periferia as organizações a grande massa da pobreza era ali que brotava as CEBs era ali que brotava as novas experiências que a principio eram experiência de oração e de vivencia na vida social e era experiência de cada um todo mundo carregava junto do coletivo na vida do irmão.

Aqui na Serra esse período em 1973 e vai crescendo até 1980 mais ou menos é único espaço que o povo se manifesta tanto de manifestação dos problemas sociais como de manifestação de oração e depois a partir daí é que vão surgindo outros momentos, outros movimentos nas CEBs.

A senhora poderia falar um pouquinho das lideranças a base ideológicas desse movimento, quem eram as lideranças, quem participava?

A base ideológica desse movimento era exatamente a busca da experiência da igualdade, uma sociedade formada onde não houvesse ricos e nem pobres, claro que era nossa utopia, mas onde todos tivessem onde morar, todos tivessem escola, todos tivessem pão, todos tivessem trabalho, todos tivessem uma vida digna. E as liderança que surgiam eram lideranças populares muitas vezes eram pessoas que nem sabiam ler, nem sabiam escrever mas tinham o respeito da população tinham uma ética e eram pessoa que na realidades eram reconhecidas.

A nível de Serra, a gente teve várias lideranças interessantes me lembro muito assim de seu Alcides, de seu João Geraldo, de seu Marta Falqueto, do Jacinto e na serra era uma turma mas eram muitos e cada lugar que você ia tinha as lideranças que o povo reconhecia como liderança daquele espaços daquele lugares e eram lideranças que surgiam do meio do povo assim em contrapartida da igreja ai era ele ou ela e eram senhores bem velhinhos que refletiam junto com o povo a sua experiência de vida sua proposta no evangelho e eram diversas lideranças, se agente for lembrar de cada bairro era muito interessante.

Como esses movimentos se organizavam?

Na realidade as CEBs, elas existiam em si, mas elas tinham grande influência na sociedade a partir do momento em que surgiam uma necessidade porque eram diversos momentos em que agente era chamados a gente tinha que ir, por exemplo, na Serra os grande momentos em que a gente esteve presente foi principalmente nos momentos de ocupação por causa da toda questão dos grande projetos ai por exemplo a CST requisitou 30 mil trabalhadores e ficou apenas com 5 mil, ou seja, 25 mil foram mandados embora poucos retornaram para suas terras a maioria foi ficando por aqui desempregado sem trabalho com a família causando grande bolsões de miséria onde na realidade eles iam ocupavam as regiões um determinado espaço. Às vezes diante da política da época, muitas e muitas vezes eles ocupavam motivados por um político que não aparecia não colocava sua cara na frente só que depois eles daquela historia toda ali período de eleições para conquistar votos vinha toda a questão de processos judiciais, tinha que derrubar os barracos, tinha que fazer o despejo do povo e aí as lideranças da CEBs nesse momento iam para lá para pode dar apoio aquele povo, era o único espaço que tinham, não tinham o poder judicial o poder publico, o povo não tinha acesso e não tinha o poder e também ao mesmo tempo era uma coisa interessante poucos eram aqueles que tinham consciência dos seus direitos e foram as CEBs que foram abrindo estas perspectivas, essas reflexões e agente falava muito na questão da conscientização do povo para que o povo se tornasse consciente e se tornasse realmente sujeito da sua historia.

Independente de ser das CEBs ou não, a população se envolvia nessas missões?

Envolvia-se, nossa! Envolvia e muito e era muito interessante, porque, por exemplo, como as CEBES era uma experiência da Igreja Católica, mas outras igrejas também aderiram, porque era o meu filho que precisava de escola, era a minha casa o meu barraco que tinha que ser defendido, a minha moradia a minha residência que tinha que ser defendido certo? Então não importava se tinha religião ou se não tinha todo mundo se envolvia naquele momento, era água que estava faltando no meu bairro, era o meu filho que ia morrer dentro do valão, então toda a comunidade se unia em favor de uma única proposta, não importava quem fosse, depois dali se terminava e o pessoal ia seguir sua vida, mas se tivesse um novo momento o povo se envolvia sempre o povo se envolvia.

Eu me lembro que em Jardim Carapina quando houve a ocupação de 5 mil famílias da noite para o dia, e aí agente foi para lá, nisso veio a questão do despejo da área e gente não tinha como o que agente vai fazer, o que a gente vai fazer até que um grupo foi para porta do juiz ficou até quase

maia noite sentados na calçada do juiz, porque era ele que era responsável ele que ia dar a liminar e o juiz disse que não podia fazer nada. No dia seguinte lá no tribunal tinha quase 5 mil pessoas na porta do tribunal. Todas essas conquistas eram vitórias foram muitos importantes, tiveram experiência de jardim carapina, jardim tropical, de sossego, de despejo, sobre sossego nos ficamos sabendo que o povo seria despejado no outro dia bem cedinho e no outro dia a gente estava lá assistir ao despejo, mas não pudemos fazer quase nada porque se tratava de decisão judicial aí quando chegou no aquelas famílias todas sofridas e o despejo não aconteceu, porque o pessoal decidiu conversar de outra forma e as famílias estão lá até hoje, foram momentos interessantes muitos fortes e que a gente teve que tomar alguma iniciativa sem muitas garantias, porque você se garante em quem? Quando você faz uma reflexão do poder público é uma coisa, mas quando você quando tem...

Quais as dificuldades que vocês encontravam, quais conquistas?

A gente tinha muitas dificuldades, umas das principais dificuldades que a gente tinha era em relação a questão da própria igreja em si, pois alguns da igreja não apoiavam esse processo, tinha algumas dificuldades com o poder público pois o poder público era sempre ao contrário, não dava importância não dava valor e também a proposta não era de dar valor essas coisas que aconteciam ele tinha lá o seu destino as suas atividade que eram aquilo que ele decidia tava decidido, não tínhamos apoio judicial porque era um período de ditadura então você não tem lá muitas coisas do seu lado e alguns companheiros que a gente perdeu nessa luta nessa experiência de vida. Diante das questões do poder público as conquistas eram muitos difíceis.

Tivemos vitórias muito bonitas. As principais vitórias foi esse laço que agente criou entre os companheiros de afeto muito grande entre todos, eu diria que estávamos todos na mesma luta, no mesmo barco. A outra coisa foram avanços em nível de movimentos sociais, pois a partir das CEBs é que foram surgindo grande parte dos movimentos sociais, outra coisa era a dinâmica dos padres que acreditavam no processo, e também foi um novo processo de aprendizagem que deu vez e voz a quem não tem e o processo de aprendizagem da gente. Devido ao período de autoritarismo que agente vivia tivemos que aprender a abrir oportunidades para o outro.

Houveram várias conquista do povo, na Serra a questão do saúde pois antes não havia Conselho de saúde sempre foi uma comissão de saúde que se organizou e colocou o povo na rua para gritar e pedir

A comissão teve grande participação, pois na Serra colocou o povo para gritar para pedir e com foram grandes conquistas no município. Na educação também tiveram muitas conquistas com a mobilização do pessoal, o pessoal que foi se organizando porque antes os sindicatos tinham sido tomados e as das organizações trabalhistas nas quais as CEBs teve grandes participações, em períodos de greves na CST que duraram 22 dias, também na Atlantic, e a greve geral que mobilizou a população parando toda a BR, as CEBs tiveram na frente. Também as descobertas das lideranças que surgiram no meio do povão, no meio das comunidades, foram lideranças preciosíssimas.

Com relação às mudanças que a senhora foi percebendo ao longo das décadas de 70, 80, 90, dentro da CEBs ocorreram mudanças? Quais mudanças foram estas?

Uma das mudanças é que o povo começa a perceber que você esta envolvida no processo tem-se uma coisa chamada mística e a mística é o todo é a sua vivencia o seu momento de inter-relação com o seu superior. As mudanças começam porque no fundo no fundo, a igreja não tem pernas para acompanhar este povo que esta no mundo, embora seja um povo místico, mas a igreja não tinha muitas pernas e aí vão se criando os novos espaços, por exemplo, com a reconquista dos Sindicatos, as CEBs através da pastoral Operária vão se adquirindo um outro espaço, um outro momento. Depois, a partir da CEBs nascem as associações de moradores, depois vem os sindicatos, depois vem a defesa dos direitos humanos, além de outros diversas organizações do povo como grupo de mulheres, grupos que trabalham com medicina alternativa e vão surgindo, as coisas vão brotando, brotando, só que aí começam determinados questionamentos, esse povo que vive agora o movimento sindical, movimentos políticos, movimentos, esse povo não reza, esse povo não tem espiritualidade e aí a liderança se sente sem apoio, pois o que nos fermentava era justamente essa experiência da vivencia da fé dentro da igreja para nos fortalecer na experiência de luta e com essas falhas começam novamente a se fortalecer dentro da igreja começando novamente todo processo de oração que vem separado da vivência do meio social, porque nós celebrávamos tanto as vitórias quanto as derrotas a gente celebrava junto. Contudo agora a partir deste momento a gente vai perdendo estes espaços motivadores e celebrativos.

Durante as décadas de 80 e 90 as lideranças vão se dispersando tentam ficar coesas, mas não sente o apoio da igreja que é essa que tinha trabalhado toda experiência. Foi na década de 90 que surgiu um documento dentro da igreja católica chamado de A GRANDE AVALIAÇÃO, este documento dizia foi reconhecido no Brasil inteiro só que eu tenho minhas preocupações porque a partir deste documento começam a haver separação do povo as experiências, não celebrando mais na eira como se dizia antes na eira do terreno na área, mas vão para dentro dos templos e a dinâmica que se tinha antes de estarmos celebrando todo mundo junto não tem mais.

Como a maneira de se organizar foi perdendo sua comunidade; a partir do período que entrou na democratização do país, como essa conjuntura também influenciou na organização, nesse perfil destas lideranças, como isso se deu?

Aconteceram algumas coisas no processo de democratização onde, estas lideranças foram chamadas para ocupar determinados espaços. Foram importantes as lideranças terem assumido estes espaços porem, o que eles diziam era que, estas lideranças não tinham o treinamento e a dinâmica política de determinados espaços. Desta forma, como havia o enfraquecimento por parte da igreja, lá fora se abria outros caminhos que acreditávamos que apresentavam como propostas de mudanças.

A senhora percebeu alguma mudança na forma de mobilização da sociedade?

Quando você tem a liderança no meio do povo, as diversas lideranças que estão ali conseguem fazer uma reflexão, na proporção que você sai já não se tem muito o contato com o povo, sem o cotidiano as mobilizações vão se tornando mais difíceis. Hoje foi ficando muito difícil de mobilizar a população, também o próprio sistema foi acomodando o povo, além disso, nosso povo não tem uma consciência política concreta, não consciência política partidária, mas sim consciência política do cotidiano (quais são os meus direitos, o que eu tenho o que eu posso fazer) a busca da minha dignidade. É muito interessante pensar como se mobiliza a sociedade hoje, para que se mobiliza quem consegue mobilizar esta sociedade. Acontece um assassinato aqui ninguém se mobiliza todos ficam calados, mas, por exemplo, a mídia conseguiu mobilizar o Brasil inteiro na questão da menina que foi assassinada (caso Isabela Nardoni). Ai quer dizer quem é que tem o poder de mobilização (hoje?), a grande imprensa a mídia e nós lideranças, aquele poder de mobilização que tínhamos...., nós podíamos dizer amanhã nos vamos para o tribunal e conseguíamos 5 mil pessoas, hoje agente fala com o povo e parece que este está insensível com os problemas, não vou dizer que é culpa do povo e sim de um projeto social que a gente vivencia hoje que na realidade prepara o nosso povo para isso(eu estou preocupado com meu problema individual, mas não como problema coletivo).

Então, a própria sociedade em si foi passando por um outro processo onde fomos percebendo isso, e o interessante é que agente aprendeu estas coisa nas CEBs a fazer da leitura da conjuntura, a proposta de um Deus que liberta a experiência dos direitos. É daí que vem toda proposta de partilha, de mudança. Mas hoje a nossa sociedade com as lideranças que foram cooptadas para os espaços de poder, e por lado, a mídia promove alguns e os outros ficam de fora, não que eu tenha nada contra a mídia, nem contra o progresso e sim me preocupa justamente como isso acontece, uma substituição.

O direcionamento político do movimento se modificou no decorrer dos anos?

Olha! Eu creio que o direcionamento político ao longo dos anos não se modificou, ainda existe esta proposta, não nos grupos de CEBs, porque hoje as CEBs são poucas, uma vez que, era um movimento de igreja na proporção que esta toma uma outra postura, vai para uma outra posição então as CEBs enfraquecem e as lideranças tomam outros rumos por serem lideranças, quantos as CEBs são poucas que ainda existem hoje e ficam apenas com as questões de espiritualidade (eu sempre defendi a espiritualidade, pois agente sempre vivenciou, mas de forma conjunta).

Se você me perguntar se os rumos das CEBs mudaram, eu digo que não, quem permaneceu dentro sabe qual a grande proposta política da mesma, que é uma política do Evangelho de Jesus Cristo, é a política do texto do apocalipse, é a política do texto de Isaías, onde todo mundo vai trabalhar, vai morar, vai plantar e vai comer, vai ter esporte, vai ter saúde, vai ter escola, vida digna e agente vai viver numa sociedade muito bonita esta é a grande proposta, esta é a grande política da CEBs a partilha para todo mundo e a proposta das primeiras comunidades das CEBs.

Esta sociedade seria outra ou seria a mesma modificada?

Você não constrói uma outra sociedade, porque se isso acontecesse seria como se fizéssemos uma limpeza, um puritanismo total onde selecionaria as pessoas que iriam participar e os outros seriam todos jogados fora. Não existe uma outra sociedade, é a transformação, a mudança dessa mesma onde tivesse uma visão e uma consciência maior e melhor da experiência daquilo que é a coisa mais bonita, que é a vida. Por exemplo, o CDDH que se origina na CEBES é que todos tenham vida, não existam meninos de rua, não é agente ter menino morrendo, não é agente ter a juventude morrendo, pais sem emprego, mães sem ter condições de cuidar de seus filhos. Projeto político é isso e foi o que nos tocou no coração e nos fez sair para a luta e mesmo os companheiros que hoje estão em outros espaços, em outras instâncias eles acreditam conosco neste projeto.

Dentro das próprias lideranças desses movimentos, haviam divergências de ideologias de projeto político, ou todos comungavam de uma mesma proposta?

Sempre tem as divergências, e como igreja muitas vezes a impressão da gente é que todos comungam da mesma proposta, mas não, existem os interesses, mas também existem as fidelidades, as lealdades, mas existiam sim as divergências políticas. Em determinado momento as próprias lideranças começaram a seguir rumos diferentes porque de repente, quando se abre uma proposta democrática no país cada um vai se identificando com determinadas coisas e aí começamos a rever dentro das formas que são diferentes, mas o grande projeto políticos continuam o mesmo.

Qual foi a relação com os outros movimentos? Houve essa relação?

Teve relação com movimento sindical rural, com movimento de moradia, movimentos sindicais urbanos, movimento estudantil, movimento negro que tinham os agentes pastorais negros.

O que levou as mobilizações conjuntas?

Porque você cria uma nova consciência, que leva a se trabalhar o que queremos. Muitas vezes aquelas pessoas de outros movimentos têm os mesmos objetivos que você, então você une as forças, amplia suas lutas e também é um novo espaço de aprendizagem pois você cai rompendo muitas vezes com um processo de puritanismo que existe dentro da igreja que as vezes quando esse é muito grande você começa a excluir, apesar de a igreja ser um espaço de experiência muito bonito.

Outra questão é a própria exigência da sociedade, para que você não fique preso às idéias pequenas, o processo de democratização nos leva a ampliar as visões.

Como vocês se organizavam para lutar conjuntamente?

Geralmente quem estava nas CEBs estavam inseridos também em outros movimentos, nos que éramos de CDDH também fazíamos parte da CEBs, as lutas eram conjuntas quando os espaços distintos necessitavam.

Como eram os perfis dos outros movimentos?

Depende muito, mas como cada movimento tem seus grupos acaba influenciando, se é o pessoal do grupos de mulheres traz as questões de seu espaço, se é que trabalha com ecologia, vai trazer situações como atenção ao meio ambiente, se é o pessoal que trabalha com a negritude vai trazer mais questões voltadas para a exploração, da exclusão do negro da sociedade, se é dos partidos políticos vai se trabalhar as questões políticas partidárias. Então, as CEBs se inserem nesse leque de coisas.

Havia dificuldades com a relação com outros movimentos?

Quando os movimentos se acham muito avançados, quando se fecham dentro de seus objetivos, também nas relações de poder, pois tem grupos que querem ter hegemonia e outras dificuldades são as consequências de alguns interesses, por exemplo, nos movimentos políticos muitas vezes havia interesses por trás como cargos e outras coisas e as lideranças acabavam sendo atraídas.

Quais as principais bandeiras de lutas dos movimentos que foram feitas em conjunto?

Um momento muito bonito foi na luta contra a impunidade contra o pessoal do movimento rural que estavam sofrendo assassinatos e em diversos momentos juntamos todos os movimentos para denunciar.

Outro momento foi o movimento contra o aumento de passagens, onde juntou-se o movimento, estudantil, moradia, CDDH, CEBs. Outros foram as greves, de professores, de operários da construção civil, CST, Greve Geral, momento da Diretas já, contra o desemprego (foi lá na Catedral), teve o julgamento de José Rainha entre outros muitos que juntavam todos nas ruas.

Houve modificação, atualmente como está isso?

Hoje existem fóruns de discussões, conselhos houve modificação devido a pressa muito grande de ver as coisas acontecerem e não se tornam mais fortes mais coesa com estrutura uma base boa, são muitas coisas e muito imediatas. As pessoas assumem e depois largam por dar tempo de acompanhar e ficam pulando de um lado para outro, por ter essa angustia a necessidade de verem as coisas acontecerem muito rápidas, fazendo com que pessoas que ainda não entenderam o processo de luta mas por muitas vezes terem uma certa liderança são capitadas e não conseguem direcionar, por exemplo antes nós dávamos os passos, mas hoje é uma pressa muito grande de verem as coisas acontecerem o repasse fica muitas vezes prejudicado e é abandonado. Além de muitas vezes dentro do movimento existem várias facções e cada um puxa pro seu lado.

Como era a mobilização da população nos movimentos em conjuntos?

A partir das necessidades o grupo idealizava um movimento qualquer e dentro destas chamava-se os diversos movimentos e colocava suas propostas e eles também contribuíam e começava-se a se colocar as lideranças a disposição, nisso aí ia a mensagem para a população que se fazia principalmente através das igrejas com as CEBs. Teve um período que qualquer movimento passava para a CEBs, por exemplo, hoje na luta contra o aumento de passagem esta muito por conta do movimento estudantil, mas antes passava pela CEBs e os outros movimentos.

Tem outras mudanças que a senhora gostaria de colocar?

Eu vejo hoje a sociedade civil muito confusa, foram se desenvolvendo muitas coisas através deste cotidiano corrido que tornou a sociedade civil necessitada de passar por uma nova reflexão. Eu vejo a questão do imediatismo, do consumismo, qual a pessoa humana eu estou formando hoje? Grande parte da nossa população hoje não é a questão do ser e sim a questão do ter (eu tenho que ter a última televisão, o último celular, a última roupa, tudo muito descartável). Também tem o individualismo, eu acho que como seres humanos, como indivíduos temos que aprender a se respeitar. A gente criou uma experiência de vida a partir das CEBs nessa região, nesse pedacinho de chão onde éramos preocupados com todos, meus filhos (04) tinham uma relação muito bonita com a vizinhança. Às vezes você se preocupa até com sua família, mas é incapaz de abrir a porta ou janela e dar bom dia para seu vizinho. Quando esta acontecendo algo lá na casa do vizinho você fecha a sua porta e diz que isso não vai acontecer na sua casa. Na verdade temos que olhar o coletivo e, quando vemos o “dragão” batendo na porta do vizinho, chamarmos os outros e irmos juntos combater o dragão.

Temos hoje a questão da vivência ecológica do planeta, que começa dentro da minha casa, se eu jogo plástico para todos os lados, consumo exageradamente, jogo lixo na praia, eu estou contribuindo para destruição, é minha autodestruição. Não sou contra o progresso, mas ao mesmo tempo este não esta alinhada com vida do ser humano. Não cuidamos mais das coisas, quebramos o telefone publico a carteira escolar, rabiscamos tudo pela frente, quebramos a fechadura da porta da escola, mas na nossa casa não permitimos que isso aconteça. Muitas vezes somos acusados de sermos velhos e que os valores são outros, mas não sabemos se os valores mudaram para pior e inconseqüentemente vamos colocando pessoas sem consciência no mundo. Ainda temos muitas coisas boas acontecendo e que se não fossem isso estaria muito pior, os movimentos, as organizações que surgem, as propostas de defesas da vida, de reorganização da sociedade, os questionamentos ecológicos. Tudo isso nos leva a delinear um novo projeto. Eu acredito demais no ser humano, mesmo com toda loucura e também acredito na construção de um novo homem e uma nova mulher a partir de toda uma experiência educacional.

Como as CEBs se relacionaram com o poder público no decorrer destes anos?

A princípio foi com muitas dificuldades, porque o poder público era uma oposição as CEBs, pois reprimiam (houveram vários momentos de repressão às CEBs), enganavam dizendo que iam fazer as coisas e não cumpriam. Depois passou um determinado momento que alguns setores do poder público começaram a entender que para vivenciar uma nova experiência até mesmo do poder publico em si eles tinham que estar dentro das CEBs. Então houve diálogo.

Depois veio o momento em que o poder público começou a cooptar as lideranças, com oferecimento de cargos, oferecia apoio nas eleições de associações de moradores investindo para que esta liderança ganhasse e ela acabava ganhando. Algumas lideranças acreditavam que se estivessemos lá dentro poderíamos fazer a mudança. Em outro momento já com outros movimentos o poder público começa a dialogar e efetivar algumas coisas que antes ficavam apenas no papel, como por exemplo, a necessidade de criação dos conselhos.

As CEBs lutaram para que fossem abertos alguns conselhos?

Sim, principalmente o Conselho da Criança e do Adolescente, na formação de vários outros também.

Em alguns momentos as reivindicações feitas enquanto CEBs eram atendidas?

Às vezes sim, outras enganavam a gente, e às vezes diziam que não iam atender um exemplo foi a enchente de 1979 e as CEBs. Foram ao governo do estado por ser de sua responsabilidade, mas este não fez nada e o povo se organizou e fez de tudo e se cuidou, criou alojamentos, alimentos, tudo feito pelas CEBs.

Atualmente tem pessoas das CEBs nos conselhos ou fóruns?

Tem muita gente e grande parte esta nas diversas organizações. São positivos porque se estes espaços não forem criados e pessoas como as lideranças que temos não estiverem lá, coisas poderiam estar piores hoje em dia. Mas poderiam ser melhores por serem espaços que nascem nesse contexto atual e que vale a pena.

Quais seriam as dificuldades dos representantes das CEBs dentro destes espaços?

As dificuldades não são só das CEBs e sim de todo o pessoal que trabalha e acredita, se negam a colocar determinado assunto em pauta que é importante, muitas vezes por causa de determinado grupo, isso não prejudica é CEBES, pois eles representam parte da sociedade que não importa se é CEBs ou não, e ficará prejudicada de qualquer forma.

Como esses espaços têm envolvido a sociedade civil?

Tenho algumas preocupações, pois alguns representantes têm contatos com a base, outros não, tornando-se deficientes. Às vezes um conselho se mobiliza, faz uma cartilha que é importante, mas outros mecanismos deveriam ser criados para envolver a sociedade civil, porque de fato a gente fala muito de Conselho entre nós e quando se pergunta ninguém conhece, sabem que existe conselho tutelar. Os devem ser popularizar mais para que a sociedade civil tome posse dos conselhos.

Como o movimento se posicionou com o paternalismo, clientelismo, assistencialismo?

Por vermos que, o poder público muitas vezes tem essas “manhas”, fazíamos cartilhas para que o povo pudesse resgatar o que é seu que lhe foi tirado. O fato de se fazer algo para alguém torna a pessoa devedora deste favor para sempre, quem tem o poder econômico tem o outro nas mãos, pois ele pode te tirar tudo. A gente via esta relação conscientizando as pessoas para aquilo que é de direito seu. A experiência da igreja é uma experiência de esmola e com isso ao tentarmos resgatar a dignidade do outro, sofre-se as consequências de tentarmos combater o que está errado. O processo das CEBs era fazer com todos tomassem o que direito é seu sem dever retorno e desta forma garantir o protagonismo da história de cada um.

Tem alguns participantes que integram partidos políticos e como é visto esta relação?

Temos vários, principalmente naqueles que se dizem partidos de esquerdas. Eu vejo de uma forma muito bonita porque é o exercício da política partidária e a partir daí o exercício do poder. Só que quando se entra dentro de uma máquina que não funciona, aí tem-se que quebrar-la para não se repetir os mesmos vícios.

LIDERANÇA PT

Entrevistado: Gilmar Ferreira

Você poderia contar como o PT surgiu aqui na Serra?

O PT da Serra foi um dos primeiros diretórios do país, algo que começou por volta de 1980, em 82 foi a primeira eleição que o partido disputou e aqui na Serra na primeira eleição nós já tivemos candidatos a prefeito e vice, aliás, nós tivemos candidatos a governador, senador, deputados estaduais e federais, na Serra nós tivemos candidatos a prefeito e vice, nós disputamos com Camata governador, Motta prefeito, PMDB era uma febre que pegou no país inteiro e o PT tava nascente era finalzinho da ditadura militar, o PT tava começando a se organizar era uma coisa engraçada porque era quase que ser considerado como criminoso ser do PT, era um pessoal que tava beneficiado pela lei da anistia, a maioria dos candidatos eram presos políticos e o PT vinha fazendo uma crítica profunda às instituições políticas, ele nascia então com base no... com base forte nos grupos que se organizavam na esquerda, na clandestinidade, muito embora muito tímido porque, embora fosse o número muito grande de pessoas que tinham vindo dessa condição, mas não se manifestavam muito no partido, do outro lado os grupos que vinham das CEBs, motivados pela Teologia da Libertação que pregavam a relação da fé com a vida, com a qualidade de vida, com condições sociais e fazia uma crítica profunda à situação social, política e econômica daquela época, então entre 80, 82 e um marco forte foram as greves de 79 onde surgiu um novo sindicalismo e dali se destacou um operário chamado Luiz Inácio Lula da Silva e já em 82 ele foi candidato ao governo de São Paulo, teve muitos conflitos no início da formação do PT porque esse bloco da esquerda ele também tinha, o PMDB também tinha esses blocos e a grande discussão da formação do PT era como é que ia montar um partido operário naquele momento em que a esquerda tava se organizando e tinha aí... muitos daqueles que foram pro PSDB, PMDB vão entrar nesse debate só que eles tinham uma visão de que não era possível formar um partido que pudesse se chamar o partido dos trabalhadores, porque não tinha base científica, acadêmica, que era difícil compreender isso. Na fundação do PT, o estatuto do PT já estabelecia que o partido era socialista, que era o partido dos trabalhadores, tinha uma frase que era muito forte que era terra, trabalho e liberdade, portanto nós tínhamos uma bandeira forte da reforma agrária, da participação nos movimentos sociais, é claro que um partido que surge no apagar das luzes da ditadura militar a palavra liberdade tinha um significado muito forte e para nós tinha aquela coisa da classe trabalhadora também e o trabalho; obviamente nós estávamos fugindo daquele momento forte de luto social no Brasil, até então as greves eram coisas proibidas e continua sendo proibido, mas esse movimento em 79 em São Paulo alardiou pelo país e a ruptura com aquele modelo sindical anterior que lutaram várias organizações sindicais, várias direções sindicais foram derrotadas naquela época, eu me lembro bem, por exemplo eu me lembro bem dos sindicatos dos trabalhadores da construção civil que paravam a BR, depois veio o sindicato dos rodoviários, depois veio o sindicato dos comerciários e por último desses grandes que o sindicalismo retomou foi o sindicato dos metalúrgicos. Nós estamos inseridos nesse contexto e a Serra sempre teve essas características de operária, nós tivemos duas situações aqui: uma gestão pública marcada pelo caos administrativo e uma cidade em plena expansão industrial e também com um período que marcou muito a questão da segurança pública, da violência, foram os elementos mais fortes, mas também um momento forte na Serra foi a mobilização popular até em função daquilo que movia os movimentos de esquerda que saíam no desejo de colocar suas convicções ideológicas em razão da própria necessidade, de viver numa democracia, isso impulsionou muito os movimentos daquela época e impulsionou muito a organização do PT.

Como o PT se organizava?

O PT dentro da sua organização ele tem um instrumento dentro do estatuto que fala dos núcleos de base, hoje esse elemento está bastante fragilizado, porque o partido cresceu muito e aí chegou ao poder e aí renova muito, mas desde sua fundação e desde o estatuto do PT, um dos instrumentos do partido onde se discute política são as delegações dos núcleos, naquela época eu me lembro que quando tava na discussão de formar o partido eu era muito novinho e a gente ouvia, eu assisti muitas reuniões do PT na minha casa, meus tios eram militantes e eu já tava muito motivado pela teologia da libertação e também já começando a extrair e aprender algumas coisas do ponto de vista ideológico da política partidária, aí eu participava ali das reuniões em casa e tal, mas assim tinha uma organização de base que eram os núcleos, esses núcleos eram convidados, os filiados, o Partidos dos Trabalhadores, os vizinhos e conversávamos sobre política e sobre o PT, apresentando o PT para as pessoas, alguns chegava assustados o que que é isso, que história é essa de fazer um partido dos trabalhadores, não tem nenhum figurão aqui, não tem nenhum... aí, eu achava muito

interessante isso: quem eram as pessoas que compunham normalmente esse movimento que acabou gerando a construção do PT e de certa forma compondo a sua direção, eram socialistas que vinham do novo sindicalismo, eram das pastorais, eram alguns acadêmicos, alguns professores, alguns intelectuais que tocavam esse processo...então o PT ele tem na sua origem assim de formação, ele é um partido mesmo construído de baixo pra cima, ele tem toda sua formatação na base, os núcleos de base é um exemplo disso, foi um partido que elegeu um operário presidente nacional, foi um partido que não teve dificuldade de compreender a necessidade de face de se tornar um partido dos trabalhadores e discutir política e mesmo operário depois ele contava essa história de maneira muito engraçada, um dia tava em casa, chegou os amigos e disse olha, depois que tinha sido candidato ao governo de São Paulo bastava fazer um discurso radical que todo mundo ia votar nele pra governador de São Paulo e também tinha outra coisa, um candidato barbudo, condenado a muitos anos de prisão pela ditadura militar, depois liberado pela lei da anistia e Lula contava essa história assim, achava que era só fazer um discurso radicalizado que as pessoas iam todas votar nele e aí ele disputou a eleição em São Paulo e perdeu de muito, mas assim, depois o primeiro operário dirigiu o partido por dez anos, depois ele conta ele tava em casa aí chega os amigos e diz você vai ser candidato a presidência da república, ele achou que era gozação, mas o partido decidiu em 88, 89, não, dois anos antes em 87 que o Lula ia ser candidato a presidência da república. Nós fizemos uma campanha em 89, acho que já estava chegando à maioria, era filiado, então todo material de divulgação tinha que ter embaixo, era obrigatório: Lula 89, era um negócio engraçado quando a campanha começou, as pessoas olhavam assim meio assustadas, que que é isso, um metalúrgico candidato? E com certeza tinha um enraizamento na base popular, nos movimentos sociais e as pessoas davam como certo que a bola da vez eram o PMDB e o Brizola. O PMDB teve uma votação muito baixa, o Brizola perdeu a eleição não foi ao segundo turno, teve menos de 1% dos votos e o ????.Então é, isso, essa simbologia do PT é muito forte, aí o partido começa a ser um partido de fato que disputa poder, que governa. Em 85 foi também um grande susto porque foram as primeiras eleições municipais das capitais, foi muito bem em Goiânia, na capital do Nordeste, em Porto Alegre e em Vitória, nós ganhamos três prefeituras, em Goiânia, em São Paulo bateu o Maluf, ninguém esperava e uma terceira que não me lembro agora. Em 85 nós elegemos a prefeita de Fortaleza, mesmo com muita fraude eleitoral e elegemos na cidade de São Paulo, mas o partido veio mostrar sua força nas eleições de 88, com a eleição de Luíza Erondina, Vítor Buainain em Vitória e Olívio Dutra em Porto Alegre. Esses aí começam a nossa chegada aos espaços institucionais, começam as primeiras administrações o que nós chamamos naquela época de modo petista de governar e aí caminhou até chegar aos dias de hoje.

E qual foi a relação com os movimentos sociais?

O PT sempre defendeu que os movimentos devem ter autonomia diante dos governos, da institucionalidade, nós temos uma , o fato que a gente teve, teve muitos militantes filiados ao PT no conjunto desses movimentos sociais muitas vezes assim, cria muitas confusões, muitas interpretações especialmente dos adversários no trato disso, nós temos muita convicção do papel dos movimentos sociais e do papel que tem os partidos, os partidos devem ter capacidade de compreender essas demandas que o movimento social trás e tentar tornar isso em propostas políticas públicas, em propostas de governo, conviver com isso não é uma coisa fácil, mas o PT desde o seu início tem uma motivação para cada um de nós participar efetivamente da vida social da cidade, participando dos seus movimentos sociais, mas nunca perdendo de vista que a tarefa, que o partido não pode substituir os movimentos. A gente vê em vários lugares essa questão da cooptação dos movimentos sociais. O PT trabalha isso muito bem, agora o fundamental é que cada um de nós que estamos em qualquer tipo de movimento social, compreender isso, por que pro partido compreender isso talvez seja mais crítico, mas cada um de nós fazendo política e ao mesmo tempo fazendo luta social tem que compreender essa dicotomia e saber colocar as coisas nos seus devidos lugares, mesmo porque no movimento social ele só é grande porque cabe todo mundo, ele precisa caber as pessoas de todos os partidos, de todos os pensamentos, de todas as ideologias, obviamente algumas vão chegar e vão perceber que não é nesse ou naquele que devem estar, mas o nosso papel é compreender que são demandas que a sociedade tá se apresentando e graças a transformar e adequar é uma proposta por isso exequível que não tenha um caráter manipulador, de cooptação, mas que possa se transformar em política de Estado algumas dessas tão aí pra gente poder avaliar, aprimorar a cada dia mais e esse é o grande barato da política.

Quais foram as conquistas que o PT alcançou a partir das demandas que os movimentos trouxeram?

Eu acho que as conquistas que o PT conseguiu até hoje, foi justamente conseguir representar ou compreender esse conjunto de demandas que a sociedade vem apresentando pós ditadura militar, o PT é fruto de tudo isso, desse conjunto de demandas cotidianas, é o partido que teve o discurso da reforma agrária, que compreendeu a luta do MST, enquanto outros diziam que incentivava a discriminação, o boicote, compreendeu a luta dos ambientalistas, compreendeu a luta dos direitos humanos, então o PT é um conjunto dessas relações, mas, sobretudo assim porque o partido tem uma, os seus documentos oficiais, ele embora oriente, sensibilize suas militâncias a participar ativamente da vida da cidade a partir dos seus movimentos com autonomia e independência dos governos, ele também trouxe uma proposta inovadora, primeiro: apresentar a idéia e apresentar um partido dos trabalhadores, afirmar que é socialista, defender intransigentemente a democracia e trazer essas três bandeiras para ser debatida na sociedade: terra, trabalho e liberdade. Primeiro assim, para aquele momento uma coisa extremamente audaciosa, então as conquistas que se tem é em função disso, não me parece ser uma vitória pura, uma conquista pura e simplesmente de um partido porque ele foi capaz de agregar aqui sentimentos e proposições no conjunto da sociedade que viu nesse partido a possibilidade de aqui defender seus pontos de vista de colocar aqui sua utopia, eu acho que esse conjunto de coisas são as conquistas do PT.

A participação dentro dos espaços institucionalizados: conselhos, orçamentos, como o PT contribui para a construção desses espaços?

O PT participou efetivamente do processo de elaboração e definição da Constituição de 88, essa era uma bandeira dos movimentos sociais, participar ativamente das definições do governo, definir seus orçamentos, fundamentalmente o que é concretamente isso? A população se apropriando de uma instituição pública, dos recursos públicos, se apropriando no bom sentido, de colocar a estrutura do poder a serviço, é... o papel que o partido desenvolve nisso, primeiro é isso, é...no conjunto de militantes nesses movimentos, compreendendo a autonomia dos partidos e tudo, vão poder assim dizer: essas são bandeiras da sociedade que efetivamente torna esse Estado mais democrático que efetivamente é um instrumento de participação popular, de controle social mas que fundamentalmente é onde a população deve interferir nos rumos de sua cidade, então, muito mais do que... o que o partido faz? Ele estimula sua militância a participar, estabelece onde nos espaços públicos tem sido as bandeiras do PT, por exemplo, a questão do orçamento surgiu em Porto Alegre no governo do PT, em Vitória nós estabelecemos isso no governo Vítor e a gente nas câmaras municipais, no legislativo, a gente tenta transformar isso em políticas de Estado, transformando isso em lei, então a grande contribuição do PT é levar isso para os espaços institucionais na tentativa primeira de transformar em política de Estado, criar o marco legal pra isso, o segundo é...criar uma cultura de participação popular, ou seja, lá em Porto Alegre, foi bem fluído a comunidade definir qual era a proposta, a comunidade tinha todo o poder de definir, então a contribuição que o PT tem a dar é nisso, é nesse aspecto, estimular a comunidade a participar, mas efetivamente definir de fato, sem que o governo faça apenas um favor à comunidade, deixar que ela discuta o orçamento, quer dizer, é mais que isso, discutir o orçamento, formar conselhos que significa estabelecer regras no âmbito da participação, mas o mais importante é que quem está tenham clareza do que é seu papel, não adianta ir pra lá e ser mais uma instância do governo, ser um representante do governo, hoje o que a gente constata hoje, que a maioria dos conselhos virou uma espécie de prefeiturização desses espaços, o que significa dizer que isso não é bom pra democracia, então assim, tem algumas cidades que a gente faz um controle social e tem tantos conselhos e a nossa grande preocupação é que muitos desses conselhos estão servindo para homologar recursos públicos, ou seja, eu posso dar o exemplo do conselho de saúde porque é de onde eu venho, por lá todo mês o conselho tem que se reunir para aprovar as contas da secretaria, então assim pra discutir recursos, ora, isso não é controle social, inclusive com o instrumento da chantagem, se não aprovar, não virá recursos e a culpa é de vocês, então nós demos uma grande contribuição na criação desses instrumentos, mas é preciso aprimorar isso, até porque é uma necessidade dialética, tem que aprimorar sempre os instrumentos que a gente cria, então o nosso papel deve ser agora de aprimorar esses instrumentos de participação popular e pra que ele não cumpra só o papel de homologar recursos públicos, federal e isso tudo e fundamentalmente que ele não seja uma extensão das prefeituras, esse é o grande desafio que a gente tem agora para enfrentar.

Como foi a relação do PT com o poder público desde a década de 80, 90 e momento atual?

Os primeiros deputados estaduais do PT, a primeira bancada, três foram expulsos por desacato a uma definição partidária de não ir ao colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves, não que tivesse nada contra o Tancredo, o PT queria eleição direta. Então nós nascemos defendendo democracia e defendendo a eleição direta, então três deputados federais, inclusive uma atriz da rede Globo,

chamada Beth Mendes. Então a gente nasce com essa primeira marca de definição partidária, ele surge fazendo esse confronto e aqui naquele início era uma relação bastante conflituosa porque a gente era um partido genuinamente de oposição, nós vínhamos rompendo com a ditadura militar, nós nascemos negando o socialismo estatal, aquele modelo que caiu, e nós éramos oposição ao governo à chamada aliança democrática, do governo Sarney e aqui obviamente que a gente também, não tinha como, porque, o nosso maior adversário da democracia naquele período era o poder instituído, porque tinha essas marcas da corrupção, do caos administrativo, da cooptação de lideranças, embora tivesse um governo eleito pelo voto popular, então nós nascemos com essa marca de oposição, mas o PT, como o PT é parte dessa caminhada política que o país faz, pela democracia, pela ampliação por mais direitos, mais democracia, um partido propositivo, embora tenha uma proposta radicalizada, uma proposta socialista, mas com democracia, a gente vem fazendo essa caminhada disputamos o poder da prefeitura aqui, já disputamos a prefeitura em 82 e depois voltamos a disputar em 88, depois disso nós fomos elegendo os vereadores e todos eles tiveram uma marca positiva no legislativo, depois disputamos a prefeitura em 88, 90 e 96 e também aí, outras forças de oposição, outras forças de esquerda vão surgindo, vão também entrando no cenário do campo da atuação política, então, ou seja, já em 89 o PT já tinha alianças formais com o PSB e com o PC do B que apoiaram Lula em 89, apoiaram nas eleições seguintes. A Serra tinha essa relação que vinha contraponto ao modelo administrativo fazendo essa caminhada conosco e esse bloco junto, depois o PDT, esse bloco junto... ele..ele...com a chegada do PDT, esse bloco acabou compoendo esse grupo que já administra a Serra por 12 anos e agora por mais quatro anos, então nós tivemos um momento de oposição, depois continuamos, tentamos chegar ao executivo e não conseguimos chegar, mas somos parte de uma geração de agentes políticos que construiu todo esse processo onde a Serra chegou hoje. Nós fizemos parte dos dois governos de Sérgio Vidigal, o PT faz parte do governo Audifax, obviamente que isso não é novidade do PT, obviamente que o PT tem um processo de debate interno bastante democrático, mas acalourado, isso no âmbito do município, esses partidos compõem, o PT, o PDT, o PSB, o PCB, esses partidos são partidos que compõem o governo Lula, então também eles compreenderam a construção coletiva ao longo desses anos, os que apóiam o projeto conduzido pelo presidente Lula e aqui a nossa caminhada até hoje tem sido compreendendo que esse processo que é fruto desse conjunto de forças políticas e alguns que não são forças políticas, são forças instituídas, são forças que atuam na sociedade com posições aí, bastante diferenciadas daquele modelo anterior e que hoje tem construído uma cidade que rompeu com aquele modelo e que hoje tem resultados bastante positivos, apesar de estar muito colados, muito identificado com um personagem, isso não é bom pra política, pelo fato de ter uma candidatura única, é uma demonstração disso, para a classe política que tem um conjunto de forças que construíram o processo que a Serra passa de crescimento, de mudança, não é legal que a gente permita que tudo isso desemboque numa personalidade, eu acho que o grande desafio é compreender que a cidade mesmo passados esses anos todos, ela tem novas demandas, tem novos desejos, que tem novos agentes na política, que tem novas necessidades e que, portanto, precisamos estabelecer novos parâmetros, novas formas de atuação política, para a cidade não estagnar.

E a relação do PT com o MEP, PCB?

O MEP era um desses grupos que existia antes da formação do PT, era um desses grupos de esquerda que atuava na cidade contra a ditadura militar e alguns deles vieram para o PT. Eu tinha uma visão sobre esses grupos que aqueles que estavam chegando ao PT, a gente fica sempre com o pé atrás porque tinha uma visão tática do partido, o partido tinha uma visão estratégica, o partido era socialista por definição e o que incomodava as pessoas que estavam no partido era a de que esse grupo tinha uma visão tática, parecida com aquela visão do PCB da era de Getúlio que era: um dia a classe trabalhadora vai ficar revoltada, que vão fazer o socialismo quase por decreto, então assim, a gente fica no PT enquanto ele for um partido que a gente pode expressar a nossa identidade ideológica. O MEP era um desses grupos de esquerda que atuavam no PT, embora muito sigilosos porque continuava muito difícil ser de esquerda no país, até 89 era muito difícil ser de esquerda no Brasil e não era só o MEP que atuava, tinha vários outros grupos que atuavam, tinham grupos regionais, eram média de 08 grupos que atuavam por aqui, tinha o PCBR, tinha o MEP e depois tinham outros grupos que atuavam. Eu lembro do MEP e do PCBR aqui na Serra e o PCB aqui tinha uma relação conflituosa, como o PCB tinha essa origem desde o governo Getúlio de uma aliança com a classe trabalhadora, mas também de uma aliança com o poder instituído e aqui eles eram parte do governo municipal que a gente era radicalmente de oposição, então nós disputamos com eles vários espaços dentro da associação, dentro da própria Federação, foi um período de muito conflito, de muita disputa, depois o PCB mudou de nome ele foi mais recentemente esse mesmos membros que criaram o PCB, alguns foram pra outros partidos e outros ainda permaneceram no PPS, o PPS é

atualmente o partido de sustentação ao bloco que nós enfrentávamos naquela época, o bloco em que suas alianças estão postadas sobretudo na oposição ao governo Lula em que pese os erros do governo Lula, em que pese os erros do PT, mas eles estabeleceram uma aliança prioritária com os democratas e com o PSDB e hoje é um partido bem distante de nós, e tem em alguns cantos do país ressurgindo os núcleos de comunistas daquela época que não conseguiram mais se constituir, eu sei que tem um grupo no Rio de Janeiro, talvez em Brasília ou Minas Gerais daquele PCB que eles dizem que resgatam, tentam resgatar a origem do PCB e que tem personagens interessantes, mas assim...aqueles que dava a linha da política do PCB, nessa geração 80, abandonaram aquele PCB e foram compor outras forças políticas, foram compor o PPS e alguns deles inclusive estão no PSDB, alguns em São Paulo, o Albert Goldman, que é tucano convicto, que vieram pro PCB nesse período, tem alguns personagens que tinha...esse ator da Rede Globo, Stephan Nercessian vereador do PPS no Rio, então aquele PCB com quem a gente, mesmo com muitas convergências do ponto de vista programático, do ponto de vista da defesa da classe trabalhadora que enfrentamos aqui no governo Motta, mesmo aquele PCB ele deu uma mudada de rota, nessa mudada de rota talvez a gente não se encontre mais na mesma trincheira.

Então tinha um compartilhamento de projetos com o PCB no tocante à classe trabalhadora, mas tinha uma diferenciação também...

Tinha uma diferenciação no modelo de agenda que eles faziam, nós tínhamos para nós o socialismo e ele compunha com os governos que não tinham compromissos com essas bandeiras, mas ainda assim nós achávamos que era preciso trazer pro campo da esquerda esses companheiros e compor um projeto de cidade e tal, mas não foi possível, esse projeto não foi à diante e eles não conseguiram nem fortalecer o PPS minúsculo na Serra e nem manter a organização do PCB.

As bases ideológicas do PT continuam voltadas ao socialismo?

O PT mantém a sua definição pelo socialismo, tivemos algumas disputas internas, embora minoritárias que chegaram a defender a retirada do texto dessa parte do Estatuto, mas o PT continua a ser um partido reafirmado nos seus encontros nacionais que não tiram do seu estatuto a defesa do socialismo, da democracia, da reforma agrária, da liberdade e da defesa intransigente da classe trabalhadora, então isso se mantém, teve alterações evidentemente na sua própria composição, o partido cresceu, cresceu muito em pouco tempo porque na esfera política é um tempo muito pequeno, chegou ao poder central, acho que de forma muito rápida, o partido fez ali algumas mudanças perceptível, quer dizer, o partido hoje tem uma linha de alianças que é muito amplo e isso dificulta, eu acho que dificulta a execução de algumas políticas, tem gente que acha que isso dificulta, tem gente que acha que não, eu acho que conforma uma base de apoio no governo Lula que não tem convergência com nosso programa e com a nossa estratégia. Conforma uma base de governo nos municípios, que de certa forma não serão nossos aliados na construção do socialismo e isso eu acho que em vários lugares confunde a ideologia do partido porque podemos compreender que o PT conseguiu defender aquelas bandeiras, mas de qualquer forma compreendo que isso faz parte de uma caminhada histórica, política, por onde o partido caminhou e quero dizer que combati e combato até hoje esse comportamento no interior do partido, tenho sido contra as alianças que estão pragmáticas que não tem um fundo ideológico, tenho sido contra as alianças quando elas são meramente eleitorais, por exemplo, as alianças feitas em Belo Horizonte porque na minha visão é feita com base em dois personagens e isso é um problema porque isso pode gerar uma posição de oportunismo e carreirismo político que no PT nós devemos derrotar, aliança feita entre o prefeito de Belo Horizonte com o governador do Estado, apoiando mega-empresário que tem um patrimônio de 55 milhões de reais para a prefeitura de Belo Horizonte aonde qualquer nome do PT sairia na frente, é do ponto de vista da construção de um partido político, um equívoco, um retrocesso, estive num encontro em Guarapari que elegia José Dirceu o presidente nacional, eu fui um dos delegados que votei contra, o partido também enfrentou problemas muito sérios que feriram a ética porque uma de nossas bandeiras é a moralidade pública, a ética e o respeito aos recursos públicos, então, episódios como o mensalão, episódios como aqueles do caseiro, então esses episódios colocaram o PT no que ele tem de mais rico e de mais simbólico em risco que é a sua responsabilidade moral, que é a sua responsabilidade com os recursos públicos, acho sobretudo que nós devemos enfrentar esse debate no partido, se for preciso cortar na carne, mas não podemos perder o que nós temos de mais importante que é nossa integridade moral. Então eu acho que isso tudo pesou contra o partido, mas acho também que os resultados das eleições posteriores vem demonstrando que a população tem uma grande credibilidade do partido, embora nós tenhamos um ??? enorme de participação que é normal no processo que contrapõe a um conjunto de forças enorme no partido, mas a população tem depositado ainda muita credibilidade no PT e eu acho que o PT tem que fazer agora todo um esforço

agora no sentido de que a gente tem que ampliar as conquistas no governo Lula, eu acho que o governo Lula deixa muito a desejar, não acho que faz um governo pela esquerda, já disse que acho que as alianças que o governo faz para se manter no poder são pragmáticas, não tem base ideológica, acho que pega muita carona, mas acho fundamentalmente que o partido tem que se esforçar para que o partido possa fazer o terceiro mandato na presidência da república, pessoalmente acho que é hora do PT reafirmar sua posição de gênero e acho que está na hora de termos uma mulher como candidata a presidência da república.

Como você entende essa questão da participação da sociedade civil que num momento anterior os movimentos conseguiam uma maior mobilização e no momento atual não há tanta participação, como você vê isso?

Eu acho que tudo que nós temos aqui é fruto da sociedade civil, o partido foi apenas um instrumental que foi capaz de compreender isso, o PDT tinha uma liderança que não era desse movimento, mas que cresceu, que conseguiu se apresentar uma alternativa ao que tinha de muito ruim naquele processo, acho que eles fizeram a gestão que ajudaram o município a crescer, que ajudou a resgatar o desejo de quem queria fazer política, mas acho que na Serra, assim como no país tem um refluxo do movimento popular e aí tem alguns fenômenos, a chegada da esquerda no poder, muitos desses vão ocupar o poder, muitos vão para o legislativo, muitos vão para as prefeituras, muitos vão para o governo federal, governos estaduais, passam a compor as equipes de governo, acho que tem um refluxo porque nós já saímos da ditadura, temos uma fração de militantes que já estavam na fase adulta, alguns já não estão mais conosco, estão em casa cuidando da vida, tem um refluxo em função disso, porque vários vão compor esse governo e aí não conseguiu novas lideranças para continuar oxigenando a luta popular e o outro aspecto é que vários governos com cara de esquerda ou eleitos pelo partido de esquerda fazem um processo de cooptação muito grande das lideranças comunitárias e essa é a grande dificuldade de se definir qual é o papel do partido, qual o papel do governo, o papel da sociedade, então as pessoas tem que definir isso. Aqui nessa entidade as pessoas não são do PT, por aqui pode fazer militância todo mundo, mas temos muito claro, no meu caso, tenho muito claro o que desempenho enquanto partido, enquanto desempenho enquanto militante dos direitos humanos, o que desempenho nesses espaços, e aqui eu não trago a bandeira do partido, aqui eu trago a bandeira dos direitos humanos, então essa incompreensão gera o refluxo dos movimentos, mas assim, as pessoas também estão muito acomodadas com...nós já vencemos a ditadura militar, nós já elegemos um presidente popular, a gente já colocou um partido de esquerda que a gente ajudou a construir, no poder, e por isso nós temos que ter a capacidade de assim de compreender que: primeiro que a gente precisa despertar nas pessoas a utopia, o desejo de gerar coisas novas, de gerar bandeiras novas, a cidade tem essa carência e talvez isso justifique esse marasmo, quando você chega numa cidade do tamanho dessa, com o potencial que tem, você ter um único candidato a prefeito, tem um problema aí, a classe política não tá conseguindo, não é que tenha que se colocar como oposição ao PDT, mas a gente precisa, as pessoas precisam ter a capacidade de sonhar, a utopia não pode acabar, não é possível que a gente não tenha coisas, desejos que a gente não queira experimentar e me incomoda muito isso, a nossa incapacidade de gerar novas demandas, provocar novos desejos, provocar novas fontes de atuação política, de atuação na sociedade, falta essa motivação.

Concretamente quais foram as lutas que o PT gerou junto aos movimentos sociais e o que isso gerou?

O PT teve presença nos grandes momentos da Serra, nas Greves de 79, 80 da construção civil, nas greves dos trabalhadores da CST, na construção de um modelo que rompesse com o que foi no passado, aí na atuação da defesa do orçamento participativo, nós tivemos no início lutas que marcaram muito aqui foram as lutas pela saúde nos anos 80, abertura do Hospital Dório Silva na marra, então nossos militantes estiveram naquele momento, nós tivemos uma participação muito forte nas associações de moradores, inclusive na criação dela e na construção da Federação, aqui nós tivemos uma presença marcante na luta contra o crime organizado, foi um momento que o crime se instalou dentro da estrutura do poder da prefeitura, acho que, então esses são momentos fortes da cidade e que nós tivemos muito presentes, parte do movimento daqui deve ter uns dez anos, movimento em defesa da Serra, movimento da sociedade civil das organizações populares que denunciaram o caos político administrativo no governo de Adalto Martinelli, nós tivemos aqui uma atuação forte no enfrentamento mais recentemente àquela chamada taxa casada, uma taxa de lixo que era cobrada obrigatoriamente na conta de água e tem um conjunto de...e nossa presença forte na conformação do novo sindicalismo, o último deles aqui foi o sindicato dos metalúrgicos, onde tinha um grupo muito forte que dominava o sindicato por muitos anos, numa gestão e numa compreensão

da luta sindical muito ruim então na retomada nós tivemos uma atuação muito forte nisso, então são vários momentos que a gente teve presente aqui.

E essa relação com os movimentos ela se alterou?

Eu acho que os movimentos como eles estão em refluxo eu não diria que alterou, o PT tem sua compreensão, obviamente que esse conjunto de elementos que eu coloquei anterior que geraram uma acomodação, um refluxo do movimento social, eles continuam presentes e ele de certa forma também, o partido tem uma, segue uma... isso provoca um certo distanciamento do partido, agora o partido não alterou a sua concepção, o partido continua defendendo as bandeiras da autonomia, da independência, do fortalecimento dos movimentos sociais, os movimentos sociais como um sujeito social importante na conformação política da cidade, então isso não alterou, o que alterou foi o fato de que com tudo isso que nós já conhecemos, com a ida de uma parcela para o governo, a acomodação dos outros em razão do cansaço, da falta de novas bandeiras, obviamente que isso também traz um refluxo para o partido, eles fazem parte do partido também e o partido precisa tomar ciência disso pra reagir, até que possa ajudar a sociedade a reagir, a perceber que a sociedade precisa se movimentar, a classe política precisa se movimentar, é claro que houveram muitas mudanças, mas a cidade precisa levantar seus instrumentos de organização. E qual o maior risco disso, de você ter um agente público maior do que tudo que tem na cidade e isso é um negócio que cria uma figura onipotente, cria a figura do rei, principalmente porque acho que no Estado nós já temos um elemento delicado, quase um Estado monolítico, onde a figura do governador tem o controle das instituições públicas, as assembleias, tem uma intervenção forte no ministério público que apesar da aliança tríplice que indica o procurador, os mecanismos políticos de intervenção na própria eleição, se nós pegarmos o acordo político feito acaba tutelando o voto do eleitor, definindo a eleição, os arranjos que nós temos em Vitória feito pelo chefe maior do executivo demonstra isso, então nós temos uma classe política que também precisa pensar a sua forma de atuação porque ta fortalecendo uma concepção personalista, com grandes...onde algumas lideranças definem para o resto da cidade, então me preocupa isso porque entendo que a sociedade política, por ela estar aderindo a esse modelo, ela está retrocedendo em sua história, então se a gente não tiver capacidade de perceber e nos movimentarmos imediatamente no sentido de que é preciso mudar essa dinâmica, a gente não cria uma sociedade política, a gente cria alguns personagens na institucionalidade, a gente cria Sérgio Vidigal, a gente cria Paulo Hartung, a gente pode criar João Coser, a gente pode criar Max, mas a gente não cria uma sociedade política, a gente cria alguns personagens e a sociedade socialista democrática que a gente quer, ela tem que reconhecer, valorizar o papel da direção na vida política da cidade e estimular isso e o que se faz hoje não estimula e os estamos criando algumas cidades-estado com seu reino, mais ou menos com território fechado, aqui é do PT, aqui é do PDT, aqui é do PMDB, isso é um retrocesso.

Atualmente como o PT tem encaminhado as suas bandeiras de luta?

O PT define as suas bandeiras, as suas ações num plano nacional que vota um documento geral de orientação, nos encontros estaduais e no encontro municipal, essa é a nossa organização, os diretórios tem o papel de orientar essa política, de como tem que fazer, mas o eixo de nossa ação vai girar em torno dessa proposta central do PT, que é a construção do socialismo, dentro disso as novas bandeiras que nunca nos abandonaram: a reforma agrária, a democracia, a defesa dos trabalhadores e nesse aspecto as políticas mais, mais, não pontuais, aquelas que estão mais no dia-a-dia da população: saúde, educação, habitação, desenvolvimento sustentável, tudo isso o partido tem uma forma de organização. Então nos encontro nacional, estadual e municipal são definidas essas direções, então essa é nossa forma de definir a nossa ação.

Você teria alguma coisa a acrescentar?

Eu acredito, eu acho que tem um desafio pra sociedade política que é preciso romper,... não pode prevalecer esse risco de decidir a cidade pelos grandes acordos vindos de cima pra baixo. Essa coisa de definir esse território é do PT, esse é do PDT, isso não é construção de um projeto, é construção de personagens, de projetos políticos de alguns, de um casuísmo político enorme. A outra coisa é definir quais são as novas bandeiras como forma de oxigenar a organização popular e também da ação política, e eu acho sempre bom afirmar que a cidade precisa, que as pessoas precisam saber que o partido tem um papel, que as organizações da sociedade civil tem seu papel, não pode confundir essas três coisas, cada um tem que cumprir seu papel, eu acho que no momento a gente tem esses três desafios a vencer e eu acho que a gente só dá um salto pra frente se a gente compreender isso e acho que esse momento eleitoral não é um momento muito bom porque o debate da política ta muito distante e até em razão do que se estabeleceu aqui, esse mecanismo de decidir

em que mais ou menos sela o poder de decisão e decide as eleições por antecipação, não dá condição da população atuar enquanto agente político.

LIDERANÇA - MOVIMENTO PELA EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO

ENTREVISTADA: Nildete Virgínia Turra Ferreira

Profissão ou ocupação:

Assistente social aposentada

Como se deu sua inserção no partido?

Eu militava nos movimentos sociais, na época, no movimento popular de bairro. Tinha também um início de inserção na organização sindical da categoria de assistentes sociais, associações de assistentes sociais na época e tinha também uma inserção em movimentos das Comunidade eclesial de base ligada à igreja e a arquidiocese de Vitória e este período muito ainda da ditadura militar em meados da década de 70, 74, 75, 76 e era nesse período, período em que a gente tinha essa inserção nos movimentos e no estado principalmente aqui na Grande Vitória se dava a partir desse espaço da igreja, das comunidades de base, então a gente tinha um grupo que desenvolvia os trabalhos, mais de educação popular, né, mais através do espaço da igreja.. e nós fomos sentindo a necessidade de ter também um trabalho mais independente desse espaço da igreja, mais vinculado mesmo aos movimentos sociais que à época começam a surgir com essa autonomia né, mais desvinculados dos partidos políticos e mesmo da igreja e começavam a ganhar força os movimentos sociais, dos bairros da periferia da Grande Vitória de um modo geral, se organizando em torno de reivindicações mais imediatas na melhoria nos bairros, mas também existiu uma efervescência muito grande dos movimentos de nível nacional que começaram assim surgir, grandes mobilizações de operários, de trabalhadores mais ligados na produção e também movimentos de trabalhadores, de moradia e contra a caristia, então nesse bojo desse movimento maior, de luta inclusive alguns deles incorporavam a luta também pelas liberdades políticas, liberdades democráticas em oposição a ditadura militar que era o regime político nesse período e então nós começamos a sentir necessidade a partir dessa inserção das discussões, das leituras que a gente começou a fazer de uma organização mais política, de uma organização mais independente desse espaço restrito ao espaço da igreja e nesse período então, concomitantemente as discussões se iniciavam ainda muito incipientes sob a perspectiva de formar um partido que seria o Partido dos Trabalhadores, foram discussões que tiveram início em São Paulo no ABC Paulista, nós começamos a ter contato com pessoas que estavam nessas articulações e também com pessoas que militavam, já vinham militando em organizações de esquerda, né, que antecederam e antecederam a existência do PT propriamente dito, né, eram organizações que se reivindicavam marxistas, de matriz marxista, de esquerda, socialistas, comunistas e nestas organizações se incluía o MEP, o Movimento de Emancipação do Proletariado com o qual nós tivemos contato na época através de pessoas que estavam aqui no Estado e que tinham vínculo com esta organização. Essas pessoas... é..., fizeram uma discussão, né, sob essa perspectiva da gente ingressar nessa organização política, que não é um partido, não era um partido, mas uma organização que agregava pessoas que tinham essas características que eu coloquei antes, com essas opções, né, pelo socialismo, por um projeto socialista para o Brasil e foi a convite dessas pessoas que a gente ingressou né, como militantes, fomos recrutados, né.

E essa ligação com a igreja continua?

É, acabou se distanciando. Primeiro porque na articulação do Partido dos Trabalhadores não havia aceitação por parte do grupo no qual a gente estava inserido na Igreja, nessa época, no município da Serra que era um grupo que tinha essa intervenção política a partir da igreja que era composto por agentes de pastorais, o próprio padre da região, não houve aceitação, assim... à opção que fazemos de também ter uma militância partidária. No caso do MEP ela era uma organização clandestina porque não era permitido pela ditadura militar a existência de uma organização que se colocava como de esquerda, revolucionária, anti-capitalista, numa oposição a própria ditadura militar. Então era um período de muito fechamento, né, e todo processo de discussão, de debate, preparando nossa intervenção nos movimentos, nos processos de fundação do PT era feito clandestinamente, porque era permitido reuniões, discussões, né, eram organizações, inclusive que eram perseguidas, seus integrantes, muitos deles eram procurados pela ditadura militar. Parte dessa organização do MEP, no

final, mais ou menos no final, um pouco antes do final da década de 70, não me lembro exatamente qual o ano, mas teve inclusive vários desses companheiros dessas organizações que foram presos e tal, como muitos, de muitas organizações da época. Foi um pouco esse processo.

Qual a sua motivação para entrar?

Foi exatamente porque essa organização defendia um programa e incorporava um projeto de mudança de sociedade com o qual eu me identificava, né, a gente passou a entender que era insuficiente só a luta assim...mais reivindicativa, mais imediata, que era importante lutar por um projeto de transformação, por um projeto estratégico, e que tivesse como inspiração o marxismo, né, a teoria marxista como base, como fundamento, então eu na época, a gente já tinha algumas leituras, algumas discussões, já tinha a formação crítica, participação no movimento foi fazendo com que a gente tivesse uma expectativa de ter uma ação mais arrojada na política, então a organização a gente se identificou com essa

E você participou de outros partidos ou a partir de sua entrada no mep vc continuou seguindo a mesma linha do início?

Foi porque, eu segui daí pra frente uma orientação a partir desse grupo que passou a ser o grupo de referência, então ele foi, a discussão que foi se desenrolando no MEP e em outras organizações também que existiam na época, mas aí vou falar em particular do MEP com o surgimento do partido dos trabalhadores e...foi assim muito acirrada inclusive as discussões internas porque havia inclusive uma parte dos integrantes da organização que entendiam que o partido dos trabalhadores ele tinha um potencial pelas características dele de aglutinar de ter a maioria dos setores dessa esquerda revolucionária investindo na sua construção, de ter uma base operária, popular, de buscar lideranças, representando é..., representantes dos vários movimentos sociais populares no Brasil integrando é, investindo na construção desse partido, um partido com características de massa, mas radicalmente democrático que desde seu manifesto de fundação também se reivindicava socialista, NE, é, em função disso tudo é, havia uma parte, como eu havia disse da organização que defendia inclusive que deveria haver uma diluição da organização no PT, porque o PT é, ele tinha todas as possibilidades de ser construído como um partido dirigente da revolução no Brasil, um partido socialista, e evoluiria nesse sentido, mas havia uma parte da organização e que vamos dizer, venceu esse debate de que é... embora a organização tivesse que investir na fundação do PT e na sua consolidação, né, e que ele tinha sim um potencial para ser um partido revolucionário, para se constituir enquanto tal, mas que era precipitado essa diluição que era importante que esta organização viesse a se manter dentro do PT mas enquanto uma corrente do PT, ela passasse a intervir no PT, assim como ela intervinha também nos movimentos sociais, no movimento popular, no movimento sindical-operário, é ...no entanto buscando intervir pra que o PT, pudesse a vir a ter esse perfil, mas fazendo essa disputa interna, política, mas que devido inclusive a sua heterogeneidade muito grande, por ter segmentos que se reivindicavam socialistas e também marxistas e outros não, a organização deveria ter um perfil um pouco diferente, não como organização independente, mas enquanto corrente manter a sua coesão, a sua organização, então foi a assim que a gente também é, participou nesse processo de fundação e de construção do PT que foi o único partido ao qual eu me filiei, fiquei filiada até dois anos atrás, e quando me desfili do PT, mas foi o único partido ao qual eu aderi a partir dessa perspectiva de que ele pudesse vir a ser um partido com essa opção..., até meados da década de 90 agente tem uma leitura de que essas posições mais da esquerda de transformação do PT, num partido realmente da revolução, um partido socialista, elas tiveram mais equilibradas dentro do PT, em determinados momentos algumas posições nessa perspectiva elas foram vitoriosas nos seus congressos, nos fóruns de debates, de decisão, mas depois de um certo período a partir da segunda metade da década de 90 o PT veio seguindo, tendendo a uma outra perspectiva, a direita, foi havendo todo um processo interno e também externo de intervenção na política, mas internos de desconstituição dos núcleos de base, de uma intervenção organizada dos seus militantes com políticas, para os movimentos sociais, com e nos movimentos sociais, foi havendo um esvaziamento do poder de decisão das suas instâncias, as decisões foram sendo feitas mais restritas a personalidades, a pequenos grupos de poder, que foram se constituindo paralelamente dentro do PT, e então foi se esvaziando enquanto um partido com esses potencial de ser um partido com uma democracia interna, baseada no princípio defendido pelos trabalhadores, de democracia, e tal ele foi se esvaziando disso e acabou na minha avaliação, hoje transformado num partido muito adequado a ordem burguesa, capitalista, principalmente após a eleição de Lula, a primeira e na segunda ficou muito evidente que no período pré-eleitoral, nos períodos que antecederam as primeiras eleições, principalmente houve muita disputa em torno do programa e das alianças que o governo deveria fazer, configurar, deveria conformar, mas já naquele período da eleição do Lula, já houve um rebaixamento das propostas de

programas de governo, pra governar o país, abrindo o partido, já abriu mão de propostas que o partido já historicamente defendia em função de alianças já que estavam sendo feitas com forças mais conservadoras, com essas forças vinculadas ao Bloco Hegemônico no Brasil, então assim, a gente avaliando tudo isso foi, houve uma decisão de desfiliação do PT em função desse descaminho, em relação ao projeto que a gente acredita que é um projeto que tem que ser solidificado, então a trajetória do MEP foi essa, acabou sendo se constituindo numa corrente interna do PT, passou por várias transformações nesse processo desde a constituição do PT até os dias de hoje, se desconstituiu vamos dizer, enquanto MEP dentro daquele, daquela proposta original porque teve várias mudanças em função dessa dinâmica mesmo dessa política, dentro do PT, teve momentos em que houve fusão entre organizações que tinham uma afinidade grande, houve momentos em que... teve alguns momentos que perdas de militantes, mas eu acho que o marco maior desse processo todo foi esse período da fusão em 1985 entre três organizações dessa esquerda revolucionária que sobreviveu a ditadura militar que foi o MEP, o movimento de emancipação do proletariado, a democracia do proletariado e a ala vermelha, então esse processo de fusão resultou numa operação do MEP e passou a ser denominado força socialista também por dentro do PT, ou melhor, o Movimento Comunista Revolucionário (MCR) que depois num processo ... força socialista que já foi em 2004 que também implicou fusão de outros grupos, mais regionais de segmentos organizados de militantes que também se afinavam nesse campo de propostas e finalmente passou a ter uma... nessas mudanças, no período já mais recente a partir de 2004 se constituiu a ação popular socialista, quer dizer, ao longo do tempo o MEP, originalmente com esse nome, com essas características de organização ainda no período da clandestinidade e quando a sua inserção no PT foi passando por várias modificações tendo em vista, essas fusões, esses movimentos que foram acontecendo.

Você consegue visualizar a partir de que momento foi mais característico da passagem do PT para o centro direita ou esquerda do centro, mas seria o período que antecede a primeira eleição do...

Não, eu localizo num período até anterior, um pouco antes, aí nos meados da década de 90 que se deu em torno de eleições sim, em torno dos debates, eleições também, mas não só, se deu em torno de questões também mais estratégicas, no projeto mesmo de sociedade que passa pela questão também eleitoral, das disputas dos espaços institucionais do governo, mas não só havia também muitos embates nessas questões mais centrais estratégicas e claro que a questão eleitoral acaba também tendo destaque nisso tudo porque o próprio PT ele foi dando uma centralidade às questões eleitorais que mudou completamente o eixo de atuação dele, porque ele tinha uma combinação da luta institucional pra ocupar espaços nas instituições estatais no legislativo, no executivo, no municipal, no estadual, no federal e que tinha um outro eixo que era o eixo dos movimentos sociais, populares e havia toda uma formulação do papel estratégico e da centralidade dos movimentos sociais no processo de transformação social, no processo de emancipação social, então assim... o PT foi dando realmente dando uma guinada nisso aí, concentrando suas ações políticas nas disputas eleitorais, toda máquina partidária, suas direções passaram a se concentrar nos processos eleitorais em si e não como em... função dos objetivos das disputas eleitorais que seriam o fortalecimento das organizações, dos movimentos sociais, principalmente, então assim, ele se transformou num partido meramente eleitoral com estratégias eleitorais, políticas de alianças muito semelhantes aos partidos conservadores da direita, essa tradição cultural da política partidária no Brasil, dos partidos ligados aí às elites e deixou de jogar peso na possibilidade de construção dessa nova cultura, passou a reproduzir as relações do partido com a sociedade, do partido conquistado nas disputas eleitorais, o mesmo padrão, o mesmo modelo de relação anterior, então essas rupturas foi assim um processo que a meu ver sempre teve disputas internas entre os setores mais afinados na época com esse projeto e havia também segmentos dentro do partido, aliás... na maior da parte do tempo era bem dividido e esses setores majoritários eram setores que tinham inclusive, esta, majoritários no sentido de que tinham numericamente tinham um peso um pouco maior, mas era um espaço de discussão onde isso era colocado, de discussão democrática, de disputa dessas posições, ao passo que com a desarticulação desses mecanismos e desses espaços da democracia interna, esses debates foram cada vez mais se atrofiando, entendeu e as esquerdas foram cada vez mais sendo isoladas então...o processo eleitoral com a possibilidade de vitória de Lula ele aprofundou isto... então, o último encontro nacional que antecedeu a primeira eleição de Lula a gente participou e a polarização foi muito grande em termos do programa e das alianças porque o campo da esquerda dentro do PT não concordava com uma série de questões que eram levadas pelo setor majoritário, a força majoritária de, corrente dentro do PT, mas que venceu esse encontro. As posições vencedoras foram posições que marcaram ou demarcaram o campo da disputa do governo uma posição a direita, principalmente em função das alianças com os segmentos tradicionais. Então quando o Brasil elegeu

Lula primeiro presidente, operário, vindo da classe trabalhadora com toda essa esperança que o povo alimentou e que segmentos grandes que continuam alimentando de que poderia ser um governo de formação mais radical, de reformas mais radicais, criando condições, não governo socialista, mas que criaram condições pra que os movimentos pudessem se fortalecer mais, que pudessem implementar reformas que viessem a produzir mudanças na vida, melhores condições de vida pra população, mas ao mesmo tempo de criar condições políticas para que o movimento pudesse alavancar, pudesse avançar, infelizmente isso não aconteceu, algumas correntes que se reivindicavam sendo do campo da esquerda permaneceu, porque tem um processo todo que alguns autores estão chamando de transformismo que é uma adesão, setores da esquerda ao projeto hegemônico, dominante, depois o PT, o governo passa a compor o Bloco dominante, ao invés de estar numa posição mesmo com todas essas contradições, esses conflitos, ele cumpria um papel político importante na construção de uma contra-hegemonia, na constituição de um bloco contra-hegemônico, então com essa adesão do PT ele contribuiu para um retrocesso do meu ponto de vista muito grande pro avanço dos movimentos, pro avanço do projeto de esquerda socialista no Brasil, enfraqueceu os setores da esquerda e também movimentos sociais, sindicais, porque muitas das lideranças, a própria central única dos Trabalhadores, sindicatos de ponta importantes, outros movimentos sociais estão completamente na defensiva, não tem uma ação ofensiva, de luta, mobilizadora, para fazer frente as mazelas que continuam ocorrendo porque o modelo econômico permanece o mesmo, a política social em linhas gerais permanece a mesma é uma continuidade de governos anteriores das políticas neoliberais então acabou que...

O histórico do MEP no município da Serra ele se difere do contexto nacional, ou de Vitória, por exemplo, teve uma maior aceitação no município da Serra através dos movimentos sociais, das CEBs ou foi mais ou menos parecido em todas essas realidades da Grande Vitória?

Eu acho que ele foi parecido na Grande Vitória, foi muito semelhante, mas como na Serra já tinha um grupo de militantes do MEP que ingressaram no MEP que se dedicava muito ao movimento popular ao movimento de constituição das associações, da federação das associações, as lutas populares no bairro e também foi na Serra que começaram as primeiras articulações, onde ocorreu a primeira reunião pensando na constituição do PT e por iniciativa dos militantes e das militantes do ME que estavam ali inseridas no movimento da Serra eu acho que ele ganhou mais impulso na Serra devido exatamente a essa vinculação dos seus militantes da mobilização com o movimento de base, com o movimento social com essa construção do movimento a partir da discussão com a base, então assim havia embora a organização fosse, não fosse uma organização legal, mas ela tinha um instrumento legal que era o jornal o companheiro que veiculava as posições sem estar, e tinha também o diálogo com as principais lideranças, grupos de operários, inclusive da oposição sindical, construção civil, metalúrgicos, com quem os militantes do MEP tinham um diálogo político, tinha reuniões de apresentação do que era o MEP em âmbito bem restrito devido ao contexto de repressão e tudo, mas era, ele teve uma característica marcadamente popular na Serra por causa dessa inserção

Qual era o perfil dos militantes do MEP?

O perfil era esse, perfil do movimento popular de bairro, militante do movimento sindical na época de oposições sindicais, e depois a medida em que foram retomando os sindicatos da mão da direita, dos pelegos, das lideranças ligadas ao governo, da ditadura era esse perfil e intelectuais, pessoas de classe média que nem eu, tinham outras, na época jovens engajados na militância política, então era esse o perfil

A organização do partido no município da Serra, como ele se dava, tinha um ponto de encontro, tinha algum centro onde se organizavam?

Não porque era a organização em si, o MEP, como eu disse não tinha uma sede porque tinha o funcionamento clandestino, que não era permitido, mas então as reuniões ocorriam na casa de alguém, com todo um cuidado com a segurança dos militantes para não chamar a atenção da polícia, dos militares, dos órgãos de segurança entre aspas, discrição propriamente, mas assim, a gente fazia as reuniões e na Serra eram núcleos, que a gente chamam de células de bairro, que são grupos que se organizam pra discutir a política, a intervenção no movimento, as resoluções que são tiradas a partir das outras instâncias da organização porque tinha a instância da coordenação estadual, da coordenação nacional e tinha por vezes encontro de militantes em nível estadual e nacional, então também existiam esses núcleos de base que na Serra eram núcleos de perfil bem popular, como operários, moradores de bairros pobres que tinham esse perfil que reuniam junto conosco e era assim militantes que nem sempre alguns não residiam na Serra que faziam um trabalho no bairro educativo, de educação político, inserido no movimento.

Quais as principais bandeiras de luta que o MEP?

Olha só, tinha bandeiras de luta mais imediatas que vamos dizer, incorporava junto com o movimento coletivamente, então eram as lutas tipicamente de melhoria urbana, de infra-estrutura urbana porque coincidia com o período de ocupação urbana na Grande Vitória de muito fluxo migratório, da implantação de grandes projetos de investimento CST, depois Aracruz, esses grandes projetos que atraíram muita gente, proliferou muito, ampliou muito as ocupações completamente sem controle, sem regulação do poder público, sem infra-estrutura nenhuma sem condições nenhuma de habitabilidade dessas pessoas, muitos conjuntos habitacional na lógica lucrativa do capital imobiliário, principalmente na Serra conjuntos muitos isolados NE, com pessoas vindas de várias partes e tal, com uma quebra nesses laços e assim então o movimento popular mesmo de bairro era lutava em torno dessas melhorias no bairro que a gente encampava, mas imediatas mesmo, mas no movimento sindical as lutas por liberdade sindical, pela, pelo desatrelamento dos sindicatos, tutela estatal dos sindicatos, pela melhoria das condições do trabalho, enfim, um conjunto de reivindicações mais imediatas que eram incorporadas e as outras também mais gerais, por liberdade política, por reformas mais radicais na sociedade, nas políticas sociais, as políticas econômicas, enfim, tinha um conjunto de propostas que compunham um programa de lutas mais gerais de democratização, de luta contra a ditadura, e também se incorporava essas lutas mais imediatas combinavam essas coisas, essas bandeiras.

Quais foram as dificuldades para levar essas lutas a frente?

São várias porque é um exercício de participação política que tinha sido reprimido durante a ditadura militar então assim, tinham varias dificuldades, acomodação, o individualismo que as vezes prevalece, as atitudes de conformismo mesmo em relação a essas situação e também os limites que eram colocados pela repressão, os limites políticos que se colocavam nesse período, mas assim era um período muito favorável, muito propício as mobilizações que com o tempo já na década de 80, a década de 80 na verdade permaneceu esse ambiente mais propício a retomada da mobilização, principalmente por causa das greves do ABC que se espalhou por outras partes do país, mas assim na década de 90, isso teve todo um processo de também maiores dificuldades em função das reformas neoliberais, de todo um processo já diferenciado daquele que ocorria no final da década de 70 durante a década de 80, mas concretamente a organização popular, a mobilização popular no dia-a-dia, as pessoas que se propõe a esse trabalho elas tem que ser muito persistentes, requer um esforço renovado a cada dia por mais que as condições sejam favoráveis, as respostas naquela época eram boas d ponto, as facilidades para estar reunindo mais gente levando as reuniões, as assembléias, as mobilizações de rua, isso persistiu a longa parte da década de 80, mas isso requer um trabalho muito grande, requer a dedicação de lideranças de lideranças, de pessoas para estar produzindo material, divulgando, fazendo visitas, então esse processo ele era trabalhoso nesse sentido, a gente tinha frutos, colhia os frutos a participação que era muito mais expressiva do que a gente vê nos dias de hoje, por exemplo, mas isso não significa que não tivesse um empenho muito grande das pessoas que tomavam mais a frente esse trabalho.

E as conquistas, você pode citar algumas conquistas que vocês alcançaram?

Teve conquistas pontuais, em relação a essas melhorias, conquistas mais gerais, eu acho que foi muitas delas conseguiram convergir inclusive na Constituição de 88 no que pese as restrições por ter sido um colégio de, não foi um processo constituinte democrático que como a gente reivindicava, nos moldes que o movimento reivindicava, mas foi um espaço onde houve as disputas pela participação pela inclusão de muitas questões que eu acho que conquistou, fazendo com que elas viessem para o texto da lei, que fossem formalizadas enquanto conquistas democráticas, mais liberdades políticas, nas questões dos direitos sociais, muitas questões foram resultado desse processo de mobilização e pressão popular, as liberdades sindicais, algumas conquistas trabalhistas, essa situação que a gente tem hoje de maior liberdade de reunião, embora ainda a gente assista a muitas restrições, mais assim, ampliou no sentido do avanço mesmo de liberdades e eu atribuo isso a todo esse processo de mobilização da sociedade porque a iniciativas à época tomadas pela ditadura pelos grupos, forças que apoiavam a ditadura mesmo aqueles grupos que se apoiavam na oposição que no fundo estavam juntos e esse bloco de apoio a ditadura, mesmo esses grupos, mesmo essas as mudanças, as iniciativas de distensão política, da tomada a partir desse bloco dominante, elas eram extremamente reguladas, restritas, então tudo que veio que propiciou um avanço maior em termos dessas liberdades políticas e conquistas sociais se deveu a conquista propriamente de um movimento.

Com a relação aos movimentos, você teria mais alguma coisa a falar da relação, por exemplo, da FAMS, do CDDH, você teria alguma informação a acrescentar?

Nesse período ainda não existia essas organizações, ou o movimento de direitos humanos que a gente conhece hoje, existia o movimento pela anistia, que depois claro deu origem também ao movimento de direitos humanos como a gente conhece hoje, a federação das associações, você está falando da Serra, da FAMS, a FAMS também é resultado desse processo na Serra, foi a conquista do movimento popular de bairro a partir da organização das associações culminando nessa integração, nessa unidade das associações, numa federação, porque foi resultado de todo um processo em respeito a época de se ter em âmbito do município uma organização e uma agenda de lutas do município e de romper com aquele isolamento de cada associação em seu bairro cuidando das suas questões de bairro das suas próprias questões e tal, então ali também foi resultado a consolidação de um processo de anos até a descoberta da importância de se organizar as associações nesse formato de federação municipal foi até bastante rápido a medida em que as associações foram se constituindo e foram se ampliando para vários, concomitantemente a isso foi se dando também esse debate, agora na verdade esse papel também o MEP, na época, teve também, o MEP, digamos assim, ele teve um papel através dos militantes que estavam ali inseridos fundamental nessas discussões, nessa importância de ampliar a luta, não só as bandeiras mais imediatas, mas as bandeiras gerais, fazer a articulação entre o imediato e o mais longo prazo, entre as lutas mais gerais, e entre as lutas mais particulares ali do movimento, da articulação não só do movimento popular, mas com o movimento sindical com o movimento dos camponeses, dos sem-terra, dos agricultores familiares que se organizavam na época, toda essa discussão tanto no âmbito da federação, no âmbito do município, do movimento estritamente de bairro, mas também com os outros movimentos e também a discussão da importância do partido político como uma ferramenta de disputa do poder mesmo político na sociedade, no Estado, a importância de se participar dos processos eleitorais de maneira ativa, ocupando esses espaços que tradicionalmente eram ocupados pelas elites econômicas, a importância dos movimentos sociais estarem atuando de forma ativa, tudo isso o MEP teve um papel importante junto as lideranças, junto a esses integrantes do movimento

E com relação ao PCB, como era a relação do PCB com o MEP?

Ele não era um partido organizado na Serra, logo no início ainda nesse espaço das Comunidades Eclesiais de Base e no início da organização dos integrantes de um grupo que veio a se constituir posteriormente como um grupo de militantes do MEP, havia alguns, se não me engano, neste grupo era um participante, mas havia mais alguns que não me lembro qual o número, se eram dois, três talvez, militantes do partido comunista lá, o Partido Comunista aqui nesse período pelo que consta ele tinha uma força maior no interior do movimento estudantil na UFES, em especial, em algumas segmentos pontualmente, segmentos operário e na Serra tinha esses integrantes assim, poucos, muitos poucos, que me lembro, eu não sei se eles tinham uma ação organizada, um deles participava inicialmente desse coletivo que nós constituímos nas Comunidades Eclesiais de Base, de espaço próprio de atuação do movimento, que se deu concomitantemente a esse movimento com o MEP, nesse período tinha um integrante, então a atuação era mais restrita, o que nos distanciava, embora a gente somasse em algumas questões de construção do movimento popular, mas havia diferenças em termos da matriz mesmo política de fundo, já o Partido Comunista que na sua origem tinha uma forte inserção no movimento operário, um projeto transformador socialista, embora com muita influências do pensamento predominante na União Soviética, com as coisas transportadas pra nossa realidade brasileira de uma forma muito mecânica, mas ele tinha, vamos dizer um partido de esquerda que teve uma base operária, popular muito forte, mais pra trás na história, nesse período aí, ele já tava bem descaracterizado no seu projeto ideológico, mais político, com propostas das quais a gente divergia porque havia abandonado uma via revolucionária, a perspectiva de construção do socialismo no país a partir de uma perspectiva socialista, já tava mais caracterizado naquilo que a gente denominava e denomina uma via mais reformista, pacifista, de etapas, que a luta pelo socialismo não é uma luta pra já, primeiro nós temos que cumprir algumas etapas democráticas, pra depois então pensar na construção do socialismo e a gente divergia fundamentalmente nessa questão mais estratégica e era, é, necessário desde já, desde o presente, lutar pela construção de um projeto socialista que não é pra agora, não é... mas você tem que começar a construir desde já, então um programa de mudanças pro país, ele inclui mudanças mais imediatas, que ajudem a melhorar as condições de vida da população, mas também ele já inclui mudanças que terão que a ser pensadas e que terão que ser implementadas dentro de uma perspectiva de construção do socialismo, então assim a gente tinha algumas divergências mais de fundo, embora em alguns movimentos a gente tivesse uma atuação conjunta.

E com relação ao poder público, vocês participavam desse movimento que era clandestino, mas como era essa relação?

Direta, formalmente assim, explicitamente não havia uma relação entre MEP e poder público, havia uma política que era implementada junto com os movimentos numa relação com o poder público que era uma relação de cobrança, de pressão, pra que o poder público desse conta das suas funções, das suas políticas, então assim, a relação pelo que eu percebe do que é hoje, era bastante diferenciada até porque você tinha forças nessa prefeitura, nessa administração que eram forças muito conservadoras mas independente disso o processo de cooptação que tem hoje e de adequação, de adaptação de algumas lideranças nos espaços da prefeitura, não é que não existiam cooptações, mas ela não era da forma como acontece hoje, havia um sentimento assim, mais forte do movimento, das suas principais lideranças de muita autonomia política, ideológica em relação ao Estado e se refletia também na relação mais relação mais direta com a prefeitura. Era mais uma relação de confronto, de enfrentamento, marcada por esses traços do que uma relação de aproximação, muito demarcado a época, não havia essa, esse envolvimento, essa relação assim meio simbiótica que hoje costuma se dar entre os movimentos, determinados movimentos e a prefeitura, e a administração aquele governo que ta administrando naquele momento a prefeitura de atrelamento às vezes que o movimento acaba se submetendo.

Você entende que naquela época havia mais autonomia que hoje e teria mais cooptação?

Com certeza naquela época a relação de dependência era maior, de subordinação, as vezes, a política, eu diria assim, as parcelas da população na época também eram cooptadas nesse sistema de clientelismo de paternalismo, essas práticas populistas, não estou dizendo que não existia, a população mais despolitizada, que ainda não tinha a consciência política, mas assim, hoje eu acho que reproduz mesmo por parte daquelas administrações que se reivindicam progressistas, de perfil diferenciado, do perfil das forças mais de esquerda, mais a direita das forças tradicionais, processos com outros discursos, com discurso mais progressista, mas com práticas muito semelhantes a essas que havia, mas do ponto de vista do movimento organizado eu acho que o movimento era mais autêntico do que esse período.

Você notou alguma diferença do MEP no início e hoje, a sua base ideológica modificou em PSOL ou continua com a mesma base de sociedade?

Não, na essência eu inclusive me mantenho integrada a esse grupo que hoje é a APS (Ação Popular Socialista) que se desvinculou do PT a mais ou menos uns dois anos atrás e que inclusive teve como deliberação a entrada no PSOL, a construção do PSOL, num esforço de construção do PSOL e nesse grupo um diferencial porque acho que nesse grupo com todas as dificuldades, porque é muito complexa, todos os anos de ofensiva neoliberal de ... são vários os fatores que contribuíram para que a esquerda sofresse muitos baques e isso não é só no Brasil, mas no mundo inteiro, a derrocada do projetos socialistas, dos projetos do socialismo real do Leste Europeu, enfim, essas ofensivas neoliberais, o predomínio do pensamento único, todas essas questões eu acho que interferiram muito no movimento de esquerda, mas persiste assim, houve vários grupos, é, continuam persistindo, não abandonaram, não sucumbiram a essa, não aderiram aos projetos da ordem, de manutenção da ordem, apesar de todas as condições adversas, porque não é fácil pra militantes que investiram desde 81 na fundação do PT ou até antes porque participaram do processo de constituição, de criação, até pelo menos dois, três anos atrás, militando, investindo para que este sofresse projetos mantivesse uma coerência e tal, não é fácil, tudo isso afeta muito as pessoas, as organizações, os coletivos de esquerda e tal, mas persistem coletivos que mantêm essa coerência, que mantêm essa perspectiva e pra mim um deles é a APS que tem origem nesse processo, ta lá no MEP, mas que veio se transformando do ponto de vista de adequações a uma dinâmica da luta de classes mesmo, da luta política, do movimento político e foi se renovando não no sentido de se adequar a um projeto da ordem, mas no sentido de se adaptar a esse movimento da luta de classe, da luta dos trabalhadores que passou pela construção do PC, do PSOL que hoje passa também por um esforço de construção do PSOL pra que ele venha a se potencializar nessa perspectiva, então eu acho que no essencial, no seu programa, nos seus objetivos estratégicos, nossos seus objetivos fundamentais de entender que pra que haja uma emancipação mesmo social, política, econômica da sociedade, da maioria, é preciso romper com o capitalismo, é preciso construir um projeto de sociedade socialista que pra isso é preciso acumular forças de mobilização popular, dos trabalhadores, porque são os movimentos sociais e de trabalhadores que tem um papel central nessa mudança porque se não houver essa consciência, essa organização por parte da maioria dos trabalhadores, não vai haver,

porque são eles os protagonistas junto com aqueles também da intelectualidade, do segmento da classe média, que entra em contradições e que optam por aderir um projeto de mudança radical de sociedade, de ter saído do PT porque entendeu que o PT se esgotou enquanto uma alternativa, abandonou a perspectiva do socialismo numa perspectiva, se acomodou a ordem, então assim, pra mim, esse coletivo essa organização política, ela continua tendo essa perspectiva. Hoje atuando no PSOL, porque entende também que um partido com essas características, ele é resultado também da luta dos trabalhadores, ele não sai do céu, pronto, é resultado de uma construção, os movimentos sociais que estão muito desarticulados que estão muito na defensiva, sindical popular, então essa organização entende que os seus militantes devem estar engajados no movimento para impulsioná-los, pra ajudar a construí-los, onde eles foram desconstruídos, a retomar a mobilização, o potencial de luta, então eu diria que por tudo isso e por outras coisas mantém-se essa coerência com aqueles princípios políticos que fez com um grupo de militantes naquela época se constituíssem nessa organização, muitos...muitos abandonaram o barco, outros muitos se integraram a esse processo, muitos que começaram lá no MEP se mantêm até hoje como é meu caso e como é o caso de outras pessoas, então eu acho que é uma construção mesmo, é um processo que continua em curso com avanços e retrocessos, ele não é linear, não adianta, quem acha que é assim, não dá conta porque não é assim, é a luta de classes que vai as vezes recuando e avançando esse processo, então é isso, mas no essencial eu acho que não tem perfeição, não devemos idealizar as organizações, os partidos que também são constituídos por pessoas dentro desse contexto que tá aí com um apelo muito grande, que estão sujeitos a desvios, então há uma série de coisas, mas eu acho que faz parte da luta militante, exatamente esses processos de crítica, de autocrítica, de correção dos rumos e tal, agora tem algumas questões que não dá pra você conciliar, então com essa relação com os caminhos que o PT tomou que você luta, luta, luta até o limite, mas chega no ponto que você faz uma avaliação e você vê que esgotou, ele fez uma opção ou pelo menos as suas correntes majoritárias, os segmentos que compõe majoritariamente o PT, fizeram uma opção política, porque também. Eu respeito muitas pessoas que permanecem, permaneceram no PT militantes que ainda acreditam que é possível ainda resgatar, mas a avaliação que a gente faz é que não, que ele tende, ele já se acomodou numa composição de poder no país que é de certa forma irreversível, então, é um pouco esse raciocínio que a gente faz.

Com relação aos espaços que foram criados a partir da democratização do país, através das lutas, como os conselhos, o orçamento, como você entende isso, você considera esses espaços positivos, você tem alguma ressalva?

Não, eu considero positivo, acho que faz parte da luta por transformações...esse acúmulo de experiência popular da população que inclui as lutas mais independentes do movimento popular, do movimento de luta e passa também pela luta por ocupação de espaços institucionais, assim é...acho que o Estado burguês, capitalista num processo histórico mais avançado ele terá que ser extinto, mas no contexto atual, no estágio atual da luta de classe no Brasil é importantíssimo que os movimentos estejam havendo a luta por dentro, então esses mecanismos do Conselhos, os Conselhos de Direitos, os Conselhos municipais, estaduais, nacionais, conferências temáticas, as conferências setoriais, e outros mecanismos, todas as formas, todos os mecanismos são muito importantes para esse exercício, agora um governo realmente democrático e popular ele eu acho que ele tem que além desses espaços de participação, desses mecanismos, o orçamento participativo, que me esqueci de citar, que eu também considero que é muito importante para que a população esteja discutindo os orçamentos, a aplicação, a execução orçamentária, as políticas públicas nas cidades, nos seus bairros, mas eu acho que alguns desse mecanismos estão muito viciados e acabam não cumprindo esse papel de democratizar esses espaços. Eu acho que um governo democrático-popular comprometido efetivamente com uma participação população que tenha em vista uma construção realmente de um poder popular, ele tem que forjar, ou ele tem que introduzir determinados mecanismos e potencializar esses de modo que não fique nesse nível que a gente observa que tá hoje, que tenha assim, muito restrito, generalizando porque acho que as primeiras experiências de governo democrático-popular que começou em algumas prefeituras, inclusive do PT, esses mecanismos, principalmente o orçamento participativo, eles desempenharam um papel muito importante, não é que tenha se esgotado também, tem algumas prefeituras que continuam adotando e eles constituem-se em organismos importantes, só que eu acho que precisa avançar para além disso, entendeu? Uma experiência que eu considero bastante importante que foi desenvolvido em Belém, o prefeito integra a APS foi do congresso da cidade que a prefeitura de Vitória até fez um esforço no início de replicar aqui adequando aqui a realidade, mas no meu entender não houve, não havia uma decisão de fato política da gestão, foi mais uma questão de iniciativa individual por uma secretaria, mas não havia uma decisão mesmo política de tocar esse projeto da forma e dentro da concepção, com o conceito

que ele foi tocado lá, que tem algumas diferenças assim que são marcantes, uma é que a população, que eu acho que é principal, entendeu? Ela que demarca a diferença, a população ela não é chamada só pra discutir um percentual do orçamento, 10%, 15% pra dizer quais são as prioridades de obras ou de serviços nos seus bairros que isso que normalmente os orçamentos estão fazendo, aqui deve estar em torno de 10, 15%, não sei o quanto que está hoje, mas é até interessante ver qual é o percentual do orçamento que é levado pra ser discutido nas plenárias, nas assembleias do orçamento participativo e mesma na conferência da cidade, acabou sendo introduzido aqui, acho que teve uma, então assim, lá era um processo anual, a conferência um evento para o qual converge todo um processo que é feito de discussão ampla em cada bairro, mas que como eu dizia, tem como assim, como traço que marca esse, a população é chamada para discutir a totalidade do orçamento, os investimentos na cidade, então ela discute essas questões estratégicas, inclusive, da cidade, onde será aplicado? Ela discute os rumos da cidade, a vida da cidade, a dinâmica da cidade, os aspectos estruturais da cidade mesmo que a população tenha a dificuldade inicial, não tenha as informações logo no processo inicial, todas as informações, não tenha essa prática política, essa experiência cultural, é um processo altamente educativo, de educação política porque assim força e a prefeitura ao mesmo tempo vai criando instrumentos e condições e recursos, NE, socializando informações, desvendando certos processos do orçamento e tal, capacitando as lideranças de modo que a população vá cada vez mais se qualificando politicamente e tecnicamente pra fazer esse debate e pra discutir qual o projeto de cidade que ela quer, entendeu? Porque a gente assiste a processos muito invertidos, o prefeito junto com um pequeno grupo, nem sempre abrangendo o conjunto dos secretários decidem lá quais são as obras ou as vezes nem decide porque eles são postos por grupos econômicos que vem de fora, as vezes do capital multinacional investir na cidade, aí ela passa a desenvolver projetos pra dar suporte, infra-estrutura ao desenvolvimento desse capital, desses setores na cidade, e não tem uma ação mais ativa politicamente junto com a população, ainda que a gente saiba que não vai reverter totalmente porque é uma política que tem decisões macropolíticas em nível nacional, internacional, mas é um processo que faz com que a população tome conhecimento das questões mais de fundo! Das cidades e que possibilita a ela ter um posicionamento de fato sobre as grandes questões que envolve a cidade e não: eu quero ficar brigando as vezes com outros bairros porque quero o calçamento da rua tal, avenida tal, escada, é isso também, não é pra ser excluído isso, mas não é só isso, não é isso só que é a participação popular no planejamento da prefeitura, entendeu, que é muito assim os modelos que estão sendo reproduzidos atualmente, então nesse sentido, nesse contexto que eu diria assim, esses instrumentos que você citou são importantes? São! A gente não deve descartar nenhum mecanismo, nenhum espaço que possibilite participação popular, agora que conceito? Dentro de que conceito de participação popular? O que está se entendendo por participação popular, então dentro de um projeto de esquerda, num projeto socialista, as eleições, a disputa eleitoral ela não tem um fim em si mesmo, só faz sentido ser governo de uma prefeitura, um governo nacional se esses espaços estiverem servindo pra potencializar a luta, pra introduzir melhorias sim na condição de vida da população mais imediatas pra estabelecer prioridades pra isso de política pública, mas não é só isso porque numa visão de esquerda as mudanças só vão ocorrer se a população realmente tiver participação política e se construir enquanto poder popular que começa a ser construída dentro da sociedade capitalista mas não se potencializa plenamente dentro do capitalismo porque só vai se potencializar num outro tipo de sociedade onde a maioria, os trabalhadores estarão, vamos dizer, terão o poder político do Estado, podendo assim potencializar o máximo, plenamente o poder popular, mas assim, ou a esquerda a que se propunha a disputar espaços na institucionalidade nos espaços estatais, ou ela tem isso como perspectiva e opera e pratica isso aí, ou ela está fazendo a gestão do Estado conforme ele é, a serviço de elites e tal, está fazendo a gestão da pobreza, não está criando as condições pra que junto com a população esteja sendo gestado um projeto de ruptura mesmo e de superação da pobreza, da desigualdade, então é um pouco essa lógica que eu entendo que tem que ser trabalhada na participação popular também, então muitos desses mecanismos estão sendo usados tanto pelas governos progressistas como pela direita, tem muito governo aí de direita que incorporou todos esses mecanismos e usa o orçamento participativo, os conselhos. Agora, são, inclusive espaços muitos deles conquistados pelos movimentos sociais! As conferências, os conselhos, vários conselhos foram conquistas da luta popular, então a gente não pode descartar, mas como se utiliza? Pra que? Com que finalidade? Ta fortalecendo os movimentos sociais ou ta ajudando a fragilizar, ta cooptando, ajudando a cooptar ou ta ajudando a reforçar um projeto político independente, politicamente, ideologicamente, então essa é uma discussão que a gente costuma fazer e costuma insistir nela.

LIDERANÇAS - PCB

ENTREVISTADOS: Luíz Carlos Bezerra (5a) e Aurélio Carlos Marcos de Moura (5b).

Como se deu sua inserção no PCB?

A minha inserção no PCB foi na década de 70, final da década de 70, 79 por aí assim, por causa de nossa participação no movimento estudantil. Na época o movimento estudantil era muito atuante, organizado, forte, principalmente no Diretório do Centro Biomédico onde eu participava e por incrível que pareça na minha turma de medicina a maioria das pessoas, dos estudantes dessa turma estavam envolvidos na política e nós participávamos na grande maioria dos movimentos da UFES, principalmente desses movimentos, então foi a partir daí. Eu fui convidado, já conhecia, mas não tinha muita noção de como e lendo alguma coisa, participando de alguma coisa, alguns filiados eram filiados e nem sabiam, e a partir daí me filiaram ao PCB, já como um processo quase que natural. Nós participamos de todos esses processos de construção política, não só a nível da Universidade mas contra a ditadura, para o período democrático, movimento das Diretas Já e foi aí nesse processo que se deu nossa entrada no PCB (5a).

E a sua inserção Aurélio, como foi?

Não. Eu fui recrutado. O pessoal do partido ficava observando as pessoas, então determinadas pessoas são indicadas para serem recrutadas, quer dizer, estavam se encaixando dentro do perfil que se queria para se formar um comunista. Ninguém nasce pensando nisso, aí Francisco Ramaldes tava me observando, eu tava no movimento de bairro, tinha uma série de coisas no bairro, aí ele foi me dando material para ir estudando, aí chegou o momento que ele falou assim: na realidade eu sou do Partido Comunista que naquela época era proibido e que me convidou lá pra gente conversar. Ele não escolhia aleatoriamente, tinha que ter uma relação. Aí eu entrei era na década de 80, aí eu conheci Bezerra, Adão, César Colnago, e como eles estavam indo pra Serra pra fazer um movimento lá já designado pelo partido para articular o movimento de bairro, política mesmo dentro do PMDB, o partido era clandestino ainda, aí eu fui recrutado e comecei a trabalhar, me designaram que ia fazer o movimento sindical (5b).

Sua motivação para entrar?

Mudança, mudança. Eu era totalmente contra o militarismo, contra a ditadura militar, então a maior motivação era essa. Segundo, a ideologia mesmo do comunismo, do socialismo. Mais tarde eu tive a oportunidade de ir pra União Soviética, eu era o único que estava tranquilo assim, se por acaso não voltar (risos). Eu estudei lá, fiz cursos, estudos políticos, bem a toque de caixa. Dia inteiro, noite, puxadíssimo, mas dá uma visão excelente do socialismo científico (5b).

E a sua motivação pra entrar?

Pela mudança também. Os movimentos sociais estavam vivenciando um momento importante para a transformação e de luta. E voltando aqui nessa questão da filiação, do recrutamento, tinha a ficha e tudo mais, mas a questão era a seguinte eu estava praticamente envolvido nas ações do partido, sem saber que as pessoas eram do partido eu já estava inserido nas tarefas, as greves, as pichações de muro, as passeatas, as disputas eleitorais na universidade, a participação no PMDB, eu já fazia isso normalmente, então essa questão do recrutamento, da entrada no PMDB foi uma questão de formalidade. Eu me lembro que quem me recrutou foi Paraíba, Paraíba agora é médico em São Paulo. E me lembro de Fernando, Geraldo, Correia, toda essa turma aí que me recrutou. Então a gente já vivia esse processo de mudança dentro da Universidade, da sua transformação, a questão da gestão democrática e pelo fim da ditadura e depois nós, logo em seguida surgiu a oportunidade da gente ir trabalhar aqui na Serra e essa questão de trabalhar aqui na Serra não foi nem uma questão de partido, ah, vocês vão pra Serra! Não! Foi um processo até natural do gosto pelo trabalho lá e nós éramos em quatro: eu, Carlinhos, Adão, Ernesto e César Colnago e a gente foi pra Serra, para as Comunidades Eclesiais de Base, pra desenvolver um trabalho de conscientização na área da saúde, já que na Serra os movimentos sociais já tinham uma Comissão de Saúde ligada a Igreja Católica. Então nós fomos pra Serra para assessorar esse movimento de saúde. Carlinhos Bigode era ligado a Comissão de Justiça e Paz. Aí quando nós chegamos na Serra, nós chegamos via essa Comissão de Saúde, tinha a Pastoral da Saúde, aí nós fomos cada um para um trabalho diferente, assessorar esses movimentos em cada bairro diferente e a partir daí nós fomos tendo uma visão do que era o

movimento, então na Serra estava se iniciando a construção das associações de moradores, de Laranjeiras, Carapina, inúmeras invasões, que a gente chama de ocupações, problemas sociais gravíssimos, um governo muito autoritário aqui na Serra, José Maria Feu Rosa, que não entendia esse negócio, tudo era motivo de cair em cima, então esse movimento foi crescendo a partir da questão da saúde e foi tomando uma visão ampla da saúde. A luta pelo esgoto, posto médico, pela escola, pela luz, pelo ônibus no bairro. Então a gente começou a entender isso como um processo bem maior do que a gente imaginava e aí a gente começou a trabalhar, organizar outras associações, incentivar os moradores a criar as associações de moradores e recrutava (risos). Aí vem a questão política, aí vem a diferença de rumo na questão política e aí que se dava nosso embate com o PT que estava trabalhando nas associações de moradores junto com a gente, mas o embate político-ideológico era bem evidente (5a).

E os conselhos, vocês estavam nos Conselhos e a partir deles vocês mobilizavam a população?

Com a fundação das associações de moradores a gente estimulava, estimulava e não era imposto não, tinha toda uma técnica bem democrática mesmo e isso era um dos grandes problemas que a gente tinha com o PT porque ele tinha uma forma totalmente diferente. A gente ia lá para os bairros, pegava as pessoas que estavam realmente interessadas, discutia com eles a importância de se formar uma associação de moradores e nós fundamos não sei quantas associações de moradores e nós tivemos em determinada fase onde ficamos responsáveis de ir lá atrás da Atlantic Veneer do Brasil, tinha uma vila de operários da empresa que era uma coisa estúpida, então nós começamos trabalhar lá e nós distribuíamos material, panfletos lá na porta da empresa, chegamos a até sair de lá corridos, então tinha muita coisa que a gente fazia na época, mas também nunca nos esquecemos da questão política-partidária na qual nós tínhamos nossas bases, cada núcleo tinha sua base de partido do PCB que vinha discutir as questões daquela região, e a partir daí surgiu a idéia de formar a Federação das associações de moradores e a maioria das nossas reuniões eram realizadas atrás da igreja Nossa Sr^a da Conceição da Serra e no Centro de Treinamento de Carapina, os dois lugares do foco que a gente ia e o pau comia (5b).

Várias associações de moradores foram criadas e muito fortes, cito os exemplos da associação de São Marcos, Vista da Serra, Bairro de Fátima, Eurico Sales, São Diogo, Jardim Limoeiro, tinha aquele menino da construção civil, Marquinho, tinha Novo Horizonte com João Trindade que era comunista mesmo histórico que veio do Nordeste, participou na luta com os camponeses lá, Central do Sossego que depois virou Central Carapina que tinha o Wolmer Nascimento e depois o fortalecimento dessa comissão de saúde, tudo foi um processo que se deu na Federação e também um fator interessante que Aurélio colocou que era o seguinte, como a gente era um partido e muitos militantes que na época os movimentos sociais no estado estavam florescendo, tinha uma grande luta na construção civil e também o pau quebrava e o Wolmer ao mesmo tempo que ele era líder comunitário lá no bairro dele, ele também participava do sindicato da construção civil, então as coisas começavam a se relacionar e não só o Wolmer, mas o PT também tinha muitos sindicalistas que participavam da construção civil da Serra (5a)

E as lideranças, a maioria vinha do movimento estudantil, intelectuais, tinha o Pedro Bussinger, a Vanda que é ex-esposa dele, Brice Bragatto, então são intelectuais que também estão ali no movimento, fundando também. O operariado na verdade era o nosso foco e a gente disputava a hegemonia (5b).

E qual então era a base ideológica do PCB?

Na verdade a gente estudava, nós recebíamos um jornal um jornal chamado Voz da Unidade, as bases tinham que se reunir, lia os editoriais, discutia as questões nacionais, a gente estudava muito, a gente tava afinado. Eu tinha uma agendinha que eu anotava tudo isso, ela desapareceu. Eu me lembro que teve ano que eu não tive praticamente nenhum dia meu livre à noite, todos os dias a gente ia em cada um dos bairros, cada dia num bairro diferente, dia de domingo ia ao Comitê estadual, Comitê municipal (5a).

E como vocês faziam para mobilizar a comunidade vocês iam de boca-a-boca, jornalzinho?

Tinha várias coisas e até cursos a gente fazia, eu fui fazer um curso de comunicação social em São Paulo, ficamos uma semana lá, eu e Geraldo, então para mobilizar esse pessoal nas comunidades

nós tínhamos um jornalzinho e ele era uma luta pra fazer né!, mas a gente fazia e distribuía nesses bairros e comunicávamos as reuniões, colocava os problemas do bairro e a própria necessidade do bairro em si e o embate porque na Serra o Governo do José Maria ele não envolvia muito as comunidades, ele era muito autoritário, os bairros estavam crescendo, crescendo, onde as empresas que se instalaram na serra, a CST, a Vale do Rio Doce, era gente demais e os bairros sem infraestrutura, sem nada e você mobilizava em cima dessas reivindicações, então quando você já tinha um núcleo formado, normalmente as pessoas eram ligadas às Comunidades Eclesiais de Base, as igrejas tinham nesses bairros seus núcleos, as CEBS, então a gente já tinha esses grupos e ia se fazendo em torno daquilo que a comunidade precisava, então nós queremos que um ônibus venha aqui e a gente se reunia em torno da reivindicação de ônibus, ia na Prefeitura, ia no Detran para ver essa questão do ônibus e isso ia sendo a mobilização, tinha muitas dessas questões que a gente batia de frente com o poder municipal mesmo, o poder municipal mesmo que reprimia esses movimentos e na época nós tínhamos um padre que na época batia muito de frente com o nosso prefeito, padre Toninho, é que a Igreja Católica ajudava muito na mobilização, sem dúvida, eram os padres vermelhinhos (risos) e isso foi caminhando para um movimento maior que hoje é a associação dos moradores, aí se tornou uma coisa mais organizada, estimulava outras associações (5a).

E nossa relação com o poder público é uma relação de embate, não tem trégua. Quando o Motta que é do PMDB, ganha de cabo a rabo aqui no Espírito Santo e o Motta é o candidato a prefeito na Serra, nós participamos da eleição que naquele época a gente podia ter dois candidatos do mesmo partido, então O PCB ficou com Geturlino Pimentel, mas o Motta ganhou então a gente ficou tudo junto, então logo no começo o partido foi chamado a assumir a primeira Secretaria de Saúde do município, mas logo, logo, quando chamava pra greve o partido tava lá, partido que era do governo fazendo greve contra o governo, então no Motta não demorou nem um ano e nós achamos ótimo não queríamos mesmo não, queríamos ficar livres mesmo, então no Motta a gente num tinha tanto embate, o Motta ele era um cara que contudo, contudo ele ia às reuniões das associações de moradores, discutia com os moradores, então já houve um certo avanço, uma certa aproximação, depois volta José Maria, aí volta embate completo, depois José Maria morre e daí veio o Adalto e aí não tinha nem como, era totalmente despreparado e todo restante do movimento refletia na figura do prefeito e a gente só vai mesmo começar a ter uma relação amistosa com a administração com Vidigal a partir de 1997 (5b).

Onde eram os espaços que vocês utilizavam para os encontros?

Nós tínhamos nossas reuniões fechadas, Carlinho Bigode tinha uma casa em Jacaraípe e a gente ia pra lá, na minha casa eu trancava a porta do meu quarto e minha mãe olhava assim e tinha um monte de gente chegando e minha mãe: que é isso meu filho e eu dizia, fica fria, fica fria, toda base era acompanhada de um membro de uma comissão, cada base tinha um acompanhamento, logo, logo eu fui mandado pra ficar lá na Comissão Estadual do partido, eu e Nemo, os dois da Serra, então eu fazia reunião com a minha base e também fazia parte do Comitê Estadual. Bezerra era um dos mais atarefados porque tinha a questão da saúde, era médico tinha que trabalhar e fazia movimento o tempo inteiro (5b).

A gente ia na casa de um, na casa de outro até porque os encontros eram clandestinos, nós tínhamos que nos reunir clandestinamente, não podia chegar atrasado, se chegasse atrasado já ficava preocupado se alguém foi preso, tinham 15 minutos de tolerância, 15 minutos e acabou a reunião, cada um ia embora porque podia estar preso e a gente não sabe como é que ia ficar. Depois disso também veio logo a questão da abertura política em 1984, em 1985 (5a).

No começo de 85 nós tivemos um problema ainda quando nosso comitê central do Partido foi todo preso lá em São Paulo, mas aí foi boa a prisão porque aí resolveu o problema de vez e aí o partido consegue sua agenda em definitivo em Junho, Julho de 85 (5b).

Aí nós reuníamos dessa forma, nas associações de moradores tinham as reuniões, toda semana tinha, eu me lembro que em Vista da Serra todo sábado tinha, ou era das associações de moradores ou era das Comunidades Eclesiais de base que eram as mesmas pessoas que estavam lá e cá, aí então tinha as reuniões das Comunidades e tinha que ir, eram as mesmas pessoas e mais um pouquinho e tinha das associações de moradores com a diretoria, moradores que era mais ampla, que as Comunidades Eclesiais de Base era católica e as associações de moradores era mais ampliada, tinha evangélicos e mais gente participava e tinha da Comissão de Saúde e tinha a do partido. Desde que nós fomos pra lá, a política legal era feita dentro do PMDB, só que lá na Serra a

gente tinha uma relação com algumas pessoas do PMDB, mas ainda nós não tínhamos aquela idéia de montar o PMDB na Serra, tinha uns amigos que eram do PMDB histórico eu atuava bem com eles, mas só em 81, 82 é que nós fomos para o PMDB fazer a questão da política partidária (5a)

Foi ótimo porque nós conseguimos alianças e são amigos nosso até hoje e aí sim eles sabiam quem era a gente, somos comunistas e aí nós tivemos o Humberto, Cajuza, o Wantuil Reco, várias personalidades políticas do município, o próprio Motta mesmo que acabaram se aliando com a gente em várias vezes, na questão da associações de moradores e é por isso que nós ganhamos do PT porque nós tínhamos essa outra força, tanto é que a primeira comissão das associações de moradores elegeram uma comissão provisória, o presidente era do PT, mas quando vai para o embate que foi uma coisa maravilhosa, um movimento com três dias de congresso, congresso mesmo, de luta, de discutir ponto por ponto, aí o PCB consegue eleger seu primeiro presidente nosso que foi João Trindade (5b).

Quais foram as principais bandeiras de luta e as principais conquistas que vocês tiveram?

A primeira questão é a questão democrática, na luta pela democracia onde a gente seguia o caminho da conscientização política das pessoas, acho que esse foi um dos principais ganhos, muitas lideranças conformadas e essa questão do respeito, sinceramente até hoje as pessoas respeitam a gente na Serra e na questão mesmo objetiva nós tivemos na própria formação dos movimentos, na formação das associações de moradores, ta marcado na Serra, a Serra é hoje um dos municípios que mais tem associações de moradores, a própria Federação, a própria conquista das obras nos bairros, obras importantes (5a).

Tem uma lei na Serra hoje que quem foi o autor dela foi Edvaldo da Mata que foi aprovada em 1994, 1995, mas que só veio a tomar forma mesmo em 97 quando Sérgio Vidigal assumiu a prefeitura que é o orçamento participativo, mas essa é uma proposição nossa daquela época de lá atrás e hoje é o maior instrumento de participação democrática no município da Serra e ele é resultado de tudo isso que nós colocávamos lá atrás, essa foi uma proposição do PCB, depois abraçado pelo PT e tínhamos muitas divergências numa série de coisas, mais fomos nós e o PTB fez isso lá em Vila Velha e quem levou essa idéia por partido foi o PCB de quem também era aliado (5ª).

E com relação aos Conselhos, vocês tiveram alguma participação?

Não, porque conselho ele está ligado à administração e o PCB não queria nada disso, queria ficar longe, quanto mais longe melhor, então quando foi formado, nem me lembro mais quando foi formado o conselho de educação, mas ele foi formado por determinação federal, legislação federal. Hoje a Serra tem não sei quantos conselhos de cada área, conselhos da educação, da cultura, desenvolvimento urbano,...e isso tudo como parte do processo de participação e isso é o coroamento não só pela determinação federal, a lei hoje exige isso, mas é um ganho, um despertar que a gente fez lá atrás que a gente já lutava por essas questões lá atrás (5b).

Tem dois espaços que acho que marcou muito: um foi a inauguração do pronto-socorro de Carapina. O espaço já tava construído e José Maria tava esperando o momento da eleição para poder abrir e as pessoas estavam morrendo por falta de atendimento médico e ele tava todo equipado. Teve uma abertura de um hospital lá no Rio que teve um movimento de inauguração simbólica do hospital e eu até fui, pra eu ver como funcionava esse negócio de inauguração simbólica e aí nós queríamos que fosse feito na Serra uma inauguração simbólica do pronto-socorro e depois nós fizemos uma manifestação da saúde na Serra onde nós colocamos ali mais de duas, três mil pessoas e na Serra tinha pouca gente na época, eram duas mil pessoas de todos os bairros. Na época nós queríamos chamar o prefeito José Maria, mas na época o pau comia, e eu tenho um irmão que na época dava aula para a filha do José Maria e eu me propus a convidar José Maria, aí fui na casa dele, tomei café, e ele foi, aí pelo tom do discurso ele não gostou, lógico! Depois eu fiquei sem graça, onde ele passava eu passava do outro lado da rua, mas foi importante, foi ali que detonou o processo de discussão na Serra e aí floresceu essa idéia da organização e aí como saldo mesmo do partido na eleição de 82, nós participamos da eleição municipal, conseguimos apoiar algumas candidaturas e conseguimos eleger a maioria dos candidatos que nós apoiamos, dos 11 vereadores da Serra, 06 eram do PMDB (5a).

Haviam projetos políticos que se diferenciavam dentro do partido?

Lá nos nossos autos de ética que eram nosso maior referencial, na questão da pátria, dos trabalhadores, socialismo real, a União Soviética, soviets quer dizer grupamentos são associações, na verdade, e lá tudo funcionava assim soviets de rua, bairros, cidades, são organizações do povo, então por isso União Soviética e na verdade nosso maior sonho era transformar as associações em soviets e nós pegamos gente semi-analfabeta, mas que a gente sabia que tinha um potencial político e foi muito disso e a gente vibrava com isso, a gente pegava o cara ali e ia trabalhando o cara fazendo discurso e tal e a gente ficava orgulhoso e via nesses nosso futuro soviet e nós tínhamos um problema sério porque a gente não podia registrar nada, nosso registro é todo memorial. Eu e Bezerra fizemos um levantamento aí já foi o Comitê Estadual do Partido que nos designou, então eu, ele, Álvaro, mas no final acabou sendo eu e ele que fizemos o trabalho sozinho do levantamento de todos os bens que o partido possuía em sua história aqui no Espírito Santo. O partido tinha casa, tinha valores, tinha imprensa, tinha um jornal chamado folha capixaba, tinha uma máquina de jornal e tem até hoje, o partido tinha uma gráfica aí, por exemplo, teve uma casa que era do ex-secretário de política do partido que foi preso, torturado e aí ele ficou doente pelo resto da vida dele e na tortura ele não conseguiu, ele entregou os companheiros dele, vários companheiros, e o partido naquela época não perdoava isso, ele nunca mais foi aceito dentro do partido e eu fui entrevistar, esse eu fui sozinho, com muito custo eu consegui, eu tinha um amigo nosso que era alfaiate, que me levasse até lá e se a mulher dele soubesse que tinha entrado um comunista na casa dela, ela chamaria a polícia pra prender, de tanto que ela sofreu por causa do marido e tal. Eu e ? fomos a casa de um que era gerente de uma loja de automóvel, a mulher dele falou claramente que não nos queria lá. Nós tivemos também muitos problemas assim, nessa ordem, familiares, mas mesmo assim o que nos diferenciava era a questão ideológica, esse projeto era que nos movia. Na realidade aqui na Serra nós não tínhamos divergências, mas no Estado, aí tinham grupamentos diferenciados, tinham os comunistas mais tradicionais e tinha os comunistas mais liberais chamados de euros, só em Vila Velha e alguns aqui de Vitória. Aí tinha o embate terrível, mas tudo isso servia para o crescimento da gente, o embate era bom (5b).

Isso nesse plano, mas no plano com outras forças tinha muita discussão e na Serra era geral. Como o PT era um partido muito fragmentado com diversas tendências, você ta discutindo com PT. Você ta discutindo várias tendências e na Serra os encaminhamentos, era primeiro uma questão de luta em nível nacional, em nível municipal, se transpor para o plano municipal, tinham questões até pequenas devido a essa diferença de encaminhamento, mas com um volume enorme, a relação com o poder público, nós sempre fomos favoráveis com a conversação com o poder público, mantendo o movimento independente, mas aberto pra conversar, pra discutir, pra propor, pra aceitar e a maioria das pessoas do PT não viam isso com bons olhos. Pega muito a questão com Motta, porque na questão com José Maria ele não aceitava conversar com ninguém, então tava todo mundo do mesmo jeito, agora quando chegou no governo Motta, já deu a possibilidade de sentar com Motta e o PT: não, não, temos que continuar independentes, uma coisas até pequenas, eu me lembro que no congresso da Federação, mas deixamos bem claro, essa questão da relação com o poder público bem clara, o governado era Gerson Camata e nós fomos fazer o congresso e nós fomos convidar o governador pro congresso, I congresso da Federação, pra dar um peso político, vamos convidar o governador e o PT não queria convidar o governador, quer dizer, o governador do estado (5a).

O PT via o poder público como inimigo e aí nós não aceitávamos isso porque nos queríamos debater com o poder público, com o governo do Estado (5b).

E aí o Camata não foi. Nós tivemos que chamar dois deputados um do PT e um do PCB que foi o Alberto Goldman, hoje do PSDB. Quer dizer, era pequeno, mas era grande. O Camata pode ter a posição dele, mas é um cara liberal, aí ele não foi, não chamaram (5a).

A principal divergência era nesse ponto?

Não, era uma delas. A principal mesmo era a ideológica, nós tínhamos uma plataforma ideológica pronta e acabada e o PT como ele disse era uma porção de tendências: LIBELU (Liberdade e Luta), MEP, igreja. As principais lideranças que iam surgindo na Serra era a Brice que hoje está no PSOL, Pedro Bussinger que saiu, não está em nenhum partido, o próprio Gilmar, a Marta que era mais ligada a igreja, tinha mais essa questão PT, igreja. O PCB era homogêneo na Serra, porque ele assentava sua base, e tinha a direção regional do partido, então a gente tinha nossa decisão, foi aprovada essa decisão, então nós tínhamos que cumprir e a gente ganhava sempre deles (risos), quando a gente tinha alguma discordância a gente voltava pra discutir, mas era aquilo a proposta base era reta. Aí quando nós chegávamos lá na mesa, aí vinha o PT da igreja, o PT de não sei o que

lá, tudo bem, até então só tinha o PT e o PCB e a igreja, depois que vieram surgir outras tendências na Serra, o PSB e depois nós fomos seguir nossas vidas, nós nos formamos, aí teve a questão da mudança de partido, cada um foi seguindo seu rumo, o PSB nesse vácuo aí cresceu, o PDT do prefeito também (5a)

Mas o PDT é um aliado nosso desde lá do começo com o próprio Rosenhauen, Naly. O PDT desde seu começo já se tornou nosso aliado (5b).

Como vocês vêem a relação com o poder público no contexto atual, tem trazido resultados positivos?

O partido foi dissolvido logo depois da queda do muro de Berlim e depois por uma questão nacional lá em Brasília, passou alguns meses e o pessoal conseguiu reabrir o partido, pessoas históricas como o Oscar Niemeyer, Ivan Pinheiro e professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um núcleo mais intelectual do partido foi lá em Brasília retomar e deram continuidade ao PCB que considera o dia 22 de março a sua data histórica de fundação no Brasil, mas o PCB continua... partido pequeno, hoje tem uma articulação no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, uma articulação com todos os comunistas, quase todos, inclusive o PSOL tá participando. Eu fui numa dessas reuniões no Rio de Janeiro, achei interessantíssima a idéia e embora tenham hoje vários partidos e tal, então quem foi comunista naquela época nunca vai deixar de ser comunista fácil não, muito difícil, muito difícil, algumas pessoas que se tornaram empresários, a maioria não, Aurélio e Bezerra é bem a média, mas essas pessoas contudo, contudo resguardam essa coisa que foi um dos maiores ensinamentos que nós tivemos (5b)

E tinham outras pessoas que faziam o movimento com a gente sem compromisso com o partido, sem serem filiadas, faziam palestras, mas acabou ali, acabou e tchau e hoje são parlamentares, são prefeitos, o Coutinho, o governador do estado, na época o diretório dos estudantes era Paulo Hartung (5a)

Mas eu quero deixar bem claro pra você que o nosso problema com as administrações elas não eram fruto de interesse nosso de ser contra o poder público como era o PT, as novas divergências eram em decorrência da falta de políticas públicas, era por isso que a gente lutava, então à medida que isso começa a ser colocado como o orçamento participativo no projeto de Sérgio Vidigal, aí nós já não participamos mais disso, embora de longe, eu sou jornalista do jornal da Federação, então desde o primeiro número e até agora, 17, hoje eu não participo da Federação, embora seja jornalista da Federação, é um contrato de trabalho, sou um empregado, trabalho ali dentro, mas o que a gente vê falar é que hoje tá muito assim, você não vê muita diferenciação entre movimento popular, da Federação com prefeitura, se tornou dependente (5b).

Na realidade o orçamento participativo do jeito que está eu sou totalmente contra ele, eu acho que acaba privilegiando os bairros onde tem lideranças com maior força política do que propriamente um bairro que está necessitando, mas como é uma parcela não tão grande do orçamento, esse ano foi 30 milhões e nem fizeram tudo, foi gasto de 15 a 20 milhões só com o orçamento participativo, o resto foi obra do prefeito, então o próprio orçamento participativo precisa se adequar a realidade, tentaram fazer isso agora, não conseguiram, os próprios formadores de opinião da Federação, os presidentes das associações de moradores ficaram com medo de perder sua força e tem uma força política muito grande o orçamento, agora vamos ver com o retorno de Vidigal como é que vai ficar isso, mas o Vidigal tem uma relação muito boa com os movimentos e acaba acontecendo isso de também ficar muito atrelado (5b).

Como vocês vêem a questão da participação popular nas mobilizações populares de hoje?

Aconteceu o seguinte, primeiro o Vidigal na Serra faz dois governos seguidos, consecutivos, faz o prefeito deles, então são doze anos, doze anos de política dando continuidade. Segundo ponto e interessante que é o aumento de participação no governo, seja através dos conselhos, seja pela Federação pelo orçamento participativo com a Assembléia Municipal do orçamento e aí o povo começa a ficar mais próximo e até mesmo com essa embolação com o poder público e essa é uma questão muito importante. Então devido a essas coisas, a Serra vai à medida que o tempo vai passando, vai saneando uma série de problemas que nós tínhamos lá no passado, então Bairro de Fátima, se lutava com a CESAN pra ter água, que não tinha, vai tratando dessa questão, tem um posto médico, tem escola funcionando, o que acontece? Você fica sem uma pauta de reivindicação e

isso faz com que o morador não tenha estímulo pra ir lá para participar. Então eu acho que à medida que as coisas vão acontecendo, vão formando a cidade, tá melhorando muito e isso vai desestimulando também e com isso o movimento perdeu, não procurou se ajustar a esse tempo nosso de agora, um tempo mais de construção, então está necessitando descobrir outros caminhos, outros destinos pra comunidade continuar participativa (5b).

E também não é só as comunidades, o movimento estudantil também, o sindical também, e também tem o fato de na época ter poucos partidos, você tinha o PCB, o PDD que estava ao lado do PMDB também, o PT, então hoje tem mais partidos, então surge uma liderança nova no bairro, logo, logo, ela é cooptada pelo partido, ninguém vai perder essa chance e aí ele entra no partido que está atrelado ao poder público, aí fica com freio de mão puxado, então quem fazia movimento era o PT e hoje ele está no poder, então vamos colocar o pessoal na rua pra quê? Pra falar mal do governo, então as discussões passam a ser de outra forma e não mobilizam tanto, antes as discussões se davam com a questão do orçamento no bairro tal, mas o embate não tem mais, as vezes tem até justificativa, mas não existe, mas você ouve falar de corrupção mas ninguém se envolve mais, fica à nível de mídia só, aí você vê falando do partido tal e aí você vê que aquele partido tem como base de sustentação o governo (5a).

Com relação com outros movimentos vocês tiveram relação com as CEBs, com a FAMS, com os sindicatos?

Nós tivemos movimentos bons com os sindicatos da construção civil que na época era um sindicato forte, não só nós mais o PT também tinha (5a).

Tem alguma coisa que eu não perguntei que vocês gostariam de falar?

Foi uma experiência muito rica e de todos quem continua ainda ligado a esse movimento política somos eu e Bezerra (5b)

LIDERANÇA - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA SERRA

ENTREVISTADA: Vanusa Pétri

Desde quando você participa da FAMS?

Desde 94, 95, por aí.

Como foi a sua inserção no movimento? Já tinha alguma participação em outros movimentos?

Eu participava da associação de moradores do bairro que eu morava que era em Porto Canoa. Aí a gente, como a Federação, ela realiza congressos de dois em dois anos, aí eu fui umas das representantes do meu bairro, do bairro que eu morava nesse congresso na cidade. Aí eu compus, fui compor a diretoria, na época como segunda secretária na chapa, aí eu comecei a participar, me candidatei e já tem muito tempo que estou na direção da entidade.

Você poderia contar bem resumidamente o histórico da FAMS?

Na verdade assim, a Federação, lá antes de mim inclusive, a gente teve um papel assim, a gente tinha todo um contexto na cidade que foi um crescimento, um processo de migração, por conta dessas grandes empresas como CST, Vale, então começou essa densidade demográfica ela começou demandar questões sociais de saúde na época, habitação, moradia do ponto de vista social que não tinha, né, as empresas, tinha sistema de habitação para quem trabalhava efetivamente nas empresas, quem não vinha migrava e até que o processo de construção acabava e depois do processo de desmobilização todos os trabalhadores ficavam na cidade e isso começou a gerar um caos, uma demanda social e na época a gente tinha algumas associações de moradores, cinco aproximadamente e elas se reuniram e formaram a federação, informal ainda, a história nos mostra que a FAMS ficou na média de dois anos informal, mas depois ela se formalizou, se registrou né, e aí começou um processo de mobilização dessas entidades, dessas associações e fomentou também a formação da Federação das Associações de Moradores. Os bairros iam se organizando e tinha a fomentação também em torno das associações daqueles moradores, daquele bairro, daquela região

e a partir daí a Federação, tudo que diz respeito a organização dos bairros, as lutas sociais na cidade, qualquer área, seja meio ambiente, educação, saneamento, etc, a Federação agrega essas entidades e hoje nós temos 126 entidades filiadas, participativas pra debater todas as questões do município, o orçamento participativo, enfim, tudo que diz respeito à cidade a gente discute, nós temos por exemplo, assento em 23 conselhos municipais, no Conselho Gestor do Dório Silva, coordenamos a assembleia municipal do orçamento, temos representação na Agenda 21 do Planejamento estratégico da cidade, então tudo que diz respeito à vida política da cidade a federação participa, esses principalmente.

E como a FAMS se relacionou com os outros movimentos sociais, teve envolvimento com as CEBS?

Teve, mas assim, as CEBS e algumas outras entidades elas existiam, na verdade algumas um pouco depois, mas vão né, mas principalmente as CEBS elas foram assim, eu diria que as responsáveis por esse processo de organização dos movimentos sociais, do movimento popular inclusive. Tem ainda uma relação, quer dizer, essas entidades hoje elas existem no município, mas hoje eu diria que elas estão muito assim, cada uma cuida da sua tarefa, vamos dizer assim, um pouco desarticuladas.

E essa relação com os movimentos, você falou que hoje estão mais desarticulados, mas na época tinha uma maior articulação até mesmo por essa questão dos problemas na época. Como você percebe essas mudanças, o que aconteceu para que esses movimentos fossem se fragmentando?

Eu acho que são muitos fatores, por exemplo, a cidade ela cresceu assim de uma forma assustadora, então na verdade o primeiro momento foi de criar as condições de luta, de organização, de reivindicação, de articulação das entidades, então assim, não tinha nada então vamos a partir da necessidade de que houvesse alguma coisa, algum nível de organização, essas entidades se juntaram, então depois de você o gráfico, vc visualiza o crescimento da população isso também eu acho que contribuiu pra isso porque a partir daí essas entidades elas começam a se organizar mais em torno daquele público que ela representa, por exemplo, a Associação das Mulheres Unidas da Serra ela hoje tem um trabalho mais voltado para esse segmento e a FAMS? A FAMS que eu acho que de todas ainda é a que mais abrange em nível de região geográfica, a nível de quantitativo, então a FAMS trabalha com as suas filiadas que são as associações de moradores. CDDH, trabalha mais essa área dos direitos humanos, então esse é um fator, crescimento demográfico que não consegue dar conta de atuar em todas as áreas a todo tempo. A questão do tipo de gestão eu acho que interferiu porque a partir de uma gestão mais popular com Sérgio Vidigal a partir de 1997 ele abriu mais, ele começou a abrir a gestão pública para a participação desses segmentos, então assim, isso permitiu, eu acho que isso fortaleceu essa prática de que vamos então nos organizar mais em torno de nosso público alvo e as vezes eu acho também que por disputas internas, a gente tem muita disputa política na cidade, muitos partidos políticos, a Federação, por exemplo, é uma entidade muito disputada por todos os partidos. O CDDH é uma instituição controlada politicamente e dirigida por um partido político desde o início desse processo, a AMUS também, a FAMS ela é mais heterogênea se você pegar nossos diretores, não tem um dos diretores nossos que não tenha filiação partidária, as associações de moradores são muito disputadas, então a Serra ela tem uma vida política muito intensa, tudo na Serra é muito disputado, os espaços... então isso eu acho que acaba, por exemplo, eu sou de um partido que não é o partido da Marta, então isso acaba, a pessoa, ah.. se eu fizer isso não vai ser bom pra mim, tem uma vida muito partidária, então isso é uma crítica minha inclusive a esse processo, eu acho que não contribui, mas existe, é uma realidade.

Na época anterior ao Vidigal como é que era a relação com governo Motta, Feu Rosa, como era essa relação FAMS com o poder público?

Eu não peguei essa época não, praticamente direção, pouquíssimo tempo no final do Motta, mas assim era uma relação muito complicada, era uma relação que era um misto de clientelismo onde ele dizia que ia governar com as lideranças, com a população, mas ele o tempo todo tentando sufocar os movimentos, ele marcava eventos, vai ter evento no bairro, aí chegava marcava oito horas começa, ele chegava 9:30 quando o pessoal já foi embora, quer dizer a liderança ficava desgastada, mas ele dizia que foi, então assim, ao mesmo tempo ele tentava trabalhar o planejamento estratégico, as estratégias do governo e não atendia as reivindicações, pra você ter uma idéia nós fazíamos disputando o orçamento participativo e ele nunca cumpriu um investimento, então discutia, passava meses discutindo e na hora de implementar ele botava na gaveta e fazia o que ele queria, fazia uma política junto com os vereadores, então quem fazia as obras era o vereador, ele negociava isso e então era uma gestão...e Vidigal fez uma inversão disso, Vidigal foi mais inteligente que ele, tem até

um vereador que disse que o Vidigal era tão inteligente que ele colocava o movimento numa mão e os vereadores na outra, então ele fez uma...então o Vidigal começou a abrir né, fortalecer os conselhos, começou a executar as obras do orçamento participativo, um processo de abertura que também não deixou de ter, não deixou de atrair lideranças porque, a gente assim...colocar Vidigal no poder foi um projeto nosso, a gente projetou isso, então conseqüentemente isso acarreta alguns resultados, por exemplo, essas lideranças que trabalharam na campanha do Vidigal e que também vieram pro governo, uma parte dela.

Você poderia falar um pouco mais dos pontos positivos e negativos de ter uma ação popular ao lado do poder público?

Eu acho assim...eu penso você precisa... se você tem um projeto pra cidade, você precisa administrar a cidade com as pessoas que tem um projeto, com as pessoas que querem uma cidade diferente... acho que esse sujeito desse processo de mudança da cidade, eles vão participar disso, eu defendo isso, é até difícil falar disso, é tão controverso. Eu acho importante pra cidade, porque você tem lideranças que moram na Serra, você tem lideranças que vivem a cidade, que sabe das dificuldades da cidade, que querem construir uma cidade melhor, tem compromisso com a cidade, por exemplo aquelas lideranças que e você for ver todo dia tá lá no bairro, vivendo o bairro, cuidando do morador, eu acho que essa liderança não tem tanto problema com esse espaço efetivo, então o espaço público. Quais são os aspectos que acho que são ruins? Porque às vezes isso inibe algumas ações, por exemplo, se você tem uma ação e que precisa ser encaminhada lá no bairro, um exemplo assim pra você entender, a associação de moradores que representa os moradores detecta que uma situação não está boa em relação aquele bairro, aí ela precisa se manifestar, mas aquela liderança está localizada ali, no espaço da administração, isso acaba inibindo. É assim sempre? Não! Tem bairros que tem lideranças que trabalham isso muito bem, ministram isso muito bem, que fazem suas manifestações, inclusive tem história de fazer manifestação e até hoje, eu cito até alguns como Nova Carapina, Planalto Serrano, Jardim Carapina, são comunidades que vão pra rua, fecham a rua, Vila Nova de Colares, independente de quem tá lá, de quem representa e tal, então esse é o aspecto ruim que eu acho que acaba muitas vezes inibindo, mas assim, eu ainda acho que os elementos positivos são maiores, tem os dois aspectos, mas eu ainda acho que os elementos positivos são maiores, porque as vezes você pega, por exemplo, agora nós estamos discutindo o programa de governo de Sérgio Vidigal. O programa de governo dele foi construído pela sociedade, eu inclusive coordenei. O que nós fizemos? Nós fizemos plenárias populares onde a população foi pra lá, participou, propôs a partir da sua necessidade, a necessidade de quem tá morando no bairro, que sabe realmente o que ela sente, ela foi dizer o que ela sente, ela foi pra lá e disse.... então você precisa considerar esses elementos pra construir a cidade, então às vezes você pega pessoas que não vivem a cidade, que não sabe da real necessidade da cidade e que estão aqui pra fazer a gestão pública, então nós temos até falado pro prefeito, o futuro prefeito, olha...as pessoas da Serra, as pessoas da comunidade da Serra, então ele coloca de dez secretário, oito moram em Vitória, um exemplo, essa pessoa dá dezoito horas ela vai pra casa, final de semana tá lá em Vitória, ela tá cuidando de Vitória, não tá cuidando da Serra, então assim, por isso que eu acho importante, entendeu? Que as pessoas, elas conheçam a cidade, que elas tenham envolvimento, comprometimento com a cidade, então se você pegar o sistema de ? ele vai entrar no orçamento hoje.

E tinha muita participação?

Teve, a média de participação, foi em cada plenária teve, se não me engano teve quatro plenárias populares, com uma média de participação de 200 pessoas em cada plenária, com as lideranças, a gente não levou para o povão, a gente levou para as lideranças, então teve muita participação, o resultado foi muito bom.

Quem são essas lideranças que fazem parte da FAMS? São moradores que tem ou já tiveram engajamento?

Um pouco são lideranças de bairro, então necessariamente lideranças de bairro, porque nós fizemos um congresso da FAMS, ele é constituído por cinco representantes de cada bairro, então só quem vota, pode ser votado, a pessoa que é eleita no seu bairro pra participar do Congresso, então todos os bairros, então a chapa tem que sair dali, então eles são necessariamente lideranças, o que nós resguardamos nesses cinco? Dois precisam ser diretores da associação de moradores e três preferencialmente da base, porque assim se faz um processo de qualificação do debate e de renovação das lideranças, então nós incentivamos, quer dizer, os dois diretores estão previstos no Estatuto, os três a gente orienta que sejam da base, entendeu? Então eles obrigatoriamente são funcionários do grupo.

Com é a formação das lideranças? Formação política?

Às vezes trabalha com parceria, a gente dá pras lideranças, então essa mulher que eu falei pra ela do curso, o último que nós fizemos, nós fizemos oito módulos, então a gente trabalha o aspecto, do conhecimento, do reconhecimento histórico, primeira coisa é o seguinte: o que que você é? O que é o líder? O que que é os movimentos sociais? A partir de que eles surgiram, qual a história que nos trouxe até aqui hoje nesse contexto histórico hoje? E a partir desse contexto histórico, a partir desse reconhecimento, o que nos cabe? Qual nosso papel, então pra você ter uma idéia o primeiro módulo dos nossos projetos de formação ele era a história dos movimentos sociais na Serra, pra contextualizar. O segundo módulo era os movimentos sociais e sua relação com o poder legislativo, executivo e judiciário, então agora eu sou movimento social e aí? Qual o meu papel na sociedade? Depois a gente recompôs a parte mais técnica, a gente entrou na parte de... o segundo e terceiro módulo eles forma a parte administrativa da entidade, como funda uma associação de moradores? Como fazê-la organizada e como gerir, né, a administração da entidade, atas, documentos, os relatórios, essa relação de comunicação, da oratória, fizemos a formação da produção de material informativo, boletins, jornalzinho comunitário e tal e agora nosso próximo módulo é elaboração de projetos, depois é captação de recursos e outras coisas, uma diversidade de assuntos que envolve a formação das lideranças populares, desde a parte do líder, do conhecimento histórico, até a parte administrativa mesmo, de como anda a cidade, de se organizar, de fazer convênio, parceria, buscar recursos pro bairro, entendeu? A Federação, por exemplo, agora a gente deu entrada no ministério das cidades com um projeto de construção de casas populares, tanto que se der certo a gente vai captar quatro milhões e meio pra construir as casas, mas porque isso? Porque a situação tá totalmente irregular, então é u trabalho com as lideranças, então se você tiver com a documentação toda em dia, você consegue ter maiores investimentos para a qualidade de vida do cidadão.

No período anterior à década de 90 existia todo um movimento de se conseguir infra-estrutura para os bairros e hoje qual tem sido o maior objetivo da FAMS? O que ela almeja pra população serrana?

Antigamente a gente lutava pra remendar o problema, hoje nossa luta é pra não deixar o problema acontecer, então hoje nossa maior meta é discutir com qualidade o planejamento da cidade, então se você não tiver um planejamento aí tem uma determinada região com habitações irregulares que vão demandar saúde, habitação, saneamento, segurança, etc, etc...então o que a Serra trabalhou até agora? A Serra trabalhou para minimizar o caos, minimizou? Um pouco! Tem muita coisa ainda pra ser feita, mas diminuiu do ponto de vista social, então hoje o nosso maior, eu diria pra você, dentro dos debates que nós temos feito nós temos duas metas: uma planejar a cidade, por isso nós estamos discutindo Serra 21 e o PDM, o planejamento da cidade para os próximos dez anos e um dos nossos grandes apelos, inclusive conversando com Sérgio Vidigal que vai ser prefeito a partir de 2009, é que a cidade ela precisa começar a investir no cidadão, na cidadã, investiu muito em infra-estrutura, mas não investiu nos social que é o próprio ser humano, principalmente na questão da habitação, na questão do trabalho e renda, então eu diria pra você hoje que, se a gente conseguir hoje trabalhar nesse sentido nós vamos conseguir uma cidade que vai ter muito menos problemas e que vai investir muito mais no nosso passado, de corrigir esse passado nosso.

Você falou do orçamento participativo, falou dos conselhos, quais foram as conquistas?

Nós tivemos o caso das pedreiras, nós fizemos uma grande luta porque nosso Mestre Álvaro aqui ele era explorado por uma empresa, extraía pedra no Mestre Álvaro, olha que absurdo!, foi através da FAMS que a gente parou, a questão da taxa casada que era uma taxa, quando Motta saiu, no último dia de mandato dele foi aprovado na Câmara dos Vereadores, assim meia noite, um projeto de lei que incluía na conta..todos os moradores da Serra pagavam uma tarifa de coleta de lixo na conta de água, então nós fizemos manifestação, entramos na justiça, então foi a Federação que derrubou a taxa, quando Vidigal entrou tinha aqui na Serra tinha um grupo de aproximadamente vinte pessoas que eram chamados os marajás da Serra, que nós NE, esboçamos um movimento que derrubou esses marajás que levavam uma fatia considerável do orçamento do município, é... a nossa participação em diferentes esferas na cidade como o PPA, Serra 21, que é uma conquista nossa também, a PDM e essa é a primeira vez que está discutindo com a sociedade, isso tudo porque a gente vai, a gente se mobiliza, reivindica se não as coisas não acontece, de uma forma tão...não é tão tranqüila assim não!!!, às vezes, por exemplo, o PDM foi com muita pressão, porque tem um poder econômico na serra muito forte

O PDM começou quando?

Desde o ano passado.

Você viu alguma mudança na participação da população durante esses anos?

Da população? Sempre tem né, uma mudança na participação, eu acho que eu não saberia te dizer qual, se eu disser pra você quantitativo, isso existe. O que a gente tem percebido agora, porque a gente tem feito agora é mudar a metodologia do orçamento participativo, das obras atuais porque agora a gente tem discutido o orçamento pra cidade, o prefeito diz assim: vou dar pra vocês trinta e cinco milhões para vocês investirem em obras, mas nós chegamos num nível de compreensão da participação no movimento que a cidade não comporta mais se for só obras, porque? Porque era aquilo que eu tava te falando, a cidade precisa começar a pensar outras coisas também, a Serra tem um grande nível de violência, mas o que a população discute ou propõe para a segurança? Às vezes você pensa assim, ah..vou fazer meu asfalto, mas você tem ali por baixo do asfalto, moradores que passam fome, né, então é preciso começar pensar essa realidade mais social. Você tem um asfalto, você tem uma praça que se constrói mas você não pode usar porque tem um índice de violência, tem traficantes, então assim, você precisa pensar a cidade como um todo, então esse ano o orçamento vai ter mudanças, então o que eu tenho percebido, eu acho que a mudança de comportamento, mais ou menos como o Estatuto da Criança e do Adolescente tem, ela vem um pouco a partir da gente, das lideranças, então quando as lideranças querem discutir só obras, a comunidade só vai assimilar esse nível de participação, quando você leva pra comunidade discutir projetos, programas, o orçamento total, inclusive a folha do município, você começa um processo de educação, então eu acredito que, eu acho que, eu diria pra você que começou a ter uma mudança de comportamento, mas porque nós puxamos, nós aqui, nós da FAMS, são muitas resistências, sabe?! para que implementássemos quase no sopapo, com as nossas lideranças são muito corporativistas e limitadas até do ponto de vista de visão social, e agora você não vai discutir só os seu bairro, você vai discutir...então você vê que precisa isso pra começar uma mudança de comportamento, então eu acho que existe mudanças, existe!, se observar o perfil do morador na Serra ele muda, a cidade ta crescendo do ponto de vista também qualitativo, de educação, nível de renda, agora da população que participa dessas instâncias elas começaram a mudar mais agora, numa outra visão.

E o boom imobiliário que tem surgido no município, como a FAMS tem se posicionado?

É uma das coisas na serra que mais está nos preocupando, outro dia nós demos entrada no Ministério Público contra um desses empreendimentos que são muitos, a gente tá muito preocupado com isso porque isso gera alguns, muitos, muitas questões negativas para a cidade, você começa a ter um readensamento demográfico de uma população rica, são moradores que vem pra cidade que tem uma renda boa, classe média alta, média média e média alta, tem condomínios altamente luxuosos, então você vai nutrir a cidade de condomínios fechados, quer dizer, particulares, onde não existe vida pública, então você tem uma tendência a privatizar a cidade, você tem uma demanda, por exemplo, ontem nós fizemos uma reunião com a Cesan, o único ponto de pauta foi esse, foi a questão do saneamento básico da cidade. Nós temos hoje uma média de 32 a 40% de saneamento da cidade, você tem aí uma previsão de que nos próximos dez anos uma média de 25 mil unidades, casas na cidade, unidade significa o que? Você multiplica isso por três, quatro membros da família, então tem esses impactos, você tem o impacto ambiental porque esses condomínios eles buscam áreas privilegiadas na cidade. Se você pegar o Boulevard Lagoa, ele ta vendendo a lagoa da cidade junto é tão não sei o quê que vem com a lagoa, essas áreas privilegiadas que tem lagoa, que tem a praia, que tem a vista pro mar, áreas inclusive de preservação, então eu acho que o município ele é muito omissos nisso, eu acho que ele é mais do que omissos, ele compactua, ele permite, então essa é uma das nossas grandes brigas com a prefeitura hoje, porque se nós estamos discutindo o PDM e esses empreendimentos eles aceleram porque nós estamos justamente discutindo PDM, então deixa eu ir logo, porque depois de discutir eu não posso mais, então isso tem trazido muita preocupação, mas nós não estamos omissos não, nós conversamos com o ministério público, fiquei muito preocupada inclusive com a posição do Ministério Público que quase falou assim, ah..pode ir pra casa que isso não dá em nada, conversamos com o prefeito, não o atual, mas futuro com quem entendemos que ele ia assumir esse comprometimento e que esse assunto seja discutido com a sociedade, estamos conversando entre nós, discutindo o plano que é um outro instrumento importante, discutindo com a Cesan com a própria reunião ontem, enfim, com a cidade a gente ta tentando, tem pensado com muita limitação de intervenção.

Ao todo quantas pessoas envolvidas nesse processo de discussão entre lideranças de bairro e pessoas que participam?

Olha tem um grupinho bom, umas seiscentas pessoas participativas na cidade, com grande participação porque tem né, agora não que o pessoal está em campanha, na rua pedindo voto, mas assim, normalmente a FAMS recebe normalmente umas vinte lideranças por dia, que vem aqui às vezes fazer nada, então assim é muito participativa.

Essa questão dos partidos políticos, você disse que dentro da FAMS tem a questão da heterogeneidade, mas como era a relação da FAMS com o PT, com o PCB, até mesmo com o MEP?

Eu não poderia te dizer muito disso não, eu sei que tinham alguns, o principal era o PT, depois o PSB, o PC do B, era a mesma coisa assim. O PSB, o PC do B e do PT, praticamente os primeiros, era assim, os partidos começaram a se formar, ter mais liberdade, BA, BA BA, então a Federação era heterogênea, num nível menor de quantidade porque hoje tem muito mais partidos né, mas se você fizer uma retórica, você vai ver que os partidos são os mesmos, é até difícil entrar um partido novo, por exemplo, PMDB na Federação não existe, PSDB não existe praticamente, então se você olhar a história, o que prevalece é PT, PSB, PDT. Esses partidos que desde o início da história dos movimentos tiveram e continuam, eles tiveram e estão à frente desses movimentos, principal, mas é claro que um PSDB aqui, mas não é a maioria e não é o que dá o campo político .

Essa questão anterior ela era mais voltada para o clientelismo, hoje existe um diálogo mais aberto com o poder público, os movimentos sociais conseguem se relacionar com o poder público de maneira mais aberta?

Eu acho que houve, eu só tenho uma crítica assim, eu sempre questiono o seguinte: o que é efetivamente democrático? Porque por exemplo, não pode me convir eu como gestora pública que a sua participação seja importante até determinado ponto, por exemplo: eu quero o movimento do meu lado pra discutir orçamento participativo, pra coordenar 35 milhões, eu quero a população do meu lado, mas eu não quero abrir para o PDM, não interessa. Eu quero dizer o seguinte: avançou? Avançou!, agora eu tenho uma preocupação com o nível dessa participação, se essa relação é realmente democrática. Eu diria pra você que não! Minha visão, né! Porque deixa muito a desejar, porque eu entendo que a democracia ela tem que ser plena, a participação popular tem que ser plena, então eu preciso dizer, a sociedade como um todo precisa ser ouvida sobre o investimento aqui no município que causa impacto como alguns estão causando, então essa gestão, eu tenho dificuldade em assimilar como efetivamente democrática, então o que me interessa eu abro, mas o resto a decisão é só minha, entendeu?! Então isso pra mim sempre foi assim. Eu tenho muita preocupação com os conselhos, minha questão com os conselhos é que eles exercem um papel de...eles diminuem o impacto entre a sociedade e o poder público, eu acho que eles acabam no fundo fazendo esse papel, porque por exemplo, você tá no conselho municipal de educação, nós temos um representante no conselho, então o que passa por ali, mesmo que eu seja contra, mas eu estou lá representando a sociedade civil, olha o tamanho da responsabilidade e olha o tamanho da representatividade, então assim, ele não é paritário do ponto de vista do nível de representação, então eu tenho um representante no conselho municipal de educação e as escolas particulares da Serra tem um, estou só te dando exemplo porque acho essa questão muito controversa da representatividade. Essas são uma das minhas críticas. Outra crítica, é que eles só se reúnem em horário de expediente, onde o representante do poder público pode ir, mas o meu não pode, ele tá trabalhando, né. Outra questão: eles não interagem com a sociedade, tem dificuldade de interagir e tem outras questões a nível de capacitação, então as vezes você pega um conselho muito técnico, onde o técnico da prefeitura tá lá, o empresário tem o dinheiro pra colocar o técnico lá, mas nós temos nossos representantes que não tem qualificação nenhuma, aí eu acho muito difícil você pegando isso tudo, aí eles ratificam as decisões e dizem não, o movimento popular está representado.

No orçamento participativo você diria que é a mesma coisa?

Não! É diferente, o orçamento somos nós que coordenamos, então a Federação se reúne, a Federação praticamente entrega pra prefeitura o que ela quer, Federação não! sociedade civil, hoje por exemplo, nós estamos em pleno desenvolvimento do orçamento participativo, não sei quantos já fizeram mas... temos um novo mecanismo, nunca teve mas agora temos um questionário que a gente está mandando para as assembleias, então assim, o orçamento a gente dá assim, eu diria que é a FAMS que dá o tom e as outras entidades participam pouco.

Como é esse processo de mobilização? Vocês fazem divulgação anterior?

Nossa relação é com a associação, então nos fizemos uma plenária com todos das associações de moradores, fizemos um seminário em Nova Almeida, entregamos folders com as datas, prazos, tudo direitinho, aí ele sabe que naquele prazo ele tem que reunir os moradores e fazer sua assembléia no bairro, depois ele volta pra cá.

Houveram lutas conjuntas com outros movimentos?

No início, por exemplo, Dório Silva desde o início do processo de Federação, ele foi instalado ali, era uma instalação provisória inclusive, tinha uma demanda aqui na Serra e o hospital fechado, então juntou CEBs, associação de moradores e foi praticamente daí que surgiu a FAMS. Nós tivemos...eu sempre chamo muito o CDDH para participar das nossas questões né, essa questão que eu citei dos marajás, toda a cidade se envolveu né! Então tem algumas atividades que a gente acaba se envolvendo mais do que a outra. Há pouco tempo agente fez uma manifestação na Câmara por causa de um projeto de lei que tava aumentando cargo e salários, então algumas questões aquelas que sensibilizam mais a sociedade, a gente acaba se agregando mais.

E os outros movimento os convidam para participar de suas ações?

Eu acho que não, nós não somos envolvidos, a Federação ela não é convidada a participar das atividades das outras entidades, sempre que tem alguma coisa integrada somos nós que convidamos.

Você percebeu alguma mudança da FAMS desde seu início, a maneira de se organizar, a forma de mobilizar a população?

Na verdade a gente nunca mobilizou entre aspas a população, essa mobilização é muito mais com as lideranças, mas alguns movimentos que a gente faz, é claro que a gente mobiliza a população indiretamente, por exemplo, nós vamos fazer uma manifestação por uma determinada situação, ah...então fulano, você é a nossa liderança do bairro, você mobiliza, chama a população daí pra mim? Ahã aí ele trás o ônibus dele lotado, trás os moradores dele, então a gente faz, então é uma relação quase direta com o morador do bairro. Mas a diferença que eu digo pra você que eu sinto mais dessa ocasião pra agora é a relação com o poder público, ela tá diferente, ela tá uma relação, eu acho assim que a maioria das lideranças já se inseriram num processo das gestões e a relação ela não é mais uma relação conflituosa, de enfrentamento, uma relação de mais discussão, de debate, por exemplo, a gente fez uma audiência aqui na FAMS sobre PDM, ficamos aqui até quase meia noite batendo por que não concordamos com o mapa de zoneamento que apresentaram pra nós, onde a gente entende que tem área verde e eles colocaram como área de expansão urbana, aquelas rosinhas ali, marro, aí nós saímos daqui né, esgotamos o debate, mas não concordamos, aí agora a ASES quer pegar esse plano PDM e jogar pro ano que vem sem discutir com a gente. Então essas coisas, é um enfrentamento que se for necessário também nós vamos pra rua como já fomos em outras situações, vamos pra rua, vamos fazer manifestação, vamos parar ônibus, vamos fazer o que tiver de fazer, inclusive uma das questões que nós estamos discutindo é a questão dos ônibus Terminal de Itacibá, então é assim, é preciso nós vamos fazer, agora nós esgotamos os níveis de diálogo.

LIDERANÇA - CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA

LIDERANÇA: Marta Falqueto

Desde quando você se inseriu no CDDH?

Desde a criação, 1984.

E qual foi a sua motivação para entrar?

Eu fazia parte do movimento de saúde, da Federação das Associações de Moradores, das Comunidades Eclesiais de Base, eu estava na discussão da criação do partido e tinha várias coisas que a gente participava.

Quais são os atores que compunham o CDDH?

O CDDH ele tem a possibilidade de participação tanto de pessoas que já possuem uma vida participativa em alguma outra organização ou pessoas que queiram participar do dia-a-dia dos direitos humanos, membros de igrejas, não tem distinção, qualquer uma delas desde que a pessoa se identifique e busque o CDDH e é estudado junto com a pessoa o que é que a gente faz, se ela estiver interessada ela faz um pedido de inclusão de membro, a primeira diretoria analisa e a assembléia vota e aí se analisa se a pessoa preenche todos os requisitos, tem que ser defensor, não pode ser a favor da pena de morte, não pode ser a favor da prisão perpétua, tem que ser a favor da vida e da dignidade humana. Se a pessoa preenche esses pré-requisitos ela é aceita e tem disponibilidade pra assumir as tarefas, as ações do CDDH.

Qual a base ideológica do CDDH?

O CDDH nasceu logo em seguida que aconteceu o 3º Encontro Nacional dos Movimentos de Direitos Humanos que foi feito em Vitória e aí como era muito ligado à Teologia da Libertação tinha a base no versículo da bíblia do evangelho de João 10, versículo 10: “Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância”, esse foi o motivador principal e logo em seguida os direitos humanos mesmo de forma geral: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os pactos internacionais dos direitos humanos.

A princípio o CDDH não tinha sede, onde ocorriam os encontros?

Era realizado no Centro de Treinamento de Carapina onde a paróquia tinha cedido até a gente ter sede própria, de 84 a 91 nós usamos aqui. Tinha uma média de 15 a 30 participantes que eram membros efetivos.

Como o CDDH mobilizava a população para as lutas que eram travadas?

No início a gente fazia a formação, acolhia as denúncias e encaminhava, se precisasse ir pra imprensa se não ia para as autoridades pra fazer todos esses encaminhamentos, fazer reuniões nos bairros, porque havia muito despejo, muito problema de moradia, de saneamento básico, nas fábricas que envolviam os trabalhadores, categorias de sindicatos se juntavam a essas pessoas, estudava com eles a possibilidade de criação dos sindicatos, daí que nasceram os sindicatos e tinham a reflexão do CDDH e da Pastoral Operária, então as pessoas iam se mobilizando e se organizando nas categorias de sindicatos, das associações de moradores, houve um movimento de luta pela moradia, então assim, tudo isso nasceu da discussão dos direitos humanos e aí as pessoas começavam a se organizar, as associações de mulheres, elas foram se organizando a partir de uma reflexão dos direitos humanos que são os direitos das pessoas. Eram feitos cursos, tinha um que começava em Abril a Julho, todas as quintas feiras, aonde se discutia que sociedade nós queremos, da influência e dos problemas trazidos pelos grandes projetos empresariais, industriais e com é que a gente se organizar pra enfrentar esses problemas. Esse curso tinha uma participação muito grande, geralmente no mínimo o que dava era entre 70, 90 pessoas sempre, então assim, foi um movimento muito interessante, e depois de 90 e quase 2000 teve uma parceria com a Federação das Associações de Moradores, o IDEA, a UFES, o CDDH e a igreja. Era curso de formação dado aos domingos, não eram todos os domingos, era uma vez por mês, o dia inteiro e com as parcerias possibilitava o transporte, a alimentação das pessoas pra poder participar e hoje eu penso que o CDDH da Serra foi se solidificando por causa dessa forma de agir, de capacitar, de formar as pessoas e isso vai contribuir para que as pessoas se organizem em categorias. Se a gente for verificar no livro de presença a quantidade de pessoas que passaram pelo CDDH e foram e não voltaram mais, é muita gente e no início a gente reclamava, poxa, o pessoal vêm, pega, vai embora,

mas depois a gente acabou verificando que as pessoas foram embora, mas não foram vazias, o que elas levaram, permanece, então isso é importante.

Atualmente existe ainda participação da população?

O CDDH passou por um período crítico com poucas pessoas participando, mas foi devido as mudanças que foram acontecendo. Nós tivemos uma participação nas capacitações, nas discussões da Constituinte, da Lei Orgânica Municipal, na criação do Conselho da Criança e do Adolescente, tanto no Conselho de direitos que houve essa oportunidade da criação dos Conselhos Tutelares. A história que o CDDH tem aqui na Serra, ela é muito forte, mas no período onde a questão da democracia possibilitou a participação das pessoas em vários outros níveis, sobrecarregou muitas pessoas, muitos tiveram que fazer a opção de estudar pra poder se preparar melhor, então foram para as academias, para os bancos de escolas e isso diminuiu a participação dessas pessoas no dia-a-dia do CDDH, aí houve essa dificuldade, mas conseguiu se manter com um número menor, mas conseguiu se manter e hoje se amplia o quadro e se vê novamente o seu fortalecimento. Alguns ficaram durante esse tempo, esse período de pouca participação, ficou e seguiu firme pra que hoje o CDDH tenha de novo uma boa participação de pessoas retomando.

Qual a base ideológica?

A defesa da vida, essa é a missão do CDDH

Desde quando você se inseriu no CDDH?

Desde a criação, em 1984.

E qual foi a sua motivação para entrar, você fazia parte de outros movimentos?

Isso, eu fazia parte do movimento saúde, da Federação das Raças Sociais com os moradores das comunidades eclesiais de base e estava na discussão da criação do partido, então tinha várias coisas aí que a gente participava.

Era assim uma militância anterior?

Isso.

Quem faz parte do CDDH? Quais são os atores?

Só, o CDDH, ele tem assim a possibilidade de participação, tanto pessoas é, já de uma vida participativa em alguma outra organização ou pessoas que queiram, despontem, querem participar, vem querer participar no dia a dia da defesa dos direitos humanos. Então podem ser membros de igreja, não tem distinção, qualquer uma delas, desde que a pessoa se identifique, e busque o CDDH, e estudar junto com a pessoa, que é o que a gente faz, e se ela tiver interessada ela pede, faz o pedido de inclusão de membro, a assembléia vota, a primeira diretoria analisa depois leva pra assembléia, e vota e se a pessoa preenche todos os critérios que tem que ter mesmo. Não pode ser a favor da pena da morte, não pode ser a favor de prisão perpétua, essas coisas assim, tem que ser favor da vida e da dignidade humana, com esse espírito. Se a pessoa tem esses pré-requisitos ela é aceita e tem disponibilidade pra assumir as tarefas, as ações do CDDH.

O que embasa o movimento? Qual é a base ideológica do CDDH?

Bom, o CDDH nasceu logo em seguida que aconteceu o terceiro encontro nacional do movimento de direitos humanos, que foi aqui em Vitória. E aí, ele tinha, como era muita gente ligada a teologia da libertação, então tinha o fundamento do versículo da bíblia de João, do evangelho de João, 10, versículo 10: Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância e plenitude, esse foi o motivador principal, e em seguida direitos humanos mesmo, de uma forma geral, a declaração universal dos direitos humanos, todos os pactos internacionais dos direitos humanos.

A princípio o CDDH não tinha uma sede?

Não, era aqui na igreja, era exatamente aqui.

Vocês se reuniam aqui?

Isso era aqui, uma sala que tinha aqui nos centro de treinamento, a paróquia tinha cedido até a gente ter sede própria. Então foi até 91. De 84 a 91 nós nos reuníamos aqui.

Eram muitos membros que participavam?

Era uma média entre 15 a 25, 30 pessoas que eram membros efetivos.

É e nessas questões de mobilização de sociedade, quando tinha alguma questão vocês se organizavam, como é que era essa organização?

Veja só, o que que o CDDH fazia no início: formação, acolhia as denúncias e encaminhava, se precisava de impressa ia, senão ia pras autoridades fazer todo esse encaminhamento. É, fazia reuniões nos bairros, porque havia muito despejo, muitos problemas de moradia, muitos problemas de saneamento básico, problemas nas fábricas, com os trabalhadores e tal. Muitas categorias têm sindicato, então se juntava com essas pessoas e estudava com eles a possibilidade de criação de sindicato, se a cidade em que nasceram tem sindicato, entre a reflexão do CDDH e da pastoral operária. Então as pessoas iam se conscientizando e iam se organizando nas categorias de sindicato ou de associação de moradores, ou de movimentos de luta pela moradia, então tudo isso nasceu da discussão de direitos humanos, o que que era direitos humanos. E aí as pessoas começaram a se organizar, a associação de mulheres, elas foram se organizando a partir de uma reflexão do que são os direitos humanos, o que que são os direitos das pessoas, entendeu?

Hum, foi a partir daí que foi aumentando?

Fazia, isso. Tinha um curso que durava durante de abril a julho, todos as quinta feiras aonde se discutia que sociedade nós queremos a influencia dos grandes projetos, os problemas trazidos pelos grandes projetos empresariais, industriais. É, e aí como é que a gente tinha que se organizar pra enfrentar esses problemas. E era um curso que havia uma participação muito grande. Geralmente o mínimo que dava nas quintas-feiras era 70 pessoas. Mas entre 70 e 90 pessoas sempre, então, assim, foi um período muito interessante. Depois, a partir de 90, até quase 2000, teve uma parceria junto com a Federação das Associações de Moradores, o IDEA, a UFES e o CDDH, e a Igreja. Então era curso de formação dado aos domingos, não era todos domingos, era um domingo por mês, o dia inteiro, e se fazia a formação, essa parceria, então, possibilitava o transporte, alimentação dessas pessoas pra poder participar. E, olha, eu penso assim: que o CDDH, foi se solidificando por causa dessa forma de agir, de capacitar e de formar essas pessoas, que acaba que vai capacitando as pessoas para que elas possam se organizar nas suas categorias. Então se a gente for verificar no livro de presença a quantidade de pessoas que passaram pelo CDDH e foram, não voltaram mais, é muita gente. E no início a gente reclamava, tudo, o pessoal vem, pega, vai embora, mas depois a gente acabou verificando que as pessoas foram embora, mas não foram... o que elas levaram permanece, então isso é importante.

Como é o envolvimento das pessoas hoje?

Olha o CDDH passou um período crítico, com poucas pessoas participando, mas foi devido as mudanças que foram acontecendo. Bom, nós tivemos uma participação ativa nas capacitações, nas discussões da constituinte, da lei orgânica municipal, da criação do conselho da criança e do adolescente, tanto quanto de direito quanto da possibilidade da criação dos Conselhos Tutelares. Então a história que o CDDH tem aqui na Serra ela é muito forte. Mas no período onde a questão da democracia possibilitou a participação das pessoas em vários outros níveis, sobrecarregou essas mesmas pessoas, muitas tiveram que, acharam que era importante estudar pra poder se preparar melhor, então foram para as Academias, para os bancos de escola, e isso então diminuiu a participação dessas pessoas no dia-a-dia do CDDH. E aí, então, houve, assim, uma dificuldade, mas conseguiu se manter, com um número menor, mas conseguiu se manter e hoje, novamente, amplia seus quadros. Vejo, assim, que há, novamente, fortalecimento. O importante foi que quem ficou nesse período de pouca participação, ficou e segurou firme pra que hoje o CDDH, de novo, tenha uma boa participação e estar retomando.

Quais as principais bandeiras que vocês defendiam?

A defesa da vida e da dignidade humana, essa é a missão do CDDH. Aí as bandeiras de luta é a formação, a denúncia da violência que estão aí, encaminhamento, as pessoas têm seus direitos violados, encaminha aonde ele deve estar, quais os órgãos ele deve procurar. E, inclusive, às vezes a gente encaminhando por escrito, dependendo da situação para que seja apurado, alguma investigação que tenha que se feita, reunião com as autoridades, participação nos conselhos pra discussão de políticas públicas pra nós isso é muito importante, ajudar a manter esse espaço democrático, a discutir e encaminhar políticas públicas que venham fazer com que a coletividade tenha mais garantia de direito.

Você falou desses conselhos que vocês tiveram uma participação, quais são as políticas públicas que vocês contribuíram?

Veja só, aqui na Serra praticamente quase todos os conselhos que foram sendo criados teve a participação nossa na discussão, a gente pode não fazer parte de alguns conselhos, nós não temos representantes no conselho de educação, da saúde, mas a discussão da formulação da lei sempre tinha alguém nosso que participava. Conselho das mulheres, da criança e do adolescente, assistente social e por aí, PROCON, conselho do consumidor, da pessoa com deficiência, da juventude, sempre tem alguém que é membro do CDDH que participa e tal. Depois na composição, às vezes a gente não dá conta de mandar representante porque aí é mais difícil, mas a gente sempre tem contribuído questão de segurança pública, dos direitos humanos, tem discutido, tem ajudado a encaminhar aí.

Qual a sua compreensão dos conselhos?

Olha, o que é a minha preocupação com os conselhos...os conselhos são um marco da democracia muito importante que nós temos que valorizar, trabalhar e capacitar os seus representantes no sentido de que eles compreendam a lei que instituiu o conselho, a lei municipal, mas o marco legal que tem linha de constituição federal é toda aquela política pública, qual o papel de cada membro, e pra mim, o importante é que a gente tivesse todos os conselhos como deliberativo que é as políticas públicas discutidas ali, elas fossem implementadas pelos órgãos públicos conforme a definição que o conselho der, porque? Porque senão conselho pra dar conselho só não faz muito sentido, pra nós o importante é que o conselho seja deliberativo, que haja uma participação efetiva da sociedade civil, autônoma, sem a submissão do poder público, sem estar submissa ao poder público, podendo respaldar a reivindicação da sociedade no sentido de que conselheiro ou conselheira tanto do poder público quanto da sociedade civil tem um papel muito importante que vão estar definido política pra uma sociedade toda. Ela pode ter categorias específicas como criança e adolescente, como idoso, como pessoas com deficiência, mas não pode esperar vontade de alguém que prevaleça, mas sim responder as necessidades que aquele coletivo tem.

E com relação ao orçamento participativo?

Pois é, o orçamento participativo ele é um ensaio de participação da sociedade na definição da aplicação dos recursos públicos, por quê? O orçamento participativo hoje implantado, a comunidade só discute as obras que ela quer na sua região, ela não discute o orçamento como um todo, quanto que vai ser aplicado na educação, quanto na saúde. Essa parte a secretaria de planejamento e de finanças administrativo já fazem separado, ela só destina, pelo menos é o que eu sei até agora só se mudou de um tempo pra cá, mas pelo que eu sei só destina para a comunidade, para a associação de moradores deliberar aquele recurso que está separado no orçamento municipal ou estadual ou federal para aquelas ações específicas do bairro pra algumas questões. Então eu sinto que ele é participativo, mas ainda muito aquém de ser um orçamento participativo no seu total, na sua totalidade, mas acho que já é um fardo muito pesado, porque antes o prefeito com seus vereadores definiam aonde eles queriam aplicar e às vezes assumiam obras que não eram o que a comunidade esperava a coletividade daquele local não estava esperando. Mas mesmo assim eu acho que ainda tem muito que avançar, há de vir algum administrador que seja tão audacioso que vá abrir pra que a sociedade civil, principalmente a sociedade civil organizada que debate os problemas sociais possam estar contribuindo mais, eu sinto que há essa associação de moradores que fazem assembleia pra discutir o que que seu o bairro precisa como prioridade, então aí por enquanto é só com essa questão da prioridade. Mas para que a democracia seja plena era importante que esse debate fosse para todo o conjunto orçamentário daquele executivo, daquele poder que tá ali provocando o debate sobre o orçamento.

Como você analisa a década de 80, 90, 2000, essa relação do poder público, ela veio se modificando?

Serra tem uma especificidade, por causa dessa capacitação permanente das lideranças que a gente chamava até de formação de novas lideranças, era a formação de liderança e novas lideranças era o tema dado a esses cursos. Então durante um bom período toda a organização da sociedade civil foi para banir, a luta era para retirar do órgão público aquelas pessoas que não tinham compromisso com a coletividade, o compromisso era mais consigo e com seus grupos, aí esses períodos são períodos bastante fortes onde a participação popular tinha uma autonomia, os partidos políticos considerados de oposição, não haviam ainda uma parceria, não havia um coligado com os outros partidos, e aí então tinha uma autonomia maior. A partir do momento que para vencer esses obstáculos de problemas de corrupção e tal, se juntou, se fez parceria, esses partidos se comprometeram com as administrações, e as lideranças tão sempre ligadas ou filiadas a algum partido. Então assim o que eu até inclusive em algumas reuniões junto à prefeitura tenho colocado é o seguinte: a cooptação de lideranças, o fato de algumas lideranças terem conquistado cargos comissionados junto aos órgãos públicos enfraqueceu os movimentos sociais, por quê? Muitas vezes

as pessoas tinham uma crítica a fazer e tal, mas se sentia insegura com medo de perder o trabalho, então essa necessidade de sobrevivência de algumas pessoas acabaram, não vou dizer nem que elas se entregaram, algumas sim, se entregaram totalmente as administrações, outras se calaram com medo de perder o emprego, então isso foi um período que enfraqueceu muito o movimento social. Com o Vidigal ele teve uma postura mais democrática e o que eu digo assim nós do CDDH não deixamos de participar das atividades, mas nem por isso deixamos também de dizer o que tem que ser dito, também vai dizer que não tinha...então assim eu vejo a mudança exatamente quando? Quando a gente tinha um vereador de partido de oposição que o seu partido não estava coligado com a administração pública, a postura dele e de seus assessores era uma postura de oposição, portanto contribuía na organização dos movimentos sociais para conquistar e para falar contra aquela atitude administrativa que fosse contrária a sociedade e lutar por outras formas. A partir do momento que houve, e eles vão me bater quando ouvirem isso, mas a partir do momento que houve a aliança desse partido ,diminuiu, enfraqueceu essa contribuição, essa colaboração na assessoria de movimentos sociais. Ficou diferente.

Mas eles não vão te bater não, porque todo mundo tá batendo na mesma tecla.

Mas é isso que aconteceu, e aí a gente às vezes até critica forte essa questão, apanha e tal, mas é isso que aconteceu foi, as alianças foram levando as assessorias parlamentares a uma atitude diferente com os movimentos sociais, continuam participando e tudo, mas é diferente.

Já que você falou de movimentos sociais, como se dá a participação destes no fóruns ?

Os fóruns, por exemplo, foram se desmontando, porque fórum é pra algumas questões específicas. Aquelas questões específicas pode não ter sido solucionada para maioria, mas pra alguns que não tem mais interesse vão abandonando e acaba sem sentido o grupo ficar pequeno. Por exemplo, o Fórum Real do espírito Santo ao final ficou a igreja, a OAB e o movimento de direitos humanos. As instituições políticas partidárias todas, os órgãos públicos todos, saíram fora. Aos poucos a própria igreja e a OAB também acharam que não tinham...e aí nós ficamos num movimento sozinhos então não vão ficar aqui sustentando uma organização que não é mais um fórum, então vão falar o que que o movimento tá fazendo. Tentamos criar outros fóruns, até fórum de direitos humanos e tudo, mas não decolou, por quê? Porque os fóruns, eles são mesmo para questões pontuais. O objetivo pra alguns foram atingidos, pra outros não. Mas pra aqueles que foram atingidos, eles vão pra outra frente e abandonam essas. Mas a gente tem ainda agora uma luta contra o exército verde, uma marcha urbana que vai discutir a questão do monocultivo de cana, de eucalipto, de mamona...

Vai acontecer agora?

É, vai acontecer agora em setembro e os grandes projetos industriais, os condomínios fechados, o que que isso influencia na vida do cidadão, da cidadã. Então isso vai acontecer agora, então o CDDH tá participando na construção dessa marcha contra o exército verde. Eu to apostando, acho que vai ser uma coisa importante pra Serra, vai acontecer em Vitória por enquanto, com a intenção de concluir essa marcha no dia 21 de setembro que é o dia internacional de combate ao mono cultivos. É porque mono cultivo degrada o meio ambiente, degrada o solo e a gente pode ver que pode virar um deserto verde mesmo em pouco tempo, porque só irá produzir cana, eucalipto e a gente não come isso.

A gente já teve a instalação de grandes projetos industriais e hoje temos grandes projetos imobiliários...

É uma preocupação nossa porque, a intenção do executivo, do administrativo era atrair pra Serra a classe média, classe média alta. E incentivou a construção de condomínio fechado ao lado dos bolsões, dos bairros pobres. O que vai ser da cidade da Serra em pouco tempo eu não sei, mas o que nos preocupa é que aqueles que têm condições de pagar segurança vão se fechar e a marginalização, o povo excluído irá se sentir ainda mais excluído convivendo com essas duas realidades muito coladas, muito juntas. A região de Laranjeiras, tá sendo invadida por esses condomínios fechados que é uma preocupação pra nós, pra nós como os grandes projetos industriais trouxeram muitos problemas sociais de direitos humanos e de miséria pro município da serra nos anos 60, 70 e 80, que as conseqüências estão aí até hoje, a preocupação é que esses condomínios fechados possam trazer novos problemas para o futuro.

Aí eu estive pensando, na época tinha ainda aquela euforia vinda das organizações no combate da ditadura e tal, isso permaneceu e hoje, como reagir frente a isso, a gente vai

enfrentar novamente uma outra situação, é parecida, mas o movimentos... a sociedade não tá tão mais mobilizada.

Eu penso assim, por exemplo, na época da ditadura a bandeira de luta era comum a todos que era a democracia, combater a ditadura e alcançar a democracia, tudo bem, isso foi muito importante, graças a essas organizações todas que conquistou a democracia. O problema que eu vejo é que a democracia é uma construção permanente que deve ser feita com ética, com princípios e valores que respeitem as diferenças, que os grupos políticos e econômicos, principalmente, têm pra que a democracia funcione de fato, tem que abrir mão do excesso tanto de poder econômico quanto poder político para que todos tenham possibilidade de uma participação efetivamente democrática. Esse processo tá na cabeça de alguns, mas a grande maioria, por exemplo, eu defendo que todo estudante que passa pelas escolas públicas em todos os níveis, deveriam retornar pra a sociedade um tempo de trabalho voluntário como pagamento do tempo que teve..porque quem paga o ensino público é todo mundo, você não tira o dinheiro todo mês pra pagar, mas tira todo dia, todo minuto que você compra alguma coisa você tá pagando imposto e tal. Então assim eu já quase apanhei da minha (xxxxx) quando eu falei isso na sala de aula, por quê? Pra mim, e aí eu não sei estipular quanto tempo deveria prestar esse serviço voluntário, mas o MEC, o ministério de educação, e as unidades de ensino, principalmente, a unidades de ensino superior deveriam discutir uma metodologia e adotar critérios nesse sentido, mas dizem, “ah mas quando faz estágio tá prestando um serviço”, tá prestando um serviço porque o benefício aí é maior pra quem tá fazendo um estágio, quando as pessoas fazem um estágio voluntário, porque a maioria faz estágio e recebe. Então, por exemplo, um médico, tem médico que se forma e nunca faz um serviço, nem um serviço público, vai direto pro seu particular e só pensa na sua posição, no seu ganho e tal. E quando é que ele vai devolver pra sociedade o ensino que ele recebeu? Não foi totalmente gratuito, mas... O economista, porque que não ajuda os bairros, o administrador, a organizar pra gente ter uma sociedade de fato democrática, todo mundo deveria arregaçar as mangas e fazer, mas isso pra mim só acontecerá numa sociedade socialista. Nós infelizmente vivemos numa sociedade capitalista aonde o poder do dinheiro, o poder político, o poder econômico é que manda, então pode mais quem tem mais, quem consegue chega mais alto e em detrimento de uma grande maioria, porque eu falo, nós somos defensores de direitos humanos, não de desejos humanos, não basta o que a gente tem travado com o grande capital, quando é necessário “ah, vocês defende direitos, vocês me defende?” Não, seus direitos, você tem advogado, você tem condições de pagar pela sua defesa, tem grupo que não. Então o CDDH ele nasceu pra ser a voz dos sem voz lá naquela época onde a ditadura não permitia que as pessoas se organizassem, e dar vez aos que não tinham vez. Então estes eram os princípios quando o CDDH nasceu e eu e alguns quem tem assim esta história preserva isso, portanto, eu tenho que defender a vida em primeiro lugar, esse é o principio básico do CDDH, a vida. Depois os direitos a essa vida pra que essas pessoas tenham dignidade, então tudo que for necessário pra que uma pessoa tenha dignidade, agora aquilo que é excesso, eu não me proponho, pode ser até que alguém aqui do CDDH defenda, mas eu não me proponho.

Não tinha pensado por esse lado.

É por que em mim, assim, eu vou falar uma coisa aqui que talvez...mas eu sou uma pessoa que acredito muito nas forças cósmicas. Em Deus, na vida, acho que fui carregada nos braços, já me aconteceram muitos desafios em que, to aqui, to viva. Então assim, acredito piamente na missão que Jesus veio e que eu acho que eu tenho que dar continuidade, é uma questão que, mas aí no caso você tá falando de cristianismo, não, eu sou cristã, faço questão de defender isso e não tenho problema de lidar com pessoas que tenham outro tipo de fé, que todo mundo tem fé em alguma coisa, mesmo que não seja num deus, tem fé, acreditam em alguma coisa senão não sobreviveriam. Eu não tenho dificuldade em lidar com pessoas que acreditam em outro tipo de religião, em outro ser supremo, mas tenho presente em tudo que faço essa..não fico falando por aí porque acho também que a gente não precisa ficar dizendo, mas de vez em quando eu gosto de falar pra todo mundo saber também o que é que me motiva. E eu acredito que Jesus deu a vida pra que a gente compreendesse que não é o poder político, não é o poder econômico, não é o poder financeiro que dá dignidade, é outra coisa, é o respeito, é a fidelidade e é a justiça. Então, é nisso que eu me baseio e quando sinto que to fazendo alguma coisa que parece que não é isso, eu fico quase maluca pra retornar, às vezes a gente também é tentado e senão tiver cuidado a gente cai, o poder de visibilidade, a vaidade, por ser muito chamado, é um problema sério se a gente não se cuida sobre alguns degraus e quando vê cai de boca. O problema é você não olhar que degrau que tá subindo e não vê que tá podre e pisar em falso e cair. Então assim, muita gente me acha muito chata, eu sou extremamente cuidadosa, morro de preocupação, porque também tem 20, 30 anos de luta pra construir uma credibilidade, construir um caminho que é onde as pessoas identificam a gente e aí pra

depois você acabar fazendo alguma coisa “ah, isso é pequeno, vou fazer não tem problema nenhum” quando vai ver o problema...eu espero nunca pisar em falso, mas se acontecer também, humanos nós somos, mas eu apelo muito que os outros me ajudem também, não faço tudo sozinha, tem uma família que me dá apoio, tem os amigos, tem uma rede de amigos que nem eu sei quantos são, quem são, tem também os inimigos eu acho.

Marta, quais foram as maiores dificuldades do CDDH foi enfrentando durante esse tempo de luta?

A gente passou por dificuldades no sentido de pessoas ameaçadas que aí vai gerando um medo coletivo e aí dificulta muitas vezes tomar algumas atitudes, tivemos pessoas que tiveram de sair daqui por causa disso, outras enfrentaram e deram uma esfriada e retomaram depois. Tivemos dificuldades financeiras assim, tivemos momentos que a gente não sabia aonde buscar recursos pra ter a manutenção da sede, teve esse período de evacuação porque as pessoas tiveram que sair pra estudar, pra realizar outros projetos que a gente intensificou o desafio, que nós aprendemos também muito com isso. Eu acho que às vezes a gente se depara com situações desafiadoras que a gente não consegue encontrar caminhos pra solucionar. O aumento da violência na Serra é um desafio muito grande até hoje pro CDDH, desde que ele nasceu, a gente ainda tem que entender qual é o papel do CDDH nesse desafio, que a gente ainda não conseguiu dizer que mais que a gente pode conseguir pra diminuir a violência, pra mim esse é um desafio que permanece.

Vocês lutaram contra o crime organizado?

Pois é, a gente, nós assinamos juntos com ministério público federal a dissolução, nós fizemos com o CDDH parte de uma comissão especial de inquéritos administrativos pra estudar o crime organizado, fizemos parte do Fórum Real do Espírito Santo, fizemos parte da campanha nacional de combate a impunidade, de erradicação da tortura, até hoje o comitê de erradicação da tortura é sediado no CDDH. O Fórum de economia solidária, porque nós compreendemos os direitos humanos como econômicos, sociais, culturais, ambientais. Então essa possibilidade de criar novas formas de geração de trabalho e renda é necessária pra mudar esse jeito de ver o capital, como ele influencia ou como o mercado e o capital têm influenciado, inclusive, propostas de alternativas de economia e renda, de geração de trabalho. Então assim, são desafios. Agora pra mim o desafio maior continua sendo a violência. A gente não deu conta de entender esse fenômeno pra ver que ações precisam mais ser feitas com a sociedade civil, tem as ações específicas e tal. Nós apostamos na capacitação de professores, de diretores, de todos os profissionais da educação, que entendeu que se a escola trabalha transversalmente os direitos, aqueles jovens, aquelas pessoas que passam pela comunidade escolar vão multiplicar isso na sua casa, na sociedade como um todo. Mas, infelizmente, a secretaria de educação não entendeu, foi feito um ano e nós não conseguimos fazer mais. Fazemos periodicamente quando aquelas escolas convidam e a gente vai, mas não conseguimos manter esse projeto como um programa de capacitação que era o que a gente desejava, quem sabe ainda venha a acontecer, porque é também uma forma de diminuir a violência, à medida que você na formação, na educação vai trabalhando critérios de valores, de valores éticos, morais, valores de vida mesmo.

E a relação do CDDH com os partidos políticos, no caso com o PT, PCB?

A gente teve um período assim que por causa da postura dos militantes de direitos humanos, outros partidos nem se aforavam em reivindicar, perdemos inclusive, foi difícil, mas hoje é bem do CDDH, claro que ele se identifica mais, o CDDH foi composto por pessoas que ajudaram na construção do partido, então se identificou mais com o PT. Mas nós temos pessoas de outros partidos que participam, não sei nem te dizer quais são os partidos que hoje tem lá, tem nas organizações de direitos humanos por aí. Tem PCB, PSDB, tem gente do PCdoB, do PSOL, não digo CDDH sozinho, mas nas organizações de direitos humanos. Independente disso eu acho que a relação já foi mais específica no CDDH da Serra, hoje não, hoje não tem essa relação, as pessoas participam de partidos, mas isso não é levado pra dentro, antes até criava problema com essa questão, porque às vezes, as pessoas confundiam uma coisa e outra e levava discussão pra dentro da entidade, e problemas gerados em outros ambientes eram levados pra dentro da entidade. Hoje eu não percebo isso, até porque se alguém se afora a fazer esse tipo de debate é cortado e é pedido que se faça essa discussão partidária fora do ambiente do CDDH, então hoje em dia esse problema é... pelo menos eu não tenho percebido em nós não.

Uma vez eu tava vendo um vídeo, você falando, você tinha uma resistência com relação à parceria com empresas, você podia falar um pouquinho disso?

É porque a gente nasceu, na certa, das grandes empresas que vieram e trouxeram problemas, talvez se elas não tivessem vindo, vinham problemas de outras ordens, mas os problemas maiores que o CDDH enfrentou na Serra, CDDH e as outras organizações, a igreja e tal. Eram problemas de despejo, porque as pessoas vinham, porque os grandes projetos ofereciam trabalho chegavam aqui, as pessoas não encontravam, mas também não tinham como voltar e iam se aglomerando nas periferias. E a gente sempre entendeu que as grandes empresas exploram o trabalhador, mesmo que remunerem uma melhor que a outra, mas ela não deixa de explorar porque o lucro dela é garantido e em grande escala. Então como é que você vai fazer em termo de parceria com uma empresa, que você entende que tem que denunciar quando ela viola os direitos. Bom, essa resistência aconteceu, acontece, nós temos ainda dificuldades, embora temos financiamento no nosso projeto de empresa, porém, se nós temos que ir pro embate com ela, com essa empresa, porque ela violou algum direito, nós já fizemos isso, nós faremos novamente se for necessário, a gente vai pro debate, como a gente foi com a construção civil quando foi ampliado, teve a 2º etapa, a 3º etapa e que houve problemas de ordem trabalhista e nós fomos juntos com esses trabalhadores reivindicar os direitos deles e falamos direito é direito. Então acho assim que a gente tem que superar isso, só que as empresas que fizerem parceria com alguma entidade não pode, no nosso caso, a gente não permite que eles usem nosso nome pra dizer que estão fazendo a responsabilidade social, os problemas maiores ainda continuam aí, a gente tem feito essas cobranças a essas empresas diretamente.

Em termo de parceria, eles não colocam o nome da entidade?

Não, eles não podem fazer propaganda. Você pode ver que eles podem fazer propaganda, mas o nome do CDDH não aparece. Nós colocamos o nome da empresa nos nossos folders porque a gente acha também que tem que reconhecer que eles têm uma participação, a gente relutou muito, mas colocou nos últimos materiais que nós fizemos. Mas a empresa não pode fazer propaganda dela dizendo que...bom ela pode até fazer, mas só que a gente não ta sabendo, se ta fazendo a gente não ta sabendo. Embora em termo de parceria essa cláusula ta colocada como que a gente permita, mas na conversa...e aí ta sendo respeitado, eu vejo, por exemplo, na propaganda dessas empresas outros projetos que eles financiam, aparecem fotos e tal, mas eu não vi do CDDH, pode ser que eu não tenha visto mas tenha aparecido. Mas não ta sendo usado, se é, é bem, é crédito que a gente não ta...não é uma coisa de ostentação.

É, assim, na sua trajetória, você tem percebido que tem aumentado o número de ONGs, como vocês vêem? Como algo positivo? Tem trazido benefícios para a sociedade?A partir da sua opinião.

Não, veja só, eu acho que a organização da sociedade é imprescindível, nas categorias. A minha preocupação é a falta de articulação e mobilização, quer dizer, é uma rede de fato, a preocupação é quando essas organizações se isolam, cuidando apenas do seu projeto. Então eu acho que é importantíssima a organização da sociedade, o que falta é a gente conseguir fazer com que isso se transforme em rede. E têm algumas bem entrelaçadas dando apoio a projetos, a aplicação de políticas públicas, que ainda falta muito e tal, mas já há bom princípio aí na área da criança e do adolescente, já existe um ensaio de rede na questão da violência contra a mulher também, na proteção a política de testemunha, quer dizer, são umas redes que não parecem, mas que quando há necessidade se pode contar, mas elas precisam ser melhor articuladas. Mas eu vejo com bons olhos a organização da sociedade, acho que tem que ter, é diferente, tem um jeito diferente, sim, mas ninguém tem que ser igual, a gente tem que entender a pluralidade, a diversidade.

É porque tem essa questão de estar, de certo modo, atrelado ao poder público.

É, têm essas que nascem propriamente atreladas, mas também ta nascendo muita organização que não tem essa finalidade.

LIDERANÇA - ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES UNIDAS DA SERRA

ENTREVISTADA: ZENILDA FERNANDES PINTO VALE

A AMUS surgiu na década de 80, Zenilda?

Entrevistada: Não, os primeiros grupos de mulheres da AMUS, eles surgiram na década de 70 ainda, 76, 77. Já tinha grupo de mulheres na época em que a gente ainda estava sob todas as regras da ditadura militar e os grupos de mulheres já começavam a nascer. E eles vieram justamente porque o município da serra era um município em crescimento, né a CST estava nascendo, as grandes indústrias chegando aqui na região. Muita gente vindo do interior mudando para cá, vindo morar aqui, num município sem infra-estrutura nenhuma, então os maridos iam trabalhar fora e as mulheres ficavam em casa, não tinha escola, não tinha creche nem pensar, não tinha estrutura, o lixo não era recolhido. Era uma prefeitura que não tinha nenhum tipo de serviço. Aí o que aconteceu: as mulheres começaram a se reunir nos bairros e cobrar melhoria para o bairro. Reunia para cobrar creche, cobrar escola, cobrar recolhimento do lixo, cobrar calçamento. Desde o princípio eram as políticas públicas que norteavam nosso trabalho. Até aí a AMUS ainda não existia.

Eram pessoas simples, de família?

Pessoas simples, dona de casa, pessoas físicas. A gente se reunia nas igrejas. A base que nos acolhia era a comunidade.

As CEBs?

As comunidades eclesiais de base, exatamente as CEBs. Então durante muitos anos foi assim que aconteceu, e a gente com muito trabalho solidário. Quando algum outro grupo tava na luta qualquer, a gente juntava a ele para fortalecer a luta e funcionava assim nos primeiros tempos e foi assim que tudo começou. Quando os trabalhadores estavam em greve ou estavam lutando por alguma melhoria de condição de vida, a gente dava sustentação pra eles, quando estavam paralisados. Então a gente fazia comida, levava remédio cuidava daqueles que estavam vivendo uma experiência libertadora, uma experiência de mudança. Com o passar do tempo, a partir de 90, final dos anos 80, foi que a gente sentiu a necessidade de se transformar numa entidade mais oficial. Porque todo nosso trabalho ficava perdido na medida em que a gente não era uma organização, então a gente não tinha CNPJ, não tinha nada disso, aí veio a idéia então de a gente fazer uma associação porque assim ela poderia responder pelos seus atos e a sua demanda e aí em 92 foi que nasceu a AMUS, associação de mulheres. Quando ela nasceu, quando ela se tornou associação, aí então ela começou a comportar outras mulheres ligada ao grupo que ia na igreja mas também mulheres de outras religiões, sem religião nenhuma, em todo canto tinha afinidade com aquele tipo de luta ou de reivindicação vinha para AMUS. Os grupos de mulheres reuniam nos bairros. Representantes dos grupos iam para a reunião da associação, discutia as demandas e voltava para o bairro de novo. Assim acontecia e aí a gente criou dentro da própria AMUS algumas demandas discursivas. Uma delas é que a gente via que as mulheres não trabalhavam fora na época. Os maridos trabalhavam e elas ficavam cuidando dos filhos não tinham nenhum tipo de independência, por que hoje, hoje não, desde sempre a independência passa muito pelo financeiro, como elas não trabalhavam não tinham o dinheiro delas e não tinha independência nenhuma. Então para elas pagarem passagem para irem daqui ali tinha que ter um dinheiro que o marido dava. Foi aí que a gente começou a pensar nas oficinas de capacitação que ensinava a elas a fazer alguma coisa. Elas aprendiam artesanato, trabalhos manuais. No passado agente fez aqui vários cursos de cabeleireiro, manicure, para que elas aprendessem alguma profissão, uma forma de ganhar o próprio dinheiro delas e isso nós fazemos até hoje. Aqui acontece várias oficinas esse ano agora estamos com um projeto para executar. Estamos só esperando o recurso financeiro chegar e eu espero que dentro de 40 a 50 dias já esteja acontecendo e desta vez a gente está trazendo cursos profissionalizantes e vão fazer curso de, para... não, não é nessa linha – ano passado tivemos de costura, peças íntimas, - esse ano não, os cursos que estão vindo esse ano são de frentista, profissionalizante mesmo para elas irem para o mercado. De frentista, de depilação. Vamos dar um curso de depilação, Deixa ver qual outro. Vamos dar um de bombons e trufas. Ensinar elas a fazer doces finos. Então são vários cursos nessa linha mais para elas irem para o mercado oficial de trabalho. Então essas demandas acontecem até hoje, até hoje desde 90, quero dizer, nós estamos em 2009, já temos 19 anos que o trabalho acontece dentro deste nível. A gente tanto ensina elas a fazer, quanto a gente busca recursos para elas produzirem, gerar renda para elas próprias. Depois você vai ver ali os artesanatos que elas fazem, vendem. 70% do valor fica direto para elas, aí um percentual menor fica com a própria instituição para a instituição comprar mais material para elas fazerem, então na verdade é tudo delas. 100% investe na recompra e 70% é para

elas gastarem com elas bem quiserem esse é um dos aspectos do trabalho que a gente faz e o outro aspecto e esse que você está vendo aqui nesta sala, a gente cuida da saúde das mulheres. A gente faz uma proposta de um atendimento naturista, holístico entendeu? Inteiro, onde as mulheres não são tratadas aos pedaços, nem vista como pedaço como faz na alopatia né, e tem atendimento, massagem corporal com Reiki, a gente propõe como terapias adicionais os florais, homeopatia, fitoterapia totalmente natural, então elas às vezes chegam depressivas, de alto estima baixa, sofrida, muitas doentes mesmo e daqui a pouco estão brilhando de novo, tão bem, inteira. Agora a pouco a gente tava aqui, é o cantinho do cheiro a gente fala. A pessoa chega aqui: Nossa!!! Que cheiro gostoso. Ela é a sala que tem esse cuidado, essa especialidade de cuidar da gente. Mesmo quem vem aqui fazer uma entrevista costuma sair daqui se sentindo bem melhor, sabe. Então esta é a natureza do nosso trabalho, que a gente faz e enquanto isso a gente tá .. várias das nossas mulheres tem assento nos conselhos municipais e estaduais onde a gente cobra políticas públicas de saúde, de educação, de serviço social, da SEPRON.

E como surgiu isso? Surgiu em que década?

76, os primeiros grupos deram final em 76.

Em quais bairros? Você lembra?

Foi Carapina, Nova Carapina, Taquara, esses bairros vizinhos próximos, Taquara I e II. Os primeiros grupos surgiram nesta região, depois foram se espalhando teve período de a gente ter 18 grupos reunidos depois eles reduziram a 11, depois chegaram a reduzir mais ainda e agora estão num processo expansivo de novo. Mas isso aí acontece mesmo, tem época que o grupo cai, depois ele mesmo retoma de novo. Isso é um processo natural, mesmo no cotidiano. Mas a AMUS nunca fechou, nunca parou, nunca desestimulou. A gente tá sempre fazendo trabalho. Ao longo desses anos a gente tem a honra de falar das conquistas que a gente teve, por exemplo o município da Serra foi um dos primeiros municípios que conseguiram instalar a primeira delegacia da mulher que era uma luta nacional de todas as mulheres por delegacias que tivessem delegada especialmente para atender essa questão da violência contra a mulher porque quando elas vinham para a delegacia comum com todas as demandas, elas eram desrespeitadas duas vezes e Serra conseguiu através da nossa luta, a delegacia da mulher ao longo desses últimos 19 anos por várias vezes essa delegacia tentou ser tirada daqui do município sendo que não tinha sustentação e não conseguiram porque as mulheres da AMUS e de outras demandas não permitiu, brigou, cobrou. Nós conseguimos outra conquista importante que é a casa abrigo ou casa lar, um espaço para acolher as mulheres vítimas de violência ameaçada de morte, onde ela fica escondida, a nossa casa abrigo nunca tem menos de 15 pessoas nela, entendeu? É uma conquista do movimento de mulheres, das políticas públicas para as mulheres. Enfim, todas essas demandas são resultado do nosso trabalho no município.

Envolve tanto apoio aos maridos que estavam trabalhando, quanto exploração da mulher também.

As políticas públicas da Serra, ela tem uma demanda e agora ela está em baixa porque mudou o governo municipal, mudou o grupo e o grupo que chegou não se adaptou, não entendeu, então está havendo prejuízo de conquistas que já tivemos e a gente vai estar brigando, na segunda feira dia 04 mesmo estaremos fazendo uma reunião unificada com mulheres da AMA e de outros movimentos para a gente discutir essa questão que, às vezes um grupo chega e traz um política totalmente diferente que acaba tendo prejuízo e a gente acaba perdendo o que estava conquistado e temos que tomar cuidado e nessa hora a gente se reúne de novo e vai lá brigar para que não haja prejuízo, então no geral é isso. Esse é o nosso trabalho, garantir que os órgãos públicos faça aquele serviço que é um direito de todos nós

Com relação à prefeitura? Desde o surgimento da AMUS, como era na década de 70? Estávamos vivendo uma época de ditadura, depois a década de 80, 90 vai mudando um pouquinho, né.

Muda, muda completamente e eu me lembro que os primeiros grupos de mulheres fizeram manifestações neste nível. Teve grupo que a prefeitura não recolhia o lixo do bairro dela. Elas iam à prefeitura, cobrava, fazia contatos. Num belo dia elas disseram assim: Vamos juntar todo lixo e começaram a reunir o lixo. Se eles não pegarem não vamos fazer nada. Deixa o lixo junto. E reuniu o lixo 3 semanas e colocou em cima de uma caçamba. Levou e despejou na porta da prefeitura. O prefeito ficou quase doido. A imprensa veio, divulgou e foi aquela confusão e logo a gente viu pela

televisão o prefeito falando: Hoje mesmo eu vou colocar uma estrutura lá para eles colocarem o lixo dentro. Vai ser recolhido a cada três dias. A vitória veio imediatamente. A notícia chegou para nós através da televisão. Houve também no passado atividades. Teve um período em que não tínhamos lugar para enterrar os mortos. O cemitério que já havia no município estava tão lotado que estava encalhando corpos mesmo. De verdade. Então as mulheres, com associação de moradores de várias regiões, a gente fez uma passeata pela estradas de Serra. Foi construído um caixão. No caixão a gente escreveu o nome do prefeito e saiu carregando o prefeito pelas avenidas da grande Serra. E a gente falava que queria um lugar para enterrar o prefeito, mas não tinha lugar, porque não tinha lugar no cemitério, então a gente saía e o prefeito tava vivo e ele ficou sabendo que a gente estava tentando enterrar ele e não tinha lugar no cemitério.

Qual era?

João Batista Motta, que hoje é senador. E não demorou muito o prefeito anunciou um mega terreno para a gente enterrar os mortos. Então muitas conquistas aconteceram que a relação era esta com a prefeitura. Ao longo do tempo foram chegando prefeitos, o município cresceu muito, as políticas começaram a serem executadas, começou a chegar escola, chegar coleta, chegar asfalto e essa necessidade de reivindicação tão forte foi se reduzindo a medida que as conquistas iam chegando até porque as questões começaram a ser discutidas no orçamento participativo, mudou um pouco o tom da cobrança, mais ainda hoje a gente quando precisa faz as pressões que tem necessidade de fazer. Por exemplo, essa reunião do dia 04 é uma reunião para fazer pressão, entendeu? Nós tivemos há trinta dias atrás reunião com o prefeito para cobrar dele a construção de uma delegacia, antes a gente queria que tivesse uma delegacia na Serra atendendo numa delegacia. Eles alugavam o espaço e montava a delegacia, agora a gente viu que não dá. Fazer um prédio fixo para a delegacia pra que não fique pulando de bairro em bairro de lugar em lugar a cada seis meses ou a cada um ano. E agente conseguiu do governador, e do prefeito, na frente de todas as autoridades do município da imprensa, falada e televisada, que a nossa delegacia vai sair nos próximos meses, então as vitórias tem sido efetivas, e quando a gente percebe algum tipo de demanda que não está legal é hora de reunir a turma e cobrar. No geral é esse o trabalho. Ao longo desses anos muito trabalho foi feito, muitas mulheres que chegaram meninas novas no movimento e hoje já estão senhoras. Entendeu? Meninas novas ainda estão. No sábado nós fizemos um curso aqui em que tinha uma de 12 e outra de 13 anos no grupo que são filhas das mulheres que estão com a gente e daqui alguns dias serão mulheres de novo, com o filhos delas e o movimento continua. E essa casa... nossa sede anterior era lá em Carapina em outro bairro agora estamos aqui há um ano, agora neste mês passado fez um ano que a gente está aqui neste prédio entendeu? Nesse período inicial a gente não tinha nem lugar para ficar, a gente ficava era numa sala que uma das paróquias cedeu pra gente guardar algumas coisas que a gente tinha. A gente não tinha lugar para ficar. Depois a gente se tornou a Ong. Nós estamos fazendo um projeto com parceria com empresas, começou a chegar recursos. Nos primeiros tempos nós fizemos uma das parcerias que foi para a gente alugar um espaço, nós alugamos um prédio ficamos durante dois anos. O trabalho melhorou bastante, a qualidade do trabalho, o acesso virou entendeu? Outra coisa. Nesse período a gente foi em busca de mais projetos para poder comprar a nossa sede a gente queria comprar uma casa e o recurso não dava a gente não tinha muito dinheiro, aqui não entra muito dinheiro. O dinheiro é sem fim lucrativo a gente conta com a ajuda de um e de outro. Mas aí Deus que é a maravilhoso mandou um presente pra gente que foi a gente conseguir em projetos anteriores, com recursos compramos um terreno e depois o BNDES junto com ARCELOR que foi nossa parceira por 4 anos trouxe o recurso para comprar a sede que é esta que você está vendo aqui. Então a gente saiu de uma salinha da paróquia, do aluguel e agora com uma sede própria. Vamos ficar aqui pra todo município, pra todo Brasil. O trabalho tem sido bom, nós começamos um ano agora com o planejamento, depois eu vou te fazer dar uma olhada nele porque parte da história dele você quer sobretudo ...sabe e nós já trabalhamos, nós estamos no final de abril. Eu falo que de Fevereiro a abril nós já trabalhamos quase um ano de trabalho, de tanta atividade que a gente já teve, encontros. O nosso próprio planejamento foram quase dois meses se planejando, várias tardes e encontro com outras instituições. O 8 de março organizou e participou junto com outras instituições, intercâmbio, tudo a gente tinha feito neste período aqui, bem legal. Sábado por exemplo tinha 30 pessoas aqui reunidas numa atividade. Sexta-feira tinha outro grupo. Agora nós estamos aqui. Mas a tarde chega um grupo, eu vou te levar no setor da produção que trabalha. Tem a lojinha ali do lado que depois você também vai ver. Aqui o grupo que cuida da saúde. Na cozinha o grupo que faz sabonete, faz pães, enfim, isso aqui é vivo, o tempo inteiro em atividade. Hoje a gente ainda não está com auto-sustentação que a gente queria, mas nós já estamos bem melhor do que já foi no passado.

Zenilda, tem algumas coisas que não sei se você tem em documentos registrado que são importantes para este registro que eu estou fazendo é a relação com outros movimentos. Quais foram os outros movimentos?

Esse aqui é o nosso planejamento novo e está na fase de execução. Para fazer nosso planejamento a gente não pensou duas vezes. A gente fez. Nos primeiros dias do planejamento gente fez essa análise da conjuntura do município que você vai olhando aqui para ver a obra e depois a gente pegou o período da AMUS, antes da criação, o que estava fazendo, onde participou, por isso que eu falei que você tinha que esperar, tá vendo como foi organizado o trabalho, as dificuldades, tudo está aqui e finalmente aqui tem as ações para 2009 e 2010. Então esse aqui eu não posso te dar. Na verdade é minha culpa, minha tão grande culpa, já era para ter feito uma cópia para você, mas na correria eu não pude. Esse aqui é nosso estatuto com a ata da nossa posse, uma a posse anterior. Já tem uma nova diretoria. Deixa ver se eu encontro o outro relatório, que é um relatório em que nós fizemos uma apresentação justamente falando disto, a demanda era falar o que nós fizemos nos últimos anos, nos últimos anos não, ao longo dos 25 anos aqui no município. Aí nós trouxemos este relatório que é um relatório bem completo que junto com esse aí te dá as informações que você precisa.

Vocês atuaram muito com sindicatos também.

Sindicatos, na paralela com. CDDH ... foi um trabalho bem...

Para a construção... em todas as dificuldades do país na época da construção, da constituinte houve a participação de muitos movimentos eu ainda não consegui registrar isso. Eu já entrevistei várias pessoas e foi uma coisa que passou assim, algo concreto como foi realizado isso? A AMUS participou? Foram reuniões pelo município para elaboração da constituinte.

Na época a AMUS ainda não era AMUS. Quando foi elaborada a constituição, a gente era um grupo de mulheres. A gente tava inserido nos grupos de pastorais. Foi bem nesse período, ou pouco depois. 76 um período longo de 80 a 90, estes dez anos aí que foi o período que a gente tava chegando, brigando por pequenas coisas, sem nenhuma organização, vamos dizer assim, hierárquica. A gente era apenas grupo nos bairros, lutando por coisas imediatas ali. Na verdade a gente só passou a seguir sistematicamente a partir de 90, quando a gente incorporou e institucionalizou. Mesmo assim você vai ver aí nos relatórios as participações numa luta e outra. Por exemplo: greve geral. Foi puxada uma greve geral antes desse período aí, mais ou menos na quebra, na busca de democratização. As mulheres da AMUS participaram efetivamente dessa greve geral, nós fomos para a BR101 e fechamos ela. Da manhã até o meio dia, foram quatro horas e nenhum carro passou ali. A gente deitou na BR101, no meio da avenida da BR.

A greve geral era para questões trabalhistas?

A greve geral era para além disso. Era para que os governos abrissem os protestos, democratizassem os protestos, fizessem a constituição nova, ainda antes da constituição

Estava acontecendo isso em todo o país... Quando fala que a greve é geral, é geral, mesmo. Em todo o país. Quando a gente atende uma pessoa e ela chega muito debilitada, intoxicada, que não está bem, a gente já propõe: você vai tomar um suco desse, um suco de clorofila. Por que um suco desse é muito depurativo e ele joga para fora todo o tipo de sujeira. É uma desintoxicação. ... a gente sugere uma verdura junto com uma plantinha medicinal. Você pode fazer um couve com hortelanzinha. Um brócolis com picão. É bom para o fígado. Uma trançagem com meia folhinha de couve. Você pode jogar uma acerola dentro. Você põe uma fruta e uma verdura e uma medicinal. Quem toma suco verde cotidianamente não fica doente por que o sangue depura e fica alcalino.

Eu vou tentar localizar o outro relatório. O outro tem informações repetidas, mas também tem coisas novas. E vale a pena você dar uma olhada. Agora, esse aí já tem informações que vem desde lá de 70, histórico mesmo.

Vocês participaram da greve geral, foi todo esse movimento, vocês levaram algumas questões para serem incorporadas à constituição ou era um movimento...

Era um movimento aberto puxado pelos trabalhadores de todo o Brasil e para todas as pessoas que quisessem participar. A gente participou. Ele foi importante na época, por que foi através dele que muitas aberturas se deram, que muitas vitórias vieram, da mesma maneira que a gente botava o lixo na porta do prefeito ele montava o esquema de recolher o lixo...então quando gente fazia greve geral também alguma coisa mudava naquele plano nacional para favorecer o trabalhador que estava ali reivindicando. A participação tinha função de luta, de dizer: Nós não concordamos com o que está aí

e a gente quer mudança. Essa a função principal de por exemplo participar de uma greve geral. Se você olhar para nosso folder, porque ele fala um pouco também, ele mostra um pouco dessas coisas que eu falei.

Aí por exemplo no orçamento participativo vocês tiveram também um ...

No orçamento participativo a forma de participar é via bairro, então cada grupo de mulheres nos seus bairros participam do orçamento participativo.

Nos conselhos também né?

Nos conselhos nós temos bastante, 7 ou 8 conselhos aqui no município, o Conselho Estadual do Direito da Mulher a gente tem assento, no Segurança Alimentar, estadual e municipal, saúde, SEPRON, Segurança Pública, Conselho antidrogas, vários conselhos a AMUS tem assento. Diferentes mulheres. Nós participamos do Fórum Estadual de Economia Solidária

Zenilda, você avalia os orçamentos, essa aberturas. Você avalia que elas têm sido positivas, tem seus empecilhos?

Nós temos a nossa avaliação, por exemplo, a idéia do orçamento participativo foi de uma pessoa que queria realmente que a população participasse das decisões. Apesar de que ela se tornou uma armadilha contra a própria população. Na maioria dos municípios hoje, por exemplo, o prefeito abusa dessa expressão orçamento participativo e escolhe uma obra por ano num bairro e só faz aquilo que entrou no orçamento, quando ele deveria estar fazendo várias obras por bairro. A gente sabe que o recurso, hoje de investimento nas obras do orçamento participativo é imensamente menor do que o que deveria ser isso se dá devido a esses esquemas do que estou falando de alguém fazer tudo que tem que fazer

Exatamente, é uma armadilha que a própria população que vive cansada de cair em armadilhas tem vivido, mas por um outro lado pelo menos ainda é uma forma da população dizer: "O meu bairro, não vem pra cá fazer um campo de futebol porque eu preciso aqui agora é uma creche". Pelo menos temos essa vantagem aí. E a gente entende que as políticas públicas hoje é a maneira mais eficiente de as pessoas participarem, apesar das cooptações do próprio poder público, das associações de moradores, de alguns grupos desse nível, mas ainda é a melhor forma de a população cobrar e sugerir o que elas querem para sua redondeza, ao redor de suas moradias, assim é geral. E as mulheres não poderiam ficar fora disso. É por isso que a gente está aqui ...

Com os partidos de esquerda, né, o PT surgiu em 80. Aqui na Serra ele teve uma atuação forte, agora as mulheres elas tiveram uma filiação, os maridos delas eram dos partidos?

A AMUS, antes da AMUS ser AMUS quando os grupos ainda eram grupos organizativos dessa forma, a gente nunca teve uma ligação específica com um ou outro partido. Dentro dos grupos de mulheres tinham uma mulher ligada a um partido ou outro ou a partido nenhum. Isso nunca foi o foco mais importante para nós não, mas a gente ao longo desses anos, a gente diria que a liderança mais expressivas que a AMUS teve tem uma confiança militante mais elevada, mais evoluída. Nunca, ninguém, só tem uma mulher ligada a nós que saiu candidata e foi eleita. Inclusive uma vereadora qui do município agora é diretora da AMUS, que é Lorença Riane. Ela veio militando na AMUS desde nova desde mais de vinte é militante da AMUS. Mas isso nunca foi relevante. A gente tem até muito cuidado, quando o cara vem: Eu tenho uma proposta para vocês, um bom negócio, vocês teriam que fazer tal coisa em troca..O cara já está descartado, de imediato.

Como ocorreu a situação entre diversos atores, partidos, associações de moradores.

Essa questão do partido sempre foi, sempre tinha ligação com quem tava no poder, no caso da prefeitura que é órgão mais forte. Então nós tivemos os velhos tempos da ratatua, que a gente fala, que é o período de Zé Maria e do sucessor imediato dele que eram pessoas muito inescrupulosos, eram matadores, eram ladrões assumidos e Zé Maria falava mesmo: "Eu roubo mais eu faço". E o que Zé Maria fazia era dar telha em troca de voto, era dar cimento em troca de voto, cesta básica, era isso que ele fazia no tempo dele. Depois veio esse Motta que foi o cara que mais endividou o município e foi um período de muita dificuldade para Serra. Depois vieram esse grupo que está aí ainda no poder agora que foi o Sergio, ficou dois mandatos e elegeu um sucessor, ficou um mandato e agora ele assumiu novamente. Nesse período foi o período em que aconteceu mais crescimento no município, mais ainda tem muito que fazer, muita demanda, por mais que eles fizeram ainda fizeram pouco. A gente precisava de mais, merecia mais e tinha recurso para fazer mais. E agente prefere ter essa independência com eles. Não estamos ligados, se precisar cobrar a gente cobra, se precisar

elogiar a gente elogia, mas também se precisar a gente vai lá, se tiver que botar caçamba de lixo lá a gente coloca também. Não é porque é novo prefeito.

Não é porque perdeu a capacidade de luta ...

De forma nenhuma. Não vai demorar e gente pode precisar botar uma caçamba de lixo na porta daquele prefeito. E ele anda merecendo uma caçamba de lixo de presente. Por exemplo, um grupo de mulheres lá do meu bairro, é Feu Rosa que eu moro, uma das lutas que ele vai empreender no próximo ano não, porque eu sei que não é uma coisa rápida, vai ser a defesa de um córrego que está poluído, poluído pelas empresas e pelos próprios moradores e pela prefeitura. Eu sei que este córrego vai dar muita dor de cabeça para aquele prefeito, porque, por exemplo, nós vamos marcar um mutirão pra fazer a limpeza do córrego, retirar o lixo do córrego e fazer o trabalho de conscientização. Vamos pedir que eles tomem providência urgente para tirar o esgoto que ele está jogando no córrego. Se ele não jogar, a próxima caçamba a gente vai levar e jogar na prefeitura. Aí ele vai ficar dentro do córrego. A gente faz porque se a gente não tomar postura mais radicais a gente não muda muito. E eu vou tentar ver onde está o outro relatório para você.

ANEXO 2 - Prefeitos da Serra (ES)

1. Cícero Calmon de Aguiar. Prefeito de 1914 a 1916.
2. Manoel da Fraga Ramos. Prefeito de 1916 a 1920.
3. Adolfo Gonçalves. Prefeito de 1920 a 1925.
4. Alendre Cardoso. Prefeito de 1925 a 1927.
5. Clóvis Borges Miguel. Eleito e deposto na Revolução de 1930.
6. Junta Governativa* (Revolução de 30): a) Arthur da Silva Peixoto; b) João Vieira Xavier e c) Olavo Ferreira Castelo.
7. Olavo Ferreira Castelo.
8. Hilário Segismundo Soneght.
9. Nelson Alves de Souza.
10. Hermes Curry Carneiro.
11. Antônio Borges Miguel.
12. Presciliano Biluia de Araújo. Eleito em 1935, pelo Partido criado na Serra, o Partido Construtor Serrano. Deposto no golpe de 1937.
13. Joaquim Pacheco.
14. Abílio de Carvalho.
15. Jonas Farias.
16. Alceu Pinto Aleixo.
17. Osório Martins Pereira.
18. Talma Lopes Ribeiro. Prefeito de 1942 a 1944.
19. Gonzaga Farias. Prefeito de 1945 a 1947.
20. Rômulo Leão Castello. Prefeito de 1947 a 1951.
21. Osório Martins Pereira. Prefeito pela segunda vez, de 1951 a 1954.
22. Edson Juracy Borges Miguel. Prefeito de 1955 a 1958.
23. Naly da Encarnação Miranda. Prefeito de 1959 a 1962.
24. José Benedito Barcelos. Prefeito de 1963 a 1966.
25. Naly da Encarnação Miranda. Prefeito pela segunda vez, de 1967 a 1970.
26. Erix Guimarães. Prefeito de 1971 a 1973.
27. Aldary Nunes. Prefeito de 1973 a 1976.
28. José Maria Miguel Feu Rosa. Prefeito de 1977 a 1980 com mandato prorrogado para os anos de 1981 e 1982. José Maria acabou renunciando ao cargo de Prefeito por ter sido escolhido para figurar na chapa do Sr. Carlos Von Schilgen, como vice ao governo do Estado.
29. Assis Miranda. Vice-Prefeito que assumiu em 1982 para completar o mandato de José Maria Feu Rosa, tendo renunciado meses depois.
30. Arino Gonçalves. Presidente da Câmara, convocado em 1982 para completar o mandato em virtude de renúncia do Vice-prefeito Assis Miranda.
31. João Baptista da Motta. Prefeito de 1983 a 1988.
32. José Maria Miguel Feu Rosa. Prefeito pela segunda vez, de 1989 a 1990.
33. Adalton Martinelli. Vice-prefeito convocado para completar o mandato, em virtude do assassinato do Prefeito José Maria Feu Rosa. De 1990 a 1992.
34. João Baptista da Motta. Prefeito de 1993 a 1996.
35. Antônio Sérgio Alves Vidigal. Prefeito de 1997 a 2000.
36. Antônio Sérgio Alves Vidigal. Prefeito reeleito de 2001 a 2004.
37. Audifax Charles Pimentel Barcelos. Prefeito atual 2005-2008.

*Junta Governativa é o nome dado à organização administrativa constituída por diversas pessoas, de modo que os atos administrativos são sempre resolvidos ou deliberados em comum. Tecnicamente, a Junta Governativa dá a idéia de um governo ou poder administrativo transitório.

ANEXO 3 - Conselhos Municipais

COMDPD - Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Lei nº. 3034/2006.

Conselhos Tutelares. Lei nº. 2349/2005.

COMAD - Conselho Antidrogas. Lei nº. 2570 alterada para 2950/2006.

COMASSE - Conselho de Assistência Social. Lei nº. 1868/95.

CISES - Conselho Interativo de Segurança. Lei nº. 1990/97

CONDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico. Lei nº. 1826/95.

Conselho de Política Urbana. Lei nº. 1946 revisada 2100/98.

CONCASE - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Lei nº. 2349/00 alterada para lei nº. 1631/92.

Conselho da Cidade da Serra. Lei nº. 2815/96.

Conselho Municipal da Juventude. Lei nº. 2919/2005.

Conselho de Saúde. Lei nº. 1504/91 reformulada pela Lei 2403.

CMES- Conselho Municipal de Educação. Lei nº. 1647/92 alterada pela Lei 1961/97.

Conselho de Cultura. Lei nº. 1937/96.

COMMUS - Conselho dos Direitos da Mulher Serrana. Lei nº. 1758/94 alterada pela Lei 2730/04.

COMDEMAS - Conselho de Meio Ambiente. Lei nº. 2199/99.

CONTUR - Conselho de Turismo. Lei nº. 2037/97.

Conselho Tarifário Municipal. Lei nº. 1888/96.

COMSEAS - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº. 2751/96.

Conselho do Idoso. Lei nº. 2700.

Fonte: CONSELHO MUNICIPAL. Disponível em:
http://www.serra.es.gov.br/portal_pms/site.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=site&tax=5599&lang=pt_BR&pg=5001&taxp=0&. Acesso em 23/05/2008.

ANEXO 4 – QUADRO DE FORMAÇÃO DOS PARTIDOS

